Diário OFICIAL Executivo

Ano CXII

Edição Digital nº 12046 | 131 páginas
Curitiba, Quarta-feira, 10 de Dezembro de 2025

Sumário

Poder Executivo

Poder Executivo 03
Casa Civil 22
Procuradoria Geral do Estado 24

Secretarias de Estado

Secretaria da Administração e da Previdência 25
Secretaria da Agricultura e do Abastecimento 30
Secretaria das Cidades 30
Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior 31
Secretaria da Comunicação 35
Secretaria do Desenvolvimento Social e Família 50
Secretaria do Desenvolvimento Sustentável 62
Secretaria da Educação 69
Secretaria da Fazenda 95
Secretaria da Indústria, Comércio e Serviços 100
Secretaria de Infraestrutura e Logística 101
Secretaria da Inovação e Inteligência Artificial 103
Secretaria da Justiça e Cidadania 103
Secretaria da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa 111
Secretaria do Planejamento 112
Secretaria da Saúde 112
Secretaria da Segurança Pública 119
Secretaria do Trabalho, Qualificação e Renda 128

Administração Indireta - Entidades e Órgãos

Autarquias 130
Sociedades de Economia Mista 131

www.imprensaoficial.pr.gov.br

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

PODER EXECUTIVO ESTADUAL

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

Governo do Estado

Governador
Carlos Massa Ratinho Junior

Vice-Governador
Darci Piana

Casa Civil
João Carlos Ortega — Chefe da Casa Civil
Maiquel Guilherme Zimann — Diretor-Geral

Procuradoria Geral do Estado
Luciano Borges dos Santos — Procurador-Geral
Lucia Helena Cachoeira — Diretora-Geral

Controladoria Geral do Estado
Louise da Costa e Silva Garnica — Controladora-Geral
Anna Karina Moreira Braguinia — Diretora-Geral

Chefia de Gabinete do Governador
Darlan Scalco — Chefe de Gabinete

Casa Militar
Coronel Marcos Antonio Tordoro — Chefe

Coordenadoria Estadual da Defesa Civil
Coronel Fernando Raimundo Schunig — Coordenador

Secretarias de Estado

Secretaria de Estado da Administração e da Previdência
Luiz Goularte Alves — Secretário
Maria Carmen Carneiro de Melo Albanske — Diretora-Geral

Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento
Marcio Fernando Nunes — Secretário
Camila Luiza Cunha Bernardo Aragão — Diretora-Geral

Secretaria de Estado das Cidades
Luiz Augusto Silva — Secretário
Felipe Augusto Amadori Flessak — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
Aldo Nelson Bona — Secretário
Jamil Abdanur Junior — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Comunicação
Cleber de Oliveira Mata — Secretário
Eduardo Pugnali Marcos — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Cultura
Luciana Casagrande Pereira Ferreira — Secretária
Elietti de Souza Vilela — Diretora-Geral

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família
Rogério Helias Carboni — Secretário
Luiza Marilda Pacheco Castagno Simonelli — Diretora-Geral

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável
Rafael Valdomiro Greca de Macedo — Secretário
Rodrigo Araújo Rodrigues — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Educação
Roni Miranda Vieira — Secretário
João Luiz Giona Junior — Diretor-Geral

Secretaria de Estado do Esporte
Hélio Renato Wirbiski — Secretário
Ilson Augusto Rhoden — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Fazenda
Norberto Anacleto Ortigara — Secretário
Luiz Paulo Budal Pedroso — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Serviços
Marco Aurelio Ribeiro — Secretário
Daniel de Carvalho Gutierrez — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística
Sandro Alex Cruz de Oliveira — Secretário
José Brustolin Neto — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Inovação e Inteligência Artificial
Alex Canziani Silveira — Secretário
Marcos Vitorio Stamm — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania
Valdemar Bernardo Jorge — Secretário
Fabiana Cristina de Campos Romanelli — Diretora-Geral

Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa
Leandre Dal Ponte — Secretária
Diego Buligon — Diretor-Geral

Secretaria de Estado do Planejamento
Ulisses de Jesus Maia Kotsifas — Secretário
Domingos Trevizan Filho — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Saúde
Carlos Alberto Gebrim Preto — Secretário
Cesar Augusto Neves Luiz — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Segurança Pública
Hudson Leôncio Teixeira — Secretário
Adilson Luiz Lucas Prusse — Diretor-Geral

Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda
Paulo Rogerio do Carmo — Secretário
Willian Porfirio Ribeiro — Diretor-Geral

Secretaria de Estado do Turismo
Leonaldo Paranhos da Silva — Secretário
Jefferson Abade — Diretor-Geral

Imprensa Oficial

Departamento de Imprensa Oficial do Estado (DIOE)

Praça Nossa Senhora de Salete, S/N
80530-909 | Centro Cívico | Curitiba | Paraná
Informações 41 3200-5002

Poder Executivo

Lei nº 22.891

10 de dezembro de 2025.

Institui o Dia Estadual da Neurodiversidade e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Institui o Dia Estadual da Neurodiversidade a ser lembrado anualmente em 30 de março.
Parágrafo único. A data ora instituída passa a integrar o Calendário Oficial de Datas Comemorativas do Estado do Paraná.

Art. 2º No Dia Estadual da Neurodiversidade poderão ser realizadas ações de conscientização, debates, campanhas educativas, palestras, eventos culturais e atividades voltadas à valorização da neurodiversidade, promovidas por instituições públicas e privadas, em parceria com organizações da sociedade civil.

Art. 3º O Poder Executivo poderá, por meio de seus órgãos competentes, regulamentar esta Lei no que couber, para sua fiel execução.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 10 de dezembro de 2025.

Carlos Massa Ratinho Junior
Governador do Estado

João Carlos Ortega
Chefe da Casa Civil

Alisson Wandscheer
Deputado Estadual

Prot. 25.098.322-0

171593/2025

Lei nº 22.892

10 de dezembro de 2025.

Concede o Título de Capital Estadual da Mandioca de Mesa ao Município de Cerro Azul.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Concede o Título de Capital Estadual da Mandioca de Mesa ao Município de Cerro Azul.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 10 de dezembro de 2025.

Carlos Massa Ratinho Junior
Governador do Estado

João Carlos Ortega
Chefe da Casa Civil

Adão Litro
Deputado Estadual

Prot. 25.098.372-7

171595/2025

Lei nº 22.893

10 de dezembro de 2025.

Reconhece a Festa do Leitão Desossado de Bom Sucesso do Sul e o prato típico Leitão Desossado como Patrimônios Culturais Imateriais do Estado do Paraná.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Reconhece a Festa do Leitão Desossado de Bom Sucesso do Sul e o prato típico Leitão Desossado como Patrimônios Culturais Imateriais do Estado do Paraná.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 10 de dezembro de 2025.

Carlos Massa Ratinho Junior
Governador do Estado

João Carlos Ortega
Chefe da Casa Civil

Luiz Fernando Guerra
Deputado Estadual

Ademar Luiz Traiano
Deputado Estadual

Prot. 25.098.258-5

171597/2025

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Lei nº 22.894

10 de dezembro de 2025.

Concede o Título de Utilidade Pública ao Distrito 4730 de Rotary International, com sede no Município de Curitiba.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Concede o Título de Utilidade Pública ao Distrito 4730 de Rotary International - D-4730, com sede no Município de Curitiba.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 10 de dezembro de 2025.

Carlos Massa Ratinho Junior
Governador do Estado

João Carlos Ortega
Chefe da Casa Civil

Anibelli Neto
Deputado Estadual

Prot. 25.098.286-0

171599/2025

Lei nº 22.895

10 de dezembro de 2025.

Insere no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná o Dia do Afoxé Filhos de Iemanjá, celebrado no sábado que antecede o Carnaval no Município de Paranaguá.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Insere no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná o Dia do Afoxé Filhos de Iemanjá, celebrado no sábado que antecede o Carnaval no Município de Paranaguá.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 10 de dezembro de 2025.

Carlos Massa Ratinho Junior
Governador do Estado

João Carlos Ortega
Chefe da Casa Civil

Moacyr Fadel
Deputado Estadual

Prot. 25.098.415-4

171601/2025

Lei nº 22.896

10 de dezembro de 2025.

Institui a Semana Estadual de Educação Ambiental a ser realizada anualmente na semana que compreender o dia 5 de junho.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Institui a Semana Estadual de Educação Ambiental a ser realizada anualmente na semana que compreender o dia 5 de junho.
Parágrafo único. A semana ora instituída passa a integrar o Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná.

Art. 2º A Semana Estadual de Educação Ambiental tem por objetivo promover ações de educação ambiental, com o intuito de conscientizar os indivíduos sobre a importância da formação de indivíduos conscientes e engajados na preservação do meio ambiente, contribuindo para a sustentabilidade do planeta e a qualidade de vida das pessoas.

Parágrafo único. Para consecução dos objetivos desta Lei:

I - podem ser promovidos seminários, feiras temáticas, palestras e programas em escolas, workshops, atividades culturais e manifestações públicas;

II - podem ser firmadas parcerias com órgãos e instituições públicos e privados.

Art. 3º A programação da Semana Estadual de Educação Ambiental compatibiliza-se com as diretrizes estabelecidas na Lei nº 17.505, de 11 de janeiro de 2013, que institui a Política Estadual de Educação Ambiental.

Art. 4º O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei, indicando os aspectos necessários à sua aplicação.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 10 de dezembro de 2025.

Carlos Massa Ratinho Junior
Governador do Estado

João Carlos Ortega
Chefe da Casa Civil

Maria Victoria
Deputada Estadual

Prot. 25.099.285-8

171604/2025

Lei nº 22.897

10 de dezembro de 2025.

Altera a Lei nº 15.461, de 15 de janeiro de 2007, que institui o dia estadual do Clube Atlético Paranaense, a ser comemorado anualmente na data de 26 de março.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Altera a ementa da Lei nº 15.461, de 15 de janeiro de 2007, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Institui o Dia Estadual do Club Athletico Paranaense a ser comemorado anualmente em 26 de março e reconhece o clube como Patrimônio Cultural Imaterial do Estado do Paraná.

Art. 2º Altera o art. 1º da Lei nº 15.461, de 2007, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Institui o Dia Estadual do Club Athletico Paranaense a ser comemorado anualmente em 26 de março.

Parágrafo único. A data ora instituída passa a integrar o Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná.(NR)

Art. 3º Insere o art. 1ºA na Lei nº 15.461, de 2007, com a seguinte redação:

Art. 1A. Reconhece o Club Athletico Paranaense como Patrimônio Cultural Imaterial do Estado do Paraná.(NR)

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 10 de dezembro de 2025.

Carlos Massa Ratinho Junior
Governador do Estado

João Carlos Ortega
Chefe da Casa Civil

Delegado Tito Barichello
Deputado Estadual

Alexandre Curi
Deputado Estadual

Luiz Claudio Romanelli
Deputado Estadual

Prot. 25.099.344-7

171607/2025

Lei nº 22.898

10 de dezembro de 2025.

Institui o Dia do Fonoaudiólogo a ser comemorado anualmente em 9 de dezembro.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Institui o Dia do Fonoaudiólogo a ser comemorado anualmente em 9 de dezembro.
Parágrafo único. A data ora instituída passa a integrar o Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná.

Art. 2º O Dia do Fonoaudiólogo reconhece a relevância dessa categoria profissional para os sistemas público e privado de saúde, e valoriza sua atuação na prevenção, diagnóstico, habilitação e reabilitação de distúrbios da comunicação humana, da audição, da linguagem, da voz, da deglutição e da motricidade orofacial, além de sua contribuição para o avanço científico, a formação profissional e a promoção da saúde coletiva.

Art. 3º Na semana que compreende o Dia do Fonoaudiólogo, o Poder Executivo, em parceria com instituições de ensino, conselhos profissionais e entidades da sociedade civil, poderá promover campanhas de orientação, palestras, seminários e ações educativas com o objetivo de:

I - divulgar a atuação da fonoaudiologia nas áreas da saúde, educação e comunicação;

II - conscientizar a população sobre a prevenção e o tratamento dos distúrbios da comunicação humana;

III - valorizar os profissionais da fonoaudiologia e sua contribuição à qualidade de vida da população.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 10 de dezembro de 2025.

Carlos Massa Ratinho Junior
Governador do Estado

João Carlos Ortega
Chefe da Casa Civil

Evandro Araújo
Deputado Estadual

Prot. 25.102.223-2

171608/2025

Lei nº 22.899

10 de dezembro de 2025.

Concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Senhor Rafael dos Santos Querido.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Art. 1º Concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Senhor Rafael dos Santos Querido.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 10 de dezembro de 2025.

Carlos Massa Ratinho Junior
Governador do Estado

João Carlos Ortega
Chefe da Casa Civil

Delegado Tito Barichello
Deputado Estadual

Prot. 25.102.119-8

171610/2025

Lei nº 22.900

10 de dezembro de 2025.

Institui o Dia Estadual do Adapariano a ser celebrado anualmente em 20 de dezembro.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Institui o Dia Estadual do Adapariano a ser celebrado anualmente em 20 de dezembro.

Parágrafo único. A data ora instituída, alusiva à criação da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná - ADAPAR, por meio da Lei nº 17.026, de 20 de dezembro de 2011, passa a integrar o Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 10 de dezembro de 2025.

Carlos Massa Ratinho Junior
Governador do Estado

João Carlos Ortega
Chefe da Casa Civil

Anibelli Neto
Deputado Estadual

Prot. 25.102.150-3

171612/2025

Lei nº 22.901

10 de dezembro de 2025.

Reconhece o Coritiba Foot Ball Club como Patrimônio Cultural Imaterial do Estado do Paraná.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Reconhece o Coritiba Foot Ball Club como Patrimônio Cultural Imaterial do Estado do Paraná.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 10 de dezembro de 2025.

Carlos Massa Ratinho Junior
Governador do Estado

João Carlos Ortega
Chefe da Casa Civil

Anibelli Neto
Deputado Estadual

Artagão Junior
Deputado Estadual

Prot. 25.103.331-5

171614/2025

Lei nº 22.902

10 de dezembro de 2025.

Concede o Título de Utilidade Pública à Associação Cultural Bom Brinquedo, com sede no Município de Antonina.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Concede o Título de Utilidade Pública à Associação Cultural Bom Brinquedo, com sede no Município de Antonina.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 10 de dezembro de 2025.

Carlos Massa Ratinho Junior
Governador do Estado

João Carlos Ortega
Chefe da Casa Civil

Anibelli Neto
Deputado Estadual

Prot. 25.110.136-1

171616/2025

Lei nº 22.903

10 de dezembro de 2025.

Altera a Lei nº 16.897, de 10 de agosto de 2011, que disciplina a obrigatoriedade de transparência, por meio de divulgação eletrônica, pelas entidades privadas de utilidade pública ou não, que recebam recursos públicos a título de subvenção e auxílio, ou parcerias com municípios ou Estado.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Altera a ementa da Lei nº 16.897, de 10 de agosto de 2011, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Dispõe sobre a obrigatoriedade de transparência pelas entidades privadas, de utilidade pública ou não e pelas entidades representativas de categorias profissionais ou econômicas, que recebam recursos público.

Art. 2º Acresce o art. 1ºA à Lei nº 16.897, de 2011, com a seguinte redação:

Art. 1ºA As entidades representativas de categorias profissionais ou econômicas que recebam recursos públicos estaduais, independentemente da forma de parceria, ou que exerçam função pública de forma delegada, devem publicar em seus sítios eletrônicos, de forma acessível e atualizada, as seguintes informações:

I - relação nominal dos dirigentes e respectivos vencimentos, salários, verbas de representação ou quaisquer outras vantagens financeiras diretas ou indiretas;

II - quadro funcional e remuneração de seus empregados e prestadores de serviço;

III - receitas obtidas por meio de repasses, convênios, subsídios, termos de fomento ou colaboração com o Poder Público estadual;

IV - despesas detalhadas com pessoal, contratos, diárias, viagens e outras obrigações financeiras;

V - balancetes e demonstrações contábeis anuais.(NR)

Art. 3º Altera o art. 2º da Lei nº 16.897, de 2011, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º O não cumprimento das obrigações previstas nesta Lei sujeita os infratores às seguintes penalidades:

I - suspensão dos repasses de recursos públicos estaduais, até a regularização, observado o devido processo legal;

II - rescisão de convênios, termos de colaboração, contratos ou outras parcerias com a Administração Pública;

III - impedimento de celebração de novas parcerias com a Administração Pública Estadual pelo período de até cinco anos;

IV - aplicação de multas a serem definidas pelo Poder Executivo.(NR)

Art. 4º O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei no prazo de noventa dias, indicando os aspectos necessários à sua aplicação.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revoga o art. 3º da Lei nº 16.897, de 10 de agosto de 2011.

Palácio do Governo, em 10 de dezembro de 2025.

Carlos Massa Ratinho Junior
Governador do Estado

João Carlos Ortega
Chefe da Casa Civil

Marcelo Rangel
Deputado Estadual

Artagão Júnior
Deputado Estadual

Dr. Leônidas
Deputado Estadual

Prot. 25.099.188-6

171617/2025

Lei nº 22.904

10 de dezembro de 2025.

Autoriza o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná a efetuar a doação do imóvel especificado ao Município de Guarapuava.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Autoriza o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná a efetuar doação ao Município de Guarapuava, com dispensa de licitação, do bem imóvel localizado na Rua Capitão Frederico Virmond, nº 1.913, Centro, com área total de terreno de 2.536,40m2, contendo dois prédios, o primeiro com área de 428,25m2 e o segundo, com 372m2, registrado sob a transcrição nº 19.706, do 2º Serviço de Registro de Imóveis de Guarapuava.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Art. 2º O imóvel referido no art. 1º desta Lei se destina à instalação e ao funcionamento de serviços públicos municipais.

Art. 3º A doação de que trata esta Lei ficará gravada com cláusula de inalienabilidade e estará vinculada à lavratura de escritura pública e o seu respectivo registro do Registro de Imóveis da circunscrição do bem em até 120 (cento e vinte) dias da celebração do negócio, sob pena de reversão.

§ 1º O prazo estabelecido no *caput* deste artigo poderá ser prorrogado a critério do doador.

§ 2º Na hipótese de reversão o donatário não terá direito a qualquer indenização, inclusive por benfeitorias que venha a realizar.

Art. 4º As Secretarias de Infraestrutura e de Contratações Institucionais, ambas do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, ficam responsáveis, no âmbito de suas respectivas atribuições, pela fiscalização do cumprimento das condições previstas nesta Lei.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 10 de dezembro de 2025.

Carlos Massa Ratinho Junior
Governador do Estado

João Carlos Ortega
Chefe da Casa Civil

Desembargadora Lidia Maejima
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado

Prot. 25.103.360-9

171619/2025

DECRETO Nº 12.174

Aprova o Estatuto do Instituto de Tecnologia do Paraná – TECPAR.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos V e VI do art. 87 da Constituição Estadual, tendo em vista o disposto nas Leis n° 7.056, de 4 de dezembro de 1978, n° 12.020, de 9 de janeiro de 1998 e nº 18.875 de 27 de setembro de 2016, e o contido no protocolado n° 23.348.560-8,

DECRETA:

Art. 1º Aprova o Estatuto do Instituto de Tecnologia do Paraná – TECPAR, na forma do Anexo que integra o presente Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revoga o Decreto nº 8.786 de 8 de fevereiro de 2018.

Curitiba, em 10 de dezembro de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

ALDO NELSON BONA
Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

ANEXO A QUE SE REFERE O DECRETO Nº 12.174/2025

ESTATUTO DO TECPAR

CAPÍTULO I
DENOMINAÇÃO, DURAÇÃO, SEDE E OBJETO SOCIAL

Art. 1º O Instituto de Tecnologia do Paraná - TECPAR, empresa pública com personalidade jurídica de direito privado, é parte integrante da administração indireta do Estado do Paraná, instituída pela Lei nº 7.056, de 4 de dezembro de 1978, subordinada a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SETI, com as alterações introduzidas pela Lei nº 12.020, de 9 de janeiro de 1998 e Lei nº 18.875, de 27 de setembro de 2016, regendo-se por este Estatuto, pelas Leis Federais nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e 13.303, de 30 de junho de 2016, e demais disposições legais aplicáveis.

Art. 2º O prazo de duração do TECPAR é indeterminado.

Art. 3° O TECPAR tem sede e foro na cidade de Curitiba, na Rua Professor Algacyr Munhoz Mader, 3775, Cidade Industrial de Curitiba - CIC, Estado do Paraná.

Art. 4º Constitui o objeto social do TECPAR colaborar com a consecução de políticas públicas por meio do desenvolvimento científico e tecnológico, da produção e disseminação de conhecimentos para a área da saúde e, da oferta de bens e serviços para os setores público e privado, provendo soluções científicas, tecnológicas e inovadoras, por meio da mobilização de competências que favoreçam a competitividade da economia brasileira, em consonância com as orientações estratégicas do Estado do Paraná e atuando sob o princípio da indissociabilidade entre educação, pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico, soluções tecnológicas e difusão tecnológica e inovação, na forma do disposto no §2º do art. 1º da Lei nº 7.056, de 4 de dezembro de 1978.

§1º Constituem-se seus objetivos específicos:

I- fomentar e proporcionar apoio científico e tecnológico às atividades dos diversos setores econômicos de interesse para o Estado e para o País;

II - criar ou adaptar tecnologias de interesse econômico e social visando ao desenvolvimento sustentável;

III- promover e desenvolver estudos e executar programas e projetos inovadores de caráter científico e tecnológico;

IV - realizar atividades de calibração de instrumentos de medição, de ensaios, de certificação e inspeção da conformidade e de controle da qualidade;

V - desenvolver e difundir tecnologias de gestão para a melhoria da competitividade das organizações públicas e privadas;

VI-formar e capacitar recursos humanos de interesse do desenvolvimento tecnológico e inovação, bem como aqueles necessários à execução de programas e projetos em articulação com universidades e centros de referência do País e do exterior;

VII- colaborar, desenvolver e oferecer cursos de graduação e pós-graduação stricto-sensu e lato-sensu, nas suas áreas de competência, diretamente ou em parceria com outras instituições, conferindo graus, diplomas e outros títulos cabíveis;

VIII - pesquisar, desenvolver, inovar, produzir e distribuir produtos para a área de saúde, medicamentos sintéticos, biológicos e biotecnológicos de interesse do Sistema Único de Saúde - SUS, bem como produtos veterinários para políticas públicas de modo em geral;

IX - promover atividades em rede com entidades nacionais, estrangeiras e internacionais nas áreas de sua atuação, bem como participar de iniciativas de inovação aberta;

X - promover a cultura empreendedora e favorecer o surgimento de novas empresas de base tecnológica inovadoras;

XI - incentivar a proteção legal de seus ativos intangíveis e promover a sua difusão;

XII - organizar, tratar e disseminar informação qualificada para o desenvolvimento tecnológico e inovação;

XIII - promover o processo de inclusão digital favorecendo o desenvolvimento socioeconômico, em articulação com os órgãos governamentais legalmente responsáveis

pela política estadual formulada para a área;

XIV - desempenhar atividades de interesse das políticas industrial e de ciência, tecnologia e inovação do País, observados os interesses do Estado do Paraná;

XV - adotar e disseminar práticas de sustentabilidade ambiental e de responsabilidade social corporativa.

§2º Para a consecução do objeto social e observada a sua área de atuação, o TECPAR poderá abrir, instalar, manter, transferir ou extinguir filiais, dependências, escritórios ou representações ou quaisquer outros estabelecimentos ou, ainda, designar representantes, bem como manter agências, parques e incubadoras tecnológicas e campi avançados, a critério do Conselho de Administração, por proposição da Diretoria Executiva, respeitadas as disposições legais e regulamentares.

Art. 5º No cumprimento de seus objetivos, o TECPAR poderá:

I - celebrar convênios, acordos, contratos e outros instrumentos legais de compromissos com pessoas físicas ou jurídicas de direito privado ou público, nacionais, estrangeiras ou internacionais;

II - celebrar convênio ou contrato de patrocínio com pessoa física ou com pessoa jurídica para promoção de atividades culturais, sociais, esportivas, educacionais e de inovação tecnológica, desde que comprovadamente vinculadas ao fortalecimento de sua imagem, observando-se, no que couber, as normas de licitação e contratos administrativos, contidos na Lei 13.303 de 2016;

III-estabelecer vínculos de cooperação para fins didáticos, educacionais, de pesquisa e desenvolvimento, com universidades e outras entidades de ensino, para a execução de programas e projetos de interesse comum;

IV - prestar serviços a órgãos e entidades dos setores privado e público ou a pessoas físicas;

V - explorar, direta ou indiretamente, os resultados das pesquisas e desenvolvimentos realizados;

VI - requerer o depósito de registro de todas as formas propriedade intelectual geradas pelo Instituto, explorá-las comercialmente diretamente ou mediante licença, bem como ceder seu uso;

VII - conceder retribuição pecuniária e bolsas de pesquisa científica e tecnológica para o desenvolvimento de tecnologia, de produto, de processo ou de serviço, diretamente ou por intermédio de parceria com instituições públicas ou privadas, de acordo com a Lei nº 20.541, de 20 de abril de 2021 - Lei de Inovação do Paraná**;**

VIII - participar, com capital próprio, em instituições e sociedades que possuam fins complementares ou que venham a ser constituídas com a finalidade de implementar as políticas estadual e federal de desenvolvimento científico e tecnológico;

IX - constituir sociedades ou outros arranjos institucionais no intuito de obter melhor eficiência operacional;

X - celebrar Contratos de Gestão e Termos de Parceria com o poder público das esferas estadual, distrital, municipal e federal e, ainda, com entidades privadas.

Parágrafo único. Caso o TECPAR venha a participar em sociedade empresarial em que a Empresa não detenha o controle acionário, deverá adotar, no dever de fiscalizar, práticas de governança e controle proporcionais à relevância, à materialidade e aos riscos do negócio do qual será partícipe, considerando, para esse fim:

I - documentos e informações estratégicos do negócio e demais relatórios e informações produzidos por força de acordo de acionistas e de Lei considerados essenciais para a defesa de seus interesses na sociedade empresarial investida;

II - relatório de execução do orçamento e de realização de investimentos programados pela sociedade, inclusive quanto ao alinhamento dos custos orçados e dos realizados com os custos de mercado;

III - informe sobre execução da política de transações com partes relacionadas;

IV - análise das condições de alavancagem financeira da sociedade;

V - avaliação de inversões financeiras e de processos relevantes de alienação de bens móveis e imóveis da sociedade;

VI - relatório de risco das contratações para execução de obras, fornecimento de bens e prestação de serviços relevantes para os interesses da Empresa;

VII - informe sobre execução de projetos relevantes para os interesses da Empresa;

VIII-relatório de cumprimento, nos negócios da sociedade, de condicionantes socioambientais estabelecidas pelos órgãos ambientais;

IX - avaliação das necessidades de novos aportes na sociedade e dos possíveis riscos de redução da rentabilidade esperada do negócio;

X - qualquer outro relatório, documento ou informação produzido pela sociedade empresarial investida considerado relevante para o cumprimento do comando constante do caput.

CAPÍTULO II
CAPITAL SOCIAL

Art. 6º O capital social é de R$ 252.554.799,18 (duzentos e cinquenta e dois milhões, quinhentos e cinquenta e quatro mil, setecentos e noventa e nove reais e dezoito centavos).

Parágrafo único. O capital social poderá ser aumentado, mediante deliberação do Conselho de Administração ouvido o Conselho Fiscal, respeitado o capital majoritário do Estado nos termos da legislação vigente.

CAPÍTULO III
ASSEMBLEIA GERAL

Art. 7º A Assembleia Geral é o órgão máximo do TECPAR, com poderes para deliberar sobre todos os negócios relativos ao seu objeto e será regida pela legislação vigente.

Art. 8º A Assembleia Geral será convocada pelo Conselho de Administração ou, nas hipóteses admitidas em lei, pela Diretoria Executiva ou pelo Conselho Fiscal.

Art. 9º A convocação será feita com observância da antecedência mínima para a realização da Assembleia Geral nos termos da legislação vigente, sendo que a pauta e os documentos pertinentes serão disponibilizados na mesma data da convocação, de modo acessível, inclusive, de forma eletrônica.

Parágrafo único. Nas Assembleias Gerais tratar-se-á exclusivamente do objeto previsto nos editais de convocação, não se admitindo a inclusão de assuntos gerais na pauta da Assembleia.

Art. 10. A Assembleia Geral será instalada e presidida pelo Diretor-Presidente do TECPAR ou pelo substituto que esse vier a designar.

§1º O quórum de instalação de Assembleias Gerais, bem como o das deliberações, serão aqueles determinados na legislação vigente.

§2º O Presidente da Assembleia Geral escolherá, dentre os presentes, um secretário.

Art. 11. A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente dentro dos 4 (quatro) primeiros meses após o encerramento do exercício social, para deliberar sobre as matérias previstas em lei, e, extraordinariamente, quando necessário.

Art. 12. Nas Assembleias Gerais, cada ação ordinária dará direito a um voto.

Art. 13. O acionista poderá participar e ser representado por procurador nas Assembleias Gerais, exibindo, no ato ou previamente, documentos e procuração com poderes específicos, na forma da lei.

Art. 14. A ata da Assembleia Geral será lavrada conforme a legislação em vigor.

Art. 15. A Assembleia Geral, além de outros casos previstos em lei, reunir-se-á para deliberar sobre:

I - alteração do capital social;

II - avaliação de bens com que o acionista concorre para a formação do capital social;

III- transformação, fusão, incorporação, cisão, dissolução e liquidação da empresa;

IV- alteração do estatuto social;

V - eleição e destituição, a qualquer tempo, dos membros do Conselho de Administração;

VI- eleição e destituição, a qualquer tempo, dos membros do Conselho Fiscal e respectivos suplentes;

VII - fixação da remuneração dos administradores e do Conselho Fiscal;

VIII - aprovação das demonstrações financeiras e da destinação do resultado do exercício;

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

IX - autorização para o TECPAR mover ação de responsabilidade civil contra os administradores pelos prejuízos causados ao seu patrimônio;

X - alienação de bens imóveis diretamente vinculados à prestação de serviços e à constituição de ônus reais sobre eles;

XI -eleição e destituição, a qualquer tempo, de liquidantes, julgando-lhes as contas.

CAPÍTULO IV
ADMINISTRAÇÃO DO TECPAR

Art. 16. O TECPAR será administrado pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva.

Art. 17. A representação do TECPAR é privativa dos Diretores na forma prevista neste Estatuto.

SEÇÃO I
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 18. O Conselho de Administração é órgão de deliberação estratégica e colegiada responsável pela orientação superior do TECPAR.

Subseção I
Composição, Mandato e Investidura

Art. 19. O Conselho de Administração será composto por 7 (sete) membros titulares, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, todos com prazo de mandato unificado de 2 (dois) anos a contar da data da eleição, permitidas, no máximo, 3 (três) reconduções consecutivas.

Art. 20. Caberá à Assembleia Geral que eleger o Conselho de Administração fixar o número total de membros, dentro do limite máximo previsto neste Estatuto.

§1º O Diretor-Presidente do TECPAR poderá integrar o Conselho de Administração, mediante eleição em Assembleia Geral.

§2º Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.

§3º O Presidente do Conselho de Administração será indicado pelo acionista controlador e designado pela Assembleia Geral que o eleger, sendo substituído em suas ausências e impedimentos pelo Conselheiro escolhido pela maioria de seus pares.

§4º O Conselho de Administração deve ser composto, no mínimo, por 25% (vinte e cinco por cento) de conselheiros independentes.

Art. 21. Assegura a participação de um representante dos empregados no Conselho de Administração, com mandato coincidente com o dos demais conselheiros.

§1º O conselheiro representante dos empregados será indicado nos termos estabelecidos na legislação pertinente, sob os mesmos critérios de qualificação previstos para os demais conselheiros.

§2º O candidato eleito conselheiro representante dos empregados tomará posse para o mandato estabelecido neste artigo, permitida a reeleição por uma só vez.

Art. 22. A investidura de membros do Conselho de Administração observará as condições estabelecidas na legislação vigente.

Subseção II
Vacância e Substituições

Art. 23. Ocorrendo a vacância definitiva da função de conselheiro de administração, antes do término do mandato, o Conselho de Administração convocará Assembleia Geral para eleição do substituto, que completará o mandato do conselheiro substituído.

Art. 24. A função de Conselheiro de Administração é pessoal e não se admite substituto temporário ou suplente, inclusive para representante dos empregados.

Parágrafo único. No caso de ausências ou impedimentos eventuais de qualquer membro do Conselho, o colegiado deliberará com os remanescentes.

Subseção III
Funcionamento

Art. 25. O Conselho de Administração se reunirá ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que necessário, conforme previsto no art. 28 deste Estatuto.

Art. 26. As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas pelo seu Presidente, ou pela maioria dos conselheiros em exercício, mediante o envio de correspondência escrita ou eletrônica a todos os conselheiros, com a indicação dos assuntos a serem tratados.

§1º As convocações enviadas no endereço eletrônico do Conselheiro serão consideradas válidas, sendo de sua responsabilidade a atualização de seu cadastro junto ao TECPAR.

§2º As reuniões ordinárias deverão ser convocadas com antecedência mínima de 10 (dez) dias em relação à data da sua realização.

§3º O Presidente do Conselho de Administração deverá zelar para que os conselheiros recebam individualmente, com a devida antecedência em relação à data da reunião, a documentação contendo as informações necessárias para permitir a discussão e deliberação dos assuntos a serem tratados, incluindo, quando for o caso, a proposta da Diretoria Executiva e as manifestações de caráter técnico e jurídico.

§4º As reuniões do Conselho de Administração serão instaladas com a presença da maioria dos seus membros em exercício, cabendo à presidência dos trabalhos ao Presidente do Conselho de Administração ou, na sua falta, a outro conselheiro por ele indicado.

Art. 27. Faculta, se necessária, a participação não presencial dos conselheiros nas reuniões ordinárias e extraordinárias, por audioconferência ou videoconferência, que possa assegurar a participação efetiva e a autenticidade do seu voto.

Parágrafo único. Na hipótese prevista no caput deste artigo, o conselheiro que participar remotamente será considerado presente à reunião, e seu voto será considerado válido para todos os efeitos legais e incorporado à ata da referida reunião.

Art. 28. Quando houver motivo de extrema urgência, o Presidente do Conselho de Administração poderá convocar as reuniões extraordinárias a qualquer momento e dispensada a antecedência mínima para a sua realização, mediante o envio de correspondência escrita, eletrônica ou por outro meio de comunicação a todos os conselheiros, ficando facultada a participação por áudioconferência, videoconferência ou outro meio idôneo de manifestação de vontade do conselheiro em participação remota, cujo voto será considerado válido para todos os efeitos, sem prejuízo da posterior lavratura e assinatura da respectiva ata.

Parágrafo único. As demais reuniões extraordinárias poderão ser convocadas, na forma prevista no caput deste artigo, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, para assuntos que não são considerados de extrema urgência, mas que não podem aguardar a instalação da reunião ordinária para sua deliberação.

Art. 29. O Conselho de Administração deliberará por maioria de votos dos presentes à reunião, prevalecendo, em caso de empate, a proposta que contar com o voto do conselheiro que estiver presidindo os trabalhos.

Art. 30. As reuniões do Conselho de Administração serão secretariadas por quem o seu Presidente indicar e todas as deliberações constarão de ata lavrada e assinada por todos os presentes.

Parágrafo único. Sempre que contiver deliberações destinadas a produzir efeitos perante terceiros, o extrato da ata será arquivado no registro do comércio e publicado na forma da legislação vigente, ressalvada a matéria de cunho sigiloso, a qual constará de documento em separado e não será dada publicidade.

Subseção IV
Atribuições

Art. 31. Além das atribuições previstas em lei, compete ainda ao Conselho de Administração:

I - eleger, destituir, aceitar renúncia e substituir os Diretores do TECPAR, fixando-lhes as atribuições;

II - designar, dentre os Diretores do TECPAR, o Diretor que terá atribuição de gerenciamento de riscos, na forma da legislação e da regulamentação aplicáveis;

III - fiscalizar a gestão dos Diretores do TECPAR, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis do TECPAR, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos;

IV - aprovar e acompanhar o plano de negócios, planejamento estratégico e de investimentos, contendo as diretrizes de ação, metas de resultado e indicadores de avaliação de desempenho, que deverão ser apresentados pela Diretoria Executiva;

V - aprovar planos e programas anuais e plurianuais, com indicação dos respectivos projetos;

VI - aprovar o orçamento de dispêndios e investimentos do TECPAR, com indicação das fontes e aplicações de recursos;

VII - acompanhar a execução dos planos, programas, projetos e orçamentos;

VIII - fixar a orientação geral dos negócios do TECPAR, definindo objetivos e prioridades de políticas públicas compatíveis com a área de atuação do TECPAR e o seu objeto social, buscando o desenvolvimento com sustentabilidade;

IX - avaliar o relatório da administração e as contas da Diretoria Executiva;

X -aprovar o plano anual dos trabalhos de auditoria interna e externa;

XI - autorizar e homologar a contratação da auditoria independente, bem como a rescisão do respectivo contrato;

XII - deliberar sobre o aumento do capital social, fixando as respectivas condições de subscrição e integralização;

XIII - fixar o limite máximo de endividamento do TECPAR;

XIV - autorizar as provisões contábeis em valor superior a 2% (dois por cento) do capital social do TECPAR, mediante proposta da Diretoria Executiva;

XV - deliberar, por proposta da Diretoria Executiva, sobre a política de pessoal, incluindo a fixação do quadro, plano de cargos e salários, condições gerais de negociação coletiva, abertura de processo seletivo para preenchimento de vagas e Programa de Participação nos Lucros e Resultados;

XVI - autorizar previamente a celebração de quaisquer negócios jurídicos observados os limites previstos na legislação e regulamentação estadual vigentes, incluindo a aquisição, alienação ou oneração de ativos, a obtenção de empréstimos e financiamentos, a assunção de obrigações em geral, renúncia, transação e ainda a associação com outras pessoas jurídicas;

XVII - deliberar, por proposta da Diretoria Executiva, sobre os projetos de investimento em novos negócios, participações em novos empreendimentos, bem como sobre a participação em outras sociedades, aprovação da constituição, encerramento ou alteração de quaisquer sociedades, empreendimentos ou consórcios;

XVIII - definir os assuntos e valores para sua alçada decisória e da Diretoria Executiva;

XIX - aprovar a contratação de seguro de responsabilidade civil em favor dos membros dos Órgãos Estatutários, empregados, prepostos e mandatários do TECPAR;

XX - aprovar o seu próprio regimento interno, o da Diretoria e dos Comitês vinculados ao Conselho de Administração, bem como o Código de Conduta e Integridade do TECPAR, e eventuais alterações;

XXI - aprovar o Relatório de Sustentabilidade do TECPAR;

XXII - aprovar o Regulamento de Licitações do TECPAR e suas alterações;

XXIII - aprovar as políticas relacionadas às seguintes áreas, bem como suas respectivas alterações:

a) administração de riscos;

b) transações com partes relacionadas;

c) divulgação de informações relevantes;

d) sustentabilidade;

e) distribuição de dividendos;

f) governança corporativa;

g) integridade;

h) gestão de pessoas.

XXIV - aprovar os demais regulamentos e políticas gerais do TECPAR, bem como suas alterações;

XXV - estabelecer política de porta-vozes visando eliminar risco de contradição entre informações de diversas áreas e as dos executivos do TECPAR;

XXVI - aprovar as transações entre partes relacionadas, dentro dos critérios e limites de alçada definidos pelo TECPAR;

XXVII - manifestar-se previamente sobre qualquer proposta da Diretoria Executiva ou assunto a ser submetido à Assembleia Geral;

XXVIII - autorizar a abertura, instalação e extinção de filiais, dependências, agências, sucursais, escritórios e representações, bem como parques e incubadoras tecnológicas nos campi do TECPAR;

XXIX - autorizar a participação, com capital próprio, em instituições e sociedades que possuam fins complementares ou que venham a ser constituídas com a finalidade de implementar as políticas estadual e federal de desenvolvimento científico e tecnológico e de inovação;

XXX - autorizar a constituição de sociedades ou de outros arranjos institucionais no intuito de obter melhor eficiência operacional;

XXXI - exercer as funções normativas das atividades do TECPAR, podendo avocar para si qualquer assunto que não se compreenda na competência privativa da Assembleia Geral ou da Diretoria Executiva;

XXXII - conceder licença ao Diretor-Presidente do TECPAR e ao Presidente do Conselho de Administração, inclusive, a título de férias;

XXXIII - constituir comitês para seu assessoramento com atribuições específicas de análise e recomendação sobre determinadas matérias;

XXXIV - nomear e destituir os membros dos comitês de suporte ao Conselho de Administração;

XXXV - solicitar auditoria interna periódica sobre as atividades da entidade fechada de previdência complementar que administra plano de benefícios do TECPAR;

XXXVI - nomear e destituir o titular da Auditoria Interna;

XXXVII - aprovar e subscrever Carta Anual de Políticas Públicas divulgando-a ao público juntamente com a Carta Anual de Governança Corporativa, na forma da lei;

XXXVIII - discutir, aprovar e monitorar decisões envolvendo práticas de governança corporativa, relacionamento com partes interessadas, política de gestão de pessoas e código de conduta dos agentes;

XXXIX - aprovar e supervisionar os sistemas de gestão de riscos e de controle interno estabelecidos para a prevenção e mitigação dos principais riscos a que está exposto o TECPAR, inclusive os riscos relacionados à integridade das informações contábeis e financeiras e os relacionados à ocorrência de corrupção e fraude;

XL - avaliar o desempenho de cada membro da Diretoria Executiva, do Diretor Presidente e da Diretoria como órgão colegiado;

XLI - aprovar e fiscalizar o cumprimento das metas e resultados específicos a serem alcançados pelos membros da Diretoria Executiva;

XLII - promover, anualmente, análise de atendimento das metas e resultados na execução do plano de negócios e da estratégia de longo prazo, devendo publicar suas conclusões e informá-las à Assembleia Legislativa e ao Tribunal de Contas do Estado, exceto as informações de natureza estratégica cuja divulgação possa ser comprovadamente prejudicial ao interesse do TECPAR;

XLIII - deliberar sobre os casos omissos do Estatuto Social do TECPAR, em conformidade com o disposto na lei.

Parágrafo único. Poderá o Conselho de Administração designar à Diretoria Executiva a aprovação dos negócios jurídicos de sua competência em limite de alçada que definir, respeitada a competência privativa prevista em lei.

Art. 32. Compete ao Presidente do Conselho de Administração conceder licença a seus membros, presidir as reuniões e dirigir os trabalhos, bem como coordenar o processo de avaliação de desempenho de cada conselheiro, do órgão colegiado e de seus comitês, nos termos deste Estatuto.

SEÇÃO II
DIRETORIA EXECUTIVA
Subseção I
Composição, Mandato e Atribuições

Art. 33. A Diretoria Executiva é o órgão executivo de administração e representação, cabendo-lhe assegurar o funcionamento regular do TECPAR em conformidade com

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

a orientação geral traçada pelo Conselho de Administração.

Art. 34. A Diretoria Executiva será composta de, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros, todos residentes no País, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato unificado de 2 (dois) anos, permitidas, no máximo, 3 (três) reconduções consecutivas, sendo:

I - 1 (um) Diretor-Presidente;

II - 4 (quatro) Diretores Executivos para as áreas de:

a) Administração e Finanças;

b) Tecnologia e Inovação;

c) Novos Negócios e Relações Institucionais

d) Industrial da Saúde.

§1º É condição para investidura em cargo de diretor do TECPAR a assunção de compromisso com metas e resultados específicos a serem alcançados, que deverá ser aprovado pelo Conselho de Administração, a quem incumbe fiscalizar seu cumprimento.

§2º A Diretoria Executiva deverá apresentar, até a última reunião ordinária do Conselho de Administração do ano anterior, a quem compete sua aprovação:

I - plano de negócios para o exercício anual seguinte;

II - estratégia de longo prazo atualizada com análise de riscos e oportunidades para, no mínimo, os próximos 5 (cinco) anos.

Art. 35. São atribuições do Diretor Presidente:

I - dirigir e coordenar o TECPAR;

II - representar o TECPAR, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, podendo constituir para esse fim, procurador com poderes especiais, inclusive poderes para receber citações iniciais e notificações, observado o art. 44 deste Estatuto;

III - dirigir e coordenar os assuntos relacionados ao planejamento e desempenho empresarial;

IV - zelar para o atingimento das metas do TECPAR, estabelecidas de acordo com as orientações gerais da Assembleia Geral e do Conselho de Administração;

V - apresentar à Assembleia Geral o relatório anual dos negócios do TECPAR, ouvido o Conselho de Administração;

VI - coordenar e acompanhar os trabalhos da Diretoria Executiva;

VII - convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;

VIII - conceder licença aos demais membros da Diretoria Executiva, inclusive, a título de férias;

IX - resolver questões de conflito de interesse ou conflito de competência entre Diretorias.

X - conduzir a área de gestão de riscos e controle interno, que terá, no mínimo, as seguintes atribuições:

a) orientar e promover a aplicação das normas, diretrizes e procedimentos de governança, conformidade e gerenciamento de riscos;

b) avaliar e monitorar a eficácia dos mecanismos de controles internos;

c) acompanhar o andamento de denúncias quanto a violações da política de integridade, do Código de Conduta e de normas correlatadas;

d) avaliar e monitorar os riscos a que estão sujeitos os negócios da Empresa;

e) reportar-se diretamente ao Conselho de Administração em situações em que se suspeite do envolvimento do Diretor-Presidente em irregularidades ou quando este se furtar à obrigação de adotar medidas necessárias em relação à situação a ele relatada.

Art. 36. São atribuições dos demais Diretores Executivos:

I - gerir as atividades da sua área de atuação;

II - participar das reuniões da Diretoria Executiva, concorrendo para a definição das políticas a serem seguidas pelo TECPAR e relatando os assuntos da sua respectiva área de atuação; e

III- cumprir e fazer cumprir a orientação geral dos negócios do TECPAR estabelecida pelo Conselho de Administração na gestão de sua área específica de atuação.

§1º As demais atribuições individuais dos Diretores Executivos serão fixadas no Regimento Interno da Diretoria Executiva, aprovado pelo Conselho de Administração do TECPAR.

§2º A competência da Diretoria Executiva para celebrar quaisquer negócios jurídicos incluindo a aquisição, alienação ou oneração de ativos, a obtenção de empréstimos e financiamentos, renúncia, transação e a assunção de obrigações em geral deverá observar os limites previstos na legislação e regulamentação estadual vigentes.

§3º Além das atribuições estabelecidas no presente Estatuto, compete a cada diretor assegurar a cooperação e o apoio aos demais diretores no âmbito de suas respectivas competências, visando à consecução dos objetivos e interesses do TECPAR.

§4º Os Diretores Executivos exercerão seus cargos no TECPAR, sendo permitido o exercício concomitante e não remunerado em cargos de administração das subsidiárias integrais e controladas.

Subseção II
Vacância, Substituições e Licenças

Art. 37. Nas vacâncias, ausências ou impedimentos temporários de qualquer diretor, o Diretor-Presidente designará outro membro da Diretoria Executiva para cumular as funções.

§1º Nas suas ausências e impedimentos temporários, o Diretor-Presidente será substituído pelo diretor por ele indicado e, se não houver indicação, pelo diretor responsável pela área financeira.

§2º Os Diretores Executivos não poderão se afastar do cargo por mais de 30 (trinta) dias consecutivos, salvo em caso de licença médica ou nas hipóteses autorizadas pelo Conselho de Administração.

§3º Os Diretores Executivos poderão solicitar ao Conselho de Administração afastamento por licença não remunerada, desde que por prazo não superior a 3 (três) meses, a qual deverá ser registrada em ata.

Art. 38. Em caso de falecimento, renúncia ou impedimento definitivo de qualquer membro da Diretoria Executiva, caberá ao Conselho de Administração, dentro de 30 (trinta) dias da ocorrência da vaga, eleger o substituto, que completará o mandato do substituído.

§1º Até que se realize a eleição, poderá a Diretoria Executiva designar um substituto provisório.

§2º A eleição, contudo, poderá ser dispensada, se a vaga ocorrer no ano em que deva terminar o mandato da Diretoria Executiva então em exercício.

Subseção III
Funcionamento

Art. 39. A Diretoria Executiva se reunirá ordinariamente, no mínimo, uma vez por mês e extraordinariamente, sempre que necessário, por convocação do Diretor-Presidente ou de outros dois diretores quaisquer.

§1º As reuniões da Diretoria Executiva serão instaladas pela presença de metade dos diretores em exercício e do Procurador-Chefe da Procuradoria Jurídica do TECPAR, considerando-se aprovada a matéria que obtiver a concordância da maioria dos presentes.

§2º No caso de empate, prevalecerá a proposta que contar com o voto do diretor que estiver presidindo a reunião.

§3º A cada Diretor presente conferir-se-á o direito a um único voto, mesmo na hipótese de eventual acumulação de funções de Diretores.

§4º Nas reuniões da Diretoria Executiva não será admitido o voto por representação.

§5º O Procurador-Chefe terá assento na Diretoria Executiva participando das reuniões ordinárias e extraordinárias, com direito a manifestação.

Art. 40. Facultada, se necessária, a participação não presencial dos diretores, nas reuniões ordinárias e extraordinárias, por áudio conferência ou videoconferência, que

possa assegurar a participação efetiva e a autenticidade do seu voto.

Parágrafo único. Na hipótese mencionada no caput deste artigo, o diretor que participar remotamente será considerado presente à reunião, e seu voto válido para todos os efeitos legais e incorporado à ata da referida reunião.

Art. 41. As reuniões da Diretoria Executiva serão secretariadas por quem o seu Presidente indicar.

Subseção IV
Atribuições

Art. 42. Além das atribuições definidas em lei, compete à Diretoria Executiva:

I - gerir os negócios do TECPAR de forma sustentável, considerando os fatores econômicos, socioculturais, ambientais e mudança do clima, bem como os riscos e oportunidades relacionados, em todas as atividades sob sua responsabilidade;

II- cumprir e fazer cumprir o Estatuto Social do TECPAR e as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração;

III- elaborar e submeter à aprovação do Conselho de Administração:

a) as bases e diretrizes para a elaboração do plano estratégico, bem como dos programas anuais e plurianuais;

b) o plano estratégico, indicadores e metas, bem como os respectivos planos plurianuais e programas anuais de dispêndios e de investimentos do TECPAR com os respectivos projetos;

c) o orçamento do TECPAR, com a indicação das fontes e aplicações dos recursos, bem como suas alterações;

d) os projetos de investimento em novos negócios, participações em novos empreendimentos, bem como sobre a participação em outras sociedades, aprovação da constituição, encerramento ou alteração de quaisquer sociedades, empreendimentos ou consórcios;

e) a avaliação do resultado de desempenho das atividades do TECPAR;

f) os relatórios trimestrais do TECPAR acompanhados das demonstrações financeiras;

g) o relatório anual da administração, acompanhado do balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, com o parecer dos auditores independentes e do Conselho Fiscal e a proposta de destinação do resultado do exercício;

h) proposta relacionada à política de pessoal;

i) o regimento interno da Diretoria Executiva, regulamentos e políticas gerais do TECPAR.

IV - aprovar:

a) os critérios de avaliação técnico-econômica para os projetos de investimentos, com os respectivos planos de delegação de responsabilidade para sua execução e implantação;

b) o plano de contas contábil;

c) o plano anual de seguros do TECPAR;

d) residualmente, dentro dos limites estatutários, tudo o que se relacionar com atividades do TECPAR e que não seja de competência privativa do Diretor-Presidente, do Conselho de Administração ou da Assembleia Geral;

e) as transações entre partes relacionadas, dentro dos critérios e limites definidos pelo Conselho de Administração do TECPAR.

V - autorizar, observados os limites e as diretrizes fixadas pela lei e pelo Conselho de Administração:

a) atos de renúncia ou transação judicial ou extrajudicial, para pôr fim a litígios ou pendências, podendo fixar limites de valor para a delegação da prática desses atos pelo Diretor-Presidente ou qualquer outro diretor;

b) celebração de quaisquer negócios jurídicos observados os limites previstos na legislação e regulamentação estadual vigentes, e pelo Conselho de Administração, sem prejuízo da competência atribuída pelo Estatuto ao Conselho de Administração, incluindo a aquisição, alienação ou oneração de ativos, a obtenção de empréstimos e financiamentos, a assunção de obrigações em geral e ainda a associação com outras pessoas jurídicas.

VI - propor as Políticas e o Código de Conduta do TECPAR, assegurando o cumprimento desses no âmbito de sua atuação;

VII - definir a estrutura organizacional e a distribuição interna das atividades administrativas do TECPAR e de suas subsidiárias integrais e controladas;

VIII - negociar e firmar instrumentos de gestão entre o TECPAR e as sociedades nas quais participe;

IX - indicar os representantes do TECPAR nos Órgãos Estatutários das sociedades em que esta ou suas subsidiárias integrais tenham ou venham a ter participação direta ou indireta;

X - definir e acompanhar o cumprimento de diretrizes e políticas do TECPAR nas suas subsidiárias integrais, nas sociedades direta ou indiretamente controladas e, no caso das participações minoritárias diretas ou indiretas, fiscalizar as práticas de governança e o controle proporcionais à relevância, à materialidade e aos riscos do negócio do qual são partícipes.

Parágrafo único. A Diretoria Executiva poderá designar aos demais níveis gerenciais do TECPAR, a competência para atuar sobre determinadas matérias no que concerne aos limites de competências individuais atribuídos aos Diretores, bem como a assinatura de contratos ou qualquer instrumento que gere obrigação para o TECPAR, desde que previamente aprovados dentro dos limites ora estabelecidos.

Art. 43. O regimento interno da Diretoria Executiva poderá detalhar as atribuições individuais de cada diretor, assim como condicionar a prática de determinados atos compreendidos nas áreas de competência específica à prévia autorização da Diretoria Executiva.

Subseção V
Representação do TECPAR

Art. 44. O TECPAR obriga-se perante terceiros:

I - pela assinatura de dois diretores, sendo um necessariamente o Diretor-Presidente ou o diretor responsável pela área financeira, e o outro, o diretor com atribuições da área respectiva a que o assunto se referir;

II - pela assinatura de um Diretor Executivo delegado e um procurador, conforme os poderes constantes do respectivo instrumento de mandato, nesse caso exclusivamente para a prática de atos específicos.

§1º Os instrumentos de mandato serão outorgados com prazo determinado de validade e especificarão os poderes conferidos, sendo que apenas as procurações para o foro em geral terão prazo indeterminado.

§2º Os instrumentos de mandato especificarão expressamente os poderes especiais, os atos ou as operações outorgadas, dentro dos limites dos poderes dos diretores que os outorgam, bem como a duração do mandato por prazo determinado de validade, vedado o substabelecimento, salvo na hipótese de procuração para fins de representação judicial do TECPAR, que poderá ser por prazo indeterminado e com possibilidade de substabelecimento nas condições delimitadas no referido instrumento.

§3º Poderá qualquer dos Diretores Executivos representar individualmente o TECPAR, quando o ato a ser praticado impuser representação singular e nos casos em que o uso da assinatura eletrônica impossibilite que duas ou mais pessoas assinem o mesmo documento, mediante autorização da Diretoria Executiva.

§4º Quando o instrumento de mandato tiver por objeto a prática de ato que depender de prévia autorização da Diretoria Executiva ou do Conselho de Administração, somente poderá ser outorgado após essa autorização, que deverá ser mencionada em seu texto.

CAPÍTULO V
CONSELHO FISCAL

Art. 45. O TECPAR terá um Conselho Fiscal de funcionamento permanente de fiscalização, de atuação colegiada e individual, com as competências e atribuições previstas em lei.

Art. 46. O Conselho Fiscal será composto por 3 (três) membros efetivos e 3 (três) membros suplentes, eleitos por Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos a contar da data de sua eleição, permitidas, no máximo, 2 (duas) reconduções consecutivas.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Subseção Única
Vacância e Substituições

Art. 47. Na hipótese de vacância, renúncia ou destituição do membro titular, o suplente assume até a eleição do novo titular.
Art. 48. O Conselho Fiscal se reunirá ordinariamente uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que necessário, quando convocado por qualquer de seus membros ou pela Diretoria Executiva.
Parágrafo único. O Presidente do Conselho Fiscal será eleito por seus pares.
Art. 49. Os membros do Conselho Fiscal perceberão a remuneração fixada pela Assembleia Geral que os eleger, observado o mínimo legal.

CAPÍTULO VI
REGRAS COMUNS AOS ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS
Subseção I
Posse, Impedimentos e Vedações

Art. 50. Os membros dos Órgãos Estatutários deverão comprovar, mediante apresentação de curriculum, que possuem capacidade profissional, técnica ou administrativa, experiência compatível com o cargo, reputação ilibada, bem como comprovar o preenchimento dos requisitos legais e o não enquadramento nas hipóteses de impedimento e vedação previstas em legislação vigente.

Art. 51. Os membros dos Órgãos Estatutários serão investidos em seus cargos mediante assinatura de termo de posse.

§1º O termo de posse deverá ser assinado nos 30 (trinta) dias seguintes à eleição ou nomeação, sob pena de sua ineficácia, salvo justificativa aceita pelo órgão para o qual o membro tiver sido eleito, e deverá conter a indicação de pelo menos um domicílio para recebimento de citações e intimações de processos administrativos e judiciais, relativos a atos de sua gestão, sendo permitida a alteração do domicílio indicado somente mediante comunicação escrita ao TECPAR.

§2º A investidura ficará condicionada à apresentação de declaração de bens e valores, na forma prevista na legislação vigente, que deverá ser atualizada anualmente e ao término do mandato.

Art. 52. O prazo de gestão dos membros da Diretoria Executiva, dos Conselhos do TECPAR e respectivas subsidiárias será de 2 (dois) anos, sendo permitidas, no máximo:

I - 2 (duas) reconduções consecutivas, para os membros do Conselho Fiscal;

II - 3 (três) reconduções consecutivas, para os membros da Diretoria Executiva e dos demais conselhos.

Art. 53. Os membros da Diretoria Executiva e dos Conselhos de Administração e Fiscal que, por qualquer motivo, tiverem interesse particular direto, indireto ou conflitante com o do TECPAR em determinada deliberação, deverão se abster de participar da discussão e votação desse item, ainda que como representantes de terceiros, fazendo-se constar em ata a razão da abstenção, indicando a natureza e a extensão do seu interesse.

Art. 54. Os membros estatutários serão desligados mediante renúncia voluntária ou destituição ad nutum.

Art. 55. Salvo na hipótese de renúncia ou destituição, considera-se automaticamente prorrogado o mandato dos membros dos Órgãos Estatutários, até a investidura dos novos membros.

Art. 56. Além dos casos previstos em lei dar-se-á vacância do cargo quando:

I - o membro do Conselho de Administração ou Fiscal deixar de comparecer a 2 (duas) reuniões consecutivas ou 3 (três) intercaladas, durante o período compreendendo as últimas 12 (doze) reuniões, sem justificativa;

II - o membro da Diretoria Executiva se afastar do exercício do cargo por mais de 30 (trinta) dias consecutivos, salvo em caso de licença, inclusive férias, ou nos casos autorizados pelo Conselho de Administração.

Art. 57. Anualmente será realizada avaliação do desempenho do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, bem como de cada um dos seus membros, podendo, para tal, contar com instituição independente, conforme procedimento previamente definido em Regimento Interno.

Art. 58. Os Órgãos Estatutários se reúnem validamente com a presença da maioria de seus membros e deliberam por voto da maioria dos membros presentes, devendo haver adequado registro em ata, devidamente assinada pelos presentes, podendo estas ser lavradas de forma sumária.

§1º Caso a decisão não seja unânime, o voto divergente poderá ser registrado, a critério do respectivo membro.

§2º Nas deliberações colegiadas do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, os membros que estiverem presidindo a reunião terão o voto de desempate, além do voto pessoal.

Art. 59. Os membros de um Órgão Estatutário, quando convidados, poderão comparecer às reuniões dos outros órgãos, sem direito a voto.

Art. 60. As reuniões dos Órgãos Estatutários devem ser presenciais, admitindo-se participação de membro por videoconferência ou audioconferência.

Subseção II
Remuneração

Art. 61. A remuneração dos membros dos Órgãos Estatutários será fixada pela Assembleia Geral e não haverá acumulação de proventos ou quaisquer vantagens em razão das substituições que ocorram em virtude de vacância, ausências ou impedimentos temporários, nos termos deste Estatuto.

Art. 62. É vedada a participação remunerada de membros da administração pública, direta ou indireta, em mais de 2 (dois) conselhos, de administração ou fiscal, do TECPAR ou de suas subsidiárias.

Parágrafo único. O Diretor-Presidente, na condição de membro do Conselho de Administração, não será remunerado.

CAPÍTULO VII
EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, LUCROS,
RESERVAS E DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS

Art. 63. O exercício social coincidirá com o ano civil, findo o qual a Diretoria Executiva elaborará as demonstrações financeiras previstas em lei.

Art. 64. Na forma da lei, serão submetidos ao Tribunal de Contas do Estado, até o dia 30 de abril de cada ano, os documentos da administração relativos ao exercício social imediatamente anterior.

Art. 65. Dos lucros líquidos apurados em cada exercício serão feitas as seguintes destinações:

a) Constituição de Reserva de Expansão para atender os investimentos vinculados aos contratos de transferência de tecnologia de vacinas, medicamentos e assemelhados;

b) Constituição de Reserva Especial para Aumento de Capital.

§1º Os lucros somente serão destinados após a absorção integral de prejuízos de exercícios anteriores.

§2º Os lucros que deixarem de ser destinados, serão registrados como reserva especial para aumento de capital.

Art. 66. Os lucros decorrentes do desempenho das atividades finalísticas do TECPAR, inclusive os decorrentes de contratos de transferência de tecnologia de vacinas, medicamentos e assemelhados, seguirão o Plano de Negócio aprovado pelo Conselho Administração.

Parágrafo único. No caso de contratos de transferência de tecnologia cujas execuções excedam a um exercício financeiro, serão previstas, obrigatoriamente, verbas necessárias para suprir as despesas e investimentos com seu prosseguimento nos exercícios subsequentes.

CAPÍTULO VIII
DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO

Art. 67. A dissolução far-se-á de acordo com o que dispuser a Assembleia Geral, obedecidas as prescrições legais a respeito.

Art. 68. O TECPAR entrará em liquidação nos casos previstos em lei, competindo à Assembleia Geral, se for o caso, determinar o modo de liquidação e nomear o liquidante, fixando sua remuneração.

Art. 69. Em caso de extinção do Instituto, o seu patrimônio líquido reverterá ao patrimônio do Estado do Paraná e às pessoas jurídicas que participarem da formação do seu capital, proporcionalmente à respectiva integralização.

CAPÍTULO IX
MECANISMO DE DEFESA

Art. 70. Os membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, respondem perante o TECPAR e terceiros pelos atos que praticarem no exercício de suas atribuições nos termos da legislação vigente e do presente Estatuto.

Art. 71. O TECPAR assegurará aos integrantes e ex-integrantes de Órgãos Estatutários a defesa jurídica em processos judiciais e administrativos, contra eles propostos por terceiros, durante ou após os respectivos mandatos, por atos praticados no exercício do cargo ou de suas funções.

§1º A prestação de defesa jurídica mencionada no caput deste artigo condiciona-se à existência de um parecer prévio da Procuradoria Jurídica do TECPAR que analisará a compatibilidade entre as linhas de defesa adotadas em benefício do TECPAR e do administrador.

§2º A mesma proteção definida no caput deste artigo poderá, no que couber e mediante autorização específica do Conselho de Administração, ser estendida aos empregados, prepostos e mandatários do TECPAR que venham a figurar no polo passivo de processo judicial e administrativo, exclusivamente em decorrência de atos que tenham praticado em cumprimento de mandato outorgado pelo TECPAR ou no exercício de competência delegada pelos administradores.

§3º A defesa jurídica será assegurada por meio da Procuradoria Jurídica do TECPAR ou da contratação de seguro ou, por escritório de advocacia contratado, a critério do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva do TECPAR.

§4º Se, por qualquer motivo, não for assegurada a defesa, nos termos do §3º deste artigo, o agente poderá contratar advogado de sua própria confiança por sua própria conta, fazendo jus ao reembolso dos respectivos custos e honorários advocatícios fixados em montante razoável, proposto dentro dos parâmetros e condições atuais praticados pelo mercado para a defesa do caso específico, aprovados pelo Conselho de Administração, se for, ao final absolvido ou exonerado de responsabilidade.

§5º O Conselho de Administração poderá deliberar pelo adiantamento dos honorários do advogado contratado na hipótese do § 4º deste artigo.

Art. 72. O TECPAR assegurará a defesa jurídica e o acesso em tempo hábil a toda a documentação necessária para esse efeito, bem como arcará com as custas processuais, emolumentos de qualquer natureza, despesas administrativas e depósitos para garantia de instância quando a defesa estiver enquadrada nas hipóteses do art. 71 do Estatuto.

Art. 73. Caso algumas das pessoas mencionadas no art. 71 deste Estatuto, beneficiária da defesa jurídica, for condenada ou responsabilizada, com sentença transitada em julgado, com fundamento em violação de lei ou deste Estatuto, ou decorrente de ato culposo ou doloso, ficará obrigada a ressarcir o TECPAR todo o valor efetivamente desembolsado pela Empresa com a defesa jurídica, além de eventuais prejuízos causados.

Art. 74. O TECPAR poderá manter contrato de seguro de responsabilidade civil permanente em favor das pessoas mencionadas no art. 71 deste Estatuto, na forma e extensão definidas pelo Conselho de Administração e na apólice contratada, para a cobertura das despesas processuais e honorários advocatícios de processos judiciais e administrativos instaurados contra elas, a fim de resguardá-las das responsabilidades por atos decorrentes do exercício do cargo ou função, cobrindo todo o prazo de exercício dos respectivos mandatos.

Parágrafo único. A forma da defesa em processos judiciais e administrativos por meio da contratação de seguro será aprovada pelo Conselho de Administração.

CAPÍTULO X
RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

Art. 75. O TECPAR, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas neste Estatuto e na legislação vigente.

CAPÍTULO XI
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 76. São confidenciais as informações geradas pelo TECPAR e os conhecimentos adquiridos nos trabalhos de pesquisa, desenvolvimento tecnológico, inovação e soluções tecnológicas remunerados por terceiros ou por ele custeados, observada a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

Parágrafo único. Os Diretores e empregados do TECPAR, observado o disposto neste artigo, serão contratados sob cláusula de sigilo, quanto às informações pertencentes a clientes e ao próprio TECPAR, não podendo exercer funções externas e manter vínculos que, a juízo da Diretoria Executiva, possam comprometer os aspectos éticos de concorrência, insuspeição e imparcialidade, que devem distinguir as atividades do TECPAR e do seu corpo de empregados.

Art. 77. O regime jurídico do pessoal do TECPAR será o da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, acompanhando sua remuneração os níveis do mercado de trabalho.

171822/2025

DECRETO Nº 12.175

Autoriza a doação ao Município de Sertanópolis do imóvel onde funciona a Escola Municipal Luiz Deliberador.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelos incisos V e VI do art. 87 da Constituição Estadual, tendo em vista o disposto no art. 2º da Lei nº 15.469, de 29 de março de 2007, na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 10.086, de 17 de janeiro de 2022, no Manual de Gestão de Bens Imóveis do Estado do Paraná, bem como o contido no protocolo 24.753.956-5,

DECRETA:

Art. 1º Autoriza a doação ao Município de Sertanópolis do imóvel registrado sob a Matrícula nº 8.787, do Registro de Imóveis da Comarca de Sertanópolis, constituído de um terreno da quadra nº 51, situado no Município de Sertanópolis, referente a uma área de 5.457,64 m² (cinco mil, quatrocentos e cinquenta e sete metros quadrados e sessenta e quatro decímetros quadrados) integrante de uma área maior de 9.460,00 m² (nove mil, quatrocentos e sessenta metros quadrados) no qual se encontra instalada a Escola Municipal Luiz Deliberador.

Art. 2º O imóvel descrito no art. 1º deste Decreto destina-se ao uso e funcionamento de estabelecimento municipal de ensino e fica gravado com cláusula de inalienabilidade.

§1º No Termo de Doação constarão as obrigações correlatas e os prazos para cumprimento, que constituirão os encargos da doação autorizada no art. 1º deste Decreto, acarretando seu descumprimento na reversão do bem ao patrimônio do doador.

§2º Após formalização do Termo de Doação, o donatário fica autorizado a ocupar o imóvel descrito no art. 1º deste Decreto, onde se obriga-se a:

I- zelar pelo imóvel, realizando sua conservação e guarda, bem como obedecer às normas técnicas e à legislação vigente;

II- cobrir, às suas expensas, as despesas com vigilância, energia elétrica, água e esgoto, conservação e outras que recaiam sobre o imóvel;

III - efetuar o pagamento de impostos, taxas e tarifas incidentes sobre o imóvel sob sua utilização;

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

IV- permitir livre acesso de servidores e/ou prepostos do Departamento de Patrimônio do Estado - DPE, às instalações do imóvel, quando devidamente identificados e em missão de fiscalização.

Art. 3º A Secretaria de Estado da Administração e da Previdência – SEAP e a Secretaria de Estado da Educação – SEED ficam responsáveis pela fiscalização do cumprimento das obrigações deste Decreto.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 10 de dezembro de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

LUIZ GOULARTE ALVES
Secretário de Estado da Administração e Previdência

171824/2025

DECRETO Nº 12.176

Autoriza a doação ao Município de Bela Vista do Paraíso do imóvel onde funciona a Escola Municipal Doutor José Marcelino.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelos incisos V e VI do art. 87 da Constituição Estadual, tendo em vista o disposto no art. 2º da Lei nº 15.469, de 29 de março de 2007, na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 10.086, de 17 de janeiro de 2022, no Manual de Gestão de Bens Imóveis do Estado do Paraná, bem como o contido no protocolo 23.569.175-2,

DECRETA:

Art. 1º Autoriza a doação ao Município de Sertanópolis do imóvel registrado sob a Matrícula nº 14.376, do Registro de Imóveis da Comarca de Bela Vista do Paraíso, com área documental de 6.000,00 m² (seis mil metros quadrados), no qual se encontra instalada a Escola Municipal Doutor José Marcelino.

Art. 2º O imóvel descrito no art. 1º deste Decreto destina-se ao uso e funcionamento de estabelecimento municipal de ensino e fica gravado com cláusula de inalienabilidade.

§1º No Termo de Doação constarão as obrigações correlatas e os prazos para cumprimento, que constituirão os encargos da doação autorizada no art. 1º deste Decreto, acarretando seu descumprimento na reversão do bem ao patrimônio do doador.

§2º Após formalização do Termo de Doação, o donatário fica autorizado a ocupar o imóvel descrito no art. 1º deste Decreto, onde obriga-se a:

I - zelar pelo imóvel, realizando sua conservação e guarda, bem como obedecer às normas técnicas e à legislação vigente;

II - cobrir, às suas expensas, as despesas com vigilância, energia elétrica, água e esgoto, conservação e outras que recaiam sobre o imóvel;

III - efetuar o pagamento de impostos, taxas e tarifas incidentes sobre o imóvel sob sua utilização;

IV - permitir livre acesso de servidores e/ou prepostos do Departamento de Patrimônio do Estado - DPE, às instalações do imóvel, quando devidamente identificados e em missão de fiscalização.

Art. 3º A Secretaria de Estado da Administração e da Previdência – SEAP e a Secretaria de Estado da Educação – SEED ficam responsáveis pela fiscalização do cumprimento das obrigações previstas neste Decreto.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 10 de dezembro de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

LUIZ GOULARTE ALVES
Secretário de Estado da Administração e Previdência

171826/2025

DECRETO Nº 12.177

Autoriza a doação ao Município de Paranavaí do imóvel onde funciona a Escola Municipal Getúlio Vargas.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições que são conferidas pelos incisos V e VI do art. 87 da Constituição Estadual, tendo em vista o disposto no art. 2º da Lei nº 15.469, de 29 de março de 2007, na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 10.086, de 17 de janeiro de 2022, no Manual de Gestão de Bens Imóveis do Estado do Paraná, bem como o contido no protocolo 21.369.446-4,

DECRETA:

Art. 1º Autoriza a doação ao Município de Paranavaí do imóvel registrado sob a Matrícula n° 18.748, do 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Paranavaí, referente a parte do lote nº 19, atual lote Remanescente-B-Cohapar/A, subdivisão do lote Remanescente-B-Cohapar, oriundo da subdivisão do lote nº 19, da Gleba 1-Ivaí,situado na Colônia Paranavaí, no Município de Paranavaí, com área total de 10.350,00 m² (dez mil, trezentos e cinquenta metros quadrados), no qual se encontra instalada a Escola Municipal Getúlio Vargas.

Art. 2º O imóvel descrito no art. 1º deste Decreto destina-se ao uso e funcionamento de estabelecimento municipal de ensino e fica gravado com cláusula de inalienabilidade.

§1º No Termo de Doação constarão as obrigações correlatas e os prazos para cumprimento, que constituirão os encargos da doação autorizada no art. 1º deste Decreto, acarretando seu descumprimento na reversão do bem ao patrimônio do doador.

§2º Após formalização do Termo de Doação, o donatário fica autorizado a ocupar o imóvel descrito no art. 1º deste Decreto, onde obriga-se a:

I - zelar pelo imóvel, realizando sua conservação e guarda, bem como obedecer às normas técnicas e à legislação vigente;

II - cobrir, às suas expensas, as despesas com vigilância, energia elétrica, água e esgoto, conservação e outras que recaiam sobre o imóvel;

III - efetuar o pagamento de impostos, taxas e tarifas incidentes sobre o imóvel sob sua utilização;

IV - permitir livre acesso de servidores e/ou prepostos do Departamento de Patrimônio do Estado - DPE às instalações do imóvel, quando devidamente identificados e em missão de fiscalização.

Art. 3º A Secretaria de Estado da Administração e da Previdência – SEAP e a Secretaria de Estado da Educação – SEED ficam responsáveis pela fiscalização do cumprimento das obrigações previstas neste Decreto.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 10 de dezembro de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

LUIZ GOULARTE ALVES
Secretário de Estado da Administração e Previdência

171828/2025

DECRETO Nº 12.178

Autoriza a doação ao Município de Paranavaí do imóvel onde funciona a Escola Municipal Hermeto Botelho.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições que são conferidas pelos incisos V e VI do art. 87 da Constituição Estadual, tendo em vista o disposto no art. 2º da Lei nº 15.469, de 29 de março de 2007, na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 10.086, de 17 de janeiro de 2022, no Manual de Gestão de Bens Imóveis do Estado do Paraná, bem como o contido no protocolo 21.369.330-1,

DECRETA:

Art. 1º Autoriza a doação ao Município de Paranavaí do imóvel registrado sob as Matrículas nºs 43.224, 43.225 e 43.226 do Registro de Imóveis da Comarca de Paranavaí, referente aos lotes n° 7 e 8 da quadra n° 2, situado no loteamento denominado Jardim América, cada lote com uma área de 435,00m² (quatrocentos e trinta e cinco metros quadrados) e um lote sem denominação da quadra n° 6, situado no loteamento denominado Jardim Três Marias, com área de 1.305,00m² (um mil, trezentos e cinco metros quadrados), somando uma área total de 2.175,00m² (dois mil, cento e setenta e cinco metros quadros), no qual se encontra instalada a Escola Municipal Hermeto Botelho.

Art. 2º O imóvel descrito no art. 1º deste Decreto destina-se ao uso e funcionamento de estabelecimento municipal de ensino e fica gravado com cláusula de inalienabilidade.

§1º No Termo de Doação constarão as obrigações correlatas e os prazos para cumprimento, que constituirão os encargos da doação autorizada no art. 1º deste Decreto, acarretando seu descumprimento na reversão do bem ao patrimônio do doador.

§2º Após formalização do Termo de Doação, o donatário fica autorizado a ocupar o imóvel descrito no art. 1º deste Decreto, onde obriga-se a:

I - zelar pelo imóvel, realizando sua conservação e guarda, bem como obedecer às normas técnicas e à legislação vigente;

II - cobrir, às suas expensas, as despesas com vigilância, energia elétrica, água e esgoto, conservação e outras que recaiam sobre o imóvel;

III - efetuar o pagamento de impostos, taxas e tarifas incidentes sobre o imóvel sob sua utilização;

IV - permitir livre acesso de servidores e/ou prepostos do Departamento de Patrimônio do Estado - DPE, às instalações do imóvel, quando devidamente identificados e em missão de fiscalização.

Art. 3º A Secretaria de Estado da Administração e da Previdência – SEAP e a Secretaria de Estado da Educação – SEED ficam responsáveis pela fiscalização do cumprimento das obrigações prevista neste Decreto.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 10 de dezembro de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

LUIZ GOULARTE ALVES
Secretário de Estado da Administração e Previdência

171831/2025

DECRETO Nº 12.179

Autoriza a doação ao Município de Campo Mourão, do imóvel onde funciona a Escola Municipal Professor Nicon Kopko**.**

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos incisos V e VI do art. 87 da Constituição Estadual, tendo em vista o disposto no art. 2º da Lei nº 15.469, de 29 de março de 2007, na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 10.086, de 17 de janeiro de 2022, no Manual de Gestão de Bens Imóveis do Estado do Paraná, bem como o contido no protocolo 20.644.840-7,

DECRETA:

Art. 1º Autoriza a doação ao Município de Campo Mourão do imóvel registrado sob as Matrículas n°s 18.748, 18.749, 18.750, 18.751, 18.752, 18.753, 18.754, 18.755, 18.756, 18.757, 18.758, 18.759, 18.760, 18.761, 18.762, 18.763, 18.764, 18.765, todas do 1º do Registro de Imóveis da Comarca de Campo Mourão, referente aos lotes n° 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22 e 23, da quadra n° 23, situado na planta Jardim Modelo, no Município de Campo Mourão, somando uma área total de 6.540,00m² (seis mil, quinhentos e quarenta metros quadrados) no qual se encontra instalada a Escola Municipal Professor Nicon Kopko.

Art. 2º O imóvel descrito no art. 1º deste Decreto destina-se ao uso e funcionamento de estabelecimento municipal de ensino e fica gravado com cláusula de inalienabilidade.

§1º No Termo de Doação constarão as obrigações correlatas e os prazos para cumprimento, que constituirão os encargos da doação autorizada no art. 1º deste Decreto, acarretando seu descumprimento na reversão do bem ao patrimônio do doador.

§2º Após formalização do Termo de Doação, o donatário fica autorizado a ocupar o imóvel descrito no art. 1º deste Decreto, onde obriga-se a:

I - zelar pelo imóvel realizando sua conservação e guarda, bem como obedecer às normas técnicas e à legislação vigente;

II - cobrir, às suas expensas, as despesas com vigilância, energia elétrica, água e esgoto, conservação e outras que recaiam sobre o imóvel;

III - efetuar o pagamento de impostos, taxas e tarifas incidentes sobre o imóvel sob sua utilização;

IV - permitir livre acesso de servidores e/ou prepostos do Departamento de Patrimônio do Estado - DPE, às instalações do imóvel, quando devidamente identificados e em missão de fiscalização.

Art. 3º A Secretaria de Estado da Administração e da Previdência – SEAP e a Secretaria de Estado da Educação – SEED ficam responsáveis pela fiscalização do cumprimento das obrigações deste Decreto.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 10 de dezembro de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

LUIZ GOULARTE ALVES
Secretário de Estado da Administração e Previdência

171833/2025

DECRETO Nº 12.180

Autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso gratuito do imóvel que especifica ao Município de Irati.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, nos termos do inciso II do art. 10 da Constituição Estadual, tendo em vista o disposto na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 10.086, de 17 de janeiro de 2022, no Manual de Gestão de Bens Imóveis do Estado do Paraná, e o contido no protocolo nº 23.344.469-3,

DECRETA:

Art. 1° Autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso gratuito ao Município de Irati do imóvel constituído de uma área de terras rurais, localizada no Município de Irati, registrado sob a Transcrição das Transmissões nº 4.750 do Registro de Imóveis da Comarca de Teixeira Soares, referente a uma área de 315.000,00 m² (trezentos

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

e quinze mil metros quadrados), aproximadamente 31,5 (trinta e um vírgula cinco) hectares, correspondente a aproximadamente 13,01 (treze vírgula zero um) alqueires paulistas, de uma área total de 10.890.000,00 m² (dez milhões e oitocentos e noventa mil metros quadrados).

Art. 2° O imóvel descrito no art. 1º deste Decreto destina-se à instalação e funcionamento das atividades de interesse público e social especificadas no Termo de Cessão de Uso gratuito e fica gravado com cláusula de inalienabilidade.

§1º No Termo de Cessão de Uso constará a destinação do imóvel, as obrigações correlatas e os prazos para cumprimento, entre outras obrigações legais ou regulamentares, que constituirão os encargos da cessão autorizada no art. 1º deste Decreto, implicando seu descumprimento na reversão do bem ao patrimônio do cedente.

§2º Após formalização do Termo de Cessão de Uso, o cessionário fica autorizado a ocupar o imóvel descrito no art. 1º deste Decreto, obrigando-se a:

I - zelar pelo imóvel, realizando sua conservação e guarda, bem como obedecer às normas técnicas e à legislação vigente;

II - cobrir, às suas expensas, as despesas com vigilância, energia elétrica, água e esgoto, e conservação do bem e outras que recaiam sobre o imóvel;

III - efetuar o pagamento de impostos, taxas e tarifas incidentes sobre o imóvel e sob sua utilização;

IV - permitir livre acesso de servidores e/ou prepostos do Departamento de Patrimônio do Estado - DPE, às instalações do imóvel, quando devidamente identificados e em missão de fiscalização.

Art. 3° A Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP fica responsável pela fiscalização do cumprimento das obrigações previstas neste Decreto.

Art. 4° A presente cessão terá vigência de vinte anos, a partir da data de publicação do Extrato do Termo de Cessão no Diário Oficial do Estado.

Art. 5° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 10 de dezembro de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

LUIZ GOULARTE ALVES
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

171835/2025

DECRETO Nº 12.181

Autoriza a doação ao Município de Piraquara do imóvel onde funciona a Escola Municipal Jomar Tesserolli.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, que são conferidas pelos incisos V e VI do art. 87 da Constituição Estadual, tendo em vista o disposto no art. 2º da Lei nº 15.469, de 29 de março de 2007, na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 10.086, de 17 de janeiro de 2022, no Manual de Gestão de Bens Imóveis do Estado do Paraná, bem como o contido no protocolo 24.887.755-3,

DECRETA:

Art. 1º Autoriza a doação ao Município de Piraquara, do imóvel registrado sob as Matrículas n°s 1526, 1527, 1528, 1534, 1535 e 1536, todas do Registro de Imóveis da Comarca de Piraquara, referente aos lotes nº 7, 8, 9, 15, 16 e 17, da quadra nº 11, com área total de 2.616,25 m², no qual se encontra instalada a Escola Municipal Jomar Tesserolli.

Art. 2º O imóvel descrito no art. 1º deste Decreto destina-se ao uso e funcionamento de estabelecimento municipal de ensino e fica gravado com cláusula de inalienabilidade.

§1º No Termo de Doação constarão as obrigações correlatas e os prazos para cumprimento, que constituirão os encargos da doação autorizada no art. 1º deste Decreto, acarretando seu descumprimento na reversão do bem ao patrimônio do doador.

§2º Após formalização do Termo de Doação, o donatário fica autorizado a ocupar o imóvel descrito no art. 1º deste Decreto, onde obriga-se a:

I - zelar pelo imóvel, realizando sua conservação e guarda, bem como obedecer às normas técnicas e à legislação vigente;

II - cobrir, às suas expensas, as despesas com vigilância, energia elétrica, água e esgoto, conservação e outras que recaiam sobre o imóvel;

III - efetuar o pagamento de impostos, taxas e tarifas incidentes sobre o imóvel sob sua utilização;

IV - permitir livre acesso de servidores e/ou prepostos do Departamento de Patrimônio do Estado - DPE, às instalações do imóvel, quando devidamente identificados e em missão de fiscalização.

Art. 3º A Secretaria de Estado da Administração e da Previdência – SEAP e a Secretaria de Estado da Educação – SEED ficam responsáveis pela fiscalização do cumprimento das obrigações previstas neste Decreto.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 10 de dezembro de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

LUIZ GOULARTE ALVES
Secretário de Estado da Administração e Previdência

171836/2025

DECRETO Nº 12.182

Autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso gratuito do imóvel que especifica ao Município de Xambrê.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do inciso II do art. 10 da Constituição Estadual, tendo em vista o disposto na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 10.086, de 17 de janeiro de 2022, no Manual de Gestão de Bens Imóveis do Estado do Paraná, e o contido no protocolo nº 24.924.289-6,

DECRETA:

Art. 1° Autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso gratuito ao Município de Xambrê do imóvel constituído pelas Datas de Terras nº 9, 10 e 11, da Quadra nº 148, registrado sob a Matrícula nº 5.772, do Registro de Imóveis da Comarca de Xambrê, situado no Município de Xambrê, com área total de 1.695,00 m² (um mil, seiscentos e noventa e cinco metros quadrados).

Art. 2° O imóvel descrito no art. 1º deste Decreto destina-se à instalação e funcionamento das atividades de interesse público e social especificadas no Termo de Cessão de Uso e fica gravado com cláusula de inalienabilidade.

§1º No Termo de Cessão de Uso constará a destinação do imóvel, as obrigações correlatas e os prazos para cumprimento, entre outras obrigações legais ou regulamentares, que constituirão os encargos da cessão autorizada no art. 1º deste Decreto, implicando seu descumprimento na reversão do bem ao patrimônio do cedente.

§2º Após formalização do Termo de Cessão de Uso, o cessionário fica autorizado a ocupar o imóvel descrito no art. 1º deste Decreto, obrigando-se a:

I - zelar pelo imóvel, realizando sua conservação e guarda, bem como obedecer às normas técnicas e à legislação vigente;

II - cobrir, às suas expensas, as despesas com vigilância, energia elétrica, água e esgoto, e conservação do bem e outras que recaiam sobre o imóvel;

III - efetuar o pagamento de impostos, taxas e tarifas incidentes sobre o imóvel e sob sua utilização;

IV - permitir livre acesso de servidores e/ou prepostos do Departamento de Patrimônio do Estado - DPE, às instalações do imóvel, quando devidamente identificados e em missão de fiscalização.

Art. 3º A Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP fica responsável pela fiscalização do cumprimento das obrigações previstas neste Decreto.

Art. 4º Este Decreto passa a vigorar na data de sua publicação.

Curitiba, em 10 de dezembro de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

LUIZ GOULARTE ALVES
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

171837/2025

DECRETO Nº 12.183

Autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso gratuito do imóvel que especifica ao Instituto Água e Terra.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do inciso II do art. 10 da Constituição Estadual, tendo em vista o disposto na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 10.086, de 17 de janeiro de 2022, no Manual de Gestão de Bens Imóveis do Estado do Paraná, e o contido no protocolo nº 24.526.117-9,

DECRETA:

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso gratuito ao Instituto Água e Terra – IAT, do imóvel registrado sob a Matrícula nº 10.772, do Registro de Imóveis de Mallet, referente a uma área de terras de pastagens e hervais, em forma geométrica irregular, imóvel "B" – Lote 1471 CTR, situada em Colônia Santana, Município de Paulo Frontin, com área documental de 635.557,00m² (seiscentos e trinta e cinco mil, quinhentos e cinquenta e sete metros quadrados).

Art. 2º O imóvel descrito no art. 1º deste Decreto destina-se à instalação e funcionamento das atividades de interesse público e social especificadas no Termo de Cessão de Uso e fica gravado com cláusula de inalienabilidade.

§1º No Termo de Cessão de Uso constará a destinação do imóvel, as obrigações correlatas e os prazos para cumprimento, entre outras obrigações legais ou regulamentares, que constituirão os encargos da cessão autorizada no art. 1º deste Decreto, implicando seu descumprimento na reversão do bem ao patrimônio do cedente.

§2º Após formalização do Termo de Cessão de Uso, o cessionário fica autorizado a ocupar o imóvel descrito no art. 1º deste Decreto, obrigando-se a:

I - zelar pelo imóvel, realizando sua conservação e guarda, bem como obedecer às normas técnicas e à legislação vigente;

II - cobrir, às suas expensas, as despesas com vigilância, energia elétrica, água e esgoto, e conservação do bem e outras que recaiam sobre o imóvel;

III - efetuar o pagamento de impostos, taxas e tarifas incidentes sobre o imóvel e sob sua utilização;

IV - permitir livre acesso de servidores e/ou prepostos do Departamento de Patrimônio do Estado - DPE, às instalações do imóvel, quando devidamente identificados e em missão de fiscalização.

Art. 3º A Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP fica responsável pela fiscalização do cumprimento das obrigações previstas neste Decreto.

Art. 4º Este Decreto passa a vigorar na data de sua publicação.

Curitiba, em 10 de dezembro de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

LUIZ GOULARTE ALVES
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

171838/2025

DECRETO Nº 12.184

Autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso gratuito do imóvel que especifica ao Município de São José dos Pinhais.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do inciso II do art. 10 da Constituição Estadual, tendo em vista o disposto na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 10.086, de 17 de janeiro de 2022, no Manual de Gestão de Bens Imóveis do Estado do Paraná, e o contido no protocolo nº 23.713.734-5,

DECRETA:

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso gratuito ao Município de São José dos Pinhais, do lote nº 5 da quadra nº 7, registrado sob a Matrícula nº 44.277, da 1ª Circunscrição do Registro de Imóveis da Comarca de São José dos Pinhais, situada em Borda do Campo, no Município de São José dos Pinhais, com área total de 455,00 m² (quatrocentos e cinquenta e cinco metros quadrados).

Art. 2º O imóvel descrito no art. 1º deste Decreto destina-se à instalação e funcionamento das atividades de interesse público e social especificadas no Termo de Cessão de Uso gratuito e fica gravado com cláusula de inalienabilidade.

§1º No Termo de Cessão de Uso constará a destinação do imóvel, as obrigações correlatas e os prazos para cumprimento, entre outras obrigações legais ou regulamentares, que constituirão os encargos da cessão autorizada no art. 1º deste Decreto, implicando seu descumprimento na reversão do bem ao patrimônio do cedente.

§2º Após formalização do Termo de Cessão de Uso, o cessionário fica autorizado a ocupar o imóvel descrito no art. 1º deste Decreto, obrigando-se a:

I - zelar pelo imóvel, realizando sua conservação e guarda, bem como obedecer às normas técnicas e à legislação vigente;

II - cobrir, às suas expensas, as despesas com vigilância, energia elétrica, água e esgoto, conservação do bem e outras que recaiam sobre o imóvel;

III - efetuar o pagamento de impostos, taxas e tarifas incidentes sobre o imóvel e sob sua utilização;

IV - permitir livre acesso de servidores e/ou prepostos do Departamento de Patrimônio do Estado - DPE, às instalações do imóvel, quando devidamente identificados e em missão de fiscalização.

Art. 3º A Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP fica responsável pela fiscalização do cumprimento das obrigações previstas neste Decreto.

Art. 4º Este Decreto passa a vigorar na data de sua publicação.

Curitiba, em 10 de dezembro de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

LUIZ GOULARTE ALVES
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

171839/2025

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

DECRETO Nº 12.185

Autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso gratuito do imóvel que especifica à Agência de Defesa Agropecuária do Paraná.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do inciso II do art. 10 da Constituição Estadual, tendo em vista o disposto na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 10.086, de 17 de janeiro de 2022, no Manual de Gestão de Bens Imóveis do Estado do Paraná, e o contido no protocolo nº 24.227.105-0,

DECRETA:

Art. 1° Autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso gratuito à Agência de Defesa Agropecuária do Paraná – ADAPAR, do imóvel registrado sob a Matrícula nº 35.575, do Registro de Imóveis da Comarca de Assis Chateaubriand, referente ao lote de terreno urbano sob o n° 1-A-I, da quadra C, do bairro Jardim América, no Município de Assis Chateaubriand, com área total de 884,71m² (oitocentos e oitenta e quatro metros quadrados e setenta e um decímetros quadrados).

Art. 2° O imóvel descrito no art. 1º deste Decreto destina-se à instalação e funcionamento das atividades de interesse público e social especificadas no Termo de Cessão de Uso gratuito e fica gravado com cláusula de inalienabilidade.

§1º No Termo de Cessão de Uso constará a destinação do imóvel, as obrigações correlatas e os prazos para cumprimento, entre outras obrigações legais ou regulamentares, que constituirão os encargos da cessão autorizada no art. 1º deste Decreto, implicando seu descumprimento na reversão do bem ao patrimônio do cedente.

§2º Após formalização do Termo de Cessão de Uso, o cessionário fica autorizado a ocupar o imóvel descrito no art. 1º deste Decreto, obrigando-se a:

I - zelar pelo imóvel, realizando sua conservação e guarda, bem como obedecer às normas técnicas e à legislação vigente;

II - cobrir, às suas expensas, as despesas com vigilância, energia elétrica, água e esgoto, e conservação do bem e outras que recaiam sobre o imóvel;

III - efetuar o pagamento de impostos, taxas e tarifas incidentes sobre o imóvel e sob sua utilização;

IV - permitir livre acesso de servidores e/ou prepostos do Departamento de Patrimônio do Estado - DPE, às instalações do imóvel, quando devidamente identificados e em missão de fiscalização.

Art. 3° A Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP fica responsável pela fiscalização do cumprimento das obrigações previstas neste Decreto.

Art. 4° Este Decreto passa a vigorar na data de sua publicação.

Curitiba, em 10 de dezembro de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

LUIZ GOULARTE ALVES
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

171841/2025

DECRETO Nº 12.186

Prorroga, por mais 180 dias, a vigência do Decreto n° 4.502 de 22 de dezembro de 2023, que declara situação de emergência fitossanitária em todo o território do Estado, decorrente da infestação na citricultura pela praga *Candidatus liberibacter spp.,* agente causal da doença denominada Huanglongbing - HLB ou Greening dos citros.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelos incisos V e VI do art. 87 da Constituição Estadual, em consonância com o inciso VII do art. 7º da Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012, com a Portaria nº 260, de 2 de fevereiro de 2022, do Ministério de Desenvolvimento Regional, e tendo em vista o contido no protocolo n° 22.294.749-9,

DECRETA:

Art. 1º Prorroga por 180 (cento e oitenta) dias o prazo previsto no art. 6º do Decreto nº 4.502, de 22 de dezembro de 2023, alterado pelos Decretos nº 6.356, de 28 de junho de 2024, nº 8.365, de 17 de dezembro de 2024, e nº 10.445, de 30 de junho de 2025.

Art. 2º Altera o art. 6º do Decreto nº 4.502, de 2023, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo as ações serem implementadas e executadas no período de 900 (novecentos) dias, a partir da publicação.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Curitiba, em 10 de dezembro de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

MARCIO NUNES
Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento

RAFAEL GRECA DE MACEDO
Secretário de Estado do Desenvolvimento Sustentável

171842/2025

DECRETO Nº 12.187

Regulamenta a Lei nº 22.765, de 5 de novembro de 2025, que proíbe, no Estado do Paraná a reconstituição do leite em pó e outros derivados, quando de origem importada, e adota outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do art. 87 da Constituição Estadual, tendo em vista o disposto na Lei nº 22.765, de 5 de novembro de 2025, e o contido no protocolo nº 25.027.895-0,

DECRETA:

Art. 1º Para os fins deste Decreto entende-se por:

I - composto lácteo em pó: a mistura de leite em pó, com pelo menos 51% (cinquenta por cento) de leite de vaca, com outros ingredientes, tais como soro de leite, açúcares, óleos vegetais e aditivos como vitaminas e minerais;

II - inspeção sanitária: a atividade técnica destinada a avaliar as condições de higiene, fabricação e segurança dos produtos alimentícios;

III - leite em pó: o produto obtido por desidratação do leite de vaca integral, desnatado ou parcialmente desnatado e apto para a alimentação humana, mediante processos tecnologicamente adequados;

IV – licenciamento: o procedimento administrativo pelo qual o órgão competente autoriza o funcionamento de estabelecimentos que desenvolvam atividades de produção, beneficiamento, industrialização ou comercialização de produtos sujeitos à inspeção;

V - órgão competente: a autoridade administrativa responsável por regulamentar, fiscalizar, analisar e emitir atos oficiais relacionados à produção, processamento e comercialização de determinados produtos;

VI - operação industrial, comercial ou de beneficiamento: o conjunto de etapas técnicas ou comerciais relacionadas ao recebimento, manipulação, transformação, preparo, armazenagem, distribuição ou venda de produtos destinados ao consumo;

VII - produto para consumo alimentar humano: qualquer alimento, ingrediente, insumo ou produto processado, semiprocessado ou *in natura* destinado ao consumo direto ou indireto por pessoas, observadas as normas de segurança alimentar;

VIII – rastreabilidade: a capacidade de identificar a origem e seguir a movimentação de um produto durante as etapas de produção, distribuição e comercialização e das matérias primas, dos ingredientes e dos insumos utilizados em sua fabricação, até o consumidor final;

IX – reconstituição: o processo de adição de água ou de qualquer outro líquido ao leite em pó, composto lácteo em pó, soro de leite em pó ou produto similar, com o objetivo de obter produto em estado líquido ou semilíquido destinado ao consumo humano ou à adição em produtos cujo destino seja o consumo alimentar;

X – registro: o ato formal de inscrição de estabelecimentos, produtos, marcas ou processos produtivos perante o órgão competente, conferindo validade legal para fabricação ou comercialização;

XI - soro de leite em pó: o produto obtido pela desidratação do soro do leite líquido, apto para a alimentação humana, por meio de processo tecnológico adequado, como a secagem por pulverização - *Spray Dryer*.

Art. 2º A proibição prevista na Lei nº 22.765, de 5 de novembro de 2025, aplica-se a toda e qualquer operação industrial, comercial ou de beneficiamento que envolva a reconstituição de produtos lácteos de origem importada, quando o produto resultante se destinar ao consumo alimentar humano dentro do Estado do Paraná.

Art. 3º São abrangidos pela proibição os seguintes produtos:

I - o leite em pó de origem importada;

II - o composto lácteo em pó de origem importada;

III- o soro de leite em pó de origem importada;

IV- outros produtos lácteos importados cujo processamento, após reconstituição, resulte em produto destinado ao consumo alimentar humano.

Art. 4º A proibição não se aplica aos produtos destinados diretamente ao consumidor final, acondicionados em embalagens próprias para o varejo e que atendam integralmente às normas de rotulagem, composição e segurança alimentar estabelecidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA e demais órgãos competentes.

Art. 5º A fiscalização do cumprimento deste Decreto caberá ao órgão ou entidade responsável pelo licenciamento ou registro do estabelecimento, conforme sua natureza e atribuições legais, sem prejuízo da atuação conjunta com órgãos de vigilância sanitária, defesa agropecuária e proteção ao consumidor.

Art. 6º As ações de fiscalização compreenderão:

I - inspeções de rotina, programadas ou não;

II - inspeções motivadas por denúncias ou comunicações oficiais;

III - auditorias documentais sobre aquisição, origem, uso e destinação de produtos lácteos;

IV - vistorias *in loco* para verificação dos processos industriais;

V - coleta oficial de amostras para comprovação técnico-sanitária, sempre que necessária.

Art. 7º Os estabelecimentos deverão manter à disposição dos órgãos fiscalizadores, pelo prazo mínimo de dois anos:

I- notas fiscais de aquisição de matérias-primas lácteas, com identificação do país de origem;

II - certificados sanitários internacionais, quando aplicáveis;

III- registros de produção, incluindo quantificação e uso de ingredientes;

IV-registros que permitam rastreabilidade completa das matérias-primas desde a aquisição até o uso industrial.

§1º A ausência, omissão ou inconsistência nos documentos exigidos poderá caracterizar infração, sujeita às penalidades previstas na legislação estadual.

§2º A recusa de apresentação da documentação requerida ensejará a lavratura de auto de infração e demais medidas administrativas cabíveis

Art. 8º Havendo suspeita ou indício de reconstituição proibida, o fiscal responsável poderá adotar, isolada ou cumulativamente:

I- a lavratura de Termo de Apreensão dos produtos;

II - a coleta oficial de amostras;

III- a interdição parcial ou total de dependências, setores ou do estabelecimento.

Art. 9º Confirmada a irregularidade, serão aplicadas as penalidades previstas na legislação estadual, sem prejuízo de responsabilização civil e penal.

Art. 10. Os órgãos fiscalizadores, listados nos incisos deste artigo, poderão atuar de forma integrada entre si, com o objetivo de otimizar a execução das normas deste Decreto:

I - Secretaria de Estado da Agricultura - SEAB, por meio da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná – ADAPAR;

II - Secretaria de Estado da Saúde - SESA, por meio da Vigilância Sanitária;

III - Secretaria de Estado da Segurança Pública - SESP;

IV - Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA;

V - órgãos municipais de inspeção e vigilância sanitária;

VI - outros órgãos e entidades de interesse público.

Art. 11. Os órgãos competentes poderão expedir normas técnicas, instruções complementares e manuais operacionais necessários à execução deste Decreto, especialmente quanto à rastreabilidade, comprovação de origem dos produtos e controle do uso industrial, respeitando, cada qual, suas respectivas áreas de atuação.

Art. 12. Este Decreto entrar em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 10 de dezembro de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

MÁRCIO NUNES
Secretário de Estado da Agricultura e Abastecimento

171844/2025

DECRETO Nº 12.188

Prorroga, por mais 180 dias, o prazo previsto no art. 3º do Decreto nº 2.893, de 25 de julho de 2023, que Decreta Emergência Zoosanitária em razão da Influenza Aviária H5N1 de alta patogenicidade em aves silvestres migratórias no Estado do Paraná.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos V e VI do art. 87 da Constituição Estadual, considerando o disposto no inciso VII do art. 7º da Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012, e no contido no protocolo n° 23.324.761-8, e ainda;
Considerando a Portaria nº 845, de 3 de outubro de 2025, do Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA, que prorrogou o estado de emergência zoossanitária em todo o território nacional;
Considerando que a medida prorrogatória visa maior segurança para o enfrentamento e para as atividades de prevenção, vigilância e mitigação de risco;

DECRETA:

Art. 1º Prorroga por 180 (cento e oitenta) dias o prazo previsto no art. 3º do Decreto nº 2.893, de 25 de julho de 2023, alterado pelos Decretos nº 4.664, de 25 de janeiro de 2024, nº 6.811, de 22 de julho de 2024, nº 8.721, de 23 de janeiro de 2025 e nº 10.376 de 24 de junho de 2025.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Art. 2º Altera o art. 3º do Decreto nº 2.893, de 25 de julho de 2023, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo as ações serem implementas e executadas no período de 1.080 (um mil e oitenta) dias, a partir da publicação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 10 de dezembro de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

MÁRCIO NUNES
Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento

171845/2025

Despacho do Governador

DESPACHO DO GOVERNADOR

DIVERSOS

22.916.205-5/25

1.De acordo com os elementos de instrução constantes no **PROTOCOLADO nº 22.916.205-5**, **REVOGO** a disposição funcional do servidor **GERSON APARECIDO CAVALLARI**, CPF nº XXX.159.XXX-15, publicado no DIOE nº 11.826, DE 20/01/2025, a partir de 02/12/2025. 2. **PUBLIQUE-SE** e encaminhe-se à **SEAP** para as anotações. Em 10.12.25.

172126/2025

Despachos do Chefe da Casa Civil

DESPACHO DO CHEFE DA CASA CIVIL

CASA CIVIL

25.101.800-6/25

OBJETO Doação de bens declarados inservíveis (Equipamentos de Informática). **DONATÁRIO** Município de Santa Mariana/Pr. **AVALIAÇÃO DOS BENS** R$ 604,73 (seiscentos e quatro reais e setenta e três centavos). **AMPARO LEGAL** Dispensa de Licitação com fulcro no Art. 76, II, "a", da Lei Federal nº 14.133/2021, art. 610, II, "a", do Decreto nº 10.086/2022. De acordo com os elementos de instrução constantes no **PROTOCOLADO nº 25.101.800-6**, **AUTORIZO**, nos termos do art. 2º, VIII, "a" c/c art. 149, do Decreto nº. 10.086/2022. **DELEGA** à Chefia do Núcleo Administrativo Setorial – NAS/CC a competência para formalização do Termo de Doação. **PUBLIQUE-SE** e encaminhe-se ao Núcleo Administrativo Setorial para as demais providências.
Em 10.12.25.

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

25.064.712-3/25

1. De acordo com elementos constantes no **PROTOCOLADO nº 25.064.712-3, EXCEPCIONALIZO** a regra administrativa previstas no art. 1º, II, da Resolução Conjunta nº 01/2024 CC/SEAP/SEFA, visando atender as demandas do Departamento de Estradas de Rodagem – DER/PR, especificamente retratada no caderno administrativo. 2. A autorização supra avalizou a questão do mérito administrativo (conveniência e oportunidade) com base nas peças informativas encartadas no protocolado. A análise das questões financeiras e orçamentárias, assim como demais elementos técnicos é de competência do Titular do Órgão/Entidade solicitante. 3. **PUBLIQUE-SE**. Em 10.12.25. (Enc. Proc. à SEIL).

172129/2025

DESPACHO DO CHEFE DA CASA CIVIL

DIVERSOS

24.753.663-9/25

OBJETO Disposição Funcional de servidor. **DESTINO** Consórcio Metropolitano de Serviços do Paraná - COMESP. **PERCEPÇÃO FINANCEIRA** Ônus para origem mediante ressarcimento. **AMPARO LEGAL** Art. 2º, inc. II, alínea "c" c/c art. 11, inc. I e II, do Decreto Estadual nº 8.466/2013. 1. De acordo com os elementos de instrução constantes no **PROTOCOLADO nº 24.753.663-9**, **AUTORIZO**, a disposição e a prorrogação funcional da servidora **POLLIANA NASCIMENTO DOS SANTOS REINERT**, CPF nº XXX.020.XXX-86, até 31/12/2026. 2. A autorização supra fica condicionada à observância das regras constitucionais atinentes à vedação de acumulação remunerada de cargos/empregos/funções públicas/teto remuneratório, consoante disposto no art. 37, inc. XI e XVI, da Constituição Federal. 3. **PUBLIQUE-SE** e encaminhe-se à **SEAP** para as demais providências. Em 10.12.25.

172131/2025

DESPACHO DO CHEFE DA CASA CIVIL

DIVERSOS

24.913.514-3 /25

OBJETO Prorrogação de disposição Funcional de servidor. **DESTINO** Poder Executivo do Município de Curitiba/PR. **PERCEPÇÃO FINANCEIRA** Permuta. **AMPARO LEGAL** art. 2º, § 1ºc/c art. 11, inc. II, do Decreto Estadual nº 8.466/2013. 1.De acordo com os elementos de instrução constantes no **PROTOCOLADO nº 24.913.514-3**, **AUTORIZO**, a prorrogação da disposição funcional da servidora **MÁRCIA REGINA BRAGA LUZZI**, RG nº 4.XXX.580-X, até 31/12/2026. 2.A autorização supra fica condicionada à disponibilidade funcional, **mediante permuta**, de servidor(es) do Poder Executivo do Município de Curitiba, cujo controle será realizado pela Secretaria de Estado da Educação – SEED. 3.**PUBLIQUE-SE** e encaminhe-se à **SEAP** para as demais providências. EM 10/12/2025.

24.899.594-7/25

OBJETO Prorrogação de disposição Funcional de servidor. **DESTINO** Poder Executivo do Estado do Mato Grosso do Sul. **PERCEPÇÃO FINANCEIRA** Permuta.**AMPARO LEGAL** art. 2º, § 1º c/c art. 11, inc. II, do Decreto Estadual nº 8.466/2013. 1.De acordo com os elementos de instrução constantes no **PROTOCOLADO nº 24.899.594-7**, **AUTORIZO**, a prorrogação da disposição funcional do servidor **MARCOS ANTONIO FILIPUS**, RG nº X.898.XXX-8, até 31/12/2026. 2.A autorização supra fica condicionada à disponibilidade funcional, **mediante permuta**, de servidor(es) do Poder Executivo do Estado do Mato Grosso do Sul, cujo controle será realizado pela Secretaria de Estado da Educação – SEED. 3.**PUBLIQUE-SE** e encaminhe-se à **SEAP** para as demais providências. EM 10/12/2025.

172134/2025

Casa Civil

CETRAN

ESTADO DO PARANÁ

CASA CIVIL

CONSELHO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO PARANÁ

RESOLUÇÃO N.º 100/2025

Dispõe sobre a Resolução 1020/2025 do Conselho Nacional de Trânsito/CONTRAN, que normatiza os procedimentos sobre a aprendizagem, a habilitação e a expedição de documentos de condutores e o processo de formação do candidato à obtenção da habilitação, atribuindo prazo para que ocorram as adequações em âmbito Estadual.

O Conselho Estadual de Trânsito do Paraná – CETRAN/PR, no uso das atribuições que lhe confere o art. 14 da Lei Federal Nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB, o Decreto Estadual nº 1.791/2011, que institui o Conselho e aprova o seu Regimento Interno, e:

Considerando que o art. 14, inciso II, do Código de Trânsito Brasileiro atribui aos CETRANs a competência de "normatizar, no âmbito de sua circunscrição, os procedimentos relativos ao trânsito", o que inclui estabelecer diretrizes complementares e regulamentar procedimentos de implementação de normas federais;

Considerando a mudança estrutural do processo de formação de condutores, trazido pela Resolução 1020/2025 do Contran, a qual afeta todos os entes do Sistema Nacional de Trânsito;

Considerando o Princípio Constitucional da Eficiência Administrativa (art. 37 da Constituição Federal), que exige dos órgãos públicos planejamento, adequação técnica e implementação segura de políticas públicas, vedando improvisações que comprometam a continuidade, qualidade e regularidade dos serviços;

Considerando o Princípio da Segurança Jurídica previsto no art. 2º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro – LINDB, que impõe à Administração Pública a adoção de medidas proporcionais e planejadas, evitando bruscas mudanças de regime que prejudiquem usuários, entidades credenciadas e agentes públicos;

Considerando o art. 24 da LINDB – Lei de Introdução as Normas do Direito Brasileiro, que determina que mudanças normativas que imponham novo dever ao agente público devem ser acompanhadas de prazos razoáveis para sua implementação, especialmente quando exigem mudanças tecnológicas, de infraestrutura ou de capacitação;

Considerando que milhares de processos administrativos de habilitação encontram-se em andamento no DETRAN/PR, sendo necessário regulamentar, de forma segura, o tratamento das situações em curso, evitando convalidações indevidas e prejuízos aos candidatos;

Considerando que a formação do condutor é etapa essencial para a segurança viária e que eventuais transições devem assegurar qualidade, padronização e estabilidade dos fluxos;

Considerando que a implementação integral do novo modelo demanda ajustes tecnológicos, regulatórios, operacionais, de infraestrutura e de segurança da informação, bem como adequações normativas de controles de fases do processo de formação de condutores;

Considerando necessários ajustes nos exames, em especial exames práticos que necessitam do treinamento de examinadores e adequação da pauta digital;

Considerando todas as alterações sistêmicas relativas aos agendamentos de exames, complexidade da rede de validações, assim como várias permissões e privilégios de acesso aos respectivos agendamentos;

Considerando a necessidade de garantir a adequada integração entre os sistemas estaduais e o RENACH, nos termos dos arts. 12, 24, 25, 27 e 35 da referida Resolução;

Considerando, que durante a fase de transição, serão adequados os sistemas informatizados e integrações com o RENACH, os procedimentos relativos ao requerimento, coleta biométrica, exames teóricos e práticos, as rotinas de emissão automática de Permissão para Dirigir e CNH, os modelos de monitoramento eletrônico e instrumentos de avaliação, os regulamentos estaduais internos e normas complementares, bem como a readequação dos cadastros, credenciamentos e procedimentos aplicáveis aos instrutores, entidades de formação e entidades públicas.

Considerando a divulgação e publicação de Medida Provisória titulada "CNH do Brasil".

Considerando, por derradeiro, a necessidade de adequação pelo órgão executivo estadual quanto a aplicação da referida Medida Provisória e Resolução 1020/2025, que dispõe com novas regras para obtenção da Carteira Nacional de Habilitação.

R E S O L V E:

Art. 1º Atribuir ao Órgão Executivo Estadual DETRAN/PR o prazo de 180 dias a partir da publicação da Resolução 1020/2025 CONTRAN para promover as adequações, ajustes, implementação de critérios e parâmetros necessários ao cumprimento das normas acima citadas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, Curitiba, 10 de dezembro de 2025.

João Carlos Ortega
Presidente do CETRAN

170987/2025



Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

DETRAN

PORTARIA N.º 976/2025-DP/DAFI

Designar Mary Hellen Teles Chaves, CPF nº 003.***.129-**, servidora deste Departamento de Trânsito do Paraná – Detran/PR, para atuar como gestora e Marli Marlene de Souza Batagini CPF nº 462.***.729-**, servidora deste Departamento de Trânsito do Paraná – Detran/PR, para atuar como fiscal da Inexigibilidade n.º 055/2025 que tem por objeto, a participação do Detran/PR na FEISEG 2025 – Feira de inovação em segurança. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado do Paraná.

Curitiba, 09 de dezembro de 2025.

Osvaldo Messias Machado
Diretor de Administração e Finanças do DETRAN-PR

169972/2025

Diário OFICIAL Paraná

Procuradoria Geral do Estado

PORTARIA nº 104/2025 - PGE

Lota servidora na Coordenadoria de Estudos Jurídicos - CEJ

A **DIRETORA-GERAL DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo inc. VII do art. 5.º da Lei nº 21.352, de 1 de janeiro de 2023,

RESOLVE

Art. 1° Lotar a servidora **LINDI RIBEIRO DA SILVA**, R.G. nº 12.XXX.247-X, na Coordenadoria de Estudos Jurídicos - CEJ, ficando revogada sua lotação anterior.
Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. ANOTE-SE.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente.*

Lucia Helena Cachoeira
Diretora-Geral

168989/2025

Resolução nº 297/2025-PGE

Alteração do Edital nº 01/2025 - CAF/PGE-PR, incluindo o item 8.3.

O PROCURADOR GERAL DO ESTADO, no uso das atribuições que lhe conferem a Constituição do Estado do Paraná, a Lei Complementar n. 26, de 1985, o art. 17 da Lei n. 21.860, de 15 de dezembro de 2023, e os artigos 46 e seguintes do Decreto n. 7.855, de 6 de novembro de 2024, bem como o contido no protocolo n. 24.246.828-7

RESOLVE

Art. 1º Acrescenta o item 8.3 ao Edital nº 01/2025 - CAF/PGE-PR:

8.3. Para fins do disposto no inciso I do art. 25 do Decreto nº 7.855/2024, o pedido de revisão quanto à classificação da dívida ou à aferição da capacidade de pagamento, para adesão ao presente edital, poderá ser apresentado até o dia 10 de fevereiro de 2026.

Art. 2º Ficam mantidas as demais disposições previstas no Edital nº 01/2025 - CAF/PGE-PR.
Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. ANOTE-SE.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente.*

Luciano Borges dos Santos
Procurador-Geral do Estado

169967/2025

Resolução nº 300/2025-PGE

Instaura procedimento de remoção voluntária de Procuradores do Estado, sem prejuízo da vinculação funcional, exclusivamente para fins de alteração de lotação entre unidades regionais e a Capital.

O **PROCURADOR-GERAL DO ESTADO**, no uso de suas atribuições previstas no artigo 5º da Lei Complementar nº 26, de 30 de dezembro de 1985, com a redação dada pela Lei Complementar nº 40, de 08 de dezembro de 1987 e no Decreto n° 2.709, de 10 de setembro de 2019:

RESOLVE

Art. 1º Fica instaurado procedimento de **REMOÇÃO**, compreendida como a alteração da lotação do Procurador do Estado entre Procuradorias Regionais ou entre estas e a Capital, independentemente de modificação da vinculação funcional do interessado, observado o disposto nesta Resolução.
Art. 2º O presente processo tem por finalidade permitir exclusivamente a mudança de lotação, mantendo-se inalterada a vinculação do Procurador às Procuradorias Especializadas, Coordenadorias, CCP's ou à Procuradoria de Brasília.
Art. 3º Poderão concorrer à **REMOÇÃO** todos os Procuradores do Estado, lotados na Capital ou nas Procuradorias de atuação Regional, devendo indicar, em ordem de preferência, as unidades programáticas para as quais pretendem ser removidos.
Parágrafo único. A manifestação deverá ser encaminhada via e-Protocolo Digital, à PGE/DG, **no prazo máximo de até 11 de dezembro de 2025**.
Art. 4º A manifestação de interesse deverá seguir o modelo padrão disponibilizado em anexo, com indicação ordinal de preferência.
§ 1º O pedido é irretratável após encerrado o prazo.
§ 2º O não preenchimento ou preenchimento incorreto do formulário implicará desconsideração das opções inválidas, sem prejuízo das demais.
Art. 5º A classificação dos interessados observará as regras de antiguidade previstas no art. 49 da Lei Complementar n° 26, de 30 de dezembro de 1985.
Art. 6º A implementação das **REMOÇÕES** será formalizada por ato específico do Procurador-Geral do Estado, que fixará as datas e normas de transição.
Parágrafo único. Poderão ser realizadas readequações de vagas para melhor atendimento do interesse público.
Art. 7º Este procedimento poderá ser revogado, total ou parcialmente, e não gera direito adquirido, tampouco assegura percepção de ajuda de custo prevista no art. 182 da Lei 6.174/1970.
Art. 8º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. ANOTE-SE.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente.*

Luciano Borges dos Santos
Procurador-Geral do Estado

170122/2025

Resolução nº 302/2025-PGE

Designa Procuradores do Estado para Assunção Temporária de acervo judicial no âmbito da Coordenadoria do Consultivo e respectivas unidades especializadas coordenadas.

O **PROCURADOR-GERAL DO ESTADO**, no uso de suas atribuições previstas no artigo 5º da Lei Complementar nº 26, de 30 de dezembro de 1985, com a redação dada pela Lei Complementar nº 40, de 08 de dezembro de 1987, e no art. 4º, inciso I e §1º, da Deliberação n° 22/2024-CSPGE:

RESOLVE

Art. 1º Designar os Procuradores do Estado abaixo relacionados, pelo prazo de 30 (trinta) dias, para assunção temporária de acervo consultivo no âmbito da Coordenadoria do Consultivo e respectivas unidades especializadas coordenadas, sem prejuízo de suas funções na unidade de origem:
I - DANIEL LEITE RIBEIRO, RG nº 15.XXX.703-X;
II - HELLEN GONÇALVES LIMA, RG n° 15.XXX.079-X;
III - LARA FERREIRA GIOVANNETTI, RG 14.XXX.308-X.
Art. 2º Os acervos de que trata esta Resolução serão decorrentes de demandas consideradas urgentes e distribuídas pelos Procuradores Chefes da Coordenadoria do Consultivo - CCON, da Procuradoria Consultiva de Aquisições e Serviços - PRC, da Procuradoria Consultiva de Concessões - PCP, Convênios e Parcerias e da Procuradoria Consultiva de Obras - PCO.
Art. 3º Durante o período de designação especial de acúmulo por assunção temporária de acervo fica vedada a fruição de férias ou licenças voluntárias.
Parágrafo único. A designação especial não desonera o Procurador do Estado do cumprimento das demais obrigações funcionais, em especial o atendimento às demandas ordinárias, às intimações judiciais e realização de audiências, nem autoriza a redução de acervo ou de distribuição de atividades, na unidade de vinculação.
Art. 4º Incumbe à Coordenadoria do Consultivo solicitar às unidades administrativas competentes a liberação de acesso aos arquivos e ferramentas de tecnologia ordinariamente utilizados para desempenho das atividades designadas.
Art. 5° Os casos omissos serão decididos pela Diretora-Geral.
Art. 6º O Procurador-Geral do Estado poderá revogar parcial ou totalmente as designações especiais, a qualquer tempo.
Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. ANOTE-SE.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente.*

Luciano Borges dos Santos
Procurador-Geral do Estado.

170379/2025

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Secretaria da Administração e da Previdência

EXTRATO DOS ATOS EMITIDOS PELA DIVISAO DE CADASTRO DE RECURSOS HUMANOS - SEAP

0 O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES, TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO Nº 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2.000 E CONSIDERANDO O DISPOSTO NO ARTIGO 3º DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 41, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2.003 E RESOLUÇÃO Nº 3.837 DE 15 DE JUNHO DE 2.004. RESOLVE CONCEDER, AOS MILITARES ABAIXO RELACIONADO O ABONO DE PERMANÊNCIA EM VALOR EQUIVALENTE À RESPECTIVA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA.

RESOLUÇÃO N. 11286 05/12/2025

PROTOCOLO	NOME	RG	LF	ÓRGÃO	A PARTIR
249579530	ADEMIR PERES DE SOUZA	53511511	1	SESP	
249657271	ANDRE GIOVANI BRERO	51780280	1	SESP	
248826860	ANTONIO CARLOS PEREIRA DA SILVA	59574868	1	SESP	
249937665	EDI CARLOS DE OLIVEIRA	60445869	1	SESP	
249570923	LUIS HENRIQUE ALVES	57865571	1	SESP	
249599077	MARCELO JOSE LOPES	42725625	2	SESP	
249848450	MARCOS ROBERTO PERECIN	57870990	1	SESP	
249662925	ROBSON PEREIRA DA SILVA	34777039	1	SESP	
249665193	WILSON COSTA FERNANDES JUNIOR	47631173	1	SESP	

168738/2025

EXTRATO DOS ATOS EMITIDOS PELA DIVISAO DE CADASTRO DE RECURSOS HUMANOS - SEAP

0 O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES, TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO Nº 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2.000 E CONSIDERANDO O DISPOSTO NO ARTIGO 3º DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 41, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2.003 E RESOLUÇÃO Nº 3.837 DE 15 DE JUNHO DE 2.004. RESOLVE CONCEDER, AOS MILITARES ABAIXO RELACIONADO O ABONO DE PERMANÊNCIA EM VALOR EQUIVALENTE À RESPECTIVA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA.

RESOLUÇÃO N. 11287 05/12/2025

PROTOCOLO	NOME	RG	LF	ÓRGÃO	A PARTIR
243226830	ANDREA DO ROCIO BORNANCIN SILVEIRA	61311440	1	SESP	
250475160	DAISON DIEGO BAERLE	69295444	1	SESP	
250444540	ELEOMAR DECIO WIETHOLTER	54197047	1	SESP	
250544014	GERSON GUERIOS	64243896	1	SESP	
250518269	LUCIMAURO TELES	65796520	1	SESP	
250461844	MARCIO JOSE ALVES DOS SANTOS	68113903	1	SESP	
250349904	MAURO LUIS RATAICZIK	62417234	1	SESP	
250795742	RONILSON DIAS MORAIS	52032130	1	SESP	
250002203	SERGIO BARBOSA DE CRISTO	45151123	1	SESP	
250514409	SERGIO SOARES DOS SANTOS	73153263	1	SESP	

168736/2025

1 RESOLUÇÃO DE PENSÃO ESPECIAL N. 11279

0 O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES E TENDO EM VISTA O DISPOSTO NO DECRETO Nº 2491, DE 23 DE JANEIRO DE 1984, E DECISÃO PROFERIDA NOS AUTOS SOB Nº 0003015-89.2015.8.16.0014, DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE LONDRINA-PR, E OFÍCIO Nº 1847/2025, DA PROCURADORIA DE EXECUÇÕES, PRECATÓRIOS E CÁLCULOS-PRE,

-

0 RESOLVE

-

0 CONCEDER PENSÃO INDENIZATÓRIA EM FAVOR DE LEONILDA TOMÉ DA SILVA, CPF 055.192.289-30, NO VALOR EQUIVALENTE A 2/3 (DOIS TERÇOS) DO SALÁRIO-MÍNIMO, ATÉ 28/11/2046, DATA ESSA EM QUE A VÍTIMA WILSON DA SILVA, COMPLETARIA 70 ANOS DE IDADE.
PROTOCOLO 24.999.304-2

-

-

-

CURITIBA, 04/12/2025

-

-

-

0 LUIZÃO GOULART
0 SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E
0 DA PREVIDÊNCIA

168733/2025

1 RESOLUÇÃO DE PENSÃO ESPECIAL N. 11283

0 O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES E TENDO EM VISTA O DISPOSTO NO DECRETO Nº 2491, DE 23 DE JANEIRO DE 1984, E DECISÃO PROFERIDA NOS AUTOS SOB Nº 0000171-67.2019.8.16.0131, DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE DOIS VIZINHOS-PR, E MEMORANDO Nº: 478/2025, DA PROCURADORIA JURÍDICA-SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA-DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM,

-

0 RESOLVE

-

0 CONCEDER PENSÃO INDENIZATÓRIA VITALÍCIA, EM FAVOR DE ELIO BUNDIM DE CAMPO, CPF 524.836.819-72, CORRESPONDENTE A 60% (SESSENTA POR CENTO) DA ÚLTIMA REMUNERAÇÃO PERCEBIDA PELO AUTOR, ANTES DO SEU AFASTAMENTO, NO VALOR EQUIVALENTE R$ 3.078,04,(TRÊS MIL, SETENTA E OITO REAIS E QUATRO CENTAVOS) INCIDINDO SOBRE O 13º SALÁRIO E ADICIONAL DE FÉRIAS, COM REAJUSTE PELO ÍNDICE DA TAXA SELIC, COM EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE JULHO/2025.
PROTOCOLO 25.080.295-1

-

-

-

CURITIBA, 05/12/2025

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

-
-
-
0 LUIZÃO GOULART
0 SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E
0 DA PREVIDÊNCIA

168735/2025

EXTRATO DOS ATOS EMITIDOS PELA DIVISAO DE CADASTRO DE RECURSOS HUMANOS - SEAP

0 O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES E TENDO EM VISTA O DISPOSTO NO DECRETO N° 2.491, DE 23 DE JANEIRO DE 1984, RESOLVE EXONERAR A PEDIDO DE ACORDO COM O ARTIGO 124, DA LEI N° 6174, DE 16 DE NOVEMBRO DE 1970, OS FUNCIONÁRIOS ABAIXO RELACIONADOS:

RESOLUÇÃO N. 11289 05/12/2025

NOME	RG	LF	CARGO	PROTOCOLO	A PARTIR	ORGAO
LUAN HENRIQUE NASCIMENTO	139025512	1	NAXII	25.040.287-2	18/11/2025	SESP
RAFAELA COSTA FURTADO KUIAVSKI	4439365	1	NI01	250834942	24/11/2025	SEED
TYCIANNE DE MARILLAC DO NASCIMENTO DE	6426780	1	NAUNICA	25.003.576-4	18/11/2025	SESP

168732/2025

RESOLUÇÃO CONJUNTA SEAP/SEIL/DER N.° 1055/2025

Concede promoção aos servidores do Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE.

O **Secretário de Estado da Administração e da Previdência**, o **Secretário de Estado da Infraestrutura e Logística** e o **Diretor Presidente do Departamento de Estradas de Rodagem**, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 90 da Constituição Estadual, considerando a Lei Estadual n.º 21.352, de 1º de janeiro de 2023 e art. 7° do Regulamento da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, aprovado pelo Decreto n.º 3.888, de 21 de janeiro de 2020, considerando o contido na Lei n.º 13.666/2002, de 05 de julho de 2002, que instituiu o Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE, considerando o Despacho do Governador, de 4 de abril de 2025 (protocolo n.º 23.342.639-3), e o disposto no Protocolo n.º 25.034.822-3,

RESOLVEM:

Art. 1º Conceder aos servidores estáveis e ativos do Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE, regido pela Lei Estadual n.º 13.666, de 05 de julho de 2002, 1 (uma) classe salarial a título de **PROMOÇÃO POR CAPACITAÇÃO**, na forma do inciso II, §1º do Art. 9ºA da Lei Estadual n.º 13.666/02, conforme o Anexo I desta Resolução.

Art. 2º Conceder ao servidor estável e ativo do Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE, regido pela Lei Estadual n.º 13.666, de 05 de julho de 2002, **PROMOÇÃO POR ESCOLARIDADE OU TITULAÇÃO**, na forma do inciso III, §1º do Art. 9ºA da Lei Estadual n.º 13.666/02, conforme o Anexo II desta Resolução.

Art. 3º Determinar o processo de implantação e registro dos institutos de desenvolvimento funcional no sistema RH-Paraná/Meta4 às Unidades de Recursos Humanos dos servidores.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 03 de dezembro de 2025.

Luizão Goulart
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Sandro Alex
Secretário de Estado da Infraestrutura e Logística

Fernando Furiatti Saboia
Diretor Presidente do Departamento de Estradas de Rodagem

ANEXO I
PROMOÇÃO POR CAPACITAÇÃO

NOME	RG	LF	ÓRGÃO	CARGO	DE	PARA
					CL	CL
VANDERLEI LUIZ DOS SANTOS	5.xxx.819-x	1	DER	AGA	VIII	IX
EDINA DE AZEVEDO	3.xxx.341-x	1	DER	AGP	XIV	XV
CARLOS GUILHERME PITTARELLO DOS SANTOS	6.xxx.168-x	1	DER	AGP	VIII	IX

ANEXO II
PROMOÇÃO POR ESCOLARIDADE OU TITULAÇÃO

NOME	RG	LF	ÓRGÃO	CARGO	DE	PARA
					CL	CL
ROBERTO ABAGGE DOS SANTOS	6.xxx.042-x	1	DER	AGP	IX	XIII

169980/2025

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA
DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO DO ESTADO

EXTRATO DE TERMO DE DOAÇÃO DE IMÓVEL

Protocolo nº: 19.375.794-4
Termo de Doação n°: 73/2025

Doador: Estado do Paraná
Donatário: Município de Paulo Frontin
Exercício do firmamento do Termo de Doação de Imóvel: 2025
Fundamento legal: Lei nº 21.842 de 14/12/2023, publicada no DIOE n° 11562 de 14/12/2023.
Descrição: Doação de Imóvel de propriedade estadual, registrado sob a Matrícula n° 2.193 do Registro de Imóveis de Mallet, com área documental de 12.155,57m²,

destinado à implantação e funcionamento de Serviços Públicos Municipais.
Valor do imóvel: R$ 1.960.000,00 (um milhão e novecentos e sessenta mil reais).

169594/2025

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA
DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO DO ESTADO

EXTRATO DE TERMO DE DOAÇÃO DE IMÓVEL

Protocolo nº: 24.365.888-8
Termo de Doação n°: 102/2025
Doador: Estado do Paraná
Donatário: Município de Santa Isabel do Ivaí
Exercício do firmamento do Termo de Doação de Imóvel: 2025
Fundamento legal: Lei nº 22.750 de 31/10/2025, publicada no DIOE n° 12.020 de 31/10/2025.
Descrição: Doação de Imóvel de propriedade estadual localizado na Avenida Carlos Gomes, s/n – Centro, Município de Santa Isabel do Ivaí, constituído de parte da Quadra nº 101-A, com área documental de 1.040,00 m², registrado sob a Matrícula n.º 1.882 do Registro de Imóveis da Comarca de Santa Isabel do Ivaí, destinado à implantação e funcionamento de serviços públicos municipais.
Valor do imóvel: R$ 185.712,80 (cento e oitenta e cinco mil, setecentos e doze reais e oitenta centavos).

169581/2025

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA
DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO DO ESTADO

EXTRATO DE TERMO DE DOAÇÃO DE IMÓVEL

Protocolo nº: 23.644.470-8
Termo de Doação n°: 81/2025
Doador: Estado do Paraná
Donatário: Município de Campo Largo
Exercício do firmamento do Termo de Doação de Imóvel: 2025
Fundamento legal: Lei nº 22.685 de 10/10/2025, publicada no DIOE n° 12005 de 10/10/2025.
Descrição: Doação do Imóvel pertencente ao Estado do Paraná, relativo ao lote de terreno urbano localizado Rua Centenário, 2245, Centro, Campo Largo – PR, registrado sob matrícula n° 25.292 do Livro 3-V, com área documental de 1.365,00m², registrado no Registro de Imóveis da Comarca de Campo Largo/PR, destinado ao funcionamento de serviços públicos municipais.
Valor do imóvel: R$ 4.067.780,00 (quatro milhões, sessenta e sete mil e setecentos e oitenta reais).

169590/2025

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA
DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO DO ESTADO

EXTRATO DE TERMO DE DOAÇÃO DE IMÓVEL

Protocolo nº: 23.320.972-4
Termo de Doação n°: 100/2025
Doador: Estado do Paraná
Donatário: Município de Matinhos
Exercício do firmamento do Termo de Doação de Imóvel: 2025
Fundamento legal: Lei nº 22.753 de 31/10/2025, publicada no DIOE n° 12.020 de 31/10/2025.
Descrição: Doação de Imóvel de propriedade estadual, registrado sob a Matrícula n° 33.605 do Registro de Imóveis de Matinhos, com área documental de 4.200,00 m², destinado à implantação e funcionamento de serviços públicos municipais.
Valor do imóvel: R$ 1.900.000,00 (um milhão e novecentos mil reais).

169591/2025

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA
DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO DO ESTADO

EXTRATO DE TERMO DE DOAÇÃO DE IMÓVEL

Protocolo nº: 15.796.962-5
Termo de Doação n°: 95/2025
Doador: Estado do Paraná
Donatário: Município de Guaratuba
Exercício do firmamento do Termo de Doação de Imóvel: 2025
Fundamento legal: Lei nº 21.410 de 17/04/2023, publicada no DIOE n° 11400 de 17/04/2023.
Descrição: Doação de Imóvel de propriedade estadual, registrado sob a transcrição n.º 15.185 do Registro de Imóveis de São José dos Pinhais, com área documental de 320,00 m², com a finalidade de funcionamento de serviços públicos municipais.
Valor do imóvel: R$ 705.000,00 (setecentos e cinco mil reais).

169591/2025

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA
DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO DO ESTADO

EXTRATO DE TERMO DE DOAÇÃO DE IMÓVEL

Protocolo nº: 20.506.783-3
Termo de Doação n°: 50/2025
Doador: Estado do Paraná
Donatário: Município de Barra do Jacaré
Exercício do firmamento do Termo de Doação de Imóvel: 2025
Fundamento legal: Decreto nº 10953 de 19/08/2025, publicada no DIOE n° 11968 de 19/08/2025.
Descrição: Doação ao Município de Barra do Jacaré, de imóvel de propriedade estadual localizado na Rua Paraná, 171 – Centro, neste município, com área documental de 3.198,00m², registrado sob a Matrícula n.º 15.949 do Serviço de Registro de Imóveis de Jacarezinho/PR, destinado ao funcionamento da Escola Municipal Pio XII.
Valor do imóvel: R$836.614,50 (oitocentos e trinta e seis mil, seiscentos e quatorze reais e cinquenta centavos)

169576/2025

RESOLUÇÃO Nº 11.290/2025 – SEAP

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA**, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

Considerando o disposto no art. 53, §1º, da Lei Estadual nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, e no art. 4º da Lei Estadual nº 13.666, de 05 de julho de 2002, que dispõem sobre a jornada de trabalho do Poder Executivo do Estado do Paraná;

Considerando a necessidade de padronizar os procedimentos de controle e registro da jornada de trabalho dos servidores da SEAP;

RESOLVE:

Art. 1º O horário de funcionamento da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência – SEAP será de segunda a sexta-feira, das 8h30 às 12h e das 13h30 às 18h.

Art. 2º A jornada diária dos servidores poderá ser executada no período compreendido entre 7h e 19h30, desde que:
I – Respeitado o horário de funcionamento estabelecido no art. 1º;
II – Garantida a continuidade dos serviços e do atendimento ao público;
III – Mantida a adequada distribuição da força de trabalho;
IV – Observados os procedimentos desta Resolução.
§1º A Diretoria em que o servidor está inserido poderá autorizar a flexibilização da sua jornada diária.

Art. 3º A jornada de trabalho dos servidores efetivos e comissionados será de 8 (oito) horas diárias e 40 (quarenta) horas semanais.
§1º Os servidores farão intervalo para alimentação e descanso, com duração mínima de 1 (uma) hora e máxima de 2 (duas) horas, obrigatoriamente entre 11h e 15h, não computado como tempo de serviço.
§2º É proibida a realização de jornada superior a 6 (seis) horas ininterruptas.
§3º É vedado o fracionamento do intervalo previsto no §1º.
§4º A jornada poderá iniciar-se antes do horário de funcionamento da SEAP, desde que dentro do período autorizado para cumprimento da jornada (7h às 19h30), sem prejuízo da obrigação de observância ao horário de atendimento ao público.
§5º O intervalo previsto no art. 3º, §1º, será concedido de forma previamente escalonada, de modo que seja mantido quantitativo mínimo para manutenção das atividades durante o funcionamento da Secretaria.
§6º Atividades externas, reuniões, cursos, eventos e viagens previamente autorizadas serão consideradas jornada regular de trabalho.

Art. 4º O registro de frequência é obrigatório e deverá ser realizado exclusivamente por meio do Sistema de Ponto Eletrônico – SPE, com uso de senha pessoal e intransferível.
§1º O servidor deverá efetuar, no SPE, os registros correspondentes aos movimentos diários de sua jornada, compreendendo:
I – Entrada;
II – Início do intervalo destinado à alimentação e descanso, quando houver;
III – Retorno do intervalo;
IV – Saída ao final da jornada.
§2º Os servidores sujeitos à jornada reduzida ou sem intervalo intrajornada deverão realizar apenas os registros compatíveis com sua carga horária específica, conforme orientações do NRH/SEAP.
§3º As ausências de registro ou situações que afetem a marcação da jornada deverão ser obrigatoriamente justificadas pelo servidor no Sistema de Ponto Eletrônico – SPE, nas seguintes hipóteses:
I – Ausência por motivo de saúde, conforme normas da Divisão de Perícia Médica;
II – Realização de atividades externas que inviabilizem o registro regular;
III – Participação em reuniões, viagens, cursos ou eventos previamente autorizados pela chefia imediata;
IV – Impossibilidade de registro em razão de falha técnica do sistema ou do equipamento;

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

V – Esquecimento de registro, limitado a cinco ocorrências mensais, observado o devido controle pela chefia imediata.
§4º As ausências por motivo de saúde observarão as normas da Divisão de Perícia Médica – DPM/SEAP, incluindo encaminhamentos quando superiores a 3 dias, conforme o art. 6º desta Resolução.
§5º Serão também consideradas ausências justificadas, as hipóteses de afastamento previstas em lei.
§6º É vedado o registro de ponto via VPN, acesso remoto ou qualquer mecanismo externo não autorizado.
§7º Nas justificativas relativas a viagens, reuniões externas, cursos, capacitações ou eventos oficiais, o servidor deverá anexar ao SPE os documentos comprobatórios pertinentes, incluindo:

I – O número da respectiva Solicitação de Viagem, quando aplicável;
II – A autorização da chefia imediata ou autoridade competente;
III – A programação, convite, declaração de participação, certificado ou documento equivalente, quando houver.
§8º Os servidores que desempenharem atividades externas de forma contínua ou habitual poderão ter seus registros de frequência regulamentados por ato específico da Diretoria-Geral, mediante justificativa formal da chefia imediata, observadas as particularidades das funções desempenhadas.
§9º As ausências, faltas e/ou instabilidades técnicas do SPE deverão ser devidamente informadas, justificadas e registradas na data correspondente, e sua convalidação dependerá da análise e assinatura da chefia imediata do servidor, junto ao relatório mensal de frequência.
§10. As ausências cuja justificativas não forem acolhidas pela chefia imediata serão lançadas como falta no controle eletrônico de frequência. Os casos em que for lançada a falta, deverão ser formalizados via e-Protocolo para viabilizar a notificação do servidor.

Art. 5º Ficam dispensados do registro eletrônico de ponto:
I – Secretário de Estado;
II – Diretor-Geral;
III – Diretores de Área;
IV – Chefe de Gabinete.
§1º A dispensa não exime o cumprimento da jornada nem da responsabilidade funcional.
§2º Excepcionalmente, o Diretor-Geral da SEAP poderá dispensar outro servidor do registro eletrônico de ponto, quando a natureza das atividades desempenhadas impossibilitar o controle eletrônico da jornada, mediante solicitação formal da chefia imediata, instruída com justificativa detalhada e trâmite obrigatório via Sistema e-Protocolo, para posterior registro pelo NRHS/SEAP.

Art. 6º Compete ao servidor:
I – Registrar sua frequência de forma correta e pontual;
II – Comunicar as ausências de imediato à chefia imediata e inserir as justificativas no SPE no dia de retorno ao trabalho;
III - Anexar ao SPE os atestados de até três dias, consecutivos ou não, devidamente assinados pela chefia imediata;
IV - Cadastrar diretamente no sistema da Perícia Médica do Estado os atestados superiores a três dias consecutivos, ou não, dentro do mesmo mês e em até setenta e duas horas da data do atestado, na forma estabelecida em atos normativos próprios.
V – Anexar outros documentos comprobatórios ao SPE, quando aplicável;
VI – Manter em sigilo sua senha de acesso;
VII – Comunicar, ao NRHS/SEAP, inconsistências, divergências ou anomalias identificadas no SPE.

Art. 7º Compete à chefia imediata, ou ao servidor formalmente por ela designado, o controle da frequência e da jornada de trabalho dos servidores lotados na unidade administrativa sob sua responsabilidade, cabendo-lhe:
I – Orientar os servidores quanto aos procedimentos relativos à jornada de trabalho e ao uso do Sistema de Ponto Eletrônico – SPE;
II – Acompanhar a assiduidade e a pontualidade dos servidores subordinados;
III – Analisar e homologar as justificativas apresentadas no SPE;
IV – Atestar a realização de atividades externas, reuniões, viagens, cursos ou eventos oficiais;
V – Validar e assinar os espelhos mensais de frequência;
VI – Conferir e aprovar os relatórios mensais de frequência e encaminhá-los ao Núcleo de Recursos Humanos Setorial – NRHS/SEAP, até o 5º dia útil do mês subsequente, via e-Protocolo, instaurado em processo anual único, destinado exclusivamente à guarda e acompanhamento;
VII – Informar ao NRHS/SEAP, de forma imediata, via e-mail, alterações de lotação, afastamentos, inconsistências, irregularidades ou quaisquer situações que impactem o controle da jornada;
VIII – assegurar a continuidade dos serviços e o cumprimento dos horários previstos nesta Resolução.
§1º Os servidores em disposição funcional lotados em outros órgãos deverão encaminhar ao NRHS/SEAP o controle de sua frequência até o quinto dia útil do mês subsequente às suas atividades.

Art. 8º Compete ao Núcleo de Recursos Humanos Setorial – NRHS/SEAP:
I – Orientar servidores e chefias sobre o uso do SPE;
II – Manter cadastros atualizados;
III – Realizar o fechamento mensal da frequência, com a finalidade de fazer a manutenção da folha de pagamento;
IV – Comunicar inconsistências às chefias e à Diretoria-Geral;
V – Arquivar os espelhos de frequência em E-protocolo anual único.

Art. 9º. Poderá ser concedida dispensa do registro do expediente mediante apresentação de comprovante de inscrição ou equivalente, pelo tempo necessário, à frequência de servidor a cursos de pós-graduação (lato ou stricto sensu), a aulas, eventos de capacitação ou compromissos acadêmicos, relacionados às áreas de atuação da SEAP, sem prejuízo da licença prevista no art. 251, caput, da Lei Estadual n.º 6174/1970.
§ 1º Para fins da licença a que se refere o caput, o servidor deverá formalizar requerimento via e-Protocolo, à chefia imediata e ao diretor de área, que, em caso de anuência, remeterá o expediente para deliberação do Diretor-Geral.
§ 2º Para fins de comprovação da frequência e do aproveitamento da atividade realizada pelo servidor, deverá ser encaminhado ao NRHS cópia do diploma ou certificado de conclusão.
§ 3º Caso concedida a dispensa, o servidor deverá compatibilizar a participação nas atividades de que trata o caput deste artigo com o exercício das atividades que habitualmente desempenha no cargo que ocupa.

Art. 10. Responderá civil, penal e administrativamente o servidor que:
I – Fraudar ou manipular registros de frequência;
II – Registrar ponto por outro servidor;
III – Ceder sua senha a terceiros;
IV – Omitir, adulterar ou simular registros;
V – Utilizar artifícios para burlar o SPE.

Art. 11. Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria-Geral, ouvidos o Departamento de Gestão de Pessoas e o NRHS/SEAP.

Art. 12. A Diretoria-Geral poderá expedir normas complementares para a execução desta Resolução.

Art. 13. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

Curitiba, 08 de dezembro de 2025.

Luizão Goulart
Secretário de Estado da Administração e da Previdência
170148/2025

LOTTOPAR

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
LOTERIA DO ESTADO DO PARANÁ – LOTTOPAR

PORTARIA N° 087/2025 – LOTTOPAR

O **DIRETOR-PRESIDENTE DA LOTERIA DO ESTADO DO PARANÁ – LOTTOPAR**, no uso de suas atribuições legais e considerando:

a) O disposto na Lei 20.945, de 20 de dezembro de 2021 e o Art. 13 do Decreto 10.843 de 26 de abril de 2022;

RESOLVE

Art. 1° Designar os servidores, sem prejuízo de suas atribuições, para atuar na fiscalização do contrato nº 010/2025, junto à **COTRANS LOCAÇÃO DE VEÍCULOS LTDA.,** inscrita no CNPJ sob n.º 77.637.684/0001-61, para prestação de serviço contínuo de locação de veículos em âmbito estadual, com quilometragem livre, conforme documentos acostados no protocolo sob n.º 25.035.558-0.

a) **GESTOR DO CONTRATO**, Cristina Sayuri Shikasho - RG nº 7.XXX.XXX-6.
b) **FISCAL DO CONTRATO**, Anderson Ribeiro da Silva – RG n° 30.XXX.XXX-1.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se,

Cumpra-se.

Curitiba, 09 de dezembro de 2025.

Daniel Romanowski
Diretor-Presidente

170160/2025

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
LOTERIA DO ESTADO DO PARANÁ – LOTTOPAR

PORTARIA N° 086/2025 – LOTTOPAR

O **DIRETOR-PRESIDENTE DA LOTERIA DO ESTADO DO PARANÁ – LOTTOPAR**, no uso de suas atribuições legais e considerando:

a) O disposto na Lei 20.945, de 20 de dezembro de 2021 e o Art. 13 do Decreto 10.843 de 26 de abril de 2022;

RESOLVE

Art. 1° Designar os servidores, sem prejuízo de suas atribuições, para atuar na fiscalização do contrato nº 011/2025, junto à **LM SOLUÇÕES DE OBILIDADE**, inscrita no CNPJ sob n.º 00.389.481/0001-79, para prestação de serviço contínuo de locação de veículos em âmbito estadual, com quilometragem livre, conforme documentos acostados no protocolo sob n.º 25.036.239-0

a) GESTOR DO CONTRATO, Cristina Sayuri Shikasho - RG nº 7.XXX.XXX-6.
b) FISCAL DO CONTRATO, Anderson Ribeiro da Silva – RG n° 30.XXX.XXX-1.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se,

Cumpra-se.

Curitiba, 08 de dezembro de 2025.

Daniel Romanowski
Diretor-Presidente

169578/2025

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
LOTERIA DO ESTADO DO PARANÁ – LOTTOPAR

AVISO DE PENALIDADE

O **DIRETOR-PRESIDENTE DA LOTERIA DO ESTADO DO PARANÁ – LOTTOPAR**, no uso de suas atribuições legais e considerando:

a) O disposto na Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto nº10.086/2022,

b) A conclusão do Processo Administrativo de Responsabilização, em conformidade com o protocolo 21.440.639-0

TORNA pública a aplicação da sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta deste ente federativo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos termos do art. 156, III, e do §4º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, em face da empresa Concessionária de Loteria do Estado do Paraná Laguna Serviços e Tecnologia SPE Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 50.920.462/0001-03, cumulada com multa pecuniária no valor de R$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais).

Publique-se,
Cumpra-se.

Curitiba, 08 de dezembro de 2025.

Daniel Romanowski
Diretor-Presidente

170293/2025

PARANAPREVIDÊNCIA

RESUMO DE ATO DE REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO
O Diretor Presidente e o Diretor de Previdência da PARANAPREVIDÊNCIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei-PR nº 12.398, de 30 de dezembro de 1998, resolvem DETERMINAR A REVISÃO do benefício previdenciário, na forma abaixo especificada:

Ato nº 123245/21, Pensão Por Morte, Protocolo 25.074.925-2/17.094.073-3, Segurado Elio Antonio Ludwig**, Cargo** Professor**, RG** 1.126.713-0**, Beneficiários** Eulalia Jonck Ludwig, Cônjuge, Cota 100,00%, **Valor R$ 1.045,00** (Mil e Quarenta e Cinco Reais) - FF **Motivo** Valor mensal do benefício será equiparado ao salário mínimo, conforme o disposto no § 3º do Art. 70 da Lei 12.398/98. Indicação de garantia de pagamento do salário mínimo em atendimento à diligência do Tribunal de Contas, Instrução nº 37277/2025 – COAP. Base de cálculo: Novembro/20.
Ato nº 123477/21, Pensão Por Morte, Protocolo 25.075.853-7/16.763.959-3, Segurado Dalmozir Leal**, Cargo** Agente de Apoio**, RG** 2.224.630-5**, Beneficiários** Iracema Leal, Cônjuge, Cota 100,00%, **Valor R$ 1.045,00** (Mil e Quarenta e Cinco Reais) - FF **Motivo** Valor mensal do benefício será equiparado ao salário mínimo, conforme o disposto no § 3º do Art. 70 da Lei 12.398/98. Indicação de garantia de pagamento do salário mínimo em atendimento à diligência do Tribunal de Contas, Instrução nº 37252/2025 – COAP. Base de cálculo: Junho/20.
Ato nº 128343/22, Pensão Por Morte, Protocolo 25.077.585-7/17.708.249-0, Segurado Paulo Roberto Sutil**, Cargo** Agente Educacional II**, RG** 3.358.208-0**, Beneficiários** Rosangela Venante Sutil, Cônjuge, Cota 100,00%, **Valor R$ 3.250,57** (Três Mil, Duzentos e Cinquenta Reais e Cinquenta e Sete Centavos) - FP **Motivo** Correção do cálculo da média pela EC 45/19 em atendimento à diligência do Tribunal de Contas, APA nº 37274/2025. Base de cálculo: Maio/21.
Ato nº 134896/23, Pensão Por Morte, Protocolo 24.982.757-6/20.87.571-3/20.937.249-5, Segurado Gilberto Fernando Nicolay**, Cargo** Cabo**, RG** 1.532.920-3**, Beneficiários** Socorro Ribeiro Nicolay, Cônjuge, Cota 85,47%, Eni José Nunes, Credora de Alimentos, Cota 14,53%, **Valor R$ 6.239,85** (Seis Mil, Duzentos e Trinta e Nove Reais e Oitenta e Cinco Centavos) - FM **Motivo** Alteração do Percentual da Cota-Parte de Eni José Nunes na condição de credora de alimentos em atendimento à diligência do Tribunal de Contas, Instrução nº 13136/2025 – COAP. Base de cálculo: Agosto/23.
Ato nº 135636/23, Pensão Por Morte, Protocolo 25.102.913-0/20.609.394-3, Segurado Denise Maria Zanlorenci**, Cargo** Professor**, RG** 1.916.897-2**, Beneficiários** Rosildo Epifano da Silva, Convivente, Cota 100,00%, **Valor R$ 3.773,22** (Três Mil, Setecentos e Setenta e Três Reais e Vinte e Dois Centavos) - FP **Motivo** Correção do cálculo da média pela EC 45/19 em atendimento à diligência do Tribunal de Contas, APA nº 37286/2025. Base de cálculo: Maio/23.
Ato nº 142613/25, Pensão Por Morte, Protocolo 24.026.794-2/24.073.842-2, Segurado Jose Pedro Pinheiro**, Cargo** Profissional Auxiliar**, RG** 1.484.276-4**, Beneficiários** Marlene de Fátima Mayer, Credor de Alimentos, Cota 20,00%, Celia Terezinha dos Santos, Companheira, Cota 40,00%, Isabela Beatriz dos Santos Pinheiro, Filho(a) Menor, Cota 40,00%, **Valor R$ 3.698,22** (Três Mil, Seiscentos e Noventa e Oito Reais e Vinte e Dois Centavos) - FP **Motivo** Inclusão de Celia Terezinha dos Santos, na condição de companheira e de Isabela Beatriz dos Santos Pinheiro, na condição de filha menor com fulcro no Art. 8º da EC-PR 45/19 c/c art. 5º e art. 19 da LC 233/21. Base de cálculo: Maio/25.
Ato nº 143513/25, Pensão Por Morte, Protocolo 24.492.620-7, Segurado Roberto Massan**, Cargo** Fiscal da Defesa Agropecuária**, RG** 4.902.272-7**, Beneficiários** Andrea Cordeiro Bezerra Lins Massan, Cônjuge, Cota 50,00%, Sarah Lins Massan, Filho(a) Inválido(a), Cota 50,00%, **Valor R$ 12.448,17** (Doze Mil, Quatrocentos e Quarenta e Oito Reais e Dezessete Centavos) - FF **Motivo** Alteração da condição para filha inválida de Sarah Lins Massan, com fulcro no 19 da Lei Complementar nº 233/2021 e Parecer DJ nº 1744/2025. Base de cálculo: Julho/25.
Ato nº 143538/25, Pensão Por Morte, Protocolo 24.228.644-8/24.507.650-9, Segurado Adhemar Pereira Martins**, Cargo** Soldado 1ª Classe**, RG** 631.704-9**, Beneficiários** Simone Aparecida Pouczko, Companheira, Cota 50,00%, Ademar Tahyller Martins, Filho(a) Menor, Cota 10,67%, Brenda Arhiane Martins, Filho(a) Menor, Cota 10,68%, Maria Clara Connor Martins, Credor de Alimentos, Cota 28,65%, **Valor R$ 7.094,07** (Sete Mil e Noventa e Quatro Reais e Sete Centavos) - FM **Motivo** Liberação de cota em favor da companheira Simone Aparecida Pouczko, com fulcro no Art. 24-B, I, II e III do Decreto Lei 667/69, com redação dada pela Lei Federal 13.954/19. Base de Cálculo: Junho/2025.
Ato nº 143629/25, Pensão Por Morte, Protocolo 24.394.610-7, Segurado Juliano Konrad**, Cargo** Professor**, RG** 9.942.360-9**, Beneficiários** Daiane Gritzenco Arenhart, Cônjuge, Cota 50,00%, Álec Arenhart Konrad, Filho(a) Inválido(a), Cota 50,00%, **Valor R$ 3.115,25** (Três Mil, Cento e Quinze Reais e Vinte e Cinco Centavos) - FP **Motivo** Alteração da condição para filho inválido de Álec Arenhardt Konrad, com fulcro no Art. 19, § 5º da Lei Complementar 233/2021. Base de cálculo: Julho/25.
Ato nº 144031/25, Pensão Por Morte, Protocolo 24.699.047-6/24.750.265-3, Segurado Armando Antonio Fonseca Franco**, Cargo** 1º Sargento**, RG** 297.684-6**, Beneficiários** Idalzisa Antunes de Oliveira, Companheira, Cota 73,72%, Teresinha Franco, Credor de Alimentos, Cota 26,28%, **Valor R$ 9.282,53** (Nove Mil, Duzentos e Oitenta e Dois Reais e Cinqüenta e Três Centavos) - FM **Motivo** Inclusão de Idalzisa Antunes de Oliveira na condição de companheira, conforme Art. 24-B, I, II e III do Decreto Lei 667/69, com redação dada pela Lei Federal 13.954/19. Base de cálculo: Setembro/25.

Curitiba, 8 de dezembro de 2025.

168992/2025

RESUMO DE ATO DE CANCELAMENTO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO
O Diretor Presidente e o Diretor de Previdência da PARANAPREVIDÊNCIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei-PR nº 12.398, de 30 de dezembro de 1998, resolvem DETERMINAR O CANCELAMENTO do benefício previdenciário, na forma abaixo especificada:
Ato nº 86603/15, Pensão Por Morte, Protocolo 21.468.457-8, Segurado Renata Cordeiro, **Cargo** Agente Universitário de Nível Médio, **RG** 3.132.842-0, **Beneficiário** Ismael Mendes Barbosa, Cônjuge, Cota 100,00%, **Motivo** Tendo em vista o Parecer DJ nº 1753/2025, que opinou pelo cancelamento com base na inexistência de amparo legal para manutenção da percepção do benefício, por força do art. 42, inciso I da Lei Estadual 12.398/98.

Curitiba, 5 de dezembro de 2025.

168993/2025

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Secretaria da Agricultura e do Abastecimento

ADAPAR

PORTARIA Nº **503**, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2025.

Instaurar processo de Sindicância com a finalidade de apurar os fatos descritos no protocolado nº 25.039.550-7.

O DIRETOR DA AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere os artigos 99, da Lei Estadual nº 20.656, de 03 de agosto de 2021, art. 3, do Decreto Estadual nº 5.792, de 30 de agosto de 2012 e art. 13, inciso XIII, do anexo a que se refere o Decreto Estadual nº 5.702, de 03 de maio de 2024,e tendo tomado conhecimento dos fatos, nos termos da Nota Técnica n°40/25 da Corregedoria, Fls/Mov.33 até 35ª/16,

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a instauração de sindicância com a finalidade de apurar os fatos descritos no protocolado supra, ocorrido na EL de Santo Antonio do Sudoeste – ER Francisco Beltrão.

Art. 2º Autorizo a Comissão Permanente Processos Administrativos Disciplinares, nomeada pela Portaria n°385-2025, publicada no DIOE/PR n°11.994 de 25 de setembro de 2025, designar equipe e procederem à condução do processo, sugerir medidas corretivas, observando a aplicação dos princípios constitucionais na forma da lei;

Art. 3º O presente procedimento poderá ser iniciado a partir da publicação deste ato no DIOE/PR, observado o disposto nos Art.117 e Parágrafo Primeiro do Art. 134, ambos, da Lei Estadual nº 20.656/21. Autorizado desde já, o sobrestamento, se requerido.

§ 1º Atos como audiências, interrogatórios, coleta de depoimentos, reuniões, serão realizadas, preferencialmente, por sistema de videoconferência ou outro recurso tecnológico de transmissão de sons e imagens em tempo real.

§ 2º Ao ser realizada a gravação do ato processual, dispensa-se a ata detalhada, devendo conter, no entanto, a qualificação dos presentes, a identificação da reunião e do processo, e o procedimento para acessar o respectivo vídeo.

§ 3º Aqueles atos presenciais, que demandem em deslocamentos, serão admitidos estritamente essenciais e justificados.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Publique-se.

OTAMIR CESAR MARTINS
Diretor Presidente

169838/2025

PORTARIA Nº **511**, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2025.

Credenciar profissional para emissão de Guia de Trânsito de Subprodutos – GTS.

O DIRETOR PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO PARANÁ - ADAPAR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 3º, inciso IV, da Lei Estadual nº 17.026, de 20 de dezembro de 2011, artigo 13, inciso III, do Anexo a que se refere o Decreto Estadual nº 5.702, de 03 de maio de 2024, e em conformidade com a Lei Estadual nº 11.504, de 06 de agosto de 1996, Decreto Estadual nº 12.029, de 01 de setembro de 2014:

RESOLVE:

Art. 1º Fica credenciado o(a) profissional Eveline Francieli Pini, regularmente inscrito(a) no Conselho Regional de Medicina Veterinária PR10564, para o exercício da atividade de emissão de Guia de Trânsito de Subprodutos - GTS, em nome da empresa Gonçalves e Tortola S/A, inscrita no CNPJ sob o n° 85.070.068/0039-72.

Art. 2º O(a) profissional credenciado(a) estará autorizado(a) a emitir a GTS exclusivamente para subprodutos animais não comestíveis para fins industriais e para uso técnico, oriundos de Estabelecimento Manipulador de Subprodutos descrito na presente Portaria, devendo cumprir integralmente a legislação federal e estadual vigente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

OTAMIR CESAR MARTINS
Diretor Presidente

169782/2025

Secretaria das Cidades

RESOLUÇÃO Nº 148/2025/SECID

Súmula: Designa servidor para responder como Chefe do Núcleo Regional de Umuarama, em virtude das férias da titular da função

O SECRETÁRIO DE ESTADO DAS CIDADES, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 4°, da Lei Estadual nº 21.352, de 1° de janeiro de 2023 neste ato representado pelo Diretor-Geral da Secretaria de Estado das Cidades, conforme Resolução n° 134/2025- SECID, considerando a documentação e informações em anexo ao Protocolo sob n° 25.037.587-5;

RESOLVE,

Art. 1º Designar o servidor Gustavo Vidor Godoi, portador do RG nº 14.XXX.463-X, como Chefe do Núcleo Regional de Umuarama, em substituição as férias da servidora Vivianne Mendes Löwe RG.: 7.XXX.385-X no período de 05/01/2026 à 14/01/2026.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE, ANOTE-SE, CUMPRA-SE

Felipe Flessak
Diretor Geral da Secretaria de Estado das Cidades

169989/2025

RESOLUÇÃO Nº 149/2025/SECID

Súmula: Designa servidor para responder como Diretor-Geral, em virtude das férias do titular da função.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DAS CIDADES, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 4°, da Lei Estadual nº 21.352, de 1° de janeiro de 2023, bem como as atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto n° 9.322, de 24 de março de 2025, considerando a documentação e informações em anexo ao Protocolo sob n° 24.528.548-5;

RESOLVE,

Art. 1º Designar o servidor Nelson Ademar Piske, portador do RG.: nº 4.XXX.149-X, como Diretor-Geral em substituição as férias do servidor Felipe Augusto Amadori Flessak RG.: 7.XXX.488-X no período de 05/01/2026 à 09/01/2026.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE, ANOTE-SE, CUMPRA-SE

Guto Silva
Secretário de Estado das Cidades

169994/2025

RESOLUÇÃO Nº 150/2025/SECID

Súmula: Dispõe sobre a composição da Banca de Julgamento das Propostas Técnicas em processo licitatório

O DIRETOR-GERAL da SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES – SECID, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Estadual nº 21.352/2023, e devidamente autorizado pela Resolução nº 134/2025 – SECID, e considerando a documentação anexa ao protocolo nº 25.113.326-3;

RESOLVE,

Art. 1º Designar servidores para comporem a Banca de Julgamento das Propostas Técnicas do processo licitatório que tem por objeto a contratação de levantamentos, estudos e projetos para o Restauro do imóvel conhecido como antigo Fórum de Castro, tombado pela Coordenação de Patrimônio da Cultura/SEEC, com grau de proteção GP-1 e integrante da área tombada do Centro Histórico de Castro-PR, localizado na Rua Doutor Jorge Xavier da Silva, nº 393, Castro, Estado do Paraná, com a finalidade de proceder à análise e julgamento das propostas técnicas apresentadas pelos licitantes, nos termos do §2º, art.7 e art. 37 da Lei 14.133/2021.

Art. 2º A Banca será composta pelos seguintes membros:

I - Camilli dos Santos Lauerti, RG 9.4XXX.057-X- Arquiteta;
II - Juliana França e Silva Sperancetta, RG 6.XXX.514-X– Arquiteta;
III - Janaína Cûnico Bach RG 6.XXX.140-X – Arquiteta;

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE, ANOTE-SE, CUMPRA-SE

Curitiba, 08 de dezembro de 2025.

Felipe Flessak
Diretor Geral da Secretaria de Estado das Cidades

170269/2025

Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

RESOLUÇÃO N.º 279/2025-SETI, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2025

Dispõe sobre a adesão da servidora Wanda Terezinha Pacheco dos Santos ao regime de Teletrabalho, no âmbito da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Seti.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei Estadual n.º 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e do Decreto Estadual n.º 4.468, de 18 de dezembro de 2023, tendo em vista o contido na Resolução Seti n.º 230/2025; e

Considerando o Despacho n.º 237/2025 da Diretoria Geral da Seti, os pareceres técnicos, a avaliação da chefia imediata e a análise emitida pela Comissão Interna de Teletrabalho, a qual reconhece o atendimento aos requisitos normativos pertinentes, constantes no Protocolo n.º 24.904.886-0,

RESOLVE:

Art. 1.º Deferir a adesão da servidora Wanda Terezinha Pacheco dos Santos, Assessora na Diretoria de Ensino Superior da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, ao regime de Teletrabalho, nos termos do Plano de Trabalho apresentado para o período de 1.º de fevereiro de 2026 a 31 de julho de 2026.

Art. 2.º A execução das atividades deverá observar as metas e entregas pactuadas no Plano de Trabalho aprovado, ficando sujeita ao monitoramento e avaliação pela chefia imediata e pelas instâncias competentes.

Art. 3.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 5 de dezembro de 2025.

ALDO NELSON BONA
Secretário de Estado

169824/2025

UEL

PORTARIA N. 3476 – 08/12/2025

A Diretora Superintendente do Hospital Universitário da Universidade Estadual de Londrina (HU/UEL), no uso de suas atribuições legais e considerando a delegação que lhe foi atribuída pela Magnífica Reitora, por meio do Ato Executivo nº 048/2024, de 25/06/2024 (fl. 59), bem como o consubstanciado no Processo de e-Protocolo n° 20.532.395-3, em especial o Parecer da Procuradoria Jurídica da Universidade (PJU) n° 243/2024 (fls. 32-57a) OF. 04 (fls. 70-70a)

R E S O L V E:

I - Suspender o prazo estabelecido à Comissão de Processo Administrativo Disciplinar designada pela Portaria acima nominada, no período de **07 de janeiro de 2026 a 09 de fevereiro de 2026**, motivada pelas férias agendadas dos membros da comissão.

II - A presente Portaria entra em vigor na data de sua **publicação no Diário Oficial, com efeitos a partir de 07/01/2026, inclusive.**

Enfa. Dra. Iara Aparecida de Oliveira Secco
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO (HU/UEL)
Diretora Superintendente

169965/2025

PORTARIA N. 3477 – 08/12/2025

A Diretora Superintendente do Hospital Universitário da Universidade Estadual de Londrina (HU/UEL), no uso de suas atribuições legais e considerando a delegação que lhe foi atribuída pela Magnífica Reitora, por meio do Ato Executivo nº 055/2024, de 24/07/2024 (fl. 70), bem como o consubstanciado no Processo de e-Protocolo n° 21.584.562-1, em especial o Parecer da Procuradoria Jurídica da Universidade (PJU) n° 310/2024 (fls. 53-68a) OF. 04 (fls. 90-90a).

R E S O L V E:

I - Suspender o prazo estabelecido à Comissão de Processo Administrativo Disciplinar designada pela Portaria acima nominada, no período de **07 de janeiro de 2026 a 02 de fevereiro de 2026**, motivada pelas férias agendadas dos membros da comissão.

II - A presente Portaria entra em vigor na data de sua **publicação no Diário Oficial, com efeitos a partir de 07/01/2026, inclusive.**

Enfa. Dra. Iara Aparecida de Oliveira Secco
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO (HU/UEL)
Diretora Superintendente

169979/2025

PORTARIA N. 3463 – 05/12/2025

A Magnífica Reitora da Universidade Estadual de Londrina, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o consubstanciado no Processo nº 23.296.271-2 em especial o Relatório Final da Comissão Processante, fls. 209-222a e o Parecer Jurídico nº 791/2025, fls. 258-277a, bem como a Análise e Conclusão, fls. 278-279,

R E S O L V E:

I – **Arquivar** o Processo Administrativo Disciplinar nº 23.296.271-2, com a finalidade de pôr fim a este, nos moldes do Relatório Final da Comissão Processante, fls. 209-222, Parecer Jurídico nº 791/2025, fls. 258-277a, e Análise e Conclusão contante às fls. 278-279.

II – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua **publicação no Diário Oficial**.

Profa. Dra. Marta Regina Gimenez Favaro
Reitora

169954/2025

Considerando a Instrução Normativa Nº 142/2018 do Tribunal de Contas do Paraná; A Diretora de Registro, Remuneração e Beneficio, no exercício do cargo de Pró-Reitora de Recursos Humanos da Universidade Estadual de Londrina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Ato Executivo nº 83/2022, DE 10/06/2022; **R E S O L V E:** Tornar público os extratos das contratações em Regime Especial dos servidores da Carreira Técnica Universitária desta Universidade contratados no mês de novembro de 2025.

EXTRATO DE CONTRATO DE REGIME ESPECIAL-CRES:

Nome: **ARIANY VERA ALVES DE JESUS** – Contrato nº 065/2025 - Função: Técnico Administrativo, Classe/Nível: E 01, Regime de Trabalho: 40 h/s, Salário Base: R$ 4.231,60 - Período: 03/11/2025 até 02/11/2026.

Nome: **CASSIA HELOISE ABDO MORAIS** – Contrato nº 064/2025 - Função: Técnico Administrativo, Classe/Nível: E 01, Regime de Trabalho: 40 h/s, Salário Base: R$ 4.231,60 - Período: 03/11/2025 até 02/11/2026.

Nome: **PEDRO VITOR TOITI GABRIEL KAMI** – Contrato nº 066/2025 - Função: Técnico em Informática, Classe/Nível: E 01, Regime de Trabalho: 40 h/s, Salário Base: R$ 4.231,60 - Período: 03/11/2025 até 02/11/2026.

Rosiene Torres- Pró-Reitora de Recursos Humanos,.em exercício.

169937/2025

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PORTARIA GEFIS Nº 2579/2025

O Pró-Reitor de Administração e Finanças da Universidade Estadual de Londrina, no uso de suas atribuições, com fundamento no Ato Executivo nº 52/2023, art. 1º, alínea "o", tendo em vista o disposto na legislação de licitações e contratos, em especial na Lei nº 8.666/93, e no art. 97, inc. III e art. 118 da Lei Estadual nº 15.608/07, nos arts. 72, 73 e 74 do Decreto Estadual nº 4.993/16, na Lei nº 14.133/21, em especial no seu art. 8º, § 3º, assim como seu respectivo regulamento, o Decreto nº 11.246/22; e ainda o Decreto Estadual nº 10.086/22, em seus arts. 10, 11 e 12, conforme forem aplicáveis, e ainda no contigo em Instrução de Serviço da PROAF, resolve DESIGNAR os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, conforme discriminação a seguir:

Contrato nº **2134/2025** **Concorrência Eletrônica nº 5/2025**

Contratada: **RV Empreendimentos Comerciais LTDA**
Objeto: **Contratação de Empresa para Execução de Serviço de Pintura Externa dos Prédios 01, 02 e Anfiteatro do Centro de Ciências da Saúde - CCS**

GESTOR
Servidor **Rafael Cezar Fujita**
Matrícula **1813538**
Unidade **Diretoria de Obras e Manutenção**
E-mail **rcfujita@uel.br**

FISCAL
Tipo Fiscal do Contrato
Servidor **Silene Sayao**
Matrícula **1911673**
Unidade **Diretoria de Obras e Manutenção**
E-mail **silenesayao@uel.br**

As atribuições do gestor e do fiscal devem ser desempenhadas conforme Instrução de Serviço da PROAF.

Esta Portaria entra em vigor na data do início da vigência do contrato, revogadas disposições em contrário.

Universidade Estadual de Londrina, **09 de dezembro de 2025**.

AZENIL STAVISKI
Pró-Reitor de Administração e Finanças/UEL

170345/2025

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

UEM

O PRÓ-REITOR DE RECURSOS HUMANOS E ASSUNTOS COMUNITÁRIOS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E ESTATUTÁRIAS:

P O R T A R I A Nº 1015/2025-PRH

Considerando a Resolução nº 287/2009-CAD, de 17 de dezembro de 2009, e os despachos nele exarados;
Considerando a Lei nº 10.692/93 de 27 de dezembro de 1993;
Considerando os protocolos digitais n° 24.900.787-0; 25.020.072-2; 24.981.442-3; 25.015.374-0; 24.900.782-0

R E S O L V E:

Art. 1º - ATRIBUIR o ADICIONAL DE PERICULOSIDADE (30%), aos servidores, a saber:

Nome	Lotação	RG	UF	Função	Período
DANIELLY PATRICIA DOS REIS MATOS NUNES	HUM-DEE-ATN	1XXX484XX	PR	TECNICO EM ENFERMAGEM	13/11/2025 a 12/11/2027
LUIZ CARLOS SALES DE ABREU	HUM-DME-SME	7XXX88XX	PR	TECNICO EM RADIOLOGIA	24/11/2025 a 23/11/2027
MARCOS AUGUSTO GONCALVES	HUM-DME-SME	3XXX40XX	PR	TECNICO EM RADIOLOGIA	14/11/2025 a 13/11/2027
RONALDO CELSO VISCOVINI	CCE-DCI	5XXX26XX	PR	PROF.ASSOCIADO TIDE	05/12/2025 a 18/09/2026
TATIANA SAYURI HIZUKURI	HUM-DEE-ATN	1XXX414XX	PR	ENFERMEIRO	13/11/2025 a 12/11/2027

P O R T A R I A Nº 1016/2025-PRH

Considerando a Lei nº 10.692/93, de 27 de dezembro de 1993,
Considerando os protocolos digitais n° 25.016.464-5; 25.012.866-5; 24.973.428-4;

R E S O L V E:

Art. 1º - ATRIBUIR o Adicional de Insalubridade GRAU MÉDIO (20%), aos servidores, a saber:

Nome	Lotação	RG	UF	Função	Período
CARLOS ALEXANDRE FERNANDES	CCB-DBC	5XXX80XX	PR	PROF.ADJUNTO TIDE	18/11/2025 a 17/11/2026
ELIANE PAPA AMBROSIO ALBUQUERQUE	CCB-DBC	6XXX94XX	PR	PROF.ADJUNTO TIDE	18/11/2025 a 17/11/2026
VAGNER ROBERTO BATISTELA	CCS-DFT	7XXX65XX	PR	PROF.ASSOCIADO TIDE	01/12/2025 a 30/11/2026

P O R T A R I A Nº 1017/2025-PRH

Considerando a Lei nº 10.692/93, de 27 de dezembro de 1993;
Considerando o auto n° 0007617-22.2012.8.16.0017 - 1ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Maringá – PR;
Considerando os protocolos digitais n° 24.984.952-9; 24.877.841-5; 25.026.607-3; 24.961.077-1; 24.914.140-2; 24.914.729-0; 24.909.888-4; 24.941.062-4; 24.910.005-6; 24.934.037-5; 23.008.021-6; 24.633.803-5; 24.990.347-7; 24.810.918-1.

R E S O L V E:

Art. 1º - ATRIBUIR o Adicional de Insalubridade GRAU MÉDIO (20%), sobre o vencimento básico dos servidores, a saber, conforme decisão judicial acima relacionada:

Nome	Lotação	RG	UF	Função	Data
CHRISTYNA BEATRIZ APARECIDA GENOVEZ TAVARES	HUM-DEE-ATN	4XXX48XX	PR	ENFERMEIRO	21/11/2025 a 20/11/2027
CRISTIANE MORIWAKI DE ANDRADE	CCS-DFA	7XXX71XX	PR	FARMACEUTICO	19/11/2025 a 18/11/2027
FABRICIA ADRIANA MAZZO NEVES	HUM-DEE	5XXX28XX	PR	ENFERMEIRO	27/11/2025 a 26/11/2027
FERNANDO HENRIQUE DA SILVA	CCA-DCA	1XXX659XX	PR	TECNICO EM LABORATORIO	27/01/2026 a 26/01/2028
GISELE ESCUDEIRO	HUM-DEE-INT	6XXX13XX	PR	TECNICO EM ENFERMAGEM	07/11/2025 a 06/11/2027
JULIMARY SUEMATSU DE AQUINO BAVELLONI	PPG-DPS-CPE	6XXX02XX	PR	BIOQUIMICO	10/11/2025 a 09/11/2026
LILIANA YUKIE HAYAKAWA	HUM-DEE	7XXX73XX	PR	ENFERMEIRO	27/11/2025 a 26/11/2027
MAURO DA ROSA VEIGA	HUM-DME-CME	4XXX07XX	PR	MEDICO	10/01/2026 a 09/01/2028
PATRICIA APARECIDA FERREIRA MODENEZE	HUM-DEE-ATN	6XXX57XX	PR	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	27/11/2025 a 26/11/2027
ROZE LORRAINE SALDANHA	CCS-DAB-LEPAC	5XXX98XX	PR	BIOQUIMICO	07/11/2025 a 06/11/2026
SERGIO KEN ITI TAURA	HUM-AMB	2XXX699XX	SP	MEDICO	13/12/2024 a 12/12/2026
SOLANGE APARECIDA AMARO NIEHUES	HUM-DEE-INT	6XXX31XX	PR	ENFERMEIRO	26/11/2025 a 25/11/2027
ULISSES ZONTA DE MELO	CCA-DZO	3XXX080XX	SP	QUIMICO	16/01/2026 a 15/01/2028
VIVIANE MATHIAS MARCUSSI BAENA	HUM-DHE-TEC	7XXX30XX	PR	BIOQUIMICO	18/10/2025 a 17/10/2027

P O R T A R I A Nº 1018/2025–PRH

Considerando os termos do protocolo digital nº 25.012.791-0 e despachos nele exarados,

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica ALTERADO o Regime de Trabalho do(a) servidor(a) RENAN VALERIO EDUVIRGEM, lotado(a) no(a) Departamento de Geografia, função de Professor Adjunto, de 40 para 24 horas semanais.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir de 01/11/2025, revogadas as disposições em contrário.

169572/2025

UEPG

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas

A Pró-Reitor de Gestão de Pessoas da Universidade Estadual de Ponta Grossa, no uso de suas atribuições estatutárias e regimentais;
considerando a autonomia administrativa conferida pelo Artigo 207 da Constituição da República do Brasil e art. 180 da Constituição do Estado do Paraná;
considerando o art. 53º e 54º da Lei nº 9.394/96;
considerando o art. 28, inciso X, do Estatuto da Universidade Estadual de Ponta Grossa;
considerando o art. 4º da Lei n° 9.663/91;

TORNA PÚBLICO:

O(s) Extrato(s) da(s) Portaria(s) R. emitida(s) abaixo relacionada(s):

PORTARIA R. Nº 2025.876 – 04/12/2025 (PROCESSO SEI Nº 23.000037525-4) – Autoriza a **contratação** do(a)(s) candidato(a)(s)

aprovado(a)(s) em Processo Seletivo Simplificado, Agente CRES-UEPG, aberto e disciplinado pelo **Edital PRORH-DICON nº 2023.201**, seguinte(s):

FUNÇÃO: ADVOGADO	
NOME	**CARGA HORÁRIA**
Mariane Gubert Santos	40 Horas

PORTARIA R. Nº 2025.877 – 04/12/2025 (PROCESSO SEI Nº 24.000062755-2) –Autoriza a **contratação** do(a)(s) candidato(a)(s) aprovado(a)(s) em Processo Seletivo Simplificado, Agente CRES-HURCG, aberto e disciplinado pelo **Edital PROGESP/DICON nº 2024.571**, seguinte(s):

FUNÇÃO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM	
NOME	**CARGA HORÁRIA**
Alison Marcel Nusda	40 horas
Ana Verenice Alves da Silva de Camargo	40 horas
Jaqueline Monteiro Bahls	40 horas
Cinthia Rodrigues Rentz	40 horas
Aline Martins de Oliveira	40 horas
Elizabeth Marreiro Franco	40 horas
Juliana Rodrigues Sousa	40 horas
Janaina de Fatima Jaronski dos Santos	40 horas
Brenda Maria Rodrigues da Silva	40 horas
Ana Lucila Stroka	40 horas
Maria Estela Galvao	40 horas
Darlihelma Caroline Ribeiro Barbosa	40 horas
Paula Karoline Pickler	40 horas
Daniela Kaminoski	40 horas
Alessandra Moreira da Silva	40 horas
Mirian Teixeira Domingues	40 horas
Gisele Schoenk Dziula	40 horas
Cleia Rezena Teixeira	40 horas
Jessika Ribeiro das Chagas	40 horas
Cinthia Cristina Pacheco Favoreto	40 horas
Fabiana Aparecida de Almeida	40 horas
Marilene Ferreira Domingues	40 horas
Claudete Alexandrino	40 horas
Alianir Delfino Leopoldino	40 horas
Ariane de Cassia Tozetto	40 horas
Roberto Herdt	40 horas
Ana Cristina Aparecida Pereira	40 horas
Sirlene de Fatima Sukets	40 horas
Iolaine Aparecida Vieira Andrade	40 horas
Guilherme Guimaraes Ferreira	40 horas
Geniele de Fatima do Pilar	40 horas
Eliane de Fatima Huida	40 horas
FUNÇÃO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM - RESERVA DE VAGAS - PESSOA NEGRA	
NOME	**CARGA HORÁRIA**
Itercia Costa Almeida	40 horas
Ronaldy Souza Mello dos Anjos	40 horas
Larissa Carneiro Pereira	40 horas
Avedalacia Custodio Klepa	40 horas
FUNÇÃO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM - RESERVA DE VAGAS - PESSOA COM DEFICIÊNCIA	
NOME	**CARGA HORÁRIA**
Louziana Amely Stolle	40 horas

Eliane de Fátima Rauski
Pró-Reitor

170061/2025

UNESPAR

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR/REITORIA
A Reitora da UNESPAR, no uso de suas atribuições legais, torna público a seguinte **PORTARIA:**
Portaria nº 1584/2025 de 08/12/2025. Art. 1º Contratar o professor **Vander Luiz da Silva**, CPF nº XXX.282.189-XX, aprovado no Processo Seletivo Simplificado – PSS, referente ao Edital de Abertura nº 021/2024 – PSS, Edital de Resultado Final nº 038/2024 - PSS e Edital de Convocação n° 513/2025 - PROGESP, para a cidade de Loanda vinculada ao *Campus* de Paranavaí, na modalidade em Regime Especial – CRES, para Professor Colaborador, Doutor, regime de trabalho de 40 horas, pelo período de **08/12/2025 a 07/12/2026.**
Salete Paulina Machado Sirino - **Reitora**

169991/2025

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ - UNESPAR
A Reitora da Unespar, no uso de suas atribuições legais, torna pública a seguinte **PORTARIA:**

Portaria n.º 1578 de 09 de dezembro de 2025.

Art. 1º Designar os seguintes membros para comporem o Conselho do Centro de Ciências Humanas e da Educação (CCHE) do Campus de Campo Mourão para o biênio de 2026/2027:

I. Membros Natos:
Diretor (a) do Centro de Ciências Humanas e da Educação;
Coordenador (a) do Curso de Licenciatura em Matemática;
Coordenador (a) do Curso de Licenciatura em Letras (Português-Inglês);
Coordenador (a) do Curso de Licenciatura e Bacharelado em Geografia;
Coordenador (a) do Curso de Licenciatura em Pedagogia;
Coordenador (a) do Curso de Licenciatura em História;
Coordenador (a) do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em História Pública (PPGHP);
Coordenador (a) do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Ensino de História (PROFHISTÓRIA);
Coordenador (a) do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu Interdisciplinar em Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD);
Coordenador (a) do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Educação Matemática (PRPGEM);

I. **Conselheiros representante dos Agentes de Universitários:**

NOME	SITUAÇÃO
Sem representantes	

II. **Conselheiros representantes dos Discentes:**

NOME	SITUAÇÃO
Titular: Elikeia Cristiny Cardoso **Suplente:** Maria Clara Roque Bijari	Eleitas por aclamação

III. **Conselheiros representantes dos Docentes:**

NOME	SITUAÇÃO
Titular: Bruno Flávio Lontra Fagundes	Eleito por aclamação
Titular: Osmar Martins de Souza **Suplente:** Analeia Domingues	Eleitos por aclamação
Titular: Paulo César Gomes Bezerra	Eleito por aclamação
Titular: Rafael Freire de Paula **Suplente:** Sandra Terezinha Malysz	Eleitos por aclamação
Titular: Talita Secorun dos Santos	Eleita por aclamação
Titular: Vanessa Cristina Rhea	Eleita por aclamação
Titular: Sandra Garcia Neves	Eleita por aclamação
Titular: Paulo César Gomes Bezerra	Eleito por aclamação
Titular: Willian Andre	Eleito por aclamação

Art. 2º O mandato dos membros eleitos será de 2 (dois) anos contados a partir de 1º de janeiro de 2026.

Art. 3º Este ato designatório não produz efeitos financeiros.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor nesta data e revoga a Portaria n.° 1484/2025 – REITORIA/UNESPAR.

Salete Paulina Machado Sirino
Reitora

170290/2025

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

UNICENTRO

O PRÓ-REITOR DE GESTÃO DE PESSOAS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE, UNICENTRO, no uso de suas atribuições legais, torna público as seguintes PORTARIAS expedidas no mês de dezembro de 2025:

RETIFICAÇÃO: Na Portaria nº 595-PROGESP, de 5-12-2025, publicado no Diário Oficial n.º 12.043, de 5-12-2025. Onde se lê: ao Município de Guarapuava. Leia-se: ao Município de Maringá.

598-PROGESP, de 10-12-2025: Concede ascensão de nível à docente Sandra Aparecida Machado, RG nº 4.XXX.247-X, para o nível B, da classe de Professor Associado, a partir da publicação desta Portaria.

599-PROGESP, de 10-12-2025: Concede Gratificação de Insalubridade de 20% sobre o respectivo vencimento-base da servidora Milena dos Santos Pereira, RG n° º 14.XXX.231-X, a partir de 4-11-2025.

600-PROGESP, de 10-12-2025: Concede Gratificação de Insalubridade de 20% sobre o respectivo vencimento-base da servidora Franciele Coracini Botteselle, RG n° 404XXX339X RS, a partir de 4-11-2025.

601-PROGESP, de 10-12-2025: Concede Gratificação de Insalubridade de 20% sobre o respectivo vencimento-base da servidora Sonia Aparecida Souza de Almeida, RG n° 9.XXX.608-X, a partir de 4-11-2025.

Gabinete do Pró-Reitor de Gestão de Pessoas da Universidade Estadual do Centro-Oeste, UNICENTRO.

Robson Paulo Ribeiro Ferras
Pró-Reitor.

168564/2025

UNIOESTE

PORTARIA Nº 057/2025-DGC, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2025.
Designar o servidor MAURO CONSA PIQUITIN, RG nº 6.XXX.215-X, como FISCAL do contrato nº 10005/2025-GMS, referente ao Pregão Eletrônico 1940/2025-GMS, que tem por objeto Aquisição, montagem e instalação de mobiliário planejado sob medida, destinado aos Laboratórios de Informática dos Cursos de Administração e Ciências Contábeis, prevista no TED 160/2025, firmado entre a Secretaria de Estado, da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior-SETI/UEF e Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE.
EMERSON FEY – DIRETOR GERAL DA UNIOESTE – CÂMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON, ESTADO DO PARANÁ.

169918/2025

PORTARIA Nº 058/2025-DGC, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2025.
Designar os servidores GABRIEL BRUN VERGANI, RG nº 11.XXX.597-X e MARGARETE MARIA CAREGNATO, RG nº 7.XXX.132-X como FISCAIS da Ata de Registro de Preços nº 309/2025, referente ao Pregão Eletrônico 1877/2025-GMS, com vigência de 10 de dezembro de 2025 a 09 de dezembro de 2026, tem por objeto o Registro de Preço para aquisição de Materiais Veterinários para desinfecção e limpeza do setor de ordenha e material para o bem-estar dos bezerros recém-nascidos, alocados no Núcleo de Estações Experimentais da UNIOESTE, Câmpus de Marechal Cândido Rondon-PR.
EMERSON FEY – DIRETOR GERAL DA UNIOESTE – CÂMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON, ESTADO DO PARANÁ.

169955/2025

E-Protocolo nº 24.241.726-7 - PUBLICAÇÃO DO ENCERRAMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO-DECISÃO FINAL, instaurado pela Portaria nº 0130/2025 – DG/HUOP, publicada em Diário Oficial em 13 de agosto de 2025.
A Direção Geral do HUOP - Hospital Universitário do Oeste do Paraná, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER: Publicação no DIOE da decisão final do PAR instaurado pela Portaria nº 0130/2025 – DG/HUOP, publicada em Diário Oficial em 13 de agosto de 2025, para apurar supostas irregularidades cometidas pelas Empresas S DOS S MATIAS, CNPJ 59.135.945/0001-63, ROMILDA FRANCISCO, CPF 017.XXX.XXX-98, LUCIANA DE OLIVEIRA, CPF 062.XXX.XXX-67; DAIANE APARECIDA DOS SANTOS, CNPJ 49.292.232/0001-50, e ANGELA MARCIA AZELINO, CPF 038.XXX.XXX-66, descritos no e-Protocolo **24.241.726-7**, nos termos do Despacho do Diretor geral proferido nos autos em fls. 192 e 193, mov. 62, calçado ainda no Parecer Jurídico nº 479/2025, constando que será aplicada as seguintes penalidades: a) Empresa Daiane Aparecida dos Santos, Advertência, Fundamentação legal: Art. 155, I e 156, I, Lei Federal 14.133/21; b) Angela Marcia Azelino, Advertência, Fundamentação legal: Art. 155, I e 156, I, Lei Federal 14.133/21; c) Luciana de Oliveira, Advertência, Fundamentação legal: Art. 155, I e 156, I, Lei Federal 14.133/21; d) S dos S Matias, Advertência, Fundamentação legal: Art. 155, I e 156, I, Lei Federal 14.133/21 e, e) Romilda Francisco: Impedimento temporário de licitar/contratar no âmbito da Instituição por 3 (três) anos. Fundamentação legal: Art. 156 inciso III da Lei Federal 14.133/2021. Cascavel, 09 de dezembro de 2025. Rodrigo Allan Barcella - Diretor Geral em Exercício - HUOP - Portaria nº4956-2025-GRE

169990/2025

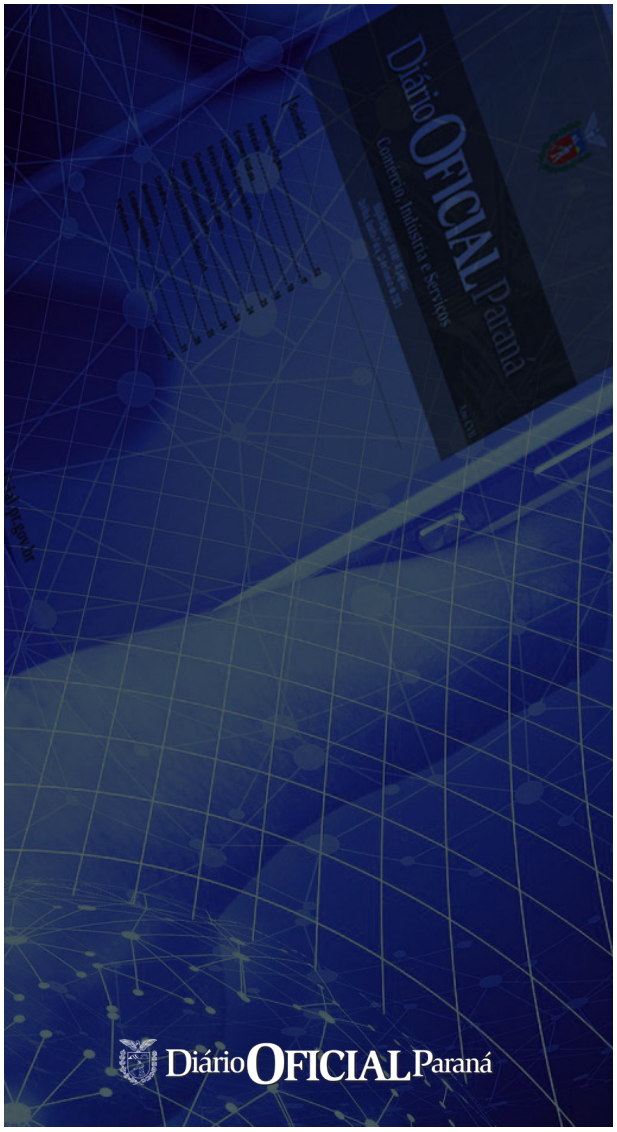
GABINETE DA REITORIA
ATO EXECUTIVO Nº 150/2025-GRE, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2025.
O Reitor da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, no uso das atribuições estatutárias e Regimentais,
considerando a Lei 22.838, de 04 de dezembro de 2025;
considerando o Processo nº 25.121.706-8, de 08 de dezembro de 2025,
RESOLVE:
Art. 1º Aprovar, *ad referendum* do Conselho Universitário – COU, a Estrutura Organizacional da Unioeste, conforme estrutura organizacional básica correspondente aos cargos comissionados, denominados Direção Acadêmica (DA); e funções comissionadas, denominadas Funções Acadêmicas (FA), conforme anexos.
Art. 2º A estrutura do presente Ato Executivo tem o prazo de até 01(um) ano para aprovação no Conselho Universitário – COU, com as devidas atribuições, conforme segue: Função acadêmica:
FA1-13; FA-2-25; FA-3:22; FA-4:47; FA-5:64; FA-6:200; FA-7:1.
Direção Acadêmica:
DA-1:1; DA-2:1; DA-3:8; DA-4:10; DA-5:26.
Art. 3º Este Ato Executivo entra em vigor na data de sua publicação.
GABINETE DA REITORIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE, CASCAVEL – PARANÁ.
Publique-se.

ALEXANDRE ALMEIDA WEBBER
Reitor

169921/2025

PUBLICAÇÃO DA DECISÃO FINAL DE PROCESSO ADMINISTRATIVO
PUBLICAÇÃO DA DECISÃO FINAL DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR - PAD, instaurado pela Portaria nº 0436/2025, com documentação inserida no e-Protocolo 23.418.670-1, o Magnífico Reitor da Unioeste
FAZ SABER:
Determina a suspensão temporária do trâmite do PAD e celebração do Termo de Ajustamento de Conduta – TAC (24.698.167-1), com o devido acompanhamento pela área de Recursos Humanos do HUOP e SESMT, apresentação formal, ao fim do acompanhamento, de manifestação médica e parecer jurídico que fundamente o **ARQUIVAMENTO** final do PAD ou, em caso de descumprimento, a retomada imediata para aplicar a penalidade sugerida pela comissão processante
Cascavel, 08 de dezembro de 2025 – Nelci Janete dos Santos Nardelli
– Agente de Corregedoria/Unioeste

169597/2025



Secretaria da Comunicação

DESPESAS COM PUBLICIDADE INSTITUCIONAL – OUTUBRO 2025

INVESTIMENTOS EM PRODUÇÃO

PRODUÇÃO	
ÓRGÃO	**VALOR**
FOMENTO PARANÁ	R$ 16.600,00
LOTTOPAR	R$ 18.000,00
SANEPAR	R$ 272.142,05
SECOM	R$ 2.164.344,51
SEED	R$ 350,00
SETU	R$ 108.404,00
TOTAL	**R$ 2.579.840,56**

ÓRGÃO	SERVIÇO	VALOR
FOMENTO PARANÁ	Produção Gráfica	R$ 16.600,00
LOTTOPAR	Produção Eletrônica	R$ 18.000,00
SANEPAR	Produção Eletrônica	R$ 262.700,00
SANEPAR	Produção Gráfica	R$ 9.442,05
SECOM	Outras Produções	R$ 339.266,00
SECOM	Pesquisa	R$ 90.000,00
SECOM	Produção Eletrônica	R$ 1.581.457,30
SECOM	Produção Gráfica	R$ 153.621,21
SEED	Produção Gráfica	R$ 350,00
SETU	Pesquisa	R$ 90.000,00
SETU	Produção Eletrônica	R$ 18.404,00
TOTAL		**R$ 2.579.840,56**

Relatório emitido em: 08/12/2025

Os valores poderão sofrer alterações devido a eventuais estornos em relação a prestadores de serviços. Consulte os valores atualizados na página da SECOM (https://www.comunicacao.pr.gov.br/Pagina/Publicidade).

INVESTIMENTOS EM MÍDIA

MÍDIA	
ÓRGÃO	**VALOR**
SECOM	R$ 9.852.546,20
SETU	R$ 8.194.402,54
TOTAL	**R$ 18.046.948,74**

ÓRGÃO	SERVIÇO	VALOR
SECOM	Internet	R$ 547.803,80
SECOM	Jornal	R$ 689.711,15
SECOM	Mídia Exterior	R$ 324.406,49
SECOM	Rádio	R$ 1.571.335,26
SECOM	TV	R$ 6.719.289,50
SETU	Internet	R$ 1.054.210,77
SETU	Mídia Exterior	R$ 12.350,00
SETU	TV	R$ 7.127.841,77
TOTAL		**R$ 18.046.948,74**

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

ÓRGÃO	SERVIÇO	FORNECEDOR	CNPJ
SECOM	Internet	12.538.667 CLAUDINEI APARECIDO COGO	12.538.667.000.1-21
SECOM	Internet	27.096.278 LTDA	27.096.278.000.1-60
SECOM	Internet	40.892.700 LAUDINEI RIBEIRO	40.892.700.000.1-52
SECOM	Internet	A1 PROPAGANDA LTDA	17.720.042.000.1-08
SECOM	Internet	B1G DIGITAL LTDA	42.524.731.000.1-86
SECOM	Internet	BLOG POLITICAMENTE LTDA	57.044.585.000.1-69
SECOM	Internet	BORIN B COMUNICAÇÃO LTDA	53.857.366.000.1-48
SECOM	Internet	CAIO GOTTLIEB COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA	77.866.259.000.1-44
SECOM	Internet	CATEDRAL EDITORA, COMUNICAÇÃO, PROPAGANDA E PESQUISAS LTDA	34.263.987.000.1-59
SECOM	Internet	CCF MARKETING DIGITAL LTDA	35.400.376.000.1-78
SECOM	Internet	CONTRAPONTO COMUNICAÇÃO DIGITAL - LTDA	19.363.352.000.1-30
SECOM	Internet	CORREIO DO LITORAL EDITORA LTDA	44.727.433.000.1-19
SECOM	Internet	CRL COMUNICACAO LTDA	53.243.414.000.1-08
SECOM	Internet	CURITIBA CULT PRODUÇÕES LTDA	26.276.797.000.1-48
SECOM	Internet	D'PONTA MÍDIAS E CONSULTORIA LTDA	07.136.697.000.1-71
SECOM	Internet	E J FARIAS COMUNICACOES LTDA	12.916.388.000.1-54
SECOM	Internet	EDITORA BEM PARANA LTDA	76.637.305.000.1-70
SECOM	Internet	EDITORA DIARIO DOS CAMPOS LTDA	03.319.996.000.1-90
SECOM	Internet	EDITORA DS LTDA	50.917.953.000.1-97
SECOM	Internet	EDITORA GAZETA DO POVO S/A	76.530.047.000.1-29
SECOM	Internet	EDITORA JORNAL DO ÔNIBUS LTDA	11.255.258.000.1-55
SECOM	Internet	EDITORA KARINA LTDA	81.912.818.000.1-82
SECOM	Internet	EDITORA O ESTADO DO PARANÁ S/A	76.568.708.000.1-05
SECOM	Internet	EDITORA TRIBUNA DO NORTE S/A	82.423.096.000.1-65
SECOM	Internet	FACEBOOK SERVIÇOS ONLINE DO BRASIL LTDA.	13.347.016.000.1-17
SECOM	Internet	FLIZE TECNOLOGIA LTDA	20.020.331.000.1-09
SECOM	Internet	FOLHA DO LITORAL NEWS LTDA.	16.619.945.000.1-26
SECOM	Internet	FS DE AZEVEDO PORTAL UMUARAMA NEWS LTDA	33.156.390.000.1-42
SECOM	Internet	FUNDAÇÃO CANAL 20	04.083.151.000.1-01
SECOM	Internet	GAZETA CENTRO SUL LTDA	04.826.592.000.1-56
SECOM	Internet	H QUINTANILHA PAULISTA ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO E MARKETING	24.554.799.000.1-26
SECOM	Internet	HOJE EDITORA LTDA	45.154.915.000.1-90
SECOM	Internet	IZABEL CRISTINA ESTECHE	13.660.357.000.1-48
SECOM	Internet	KERLI FERNANDA UNSER	43.339.132.000.1-55
SECOM	Internet	L. R. N. PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS LTDA	15.431.568.000.1-34
SECOM	Internet	LEO DIAS COMUNICACAO E JORNALISMO LTDA	51.568.337.000.1-30
SECOM	Internet	M MIKCHA LTDA	30.028.082.000.1-43
SECOM	Internet	M.K.M.- PORTAL BANDA B LTDA.	82.189.689.000.1-09
SECOM	Internet	MEIRYANE PAOLA ANDRADE DE BASTOS	28.858.807.000.1-89
SECOM	Internet	MM JORNALE PORTAL DE NOTÍCIAS E COMUNICAÇÃO LTDA	39.761.692.000.1-26
SECOM	Internet	MOMENTO - SERVIÇOS DE TELEATENDIMENTO LTDA	13.474.766.000.1-50
SECOM	Internet	OLIVEIRA & PERIN LTDA	11.044.608.000.1-34
SECOM	Internet	P. DALCOL FILHO LTDA	32.157.508.000.1-94
SECOM	Internet	PARANÁ COMUNICAÇÃO INTEGRADA LTDA	14.887.675.000.1-09

SECOM	Internet	PARANÁ PORTAL LTDA.	24.629.720.000.1-89
SECOM	Internet	PLAY 9 SERVICOS DE MIDIA, COMUNICAÇÃO E PRODUÇÕES LTDA	34.502.145.000.1-02
SECOM	Internet	POLITIZA PARANA LTDA	51.410.729.000.1-77
SECOM	Internet	POMODORO COMUNICAÇÃO SOCIAL - LEONEL GROUP LTDA	27.518.807.000.1-77
SECOM	Internet	PORTAL 100 FRONTEIRAS.COM LTDA	42.379.147.000.1-84
SECOM	Internet	PORTAL AGORA AGENCIA DE PUBLICIDADE E NOTICIAS LTDA	50.056.445.000.1-61
SECOM	Internet	PORTAL BNT ONLINE LTDA	18.156.891.000.1-35
SECOM	Internet	PORTAL DE NOTICIAS COSTA OESTE LTDA	24.300.120.000.1-72
SECOM	Internet	PORTAL DO PARANA PUBLICIDADES LTDA	47.237.140.000.1-41
SECOM	Internet	PORTAL NOSSO DIA LTDA	43.062.301.000.1-52
SECOM	Internet	PORTAL PARANÁ NEWS LTDA	23.473.535.000.1-85
SECOM	Internet	R M ARMSTRONG E CIA LTDA	09.644.192.000.1-43
SECOM	Internet	RÁDIO E TELEVISÃO TAROBÁ LTDA	76.243.625.000.1-46
SECOM	Internet	REDE PARANA NOTICIAS LTDA	18.826.244.000.1-93
SECOM	Internet	REGINALDO APARECIDO DOS SANTOS SERVIÇOS DE T.I	18.856.563.000.1-41
SECOM	Internet	RIC MAIS PARANA LTDA	16.800.966.000.1-43
SECOM	Internet	RONILDO PIMENTEL 61608009904	33.278.222.000.1-20
SECOM	Internet	RT COMUNICAÇÕES LTDA	30.084.426.000.1-31
SECOM	Internet	SOCIEDADE RADIO EMISSORA PARANAENSE S/A	76.494.806.000.1-45
SECOM	Internet	SPOT COMUNICAÇÃO DIGITAL LTDA.	37.794.547.000.1-16
SECOM	Internet	TELEVISÃO LONDRINA LTDA	80.592.488.000.1-22
SECOM	Jornal	46.113.101 MARCOS ELIESER ALVES DE SOUZA	46.113.101.000.1-70
SECOM	Jornal	49.221.017 THAUANA ALINE PRESTES	49.221.017.000.1-68
SECOM	Jornal	A FOLHA DO SUDOESTE LTDA	08.815.942.000.1-30
SECOM	Jornal	AGENCIA MAGAIVER DE PROPAGANDA E CRIAÇÃO LTDA ME	08.876.066.000.1-51
SECOM	Jornal	AGÊNCIA VOZ PROPAGANDA LTDA	09.001.243.000.1-19
SECOM	Jornal	ANDREA APARECIDA NOGAROLLI DE CAMARGO 81979169934	32.140.443.000.1-74
SECOM	Jornal	C C MARTINE FOLHA DE CAPANEMA ME	26.450.654.000.1-00
SECOM	Jornal	CATEDRAL EDITORA, COMUNICAÇÃO, PROPAGANDA E PESQUISAS LTDA	34.263.987.000.1-59
SECOM	Jornal	CLIPPING NEWS AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - ME	73.205.239.000.1-71
SECOM	Jornal	COMUNICAÇÕES KOLLENBERG LTDA	05.430.495.000.2-93
SECOM	Jornal	DIA A DIA EDITORA E PROPAGANDA LTDA	31.722.654.000.1-52
SECOM	Jornal	DSDCX INFORMACAO E COMUNICACAO LTDA	50.682.006.000.1-64
SECOM	Jornal	EDITAL CENTER LTDA	04.150.383.000.1-35
SECOM	Jornal	EDITORA AZL LTDA	07.185.029.000.1-34
SECOM	Jornal	EDITORA BEM PARANA LTDA	76.637.305.000.1-70
SECOM	Jornal	EDITORA CAMARGO LTDA	02.046.286.000.1-71
SECOM	Jornal	EDITORA CORREIO PARANAENSE LTDA	00.064.742.000.1-80
SECOM	Jornal	EDITORA DE JORNAL O REGIONAL LTDA	01.276.217.000.1-91
SECOM	Jornal	EDITORA DIARIO DOS CAMPOS LTDA	03.319.996.000.1-90
SECOM	Jornal	EDITORA FEMOCLAM & FECAMPAR LTDA	07.598.908.000.1-98
SECOM	Jornal	EDITORA FOLHA DE CAMPO LARGO LTDA	81.109.399.000.1-45

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

SECOM	Jornal	EDITORA FOLHA DO NORTE LTDA ME	09.399.259.000.1-21
SECOM	Jornal	EDITORA FOLHA EXTRA LTDA - ME	06.163.583.000.1-58
SECOM	Jornal	EDITORA GAZETA REGIONAL DE GOIOERÊ LTDA	05.672.010.000.1-97
SECOM	Jornal	EDITORA GRÁFICA NOSSA SENHORA APARECIDA LTDA.	77.624.922.000.1-02
SECOM	Jornal	EDITORA GRANDES SERTÕES VEREDAS LTDA.	04.321.967.000.1-26
SECOM	Jornal	EDITORA JORNAL DE BELTRÃO S/A	95.420.188.000.1-33
SECOM	Jornal	EDITORA JORNAL DO ÔNIBUS LTDA	11.255.258.000.1-55
SECOM	Jornal	EDITORA KARINA LTDA	81.912.818.000.1-82
SECOM	Jornal	EDITORA NOVO RUMO LTDA	24.363.820.000.1-06
SECOM	Jornal	EDITORA O ESTADO DO PARANÁ S/A	76.568.708.000.1-05
SECOM	Jornal	EDITORA O POPULAR DO PARANÁ LTDA	07.846.774.000.1-87
SECOM	Jornal	EDITORA OKAVANGO LTDA	39.583.156.000.1-88
SECOM	Jornal	EDITORA SOL NASCENTE LTDA	86.965.332.000.1-26
SECOM	Jornal	EDITORA TRIBUNA DO NORTE S/A	82.423.096.000.1-65
SECOM	Jornal	EMPRESA JORNALISTICA FOLHA DA CIDADE EIRELI ME	04.400.501.000.1-16
SECOM	Jornal	EMPRESA JORNALISTICA UMUARAMA LTDA - EPP	04.233.582.000.1-07
SECOM	Jornal	FOLHA DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS LTDA	23.808.617.000.1-33
SECOM	Jornal	FOLHA DO LITORAL NEWS LTDA.	16.619.945.000.1-26
SECOM	Jornal	FRIZZ PUBLICIDADE E PROPAGANDA LTDA	53.258.825.000.1-77
SECOM	Jornal	GARBIM - JORNAIS E FOTOGRAFIAS LTDA - ME	08.826.222.000.1-70
SECOM	Jornal	GRAFICA E EDITORA TRIBUNA DA REGIÃO LTDA	08.203.585.000.1-59
SECOM	Jornal	GRAFICA EDITORA CAMPO LARGO LTDA	76.743.442.000.1-90
SECOM	Jornal	GRAFICA EDITORA CANTU LTDA	02.175.166.000.1-74
SECOM	Jornal	INCO - EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - ME	09.570.162.000.1-30
SECOM	Jornal	IRATI HOJE LTDA	04.183.250.000.1-65
SECOM	Jornal	JORNAL DE COLOMBO SOCIEDADE LTDA	05.533.253.000.1-44
SECOM	Jornal	JORNAL DO OESTE LTDA	00.640.115.000.1-40
SECOM	Jornal	JORNAL EXTRA GUARAPUAVA LTDA	23.803.480.000.1-24
SECOM	Jornal	JORNAL NOROESTE AGORA LTDA - ME	02.196.872.000.1-00
SECOM	Jornal	JORNAL NOVO TEMPO LTDA	03.525.366.000.1-72
SECOM	Jornal	JORNAL O PIONEIRO LTDA ME	09.377.800.000.1-09
SECOM	Jornal	JORNAL O REPORTER LTDA	36.445.706.000.1-04
SECOM	Jornal	JORNAL OPARANA S/A	21.819.026.000.1-36
SECOM	Jornal	JORNAL OPARANA S/A	21.819.026.000.2-17
SECOM	Jornal	JORNAL OPARANA S/A	21.819.026.000.3-06
SECOM	Jornal	JORNAL TRIBUNA DO INTERIOR LTDA	76.748.979.000.1-42
SECOM	Jornal	L A BARBOSA JORNAL	05.075.496.000.1-86
SECOM	Jornal	M. ALENCAR DOS SANTOS TV WEB LTDA	32.225.327.000.1-58
SECOM	Jornal	MGP COMUNICAÇÕES LTDA	10.846.416.000.1-89
SECOM	Jornal	MGP COMUNICAÇÕES LTDA	10.846.416.000.3-40
SECOM	Jornal	MULTIMEDIA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA.	20.676.778.000.1-22
SECOM	Jornal	NELMO EDITORA LTDA - ME	01.334.884.000.1-83
SECOM	Jornal	NOVA LIDER EDITORA LTDA	25.002.048.000.1-60
SECOM	Jornal	O COMÉRCIO GRÁFICA E EDITORA LTDA	77.958.882.000.2-08
SECOM	Jornal	PARANA CENTRO DIVULGAÇÕES LTDA	95.687.000.000.1-18
SECOM	Jornal	PB COMUNICAÇÕES LTDA	23.343.115.000.1-84

SECOM	Jornal	PUBLIQUE EDITORAÇÃO DE JORNAIS S/S LTDA	04.269.755.000.1-47
SECOM	Jornal	RCO COMUNICAÇÕES LTDA	68.821.735.000.1-10
SECOM	Jornal	REDE MIX DE COMUNICACAO LTDA	12.012.145.000.1-91
SECOM	Jornal	RMC PUBLICIDADE LTDA	16.549.502.000.1-06
SECOM	Jornal	SANTA CHIARA COMUNICAÇÃO EIRELI - ME	28.740.492.000.1-70
SECOM	Jornal	TV EDITORA E GRAFICA EIRELI	28.454.259.000.1-21
SECOM	Jornal	WEB PORTAL PARANA LTDA	04.168.559.000.1-86
SECOM	Mídia Exterior	ARTE & MENSAGEM COMUNICACAO LTDA - ME	02.381.608.000.1-39
SECOM	Mídia Exterior	BRASIL OUTDOOR LTDA	03.689.099.000.4-11
SECOM	Mídia Exterior	CZL PAINÉIS LTDA	40.631.119.000.1-87
SECOM	Mídia Exterior	DR CRIAÇÃO DE ARTES GRÁFICAS E IMPRESSÕES LTDA	17.378.745.000.1-91
SECOM	Mídia Exterior	ELETROMIDIA S.A.	09.347.516.001.1-53
SECOM	Mídia Exterior	FAVRETTO MÍDIA EXTERIOR LTDA	11.301.907.000.1-07
SECOM	Mídia Exterior	GIGANTO COMÉRCIO DE MATERIAIS PARA IMPRESSÃO DE IMAGENS LTDA	14.163.873.000.1-20
SECOM	Mídia Exterior	HAMA MIDIAS OOH LTDA	59.544.768.000.1-79
SECOM	Mídia Exterior	J M S DE ALMEIDA LTDA	80.778.269.000.1-32
SECOM	Mídia Exterior	LONDRINA MIDIA EXTERIOR LTDA	06.006.330.000.1-70
SECOM	Mídia Exterior	LRC MÍDIA OUT OF HOME LTDA	14.707.203.000.1-27
SECOM	Mídia Exterior	MARINGA POST NOTICIAS LTDA	28.608.564.000.1-20
SECOM	Mídia Exterior	MIDIALAND SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO OUT OF HOME LTDA	13.545.032.000.1-14
SECOM	Mídia Exterior	OUTDOORMIDIA LOCACAO DE ESPACOS PARA PUBLICIDADE LTDA	04.686.938.000.1-68
SECOM	Mídia Exterior	PAJOLLA COMUNICACAO LTDA	08.472.203.000.1-92
SECOM	Mídia Exterior	PAJOLLA E TK COMUNICAÇAO LTDA	54.144.204.000.1-25
SECOM	Mídia Exterior	PAJOLLA E TULIO COMUNICAÇÃO LTDA	53.976.517.000.1-87
SECOM	Mídia Exterior	PUBLIBANCA BRASIL S/A	24.120.261.000.1-03
SECOM	Mídia Exterior	REDE MÍDIA EXTERIOR LTDA	07.733.003.000.1-83
SECOM	Mídia Exterior	RICOOH LTDA.	58.113.759.000.1-60
SECOM	Rádio	BATOX COMUNICAÇÕES LTDA	03.745.739.000.1-10
SECOM	Rádio	BORIN B COMUNICAÇÃO LTDA	53.857.366.000.1-48
SECOM	Rádio	CIANORTE FM - SISTEMA DE COMUNICACAO LTDA	79.476.438.000.1-09
SECOM	Rádio	COLINAS FM LTDA	02.598.078.000.1-85
SECOM	Rádio	COLUMBIA FM LTDA	01.858.762.000.1-96
SECOM	Rádio	DFM RADIO DIFUSÃO LTDA - ME	27.023.030.000.1-70
SECOM	Rádio	DIFUSORA CULTURAL LTDA	79.319.851.000.1-51
SECOM	Rádio	DIFUSORA OURO VERDE LTDA	76.491.471.000.1-01
SECOM	Rádio	EMPRESA DE RADIODIFUSÃO CIDADE ALTA LTDA	79.144.077.000.1-95
SECOM	Rádio	FM LAGOA AZUL LTDA	02.297.541.000.1-59
SECOM	Rádio	FM RADIO PEROLA DO SUL LTDA	78.708.104.000.1-42
SECOM	Rádio	FM RUBI LTDA	04.401.928.000.2-10
SECOM	Rádio	FM STUDIO 96 LTDA	77.827.673.000.1-44
SECOM	Rádio	FM VERDE VALE LTDA - EPP	79.435.723.000.1-73
SECOM	Rádio	FUNDAÇÃO ANTONIO BARBARA	04.987.544.000.1-40
SECOM	Rádio	FUNDAÇÃO BRASIL DE ARTE E CULTURA	04.961.373.000.1-80
SECOM	Rádio	FUNDAÇÃO CANAL 20	04.083.151.000.1-01
SECOM	Rádio	FUNDAÇÃO CULTURAL CELINAUTA	77.737.831.000.1-75

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

SECOM	Rádio	FUNDAÇÃO CULTURAL NOSSA SENHORA AUXILIADORA	04.726.029.000.1-06
SECOM	Rádio	FUNDACAO CULTURAL NOSSA SENHORA DA GLORIA DE MARINGA	03.232.222.000.2-09
SECOM	Rádio	FUNDAÇÃO CULTURAL NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO, RADIO SERRA DO MAR 94.1 FM	00.415.970.000.2-39
SECOM	Rádio	FUNDAÇÃO CULTURAL SÃO FRANCISCO DE ASSIS	78.595.097.000.1-10
SECOM	Rádio	FUNDACAO EXCLUSIVA EDUCATIVA	03.760.860.000.1-11
SECOM	Rádio	FUNDAÇÃO MATER ET MAGISTRA DE LONDRINA	78.589.314.000.1-69
SECOM	Rádio	FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DE BELÉM DE GUARAPUAVA	77.898.526.000.1-65
SECOM	Rádio	FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DE FÁTIMA	03.553.621.000.1-90
SECOM	Rádio	FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447.000.1-22
SECOM	Rádio	FUNDACAO NOVA CAMPO LARGO RADIO E TELEVISAO EDUCATIVA	03.701.617.000.1-22
SECOM	Rádio	FUNDAÇÃO PIONEIRA DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DO PARANÁ	78.282.084.000.1-90
SECOM	Rádio	FUNDAÇÃO RÁDIO GOIOERÊ.	80.889.637.000.1-10
SECOM	Rádio	FUNDAÇÃO REDENTORISTA DE COMUNICAÇÕES SOCIAIS	77.082.014.000.1-26
SECOM	Rádio	FUNDAÇÃO SANTA CLARA DE ASSIS	15.585.265.000.1-76
SECOM	Rádio	FUNDAÇÃO SANT'ANA	00.833.057.000.1-71
SECOM	Rádio	G BORIN COMUNICACAO LTDA	40.539.310.000.1-01
SECOM	Rádio	GBB COMUNICACAO LTDA	53.856.831.000.1-26
SECOM	Rádio	GENOA FM LTDA	03.932.868.000.1-18
SECOM	Rádio	ILHA BELA FM TRES LTDA	37.907.825.000.1-02
SECOM	Rádio	IVAÍ EMISSORA FM LTDA	80.565.625.000.1-30
SECOM	Rádio	IVAIPORÃ FM LTDA - EPP	01.741.753.000.1-10
SECOM	Rádio	JDO ADMINISTRAÇÃO E COMUNICAÇÃO LTDA	57.619.928.000.1-76
SECOM	Rádio	L.K. RADIODIFUSÃO LTDA	02.539.160.000.1-39
SECOM	Rádio	LEONARDO VRENNA ANACLETO COMUNICAÇÕES	34.677.527.000.1-77
SECOM	Rádio	LONG VIEW COMUNICACOES LTDA	35.488.904.000.1-92
SECOM	Rádio	MAIS COMUNICAÇÃO LTDA	21.648.735.000.1-04
SECOM	Rádio	MUSICA 89,9 FM LTDA	11.818.635.000.1-17
SECOM	Rádio	NOVA FREQUÊNCIA LTDA	04.161.060.000.1-47
SECOM	Rádio	ORGANIZAÇÃO GUARATUBANA DE COMUNICAÇÕES LTDA	01.744.997.000.1-57
SECOM	Rádio	ORGANIZACAO MADASOL DE COMUNICACAO LTDA	03.883.032.000.1-70
SECOM	Rádio	PLANETA TERRA FM LTDA	03.726.678.000.1-44
SECOM	Rádio	PR DE OLIVEIRA - CANTAGALO ME	21.484.483.000.1-17
SECOM	Rádio	PRISMA ENGENHARIA EM TELECOMUNICAÇÕES LTDA	02.412.465.000.1-85
SECOM	Rádio	R1 PRODUCAO E COMUNICACAO LTDA	58.153.988.000.1-09
SECOM	Rádio	R4 PRODUÇÃO E COMUNICAÇÃO LTDA	45.495.289.000.1-03
SECOM	Rádio	RADAI COMUNICAÇÃO E CONSULTORIA LTDA	27.809.613.000.1-20
SECOM	Rádio	RÁDIO 90.1 FM LTDA	06.178.113.000.1-68
SECOM	Rádio	RADIO AGUAS CLARAS FM LTDA - EPP	00.173.030.000.1-08
SECOM	Rádio	RADIO ALINE LTDA	79.465.126.000.1-91
SECOM	Rádio	RÁDIO ALVORADA DO SUL LTDA	75.656.355.000.1-32
SECOM	Rádio	RADIO ARAPONGAS LTDA	75.395.319.000.1-62

SECOM	Rádio	RADIO ATALAIA DE CURITIBA LTDA	62.589.932.000.1-79
SECOM	Rádio	RÁDIO ATALAIA DE MARINGÁ LTDA - ME	61.488.698.000.1-20
SECOM	Rádio	RÁDIO ATUAL GUAIRACÁ DE MANDAGUARI LTDA	79.157.715.000.1-02
SECOM	Rádio	RÁDIO AURIVERDE DE PITANGA LTDA	77.128.163.000.1-89
SECOM	Rádio	RÁDIO BANDA 1 FM LTDA	02.360.777.000.1-92
SECOM	Rádio	RADIO BIANCA LTDA	75.213.330.000.1-64
SECOM	Rádio	RÁDIO BRASILEIRA DE BELA VISTA DO PARAÍSO LTDA	77.714.061.000.1-45
SECOM	Rádio	RÁDIO BROTAS LTDA	75.640.284.000.1-80
SECOM	Rádio	RÁDIO CABIÚNA LTDA	75.622.308.000.1-78
SECOM	Rádio	RÁDIO CACIQUE DE GUARAPUAVA LTDA	75.682.948.000.1-73
SECOM	Rádio	RÁDIO CAIOBÁ LTDA	77.088.235.000.1-01
SECOM	Rádio	RADIO CANYON LTDA	14.202.033.000.1-29
SECOM	Rádio	RADIO CAPANEMA LTDA	75.978.973.000.1-07
SECOM	Rádio	RÁDIO CAPELISTA LTDA	03.743.540.000.2-34
SECOM	Rádio	RÁDIO CENTRAL DO PARANÁ LTDA	80.220.874.000.1-93
SECOM	Rádio	RÁDIO CHOPINZINHO LTDA	77.139.152.000.1-02
SECOM	Rádio	RÁDIO CIDADE JANDAIA LTDA	77.938.801.000.1-27
SECOM	Rádio	RÁDIO CIDADE PATO BRANCO LTDA	80.233.919.000.1-64
SECOM	Rádio	RÁDIO CLUB DE FAXINAL LTDA	77.257.293.000.1-11
SECOM	Rádio	RADIO CLUBE CRISTALINA LTDA	76.655.489.000.1-00
SECOM	Rádio	RADIO CLUBE DE MALLET LTDA	81.063.372.000.1-69
SECOM	Rádio	RÁDIO CLUBE DE REALEZA LTDA ME	77.298.313.000.1-00
SECOM	Rádio	RADIO CLUBE DE UBIRATÃ LTDA	78.565.587.000.1-73
SECOM	Rádio	RÁDIO CLUBE PONTAGROSSENSE LTDA	80.230.113.000.1-12
SECOM	Rádio	RÁDIO COLMÉIA LTDA EPP	76.898.063.000.1-79
SECOM	Rádio	RÁDIO COLOMBO DO PARANÁ LTDA	76.598.085.000.1-13
SECOM	Rádio	RADIO COMUNICADORA DE FOZ DO IGUACU LTDA	77.813.525.000.1-70
SECOM	Rádio	RÁDIO CONTINENTAL LTDA	76.679.026.000.1-70
SECOM	Rádio	RADIO CONTINENTAL DE CURITIBA LTDA	76.498.864.000.1-47
SECOM	Rádio	RADIO CONTINENTAL DE FRANCISCO BELTRÃO LTDA	76.627.520.000.1-90
SECOM	Rádio	RADIO COPAS VERDES DE PRUDENTOPOLIS LTDA	80.828.882.000.1-17
SECOM	Rádio	RÁDIO CORNÉLIO PROCÓPIO LTDA	76.248.715.000.1-20
SECOM	Rádio	RÁDIO CRISTAL LTDA - ME	77.315.240.000.1-00
SECOM	Rádio	RADIO CRISTALINA LTDA	01.700.031.000.1-18
SECOM	Rádio	RÁDIO CRUZEIRO DO SUL DE LONDRINA LTDA	78.599.636.000.1-99
SECOM	Rádio	RÁDIO CRYSTAL FM DE CAFELÂNDIA LTDA	07.024.431.000.1-37
SECOM	Rádio	RADIO CULTURA DE APUCARANA LTDA	75.273.029.000.1-46
SECOM	Rádio	RÁDIO CULTURA DE CURITIBA LTDA	76.723.493.000.1-50
SECOM	Rádio	RÁDIO CULTURA DE FOZ DO IGUAÇU LTDA	77.748.176.000.1-50
SECOM	Rádio	RÁDIO CULTURA LTDA	00.756.343.000.1-80
SECOM	Rádio	RADIO CULTURA NORTE PARANAENSE LTDA	79.691.531.000.1-28
SECOM	Rádio	RÁDIO CULTURA PALOTINENSE LTDA	75.952.382.000.1-52
SECOM	Rádio	RÁDIO CULTURA SUL FM LTDA	80.383.862.000.1-80
SECOM	Rádio	RÁDIO DIFUSORA AMÉRICA DE CHOPINZINHO LTDA	80.200.009.000.1-85
SECOM	Rádio	RADIO DIFUSORA COLMEIA DE CAMPO MOURAO LTDA EPP	75.889.782.000.1-60
SECOM	Rádio	RÁDIO DIFUSORA COLMÉIA DE PORTO UNIÃO LTDA	85.605.251.000.1-52
SECOM	Rádio	RADIO DIFUSORA CRUZEIRO DO OESTE LTDA	76.352.202.000.1-64
SECOM	Rádio	RÁDIO DIFUSORA DE SÃO JORGE D'OESTE LTDA-ME	79.456.273.000.1-03

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

SECOM	Rádio	RÁDIO DIFUSORA DO PARANÁ LTDA	81.562.126.000.1-51
SECOM	Rádio	RÁDIO DIFUSORA ELITE LTDA	77.027.837.000.1-59
SECOM	Rádio	RÁDIO DIFUSORA GUARAPUAVA LTDA ME	77.895.308.000.1-77
SECOM	Rádio	RÁDIO DIFUSORA SIRIEMA LTDA	75.767.566.000.1-42
SECOM	Rádio	RADIO DIFUSORA UNIAO LTDA	81.646.762.000.1-61
SECOM	Rádio	RADIO EDUCADORA DE FRANCISCO BELTRÃO LTDA	77.092.633.000.1-00
SECOM	Rádio	RÁDIO EDUCADORA DE LARANJEIRAS DO SUL LTDA	76.659.952.000.1-83
SECOM	Rádio	RÁDIO EDUCADORA DE LOANDA LTDA	75.460.261.000.1-93
SECOM	Rádio	RÁDIO EDUCADORA MARECHAL LTDA	76.401.884.000.1-58
SECOM	Rádio	RÁDIO EMISSORA ATALAIA LTDA	77.896.157.000.1-71
SECOM	Rádio	RÁDIO ENTRE RIOS LTDA	77.409.589.000.1-00
SECOM	Rádio	RADIO EXCLUSIVA LTDA	81.670.085.000.1-17
SECOM	Rádio	RÁDIO FM 104 LTDA	00.958.511.000.1-10
SECOM	Rádio	RADIO FM 95 STEREO LTDA	80.389.083.000.1-91
SECOM	Rádio	RÁDIO FM CIDADE DE CAMBÉ LTDA	76.273.804.000.1-26
SECOM	Rádio	RÁDIO FM CIDADE PARANAVAÍ LTDA-ME	80.187.149.000.1-60
SECOM	Rádio	RÁDIO FM DO PORTO LTDA - ME	80.450.554.000.1-20
SECOM	Rádio	RÁDIO FM ILHA DO MEL LTDA	76.531.011.000.1-60
SECOM	Rádio	RÁDIO FM ILUSTRADA LTDA ME	79.323.994.000.1-37
SECOM	Rádio	RADIO FM INDEPEDÊNCIA - CASCAVEL LTDA.	80.830.573.000.1-81
SECOM	Rádio	RADIO FM INDEPENDENCIA - FOZ DO IGUACU LTDA	02.404.038.000.1-55
SECOM	Rádio	RÁDIO FM INDEPENDÊNCIA IGAPÓ LTDA.	78.026.952.000.1-71
SECOM	Rádio	RADIO FM INDEPENDÊNCIA LONDRINA LTDA.	77.682.946.000.1-00
SECOM	Rádio	RADIO FM INDEPENDENCIA LTDA	77.070.332.000.2-58
SECOM	Rádio	RADIO FM INDEPENDENCIA LTDA.	77.070.332.000.1-77
SECOM	Rádio	RADIO FM NORTE DO PARANA LTDA	01.882.316.000.1-17
SECOM	Rádio	RADIO FM SISTEMA CLUBE E COMUNICAÇÃO LTDA	02.521.886.000.1-44
SECOM	Rádio	RÁDIO FM VALE DO NOROESTE LTDA	79.621.330.000.1-54
SECOM	Rádio	RÁDIO FM VALE DO SOL LTDA	75.010.736.000.1-40
SECOM	Rádio	RÁDIO GRAÚNA DE PALOTINA LTDA	75.005.892.000.1-12
SECOM	Rádio	RADIO GRAUNA LTDA	76.126.903.000.1-85
SECOM	Rádio	RÁDIO GUAÇU DE TOLEDO LTDA	81.566.499.000.1-09
SECOM	Rádio	RADIO GUAIRA DE GUAIRA LTDA	76.478.940.000.1-52
SECOM	Rádio	RÁDIO GUARANIAÇU LTDA	77.591.345.000.1-91
SECOM	Rádio	RADIO INDEPENDENCIA DE MEDIANEIRA LTDA - ME	75.543.470.000.1-09
SECOM	Rádio	RÁDIO INDEPENDÊNCIA DE SALTO DO LONTRA LTDA	75.207.951.000.1-35
SECOM	Rádio	RÁDIO INTERCONTINENTAL LTDA	78.712.056.000.1-66
SECOM	Rádio	RÁDIO INTERNACIONAL FM 107.9 DE QUEDAS DO IGUAÇU LTDA	76.531.052.000.1-56
SECOM	Rádio	RÁDIO ITAIPU LTDA	76.330.067.000.1-56
SECOM	Rádio	RADIO ITAPUA DE PATO BRANCO LTDA - ME	76.263.730.000.1-47
SECOM	Rádio	RADIO JORNAL DE ASSIS CHATEAUBRIAND LTDA	77.311.009.000.1-48
SECOM	Rádio	RADIO JOVEM PRATA LTDA	09.254.787.000.1-92
SECOM	Rádio	RÁDIO JURANDA FM LTDA - ME	02.360.718.000.1-14
SECOM	Rádio	RÁDIO LÍDER SUL FM LTDA - ME	03.865.478.000.1-72
SECOM	Rádio	RÁDIO LONDRINA S/A	78.598.166.000.1-49
SECOM	Rádio	RÁDIO MATELÂNDIA LTDA	77.750.297.000.1-37
SECOM	Rádio	RÁDIO MENINA DO PARANÁ LTDA	80.774.391.000.3-00
SECOM	Rádio	RÁDIO MUNDI PARANÁ LTDA	03.043.886.000.1-49

SECOM	Rádio	RADIO MUSICAL FM LTDA	79.972.600.000.1-71
SECOM	Rádio	RADIO NAJUA DE IRATI LTDA	75.958.116.000.1-37
SECOM	Rádio	RADIO NAUTICA FM LTDA	02.346.363.000.2-90
SECOM	Rádio	RADIO NOVA FM LTDA	03.982.138.000.1-21
SECOM	Rádio	RADIO NOVA PRINCESA FM DE PITANGA LTDA	03.725.381.000.1-64
SECOM	Rádio	RÁDIO NOVO DIA FM LTDA	35.723.404.000.1-98
SECOM	Rádio	RADIO ORTIGUEIRA LTDA	03.861.517.000.1-63
SECOM	Rádio	RÁDIO PAIQUERÊ LTDA	78.600.855.000.1-40
SECOM	Rádio	RÁDIO PANEMA LTDA	81.738.262.000.1-50
SECOM	Rádio	RÁDIO PARANAVAÍ LTDA	79.688.891.000.1-70
SECOM	Rádio	RÁDIO PITIGUARA LTDA	76.443.704.000.1-09
SECOM	Rádio	RADIO PLANALTO FM LTDA	46.921.977.000.1-42
SECOM	Rádio	RÁDIO POEMA DE PITANGA LTDA	79.349.288.000.1-64
SECOM	Rádio	RÁDIO PORTA VOZ DE CIANORTE LTDA	80.005.002.000.1-02
SECOM	Rádio	RÁDIO PRANCHITA FM LTDA - EPP	80.795.925.000.1-05
SECOM	Rádio	RÁDIO QUIGUAY LTDA	04.362.453.000.1-19
SECOM	Rádio	RÁDIO RAINHA DO OESTE DE ALTÔNIA LTDA	77.220.366.000.1-09
SECOM	Rádio	RADIO RIO VERDE LTDA	05.349.869.000.1-60
SECOM	Rádio	RÁDIO ROTA DO SOL LTDA	03.876.852.000.1-35
SECOM	Rádio	RADIO RURAL FM LTDA	79.059.820.000.1-09
SECOM	Rádio	RADIO SANTA TEREZA DO OESTE LTDA - ME	03.702.547.000.1-27
SECOM	Rádio	RÁDIO STEREO FM TELLES LTDA	80.020.761.000.1-44
SECOM	Rádio	RADIO T FM LTDA - EPP	07.003.552.000.1-00
SECOM	Rádio	RÁDIO TABAJARA DE LONDRINA LTDA	78.600.467.000.1-60
SECOM	Rádio	RÁDIO THALENTO FM LTDA	03.317.127.000.1-27
SECOM	Rádio	RÁDIO TRADIÇÃO LTDA	03.402.818.000.1-29
SECOM	Rádio	RÁDIO TRANSAMÉRICA DE CURITIBA LTDA	76.012.145.000.1-74
SECOM	Rádio	RADIO TRÊS DE MAIO LTDA	02.558.596.000.1-75
SECOM	Rádio	RÁDIO TRÊS FRONTEIRAS LTDA - EPP	01.833.846.000.1-75
SECOM	Rádio	RÁDIO TRI FRONTEIRA LTDA	83.218.008.000.2-37
SECOM	Rádio	RADIO TRIBUNA FM LTDA	07.196.580.000.1-83
SECOM	Rádio	RÁDIO UBÁ LTDA	76.236.090.000.1-86
SECOM	Rádio	RÁDIO UNIÃO DE CÉU AZUL LTDA ME	77.613.008.000.1-58
SECOM	Rádio	RADIO UNIÃO DE TOLEDO LTDA	77.096.055.000.1-71
SECOM	Rádio	RÁDIO VALE VERDE LTDA	78.684.081.000.1-83
SECOM	Rádio	RÁDIO VERA CRUZ FM LTDA	03.761.886.000.1-84
SECOM	Rádio	RÁDIO VERDES CAMPOS LTDA	77.109.577.000.1-60
SECOM	Rádio	RÁDIO VICENTE PALLOTTI LTDA	79.859.583.000.1-60
SECOM	Rádio	RÁDIO VILA VELHA LTDA - ME	80.239.585.000.1-36
SECOM	Rádio	RÁDIO VOZ DO SUDOESTE LTDA	79.456.257.000.1-02
SECOM	Rádio	RADIODIFUSÃO LITORAL SUL LTDA - ME	76.509.769.000.1-00
SECOM	Rádio	RADIONORTE LTDA	75.551.622.000.1-07
SECOM	Rádio	RANSSOLIN & RANSOLIN LTDA	02.541.161.000.1-18
SECOM	Rádio	REDE ALTERNATIVA DE COMUNICAÇÕES LTDA	01.080.682.000.1-52
SECOM	Rádio	REDE INTEGRAÇÃO DE COMUNICAÇÃO LTDA	79.701.983.000.1-43
SECOM	Rádio	REDE OESTE DE COMUNICAÇÃO LTDA - ME	77.816.205.000.1-74
SECOM	Rádio	REDE PANORAMA DE COMUNICAÇÕES LTDA	03.902.205.000.1-50
SECOM	Rádio	REDE VIDA MELHOR DE COMUNICAÇÃO E EVANGELIZAÇÃO LTDA	33.486.316.000.1-94

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

SECOM	Rádio	REDE VIVIDENSE DE COMUNICAÇÕES LTDA.	81.680.282.000.1-17
SECOM	Rádio	RICNOTÍCIAS RADIODIFUSÃO LTDA	11.341.339.000.1-78
SECOM	Rádio	RICNOTÍCIAS RADIODIFUSÃO LTDA	11.341.339.000.3-30
SECOM	Rádio	SISTEMA NOVA ERA DE COMUNICAÇÃO LTDA	80.907.397.000.1-39
SECOM	Rádio	SISTEMA PARANAENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA	77.670.651.000.1-13
SECOM	Rádio	SOCIEDADE DE RADIODIFUSAO PADRE EDUARDO LTDA - ME	80.251.366.000.1-72
SECOM	Rádio	SOCIEDADE PITANGUI DE COMUNICAÇÃO LTDA	81.407.934.000.1-44
SECOM	Rádio	SOCIEDADE RADIO PRINCESA LIMITADA	77.812.220.000.1-44
SECOM	Rádio	SUL PARANÁ RADIODIFUSÃO LTDA	75.034.439.000.1-34
SECOM	Rádio	TE RADIODIFUSAO LTDA - EPP	81.650.665.000.1-42
SECOM	Rádio	TELECOMUNICAÇÕES CAMPOS DOURADOS LTDA - EPP	81.059.347.000.1-01
SECOM	Rádio	TELECOMUNICAÇÕES DELFIM LTDA	80.548.332.000.1-44
SECOM	Rádio	TERRA RADIO E TELEVISAO LTDA - ME	08.917.889.000.1-88
SECOM	Rádio	UNIGUASSU NEGOCIOS E EVENTOS S/A	30.665.668.000.1-19
SECOM	TV	CANAL RURAL PRODUÇÕES LTDA	01.815.092.000.1-20
SECOM	TV	FUNDAÇÃO CANAL 20	04.083.151.000.1-01
SECOM	TV	FUNDACAO CULTURAL NOSSA SENHORA DE LOURDES DE MARINGA	80.289.184.000.1-90
SECOM	TV	FUNDAÇÃO LUMEN	77.372.209.000.1-00
SECOM	TV	LIFE COMUNICAÇÕES LTDA.	01.880.112.000.1-47
SECOM	TV	RADIO E TELEVISAO IGUAÇU SA	76.600.188.000.1-70
SECOM	TV	RADIO E TELEVISÃO IMAGEM LTDA	81.034.977.000.1-21
SECOM	TV	RADIO E TELEVISÃO IMAGEM LTDA	81.034.977.000.2-02
SECOM	TV	RADIO E TELEVISAO OM LTDA	77.237.733.000.1-79
SECOM	TV	RÁDIO E TELEVISÃO OM LTDA	77.237.733.000.2-50
SECOM	TV	RÁDIO E TELEVISÃO TAROBÁ LTDA	76.243.625.000.1-46
SECOM	TV	SOCIEDADE RADIO EMISSORA PARANAENSE S/A	76.494.806.000.1-45
SECOM	TV	SOCIEDADE RADIO EMISSORA PARANAENSE S/A	76.494.806.000.2-26
SECOM	TV	TELEVISÃO BANDEIRANTES DO PARANA LTDA.	77.969.145.000.1-20
SECOM	TV	TELEVISÃO CIDADE LTDA	80.583.941.000.1-34
SECOM	TV	TELEVISÃO LONDRINA LTDA	80.592.488.000.1-22
SECOM	TV	TELEVISAO NAIPI LTDA	77.689.032.000.1-70
SECOM	TV	TELEVISAO TIBAGI LTDA	76.554.757.000.1-99
SECOM	TV	TV CATARATAS LTDA	80.830.334.000.1-21
SECOM	TV	TV CATARATAS LTDA	80.830.334.000.2-02
SECOM	TV	TV DIFUSORA LTDA - EPP	00.863.216.000.1-80
SECOM	TV	TV FB - COMUNICAÇOES LTDA	12.926.657.000.1-63
SECOM	TV	TV INDEPENDENCIA LTDA	79.107.918.000.1-94
SECOM	TV	TV INDEPENDÊNCIA NORTE DO PARANÁ LTDA.	75.387.274.000.1-84
SECOM	TV	TV INDEPENDÊNCIA NORTE DO PARANÁ LTDA.	75.387.274.000.2-65
SECOM	TV	TV INDEPENDÊNCIA OESTE DO PARANÁ LTDA.	81.057.994.000.1-84
SECOM	TV	TV MARINGA LTDA	79.469.813.000.1-85
SECOM	TV	TV OESTE DO PARANÁ LTDA	03.699.194.000.1-53
SECOM	TV	TV OESTE DO PARANÁ LTDA	03.699.194.000.2-34
SECOM	TV	TVCI TV COMUNICAÇÕES INTERATIVAS LTDA	01.871.985.000.1-93
SETU	Internet	BYTEDANCE BRASIL TECNOLOGIA LTDA.	27.415.911.000.1-36
SETU	Internet	EDITORA GAZETA DO POVO S/A	76.530.047.000.1-29

SETU	Internet	EDITORA NOVO CONTINENTE LTDA	62.094.669.000.1-47
SETU	Internet	FACEBOOK SERVIÇOS ONLINE DO BRASIL LTDA.	13.347.016.000.1-17
SETU	Internet	GOOGLE BRASIL INTERNET LTDA.	06.990.590.000.1-23
SETU	Internet	METROPOLES MARKETING E PROPAGANDA LTDA	34.008.137.000.1-04
SETU	Internet	PODER360 JORNALISMO E PARTICIPAÇÕES LTDA	40.009.410.000.1-18
SETU	Internet	S/A O ESTADO DE S. PAULO	61.533.949.000.1-41
SETU	Internet	TVSBT CANAL 4 DE SAO PAULO S/A	45.039.237.000.1-14
SETU	Mídia Exterior	SALTORI MIDIA ESTRATÉGICA LTDA.	05.552.266.000.1-60
SETU	TV	COMPANHIA RIO BONITO - COMUNICAÇÕES	06.017.510.000.1-58
SETU	TV	DIGITAL SEVEN PRODUTORA E DISTRIBUIDORA LTDA	56.137.979.000.1-07
SETU	TV	EMPRESA DE COMUNICAÇÃO PRM LTDA	01.773.119.000.1-60
SETU	TV	GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.	27.865.757.000.1-02
SETU	TV	RADIO E TELEVISAO IGUAÇU SA	76.600.188.000.1-70
SETU	TV	RADIO E TELEVISÃO IMAGEM LTDA	81.034.977.000.1-21
SETU	TV	RADIO E TELEVISÃO IMAGEM LTDA	81.034.977.000.2-02
SETU	TV	REDE MULHER DE TELEVISÃO LTDA	02.344.518.000.1-78
SETU	TV	SOCIEDADE RADIO EMISSORA PARANAENSE S/A	76.494.806.000.1-45
SETU	TV	SOCIEDADE RADIO EMISSORA PARANAENSE S/A	76.494.806.000.2-26
SETU	TV	TELEVISÃO BANDEIRANTES DO PARANA LTDA.	77.969.145.000.1-20
SETU	TV	TELEVISÃO CIDADE LTDA	80.583.941.000.1-34
SETU	TV	TELEVISAO LAGES LTDA	83.012.013.000.1-08
SETU	TV	TELEVISAO NAIPI LTDA	77.689.032.000.1-70
SETU	TV	TELEVISAO TIBAGI LTDA	76.554.757.000.1-99
SETU	TV	THATHI TV CAMPINAS LTDA	47.516.661.000.1-38
SETU	TV	TV CATARATAS LTDA	80.830.334.000.1-21
SETU	TV	TV CATARATAS LTDA	80.830.334.000.2-02
SETU	TV	TV CIDADE DOS PRINCIPES LTDA	01.764.411.000.1-16
SETU	TV	TV FB - COMUNICAÇOES LTDA	12.926.657.000.1-63
SETU	TV	TV INDEPENDENCIA LTDA	79.107.918.000.1-94
SETU	TV	TV OESTE DO PARANÁ LTDA	03.699.194.000.1-53
SETU	TV	TV OESTE DO PARANÁ LTDA	03.699.194.000.2-34
SETU	TV	TV TOP LTDA	02.428.765.000.1-52
SETU	TV	TV VALE DO ITAJAI LIMITADA	76.368.240.000.1-05
SETU	TV	TVSBT CANAL 4 DE SAO PAULO S/A	45.039.237.000.1-14

Relatório emitido em: 08/12/2025.

Os valores poderão sofrer alterações devido a eventuais estornos em relação a prestadores de serviços. Consulte os valores atualizados na página da SECOM (https://www.comunicacao.pr.gov.br/Pagina/Publicidade).

DESPESAS COM PUBLICIDADE LEGAL – OUTUBRO 2025

ÓRGÃO	VALOR
ADAPAR	R$ 1.791,62
AGEPAR	R$ 2.340,00
AMEP	R$ 2.162,30
APPA	R$ 47.614,00
CASAMILITAR	R$ 4.147,64
CCB	R$ 308,90
CCIVIL	R$ 370,68
CEASA	R$ 1.822,51
CELEPAR	R$ 1.050,00

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

COHAPAR	R$ 9.460,50
DEFESACIVIL	R$ 1.297,38
DER	R$ 24.766,68
DETRAN	R$ 741,36
FOMENTO PARANÁ	R$ 3.219,16
FUNDEPAR	R$ 28.391,85
FUNEAS	R$ 15.407,70
HU	R$ 9.074,59
IAP	R$ 741,36
IAT	R$ 741,36
IDR	R$ 8.587,42
LOTTOPAR	R$ 556,02
PARANACIDADE	R$ 1.980,00
PRESP	R$ 1.112,04
SANEPAR	R$ 192.711,24
SAO BENTO	R$ 60,00
SEAB	R$ 8.297,30
SEAP	R$ 4.277,12
SECID	R$ 432,46
SECOM	R$ 1.631,00
SEDEF	R$ 3.794,28
SEEC	R$ 1.112,04
SEED	R$ 2.780,10
SEFA-CRE	R$ 988,48
SEIL	R$ 679,58
SEMIPI	R$ 432,46
SEPL	R$ 494,24
SESP	R$ 11.552,86
TECPAR	R$ 5.214,92
UEL	R$ 8.021,19
UEM	R$ 17.667,77
UEPG	R$ 13.313,59
UNESPAR	R$ 1.263,00
UNESPAR EMBAP	R$ 3.296,87
UNESPAR REITORIA	R$ 2.127,92
UNICENTRO	R$ 1.915,18
UNIOESTE F. BELTRÃO	R$ 747,88
UNIOESTE FOZ	R$ 1.163,61
UNIOESTE HU	R$ 741,36
UNIOESTE MARECHAL	R$ 988,48
UNIOESTE REITORIA	R$ 3.336,12
TOTAL	**R$ 456.726,12**

ÓRGÃO	FORNECEDOR	CNPJ
ADAPAR	EDITORA BEM PARANA LTDA	76.637.305.000.1-70
ADAPAR	EDITORA JORNAL DO ÔNIBUS LTDA	11.255.258.000.1-55
ADAPAR	INCO - EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - ME	09.570.162.000.1-30

AGEPAR	EDITORA GLOBO S/A	04.067.191.000.1-60
AMEP	WEB PORTAL PARANA LTDA	04.168.559.000.1-86
APPA	GOVERNO DO PARANÁ - IMPRENSA OFICIAL	76.416.890.000.1-89
CASAMILITAR	EDITAL CENTER LTDA	04.150.383.000.1-35
CASAMILITAR	INCO - EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - ME	09.570.162.000.1-30
CASAMILITAR	S/A O ESTADO DE S. PAULO	61.533.949.000.1-41
CASAMILITAR	WEB PORTAL PARANA LTDA	04.168.559.000.1-86
CCB	WEB PORTAL PARANA LTDA	04.168.559.000.1-86
CCIVIL	WEB PORTAL PARANA LTDA	04.168.559.000.1-86
CEASA	EDITORA GAZETA DO PARANA LTDA	16.902.731.000.1-62
CEASA	EDITORA JORNAL DO ÔNIBUS LTDA	11.255.258.000.1-55
CEASA	WEB PORTAL PARANA LTDA	04.168.559.000.1-86
CELEPAR	GOVERNO DO PARANÁ - IMPRENSA OFICIAL	76.416.890.000.1-89
COHAPAR	EDITORA BEM PARANA LTDA	76.637.305.000.1-70
COHAPAR	GOVERNO DO PARANÁ - IMPRENSA OFICIAL	76.416.890.000.1-89
COHAPAR	S/A O ESTADO DE S. PAULO	61.533.949.000.1-41
DEFESACIVIL	EDITAL CENTER LTDA	04.150.383.000.1-35
DEFESACIVIL	EDITORA BEM PARANA LTDA	76.637.305.000.1-70
DEFESACIVIL	EDITORA JORNAL DO ÔNIBUS LTDA	11.255.258.000.1-55
DER	CATEDRAL EDITORA, COMUNICAÇÃO, PROPAGANDA E PESQUISAS LTDA	34.263.987.000.1-59
DER	EDITAL CENTER LTDA	04.150.383.000.1-35
DER	EDITORA BEM PARANA LTDA	76.637.305.000.1-70
DER	EDITORA JORNAL DA MANHA DE PONTA GROSSA LTDA	09.019.289.000.1-65
DER	EDITORA JORNAL DE BELTRÃO S/A	95.420.188.000.1-33
DER	EDITORA JORNAL DO ÔNIBUS LTDA	11.255.258.000.1-55
DER	INCO - EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - ME	09.570.162.000.1-30
DER	JORNAL OPARANA S/A	21.819.026.000.1-36
DER	WEB PORTAL PARANA LTDA	04.168.559.000.1-86
DETRAN	WEB PORTAL PARANA LTDA	04.168.559.000.1-86
FOMENTO PARANÁ	EDITORA BEM PARANA LTDA	76.637.305.000.1-70
FOMENTO PARANÁ	GOVERNO DO PARANÁ - IMPRENSA OFICIAL	76.416.890.000.1-89
FUNDEPAR	EDITAL CENTER LTDA	04.150.383.000.1-35
FUNDEPAR	EDITORA BEM PARANA LTDA	76.637.305.000.1-70
FUNDEPAR	EDITORA GLOBO S/A	04.067.191.000.1-60
FUNDEPAR	EDITORA JORNAL DE BELTRÃO S/A	95.420.188.000.1-33
FUNDEPAR	IMPRENSA NACIONAL	04.196.645.000.1-00
FUNDEPAR	S/A O ESTADO DE S. PAULO	61.533.949.000.1-41
FUNDEPAR	WEB PORTAL PARANA LTDA	04.168.559.000.1-86
FUNEAS	EDITAL CENTER LTDA	04.150.383.000.1-35
FUNEAS	EDITORA BEM PARANA LTDA	76.637.305.000.1-70
FUNEAS	EDITORA JORNAL DO ÔNIBUS LTDA	11.255.258.000.1-55
FUNEAS	INCO - EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - ME	09.570.162.000.1-30
FUNEAS	WEB PORTAL PARANA LTDA	04.168.559.000.1-86
HU	IMPRENSA NACIONAL	04.196.645.000.1-00

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

HU	WEB PORTAL PARANA LTDA	04.168.559.000.1-86
IAP	EDITAL CENTER LTDA	04.150.383.000.1-35
IAT	EDITAL CENTER LTDA	04.150.383.000.1-35
IDR	EDITAL CENTER LTDA	04.150.383.000.1-35
IDR	EDITORA BEM PARANA LTDA	76.637.305.000.1-70
IDR	EDITORA JORNAL DO ÔNIBUS LTDA	11.255.258.000.1-55
IDR	INCO - EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - ME	09.570.162.000.1-30
LOTTOPAR	WEB PORTAL PARANA LTDA	04.168.559.000.1-86
PARANACIDADE	GOVERNO DO PARANÁ - IMPRENSA OFICIAL	76.416.890.000.1-89
PRESP	EDITORA JORNAL DO ÔNIBUS LTDA	11.255.258.000.1-55
PRESP	WEB PORTAL PARANA LTDA	04.168.559.000.1-86
SANEPAR	CATEDRAL EDITORA, COMUNICAÇÃO, PROPAGANDA E PESQUISAS LTDA	34.263.987.000.1-59
SANEPAR	EDITAL CENTER LTDA	04.150.383.000.1-35
SANEPAR	EDITORA GAZETA DO PARANA LTDA	16.902.731.000.1-62
SANEPAR	EDITORA GLOBO S/A	04.067.191.000.1-60
SANEPAR	EDITORA JORNAL DA MANHA DE PONTA GROSSA LTDA	09.019.289.000.1-65
SANEPAR	EDITORA JORNAL DE BELTRÃO S/A	95.420.188.000.1-33
SANEPAR	EDITORA JORNAL DO ÔNIBUS LTDA	11.255.258.000.1-55
SANEPAR	EDITORA TRIBUNA DO NORTE S/A	82.423.096.000.1-65
SANEPAR	EMPRESA JORNALISTICA UMUARAMA LTDA - EPP	04.233.582.000.1-07
SANEPAR	GIBBOR PUBLICIDADE E PUBLICAÇÕES DE EDITAIS EIRELI EPP	18.876.112.000.1-76
SANEPAR	GOVERNO DO PARANÁ - IMPRENSA OFICIAL	76.416.890.000.1-89
SANEPAR	INCO - EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - ME	09.570.162.000.1-30
SANEPAR	JORNAL OPARANA S/A	21.819.026.000.1-36
SANEPAR	WEB PORTAL PARANA LTDA	04.168.559.000.1-86
SAO BENTO	GOVERNO DO PARANÁ - IMPRENSA OFICIAL	76.416.890.000.1-89
SEAB	EDITORA GAZETA DO PARANA LTDA	16.902.731.000.1-62
SEAB	EDITORA GLOBO S/A	04.067.191.000.1-60
SEAB	WEB PORTAL PARANA LTDA	04.168.559.000.1-86
SEAP	CATEDRAL EDITORA, COMUNICAÇÃO, PROPAGANDA E PESQUISAS LTDA	34.263.987.000.1-59
SEAP	EDITAL CENTER LTDA	04.150.383.000.1-35
SEAP	EDITORA BEM PARANA LTDA	76.637.305.000.1-70
SEAP	EDITORA GAZETA DO PARANA LTDA	16.902.731.000.1-62
SEAP	EDITORA TRIBUNA DO NORTE S/A	82.423.096.000.1-65
SEAP	INCO - EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - ME	09.570.162.000.1-30
SEAP	JORNAL OPARANA S/A	21.819.026.000.1-36
SECID	WEB PORTAL PARANA LTDA	04.168.559.000.1-86
SECOM	EDITORA GLOBO S/A	04.067.191.000.1-60
SECOM	S/A O ESTADO DE S. PAULO	61.533.949.000.1-41
SEDEF	EDITORA GLOBO S/A	04.067.191.000.1-60
SEDEF	S/A O ESTADO DE S. PAULO	61.533.949.000.1-41
SEDEF	WEB PORTAL PARANA LTDA	04.168.559.000.1-86

SEEC	EDITORA BEM PARANA LTDA	76.637.305.000.1-70
SEEC	INCO - EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - ME	09.570.162.000.1-30
SEED	EDITAL CENTER LTDA	04.150.383.000.1-35
SEED	EDITORA BEM PARANA LTDA	76.637.305.000.1-70
SEED	EDITORA JORNAL DO ÔNIBUS LTDA	11.255.258.000.1-55
SEED	INCO - EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - ME	09.570.162.000.1-30
SEFA-CRE	WEB PORTAL PARANA LTDA	04.168.559.000.1-86
SEIL	WEB PORTAL PARANA LTDA	04.168.559.000.1-86
SEMIPI	INCO - EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - ME	09.570.162.000.1-30
SEPL	INCO - EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - ME	09.570.162.000.1-30
SESP	CATEDRAL EDITORA, COMUNICAÇÃO, PROPAGANDA E PESQUISAS LTDA	34.263.987.000.1-59
SESP	EDITAL CENTER LTDA	04.150.383.000.1-35
SESP	EDITORA BEM PARANA LTDA	76.637.305.000.1-70
SESP	EDITORA JORNAL DA MANHA DE PONTA GROSSA LTDA	09.019.289.000.1-65
SESP	EDITORA JORNAL DO ÔNIBUS LTDA	11.255.258.000.1-55
SESP	JORNAL OPARANA S/A	21.819.026.000.1-36
SESP	WEB PORTAL PARANA LTDA	04.168.559.000.1-86
TECPAR	GOVERNO DO PARANÁ - IMPRENSA OFICIAL	76.416.890.000.1-89
TECPAR	IMPRENSA NACIONAL	04.196.645.000.1-00
TECPAR	WEB PORTAL PARANA LTDA	04.168.559.000.1-86
UEL	IMPRENSA NACIONAL	04.196.645.000.1-00
UEL	WEB PORTAL PARANA LTDA	04.168.559.000.1-86
UEM	CATEDRAL EDITORA, COMUNICAÇÃO, PROPAGANDA E PESQUISAS LTDA	34.263.987.000.1-59
UEM	IMPRENSA NACIONAL	04.196.645.000.1-00
UEPG	EDITAL CENTER LTDA	04.150.383.000.1-35
UEPG	EDITORA BEM PARANA LTDA	76.637.305.000.1-70
UEPG	EDITORA JORNAL DA MANHA DE PONTA GROSSA LTDA	09.019.289.000.1-65
UEPG	EDITORA JORNAL DO ÔNIBUS LTDA	11.255.258.000.1-55
UEPG	INCO - EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - ME	09.570.162.000.1-30
UEPG	WEB PORTAL PARANA LTDA	04.168.559.000.1-86
UNESPAR	EDITORA GLOBO S/A	04.067.191.000.1-60
UNESPAR EMBAP	EDITORA GLOBO S/A	04.067.191.000.1-60
UNESPAR EMBAP	IMPRENSA NACIONAL	04.196.645.000.1-00
UNESPAR EMBAP	WEB PORTAL PARANA LTDA	04.168.559.000.1-86
UNESPAR REITORIA	EDITORA GLOBO S/A	04.067.191.000.1-60
UNESPAR REITORIA	WEB PORTAL PARANA LTDA	04.168.559.000.1-86
UNICENTRO	WEB PORTAL PARANA LTDA	04.168.559.000.1-86
UNIOESTE F. BELTRÃO	EDITORA JORNAL DE BELTRÃO S/A	95.420.188.000.1-33
UNIOESTE F. BELTRÃO	JORNAL OPARANA S/A	21.819.026.000.1-36
UNIOESTE FOZ	EDITORA GAZETA DO PARANA LTDA	16.902.731.000.1-62

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

UNIOESTE FOZ	IMPRENSA NACIONAL	04.196.645.000.1-00
UNIOESTE FOZ	JORNAL OPARANA S/A	21.819.026.000.1-36
UNIOESTE HU	WEB PORTAL PARANA LTDA	04.168.559.000.1-86
UNIOESTE MARECHAL	EDITORA GAZETA DO PARANA LTDA	16.902.731.000.1-62
UNIOESTE MARECHAL	JORNAL OPARANA S/A	21.819.026.000.1-36
UNIOESTE REITORIA	WEB PORTAL PARANA LTDA	04.168.559.000.1-86

Relatório emitido em: 08/12/2025

Os valores poderão sofrer alterações devido a eventuais estornos em relação a prestadores de serviços. Consulte os valores atualizados na página da SECOM (https://www.comunicacao.pr.gov.br/Pagina/Publicidade).

169825/2025

Secretaria do Desenvolvimento Social e Família

RESOLUÇÃO Nº 599/2025 – SEDEF
RETIFICADO

Designa servidores para desempenhar as funções de Gestores de Termo de Fomento da SEDEF.

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMÍLIA**, nomeado pelo Decreto nº 4468/2023, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 46 da Lei Estadual nº 21.352 de 1º de janeiro de 2023, e tendo em vista a Lei Estadual nº 22.267, de 13 de dezembro de 2024, publicada no DIOE/PR Edição nº 11807, de 13 de dezembro de 2024, **RESOLVE**:

Art. 1º Designar os servidores do **Núcleo de Cascavel**, como gestores dos Termos de Fomento, com recursos provenientes de Emendas Parlamentares, com as seguintes Organizações da Sociedade Civil:

RECURSOS EMENDA PARLAMENTAR	
ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL	**Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Foz do Iguaçu**, inscrita no CNPJ n° 77.413.649/0001-69 – Emenda Parlamentar n° 68
	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Foz do Iguaçu, inscrita no CNPJ n° 77.413.649/0001-69 - Emenda Parlamentar n° 204
	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Medianeira, inscrita no CNPJ n° 76.414.028/0001-37 – Emenda Parlamentar n° 211
	Instituto Polo Internacional Iguassu, inscrita no CNPJ n° 01.461.899/0001-02 – Emenda Parlamentar n° 575
	Associação Um Chute para o Futuro inscrita no CNPJ n° 76.715.01/00001-75 – Emenda Parlamentar n° 677
	Associação Medianeirense de Atendimento Especializado, Reabilitação e Assistencial à Criança e ao Adolescente, inscrita no CNPJ n° 07.736.225/0001-50 – Emenda Parlamentar n° 688
	Nosso Canto Centro de Adaptação Neurológica Total, inscrita no CNPJ n° 75.423.954/0001-06 – Emenda Parlamentar n° 1213
	Associação Cristã de Deficientes Físicos de Foz do Iguaçu, inscrita no CNPJ n° 75.429.605/0001-00 – Emenda Parlamentar n° 1215
	Associação Pestalozzi Escola Especial Pequeno Polegar de Santa Terezinha de Itaipu, inscrita no CNPJ n° 81.505.117/0001-29
	Centro de Apoio Agrícola e Convivência da Criança e do Adolescente, inscrita no CNPJ n° 00.104.371/0001-13 – Emenda Parlamentar n° 1223
	Centro de Nutrição Infantil, inscrita no CNPJ n° 86.747.730/0001-76 – Emenda Parlamentar n° 1233
	Associação Solidária as Pessoas Autistas, inscrita no CNPJ n° 30.877.783/0001-57 – Emenda Parlamentar n° 1237
	Associação Medianeirense dos Surdos, inscrita no CNPJ n° 00.883.367/0001-09 – Emenda Parlamentar n° 1348
	Instituto dos Diabéticos de Foz do Iguaçu, inscrita no CNPJ n° 04.808.932/0001-16 – Emenda Parlamentar n° 1385
	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Foz do Iguaçu, inscrita no CNPJ n° 75.426.148/0001-91 – Emenda Parlamentar n° 1438
	Associação Missionária de Beneficência das Irmas Servas do Espírito Santo, inscrita no CNPJ n° 80.234.826/0011-26 – Emenda Parlamentar n° 1683
	Associação um Chute para o Futuro, inscrita no CNPJ n° 22.440.900/0001-92 – Emenda Parlamentar n° 1852
	Associação Desportiva Educacional de Responsabilidade Ecológica, inscrita no CNPJ n° 03.903.774/0001-10 – Emenda Parlamentar n° 2132
	Núcleo Criança de Valor, inscrita no CNPJ n° 05.926.131/0001-18 – Emenda Parlamentar n° 2214
	Albergue Noturno de Foz do Iguaçu, inscrita no CNPJ n° 75.423.665/0001-07 – Emenda Parlamentar n° 2587
	Nosso Canto, Centro de Adaptação Neurológica Total, inscrita no CNPJ n° 75.423.954/0001-06 – Emenda Parlamentar n° 1991
	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Medianeira, inscrita no CNPJ n° 76.414.028/0001-37 – Emenda Parlamentar n° 2805
	Associação Pestalozzi – Escola Especial Pequeno Polegar de Santa Terezinha de Itaipu, inscrita no CNPJ n° 81.505.117/0001-29 – Emenda Parlamentar n° 1221
	Associação Pestalozzi de São Miguel do Iguaçu, inscrita no CNPJ n° 77.317.485/0001-76 – Emenda Parlamentar n° 1231
	Associação de Pais e Amigos dos Excecionais – APAE de Medianeira, inscrita no CNPJ n° 76.414.028/0001-37
GESTORA	**MARIA EFIGÊNIA DE JESUS,** CPF nº ***.096.079-**

RECURSOS EMENDA PARLAMENTAR	
	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Jesuítas, inscrita no CNPJ n° 78.669.769/0001-94 - Emenda Parlamentar n°207
	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Santa Helena, inscrita no CNPJ n° 77.820.181/0001-27 – Emenda Parlamentar n° 219

	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Toledo, inscrita no CNPJ n° 75.974.931/0001-90 – Emenda Parlamentar n° 271
	Província Bras. da Congregação Ir. Filhas da Caridade de São Vicente, inscrita no CNPJ n° 76.578.137/0070-11 – Emenda Parlamentar n° 678
	Associação Promocional e Assistencial de Toledo, inscrita no CNPJ n° 78.115.870/0001-01 – Emenda Parlamentar n° 679
	Associação de Pais e Amigos do Judo Ricardo Santos, inscrita no CNPJ n° 07.475.911/0001-14 – Emenda Parlamentar n° 1070
	Província Bras. da Congregação Ir. Filhas da Caridade de São Vicente, inscrita no CNPJ n° 76.578.137/0070-11 – Emenda Parlamentar n° 1275
	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Toledo inscrita no CNPJ n° 75.974.931/0001-90 – Emenda Parlamentar n° 1440
	Centro Beneficente de Educação Infantil Ledi Maas Lions, inscrita no CNPJ n° 78.116.217/0001-59 – Emenda Parlamentar n° 1916
	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Santa Helena, inscrita no CNPJ n° 77.820.181/0001-27 – Emenda Parlamentar n° 1985
	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Jesuítas, inscrita no CNPJ n° 78.669.769/0001-94 – Emenda Parlamentar n° 2174
	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Santa Helena, inscrita no CNPJ n° 77.820.181/0001-27 – Emenda Parlamentar n° 2179
	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de São Pedro do Iguaçu, inscrita no CNPJ n° 01823573000188 – Emenda Parlamentar n° 2180
	Associação Hospitalar Beneficente Moacir Micheletto, inscrita no CNPJ n° 17.398.245/0001-11 – Emenda Parlamentar n° 2183
	Associação Beneficente Beit Abba, inscrita no CNPJ n° 14.159.711/0001-18 – Emenda Parlamentar n° 2265
	Província Brasileira da Congregação Irmãs Filhas da Caridade de São Vicente, inscrita no CNPJ n° 76.578.137/0001-90 – Emenda Parlamentar n° 2545
	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Toledo, inscrita no CNPJ n° 75.974.931/0001-90 – Emenda Parlamentar n° 2806
	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de São Pedro do Iguaçu, inscrita no CNPJ n° 01823573000188 – Emenda Parlamentar n° 2810
	Provincia Bras. da Congregação Ir. Filhas da Caridade de São Vicente, CNPJ n° 76.578.137/0070-11 – Emenda Parlamentar n° 94
	Provincia Bras. da Congregação Ir. Filhas da Caridade de São Vicente, inscrita no CNPJ n° 76.578.137/0070-11 – Emenda Parlamenar n° 2585
	Associação Promocional e Assistencial de Toledo, inscrita no CNPJ n° 78.115.870/0001-01 – Emenda Parlamentar n° 2818
GESTORA	**SANDRA RECH,** CPF nº ***.738.069-**

RECURSOS EMENDA PARLAMENTAR	
ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL	**Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Três Barras do Paraná**, inscrita no CNPJ n° 02.722.514/0001-86 – Emenda Parlamentar n° 112
	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Boa Vista da Aparecida, inscrita no CNPJ n° 01.074.438/0001-87 - Emenda Parlamentar n° 193
	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Campo Bonito, inscrita no CNPJ n° 81.270.3160/001-03 – Emenda Parlamentar n° 195
	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Capitão Leônidas Marques, inscrita no CNPJ n° 00.614.178/0001-22– Emenda Parlamentar n° 196
	Associação Pestalozzi e Catanduvas, inscrita no CNPJ n° 77.880.490/0001-92 – Emenda Parlamentar n° 199
	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Três Barras do Paraná, inscrita no CNPJ n° 02.722.514/0001-86 – Emenda Parlamentar n° 217
	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Capitão Leônidas Marques, inscrita no CNPJ n° 00.614.178/0001-22– Emenda Parlamentar n° 525
	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Boa Vista da Aparecida, inscrita no CNPJ n° 01.074.438/0001-87 – Emenda Parlamentar n° 652
	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Boa Vista da Aparecida, inscrita no CNPJ n° 01.074.438/0001-87 – Emenda Parlamentar n° 698
	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Capitão Leônidas Marques, inscrita no CNPJ n° 00.614.178/0001-22 – Emenda Parlamentar n° 1100
	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Capitão Leônidas Marques, inscrita no CNPJ n° 00.614.178/0001-22 – Emenda Parlamentar n° 1879
	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Campo Bonito, inscrita no CNPJ n° 81.270.316/0001-03 – Emenda Parlamentar n° 1966
	Fundo Municipal dos Direitos do Idoso, inscrita no CNPJ n° 29.048.424/0001-08 – Emenda Parlamentar n° 2356
	Associação dos Cadeirantes e Portadores de Necessidade Especiais de Capitão Leônidas, inscrita no CNPJ n° 48.155.916/0001-07 – Emenda Parlamentar n° 2359
	Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Campo Bonito, inscrita no CNPJ n° 47.368.239/0001-82 – Emenda Parlamentar n° 2660
	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Capitão Leônidas Marques, inscrita no CNPJ n° 00.614.178/0001-22– Emenda Parlamentar n° 2812
	Associação dos Idosos Viva a Vida de Capitão Marques, inscrita no CNPJ n° 73.706.624/0001-00 – Emenda Parlamentar ° 2650
	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Capitão Leônidas Marques, inscrita no CNPJ n° 00.614.178/0001-22 – Emendas Parlamentares n°196, n° 525 e n° 1879
GESTORA	**VIVIANE APARECIDA VILQUE DE SANTO,** CPF nº ***.738.069-**

RECURSOS EMENDA PARLAMENTAR	
ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL	**Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Braganey**, inscrita no CNPJ n° 00.284.582/0001-85 – Emenda Parlamentar n° 194
	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Corbélia, inscrita no CNPJ n° 00.614.178/0001-22 - Emenda Parlamentar n° 201

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Nova Aurora, inscrita no CNPJ n° 81.271.165/0001-08 – Emenda Parlamentar n° 212
	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Corbélia, inscrita no CNPJ n° 00.614.178/0001-22 – Emenda Parlamentar n° 683
	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Corbélia, inscrita no CNPJ n° 00.614.178/0001-22 – Emenda Parlamentar n° 685
	Lar São Roque, inscrita no CNPJ n° 01.141.854/0001-50 – Emenda Parlamentar n° 686
	Lar São Roque, inscrita no CNPJ n° 01.141.854/0001-50 – Emenda Parlamentar n° 687
	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Cafelândia, inscrita no CNPJ n° 81.268.765/0001-09 – Emenda Parlamentar n° 2155
	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Corbélia, inscrita no CNPJ n° 00.614.178/0001-22 – Emenda Parlamentar n° 2156
	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Cafelândia, inscrita no CNPJ n° 81.268.765/0001-09 – Emenda Parlamentar n° 2173
	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Nova Aurora, inscrita no CNPJ n° 81.271.165/0001-08 – Emenda Parlamentar n° 2175
	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Corbélia, inscrita no CNPJ n° 00.614.178/0001-22 – Emenda Parlamentar n° 2181
	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Anahy inscrita no CNPJ n° 01.520.258/0001-81– Emenda Parlamentar n° 2351
	Fundação Educacional Padre Luís Luise, inscrita no CNPJ n° 01.110.976/0001-80 – Emenda Parlamentar n° 2357
	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Anahy inscrita no CNPJ n° 01.520.258/0001-81 – Emenda Parlamentar n° 2531
	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Braganey, inscrita no CNPJ n° 00.284.582/0001-85 – Emenda Parlamentar n° 2532
	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Corbélia, inscrita no CNPJ n° 00.614.178/0001-22 – Emenda Parlamentar n° 2648
	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Corbélia, inscrita no CNPJ n° 00.614.178/0001-22 – Emenda Parlamentar n° 2683
	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Anahy inscrita no CNPJ n° 01.520.258/0001-81 – Emenda Parlamentar n° 2696
	Instituto Dr Aurélio Regazzo, inscrita no CNPJ n° 34.503.311/0001-95 – Emenda Parlamentar n°2642
GESTORA	**MARCIA VALIM LEMES,** CPF nº ***.784.909-**

RECURSOS EMENDA PARLAMENTAR	
ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL	**Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Céu Azul**, inscrita no CNPJ n° 77.293.355/0001-40 – Emenda Parlamentar n° 200
	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Santa Tereza do Oeste, inscrita no CNPJ n° 81.270.274/0001-00 - Emenda Parlamentar n° 216
	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Vera Cruz do Oeste, inscrita no CNPJ n° 81.272.981/0001-28 – Emenda Parlamentar n° 579
	Associação das Mães de Autistas de Santa Tereza do Oeste, inscrita no CNPJ n° 46.834.497/0001-44 – Emenda Parlamentar n° 697
	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Santa Tereza do Oeste, inscrita no CNPJ n° 81.270.274/0001-00 – Emenda Parlamentar n° 2201
	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Cerro Azul, inscrita no CNPJ n° 31.610.043/0001-12 – Emenda Parlamentar n° 2816
	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Vera Cruz do Oeste, inscrita no CNPJ n° 81.272.981/0001-28 – Emenda Parlamentar n° 2809
	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Céu Azul, inscrita no CNPJ n° 77.293.355/0001-40 – Emenda Parlamentar n° 666
	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Vera Cruz do Oeste, inscrita no CNPJ n° 81.272.981/0001-28 – Emenda Parlamentar n° 541
	Centro Municipal de Educação Infantil Irmã Dulce, inscrita no CNPJ n° 12.772.488/0001-54 – Emenda Parlamentar n° 2370
	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Lindoeste, inscrita no CNPJ n° 00.572.863/0001-33 – Emenda Parlamentar n° 2539
	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Matelândia, inscrita no CNPJ n° 77.818.300/0001-07 – Emenda Parlamentar n° 2462
GESTORA	**LEINNA JORDANIA DE ARAUJO NASCIMENTO VARGAS,** CPF nº ***.620.279-**

RECURSOS EMENDA PARLAMENTAR	
ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL	**Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Cascavel**, inscrita no CNPJ n° 75.905.786/0001-95 – Emenda Parlamentar n° 198
	Fábrica Cascavelense de Cidadãos, inscrita no CNPJ n° 42.272.319/0001-16 - Emenda Parlamentar n° 672
	Futebol Clube Cascavel, inscrita no CNPJ n° 09.312.917/0001-04 – Emenda Parlamentar n° 673
	Abrigo São Vicente de Paulo, inscrita no CNPJ n° 00.086.321/0001-50 – Emenda Parlamentar n° 1506
	Clube de Regatas Cascavel, inscrita no CNPJ n° 10.694.457/0001-05 – Emenda Parlamentar n° 1524
	Instituto Veneza Skate House, inscrita no CNPJ n° 43.514.440/0001-70 – Emenda Parlamentar n° 2216
	Centro de Estudos do Menor e Integração à Comunidade, inscrita no CNPJ n° 77.414.654.0001/96 – Emenda Parlamentar n° 2535
	Abrigo São Vicente de Paulo, inscrita no CNPJ n° 00.086.321/0001-50 – Emenda Parlamentar n° 2536
	Instituto Veneza Skate House, inscrita no CNPJ n° 43.514.440/0001-70 – Emenda Parlamentar n° 1526
GESTOR	**MARCELO BARBOSA,** CPF nº ***.056.869-**

RECURSOS EMENDA PARLAMENTAR	
ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL	**Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Palotina**, inscrita no CNPJ n° 77.396.588/0001-79 – Emenda Parlamentar n° 1921

	Associação de Pais e Amigos do Excepcionais – APAE de Marechal Cândido Rondon, inscrita no CNPJ n° 76.290.287/0001-01 – Emenda Parlamentar n° 209
	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Palotina, inscrita no CNPJ n° 77.396.588/0001-79 - Emenda Parlamentar n° 213
	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Tupãssi, inscrita no CNPJ n° 78.670.981/0001-71 – Emenda Parlamentar n° 218
	Associação de Pais e Amigos do Excepcionais – APAE de Marechal Cândido Rondon, inscrita no CNPJ n° 76.290.287/0001-01– Emenda Parlamentar n° 408
	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Terra Roxa inscrita no CNPJ n° 77.806.925/0001-59 – Emenda Parlamentar n° 408
	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Palotina, inscrita no CNPJ n° 77.396.588/0001-79 Emenda Parlamentar n° 680
	Centro de Apoio, Reabilitação e Terapia ao Dependente Químico, inscrita no CNPJ n° 80.402.977.0001-74 – Emenda Parlamentar n° 681
	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Formosa do Oeste, inscrita no CNPJ n° 80.879.406/0001-25 – Emenda Parlamentar n° 767
	Associação de Apicultores do Oeste do Paraná, inscrita no CNPJ n° 81.503.328/0001-22
	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Terra Roxa, inscrita no CNPJ n° 77.806.925/0001-59 – Emenda Parlamentar n° 1098
	Associação do Instituto Vocacional e Assistencial Rui Barbosa, inscrita no CNPJ n° 81.576.365/0001-60 – Emenda Parlamentar n° 1104
	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Marechal Cândido Rondon, inscrita no CNPJ n° 76.290.287.0001/01 – Emenda Parlamentar n° 1205
	Associação Pestalozzi de Guaíra, inscrita no CNPJ n° 77.418.655/0001-09 – Emenda Parlamentar n° 1227
	Centro de Apoio, Reabilitação e Terapia ao Dependente Químico, inscrita no CNPJ n° 80.402.977/0001-74 – Emenda Parlamentar n° 1235
	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Terra Roxa inscrita no CNPJ n° 77.806.925/0001-59 – Emenda Parlamentar n° 1350
	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Palotina, inscrita no CNPJ n° 77.396.8800/01-79 – Emenda Parlamentar n° 1921
	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Terra Roxa inscrita no CNPJ n° 77.806.925/0001-59 – Emenda Parlamentar n° 2068
	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Assis Chateaubriand, inscrita no CNPJ n° 76.335.124/0001-90
	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Tupãssi, inscrita no CNPJ n° 78.670.981/0001-71 – Emenda Parlamentar n° 2172
	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Formosa do Oeste, inscrita no CNPJ n° 80.879.406/0001-25 – Emenda Parlamentar n° 2176
	Associação de Amigos de Deficientes Áudio-Visuais de Assis Chateaubriand, inscrita no CNPJ n° 80.880.164/0001-90 – Emenda Parlamentar n° 2184
	Associação de Amigos de Deficientes Áudio-Visuais de Assis Chateaubriand, inscrita no CNPJ n° 80.880.164/0001-90 – Emenda Parlamentar n° 2262
	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Marechal Cândido Rondon, inscrita no CNPJ n° 76.290.287.0001/01 – Emenda Parlamentar n° 2273
	Associação de Amigos de Deficientes Áudio-Visuais de Assis Chateaubriand, inscrita no CNPJ n° 80.880.164/0001-90 – Emenda Parlamentar n° 2438
	Associação Beneficente Lar da Fraternidade, inscrita no CNPJ n° 80.402.886/0001-39 – Emenda Parlamentar n° 2685
	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Marechal Cândido Rondon, inscrita no CNPJ n° 76.290.287.0001/01 – Emenda Parlamentar n° 2807
	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Palotina, inscrita no CNPJ n° 77.396.8800/01-79 – Emenda Parlamentar n° 2808
	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Terra Roxa inscrita no CNPJ n° 77.806.925/0001-59 – Emenda Parlamentar n° 2811
	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Marechal Cândido Rondon, inscrita no CNPJ n° 76.290.287/0001-01 – Emenda Parlamentar n° 346
	Associação de Apicultores do Oeste do Paraná, inscrita no CNPJ n° 81.503.328/0001-22 – Emenda Parlamentar n° 1072
	Associação Tigre Guerreiro de Artes Marciais, inscrita no CNPJ n° 31.393.299/0001-15 – Emenda Parlamentar n° 1099
	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Assis Chateaubriand, inscrita no CNPJ n° 76.335.124/0001-90 – Emenda Parlamentar n° 2171
	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Terra Roxa inscrita no CNPJ n° 77.806.925/0001-59 – Emenda Parlamentares n° 1098, ne 408, n° 2068 e n° 1350
GESTORA	**ROZANA MARIA DA SILVA,** CPF nº ***.213.939-**

RECURSOS EMENDA PARLAMENTAR	
ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL	**Centro de Apoio, Convivência e Defesa dos Direitos dos Autistas de Cascavel**, inscrita no CNPJ n° 23.908.677/0001-28 – Emenda Parlamentar n° 2445
	Centro de Estudos do Menor e Integração à Comunidade, inscrita no CNPJ n° 77.414.654//0001-96 – Emenda Parlamentar n° 2446
	Associação Fazer o Bem Sempre, inscrita no CNPJ n° 48.401.189/0001-50 – Emenda Parlamentar n° 2455
	Instituto de Desenvolvimento Educacional e Apoio a Saúde, inscrita no CNPJ n° 07.652.814/0001-50 – Emenda Parlamentar n° 2453
GESTOR	**ARI BATISTA DA SILVA,** CPF nº ***.953.939-**

Art. 2° Caso a Emenda Parlamentar não seja efetivada e consequentemente não haja formalização de parceria, a presente Resolução será modificada.
Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a resolução n° 358/2025 - SEDEF.

Curitiba, 09 de dezembro de 2025.

Rogério Carboni
Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

RESOLUÇÃO Nº 767/2025 – SEDEF

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMÍLIA**, nomeado pelo Decreto nº 4468/2023, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 46 da Lei Estadual nº 21.352 de 1º de janeiro de 2023, **RESOLVE**:

Art. 1º Informar o repasse de recursos pelo Fundo Estadual de Assistência Social do Estado do Paraná aos Fundos Municipais de Assistência Social dos municípios contemplados por meio do Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e Emergências visando qualificar a oferta de serviços socioassistenciais destinados à população em situação de vulnerabilidade social.

Art. 2° O processo de pagamento priorizará os municípios listados abaixo devido terem sido afetados por eventos climáticos adversos, tais como: tempestade, chuva de granizo, vendaval, enxurradas, alagamentos, inundações e deslizamentos registrados no Formulário de Informações de Desastres (FIDE).

Município	Porte Município	N° de pessoas Desalojadas	N° de pessoas Desabrigadas	Total de Pessoas Desalojadas e Desabrigadas	Total de Famílias	Valor
Astorga	Pequeno Porte II	8	0	8	2	R$ 6.000,00
Porto Barreiro	Pequeno Porte I	30	0	30	8	R$ 6.000,00
TOTAL						**R$ 12.000,00**

Art. 3° Os municípios elencados terão até o dia 12 de dezembro de 2025 para elaborarem e assinarem o aceite no Termo de Adesão, bem como, efetuarem o preenchimento do Plano de Ação, de forma eletrônica, por meio do Sistema de Acompanhamento do Cofinanciamento Estadual Fundo a Fundo (SIFF).

Art. 4° O processo de pagamento deverá obedecer às condições de pagamento previstas na legislação do cofinanciamento do Fundo Estadual da Assistência Social bem como estar de acordo com a Deliberação nº 060/2023 – CEAS/PR.

Art. 5° A análise das condições de pagamentos do município é realizada pelas áreas técnicas responsáveis pelo Cofinanciamento do Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e Emergências, sendo que a operacionalização Núcleo Fazendário Setorial da SEDEF.

Art. 6° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 05 de dezembro de 2025.

Rogério Carboni
Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

169648/2025

RESOLUÇÃO Nº 767/2025 – SEDEF

RETIFICADO

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMÍLIA**, nomeado pelo Decreto nº 4468/2023, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 46 da Lei Estadual nº 21.352 de 1º de janeiro de 2023, **RESOLVE**:

Art. 1º Informar o repasse de recursos pelo Fundo Estadual de Assistência Social do Estado do Paraná aos Fundos Municipais de Assistência Social dos municípios contemplados por meio do Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e Emergências visando qualificar a oferta de serviços socioassistenciais destinados à população em situação de vulnerabilidade social.

Art. 2° O processo de pagamento priorizará os municípios listados abaixo devido terem sido afetados por eventos climáticos adversos, tais como: tempestade, chuva de granizo, vendaval, enxurradas, alagamentos, inundações e deslizamentos registrados no Formulário de Informações de Desastres (FIDE).

Município	Porte Município	N° de pessoas Desalojadas	N° de pessoas Desabrigadas	Total de Pessoas Desalojadas e Desabrigadas	Total de Famílias	Valor
Astorga	Pequeno Porte II	8	0	8	2	R$ 6.000,00
Porto Barreiro	Pequeno Porte I	30	0	30	8	R$ 6.000,00
TOTAL						**R$ 12.000,00**

Art. 3° Os municípios elencados terão até o dia 17 de dezembro de 2025 para elaborarem e assinarem o aceite no Termo de Adesão, bem como, efetuarem o preenchimento do Plano de Ação, de forma eletrônica, por meio do Sistema de Acompanhamento do Cofinanciamento Estadual Fundo a Fundo (SIFF).

Art. 4° O processo de pagamento deverá obedecer às condições de pagamento previstas na legislação do cofinanciamento do Fundo Estadual da Assistência Social bem como estar de acordo com a Deliberação nº 060/2023 – CEAS/PR.

Art. 5° A análise das condições de pagamentos do município é realizada pelas áreas técnicas responsáveis pelo Cofinanciamento do Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e Emergências, sendo que a operacionalização Núcleo Fazendário Setorial da SEDEF.

Art. 6° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 09 de dezembro de 2025.

Rogério Carboni
Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

169860/2025

RESOLUÇÃO Nº 780/2025 – SEDEF

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMÍLIA,** nomeado pelo Decreto nº 4468/2023, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 46 da Lei Estadual nº 21.352 de 1º de janeiro de 2023, e tendo em vista a Lei Estadual nº 22.267, de 13 de dezembro de 2024, publicada no DIOE/PR Edição nº 11807, de 13 de dezembro de 2024, **RESOLVE**:

Art. 1º Designar o servidor do **Núcleo Regional de Campo Mourão**, como gestor do Termo de Fomento, com recursos provenientes de Emenda Parlamentar, com a seguinte Organização da Sociedade Civil:

RECURSOS EMENDA PARLAMENTAR	
ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL – OSC	**Instituição Beneficente Regional de Roncador**, inscrita no CNPJ n° 08.586.453/0001-53 – Emenda Parlamentar n° 2797
GESTOR	**Vinícius Iran Barboza,** CPF nº ***.233.099-**

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogado disposições ao contrário.

Curitiba, 09 de dezembro de 2025.

Rogério Carboni
Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

170015/2025

RESOLUÇÃO *AD REFERENDUM Nº 027*/2025 | CEAS/PR

A **MESA DIRETORA DO CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO PARANÁ - CEAS/PR**, no uso de suas atribuições regimentais e;

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes na Deliberação nº 072/2025 CEAS/PR.

RESOLVE

Art. 1º Aprovar a alteração do art. 5º da Deliberação nº 72/2025 – CEAS/PR, que passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 5º O montante destinado será de R$ 6.920.000,00 (seis milhões, novecentos e vinte mil reais), o qual será repassado aos municípios por meio de transferência fundo a fundo."
Art. 2º Aprovar a alteração do Anexo I da Deliberação nº 72/2025 – CEAS/PR, que passa a vigorar conforme o **Anexo I** desta Resolução.
Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 08 de dezembro de 2025.

PUBLIQUE-SE

Renata Mareziuzek dos Santos
Presidente do CEAS/PR
Rogéria Aparecida Ortelhado
Vice Presidente do CEAS/PR

ANEXO I

	Município	Valor	Componente	Protocolo
1	ADRIANÓPOLIS	R$100.000,00	Aquisição de veículo	24.342.763-0
2	ARAPONGAS	R$100.000,00	Veículo	24.354.921-3
3	ARAUCÁRIA	R$100.000,00	Aquisição de 1 veículo - para apoio à equipe municipal	24.538.052-6
	ARAUCÁRIA	R$100.000,00	Aquisição de 1 veículo - para apoio à equipe municipal	24.538.035-6
	ARAUCÁRIA	R$250.000,00	Aquisição de Veículo Adaptado	24.538.041-0
	ARAUCÁRIA	R$150.000,00	Equipamentação de CRAS	24.538.027-5
	ARAUCÁRIA	R$150.000,00	Equipamentação de CREAS	24.538.018-6
4	ASSIS CHATEUBREAND	R$100.000,00	Veículo	24.272.507-7
5	BARRA DO JACARÉ	R$100.000,00	Veículo	24.344.500-0
6	BOCAIUVA DO SUL	R$250.000,00	Veículo adaptado	24.315.401-4
7	CAFELÂNDIA	R$100.000,00	Carro para Assistência Social	24.411.068-1
8	CAMPO MAGRO	R$100.000,00	Veículo	24.355.542-6
9	CASTRO	R$100.000,00	Veículo	24.362.517-3
10	COLOMBO	R$100.000,00	Veículo	24.357.523-0
	COLOMBO	R$100.000,00	Veículos	24.226.189-5
	COLOMBO	R$100.000,00	Veículos	24.226.334-0
11	CORONEL VIVIDA	R$100.000,00	Veículo	24.357.723-3

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

12	DOUTOR CAMARGO	R$20.000,00	Equipamentos	24.273.551-0
	DOUTOR CAMARGO	R$100.000,00	Veículo	24.273.479-3
13	FLORESTÓPOLIS	R$150.000,00	Equipamentos	24.273.664-8
	FLORESTÓPOLIS	R$250.000,00	Veículo	24.273.683-4
14	FRANCISCO BELTRÃO	R$150.000,00	Construção / Reparos	24.427.193-6
15	GOIOXIM	R$100.000,00	Veículo	24.370.575-4
16	GRANDES RIOS	R$50.000,00	Equipamentos	24.370.582-7
17	GUARAQUEÇABA	R$250.000,00	Veículos	24.261.465-8
18	IRATI	R$100.000,00	Veículo	24.362.033-3
19	ITAPERUÇU	R$50.000,00	Equipamentos	24.370.622-0
20	IVATUBA	R$50.000,00	Equipamentos	24.370.661-0
21	JAGUARIAÍVA	R$50.000,00	Equipamentos	24.222.516-3
22	JATAIZINHO	R$150.000,00	Equipamentos	24.273.987-6
	JATAIZINHO	R$100.000,00	Veículo	24.274.018-1
	JATAIZINHO	R$100.000,00	Aquisição de veículo - para apoio à equipe municipal	24.537.506-9
23	LAPA	R$150.000,00	Equipamentos	24.274.056-4
24	LARANJEIRAS DO SUL	R$250.000,00	Veículo	24.344.947-2
25	LOANDA	R$100.000,00	Veículos	24.267.042-6
26	LOBATO	R$150.000,00	Equipamentos	24.314.401-9
27	MALLET	R$100.000,00	Veículo	24.357.824-8
28	MANDAGUAÇU	R$100.000,00	Veículo	24.370.767-6
29	MANDIRITUBA	R$150.000,00	Aquisição de equipamentos de Tecnologia Assistiva	24.537.471-2
30	MANGUEIRINHA	R$50.000,00	Equipamentos	24.338.737-0
31	MARMELEIRO	R$250.000,00	Veículos	24.222.466-3
32	MUNHOZ DE MELO	R$250.000,00	Veículos	24.222.870-7
33	NOVA ESPERANÇA	R$250.000,00	Veículo adaptado	24.313.245-2
34	PIEN	R$150.000,00	Modernização das unidades	24.335.827-2
35	PONTA GROSSA	R$200.000,00	Centro dia	24.362.605-6
36	QUATRO BARRAS	R$100.000,00	Veículos	24.359.154-6
	QUATRO BARRAS	R$100.000,00	Veículo	24.358.207-5
37	RESERVA	R$250.000,00	Veículo	24.371.127-4
38	RIBEIRÃO DO PINHAL	R$50.000,00	Equipamentos	24.222.633-0
39	SÃO JORGE DO PATROCÍNIO	R$250.000,00	Veículo adaptado	24.342.983-8
40	SÃO PEDRO DO PARANA	R$100.000,00	Veículo	24.274.442-0
41	TELÊMACO BORBA	R$100.000,00	Veículos	24.361.149-0
42	TERRA ROXA	R$50.000,00	Equipamentos	24.456.486-0
		R$6.920.000,00		

DESPACHO SECRETARIAL Nº 728/2025 – SEDEF

Referente ao protocolado nº 25.118.567-0.

I. AUTORIZO, considerando o Art. 1º da Lei nº 22.786, de 12 de novembro de 2025 e com base na Informação Técnica nº 61/2025 – da Coordenação da Política de Assistência Social – SEDEF/CPAS (Mov. 03), a **concessão do auxílio financeiro** a **335 (trezentos e trinta e cinco) famílias** beneficiárias do "Programa Auxílio Paraná", tendo em vista a disponibilidade orçamentária e financeira contida na Informação n° 1162/2025 – NFS/SEDEF (Mov. 04), Quadro de Detalhamento (Mov. 05) e Declaração de Adequação da Despesa n° 1162/2025 (Mov. 06), e a realização da despesa no valor total de **R$ 335.000,00 (trezentos e trinta e cinco mil reais).**

II. PUBLIQUE-SE, de acordo com as normas vigentes.

III. Após, à **SEDEF/NFS** para concessão do auxílio financeiro.

Curitiba, 09 de dezembro de 2025.

Rogério Carboni

Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

169849/2025

DESPACHO SECRETARIAL nº 709/2025 – SEDEF

Referente ao protocolado nº 24.846.701-0

I. AUTORIZO, com fulcro no parágrafo único do art. 14 da Lei Estadual nº 9.579, de 22 de março de 1991 e Decreto nº 10.455, de 26 de Março de 2014, que dispõe sobre a transferência automática de recursos do Fundo Estadual para Infância e Adolescência – FIA, para os Fundos Municipais para Infância e Adolescência; considerando a Lei nº 21.870, de 19 de dezembro de 2023, que institui o Programa Infância Feliz Paraná; considerando as Deliberações nº 060/2023 e nº 025/2024 do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - CEDCA/PR, que aprovam o repasse de recursos do Fundo Estadual para Infância e Adolescência – FIA para os Fundos Municipais para Infância e Adolescência para construção de creches; e considerando a Resolução nº 212/2024 – SEDEF, alterada pela Resolução nº 029/2025 e 531/2025, e com base na Informação Técnica CPPS/SEDEF nº 233/2025 (Mov. 25) e no Despacho nº 727/2025 do Núcleo Técnico de Arquitetura (Mov. 19), e considerando a existência de recursos orçamentários e financeiros (Mov. 26), a realização da despesa no valor de R$ 199.436,20 (cento e noventa e nove mil, quatrocentos e trinta e seis reais e vinte centavos), referente a 10% (dez por cento) do valor máximo a ser repassado para construção de creche no município de **Paranavaí**.

I. Para a efetiva realização da despesa o Núcleo Fazendário Setorial – NFS/SEDEF, deverá atender o previsto art. 11 da Resolução nº 212/2024 – SEDEF e suas alterações;

II. PUBLIQUE-SE, de acordo com as normas vigentes.

III. À SEDEF/NFS.

Curitiba, 8 de dezembro de 2025.

Rogério Carboni

Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

169624/2025

DESPACHO SECRETARIAL nº 723/2025 – SEDEF

Referente ao protocolado nº 24.841.546-0

I. AUTORIZO, com fulcro no parágrafo único do art. 14 da Lei Estadual nº 9.579, de 22 de março de 1991 e Decreto nº 10.455, de 26 de Março de 2014, que dispõe sobre a transferência automática de recursos do Fundo Estadual para Infância e Adolescência – FIA, para os Fundos Municipais para Infância e Adolescência; considerando a Lei nº 21.870, de 19 de dezembro de 2023, que institui o Programa Infância Feliz Paraná; considerando as Deliberações nº 060/2023 e nº 025/2024 do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - CEDCA/PR, que aprovam o repasse de recursos do Fundo Estadual para Infância e Adolescência – FIA para os Fundos Municipais para Infância e Adolescência para construção de creches; e considerando a Resolução nº 212/2024 – SEDEF, alterada pela Resolução nº 029/2025 e 531/2025, e com base na Informação Técnica CPPS/SEDEF nº 234/2025 (Mov. 31) e no Despacho nº 914/2025 do Núcleo Técnico de Arquitetura (Mov. 30), e considerando a existência de recursos orçamentários e financeiros (mov. 32), a realização da despesa no valor de R$ 199.436,20 (cento e noventa e nove mil, quatrocentos e trinta e seis reais e vinte centavos), referente a 10% (dez por cento) do valor máximo a ser repassado para construção de creche no município de Ivatuba.

I. Para a efetiva realização da despesa o Núcleo Fazendário Setorial – NFS/SEDEF, deverá atender o previsto art. 11 da Resolução nº 212/2024 – SEDEF e suas alterações;

II. PUBLIQUE-SE, de acordo com as normas vigentes.

III. À SEDEF/NFS.

Curitiba, 8 de dezembro de 2025.

Rogério Carboni

Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

169684/2025

DESPACHO SECRETARIAL nº 711/2025 – SEDEF

Referente ao protocolado nº 24.844.422-3

I. AUTORIZO, com fulcro no parágrafo único do art. 14 da Lei Estadual nº 9.579, de 22 de março de 1991 e Decreto nº 10.455, de 26 de Março de 2014, que dispõe sobre a transferência automática de recursos do Fundo Estadual para Infância e Adolescência – FIA, para os Fundos Municipais para Infância e Adolescência; considerando a Lei nº 21.870, de 19 de dezembro de 2023, que institui o Programa Infância Feliz Paraná; considerando as Deliberações nº 060/2023 e nº 025/2024 do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - CEDCA/PR, que aprovam o repasse de recursos do Fundo Estadual para Infância e Adolescência – FIA para os Fundos Municipais para Infância e Adolescência para construção de creches; e considerando a Resolução nº 212/2024 – SEDEF, alterada pela Resolução nº 029/2025 e 531/2025, e com base na Informação Técnica CPPS/SEDEF nº 153/2025 (Mov. 14) e no Despacho nº 737/2025 do Núcleo Técnico de Arquitetura (Mov. 16), e considerando a existência de recursos orçamentários e financeiros (Mov. 17), a realização da despesa no valor de R$ 199.436,20 (cento e noventa e nove mil, quatrocentos e trinta e seis reais e vinte centavos), referente a 10% (dez por cento) do valor máximo a ser repassado para construção de creche no município de **Laranjeiras do Sul**.

I. Para a efetiva realização da despesa o Núcleo Fazendário Setorial – NFS/SEDEF, deverá atender o previsto art. 11 da Resolução nº 212/2024 – SEDEF e suas alterações;

II. PUBLIQUE-SE, de acordo com as normas vigentes.

III. À SEDEF/NFS.

Curitiba, 8 de dezembro de 2025.

Rogério Carboni

Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

169628/2025

DESPACHO SECRETARIAL nº 722/2025 – SEDEF

Referente ao protocolado nº 24.841.566-5

I. AUTORIZO, com fulcro no parágrafo único do art. 14 da Lei Estadual nº 9.579, de 22 de março de 1991 e Decreto nº 10.455, de 26 de Março de 2014, que dispõe sobre a transferência automática de recursos do Fundo Estadual para Infância e Adolescência – FIA, para os Fundos Municipais para Infância e Adolescência; considerando a Lei nº 21.870, de 19 de dezembro de 2023, que institui o Programa Infância Feliz Paraná; considerando as Deliberações nº 060/2023 e nº 025/2024 do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - CEDCA/PR, que aprovam o repasse de recursos do Fundo Estadual para Infância e Adolescência – FIA para os Fundos Municipais para Infância e Adolescência para construção de creches; e considerando a Resolução nº 212/2024 – SEDEF, alterada pela Resolução nº 029/2025 e 531/2025, e com base na Informação Técnica CPPS/SEDEF nº 137/2025 (Mov. 14) e no Despacho nº 745/2025 do Núcleo Técnico de Arquitetura (Mov. 16), e considerando a existência de recursos orçamentários e financeiros (mov. 17), a realização da despesa no valor de R$ 199.436,20 (cento e noventa e nove mil, quatrocentos e trinta e seis reais e vinte centavos), referente a 10% (dez por cento) do valor máximo a ser repassado para construção de creche no município de Jandaia do Sul.

I. Para a efetiva realização da despesa o Núcleo Fazendário Setorial – NFS/SEDEF, deverá atender o previsto art. 11 da Resolução nº 212/2024 – SEDEF e suas alterações;

II. PUBLIQUE-SE, de acordo com as normas vigentes.

III. À SEDEF/NFS.

Curitiba, 8 de dezembro de 2025.

Rogério Carboni

Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

169654/2025

DESPACHO SECRETARIAL nº 724/2025 – SEDEF

Referente ao protocolado nº 24.909.832-9

I. AUTORIZO, com fulcro no inciso VI, artigo 4º da Lei nº 21.352/2023, e nos termos do §° 3° do art. 1° do Decreto Estadual de n° 4.189/2016 bem como no art. 107 da Lei nº 14.133/2021, e, considerando o Memorando nº 246/2025-NRHS/SEDEF (Mov. 02), a concordância de prorrogação da empresa contratada (Mov. 04), o Ofício nº 346/2025-GAB da CMTU (mov. 03), a lista de verificação (mov. 25) e a Informação Técnica nº 718/2025 da Assessoria Técnica – SEDEF/AT (Mov. 28), que atestaram formal e legalmente o procedimento em comento, a formalização do **Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 1762/2025 firmado com a empresa TRANSPORTES COLETIVOS GRANDE LONDRINA LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 77.557.635/0001-19**, tendo como objeto **a prorrogação do prazo de vigência por 12 (doze) meses**, a partir de 08/04/2026 até 07/04/2027, e, tendo em vista a disponibilidade orçamentária e financeira (mov. 13-15)**,** mantendo-se o valor do contrato de até **R$ 5.543,00 (cinco mil quinhentos e quarenta e três reais)**, desde que atendidas as disposições legais.

II. CONDICIONO ao NAS/SEDEF o cumprimento da legislação vigente, devendo as certidões de regularidade fiscal e trabalhista, bem como as consultas aplicáveis à matéria (GMS, CADIN e CEIS), estarem todas dentro de seu prazo de validade e sem pendências, no momento da efetiva contratação.

III. PUBLIQUE-SE, de acordo com as normas vigentes.

Curitiba, 08 de dezembro de 2025.

Rogério Carboni

Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

169831/2025

DESPACHO SECRETARIAL Nº 725/2025 – SEDEF

Referente ao protocolado nº 22.354.810-5

I. AUTORIZO, com fulcro no parágrafo único do art. 14 da Lei Estadual nº 9.579, de 22 de março de 1991 e Decreto nº 10.455, de 26 de Março de 2014, que dispõe sobre a transferência automática de recursos do Fundo Estadual para Infância e Adolescência – FIA, para os Fundos Municipais para Infância e Adolescência; considerando a Lei nº 21.870,

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

de 19 de dezembro de 2023, que institui o Programa Infância Feliz Paraná; considerando as Deliberações nº 060/2023 e nº 025/2024 do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA/PR, que aprovam o repasse de recursos do Fundo Estadual para Infância e Adolescência – FIA para os Fundos Municipais para Infância e Adolescência para construção de creches; e considerando as Resoluções nº 212/2024 – SEDEF e nº 029/2025-SEDEF, e com base no Despacho nº 917/2025 do Núcleo Técnico de Arquitetura (Mov. 51) e considerando a disponibilidade orçamentária e financeira (Mov. 52-54), a realização da despesa no valor de R$ 398.872,40 (Trezentos e noventa e oito mil e oitocentos e setenta e dois reais e quarenta centavos), referente a 20% (vinte por cento) do valor máximo a ser repassado para construção de creche no município de Jataizinho – Segunda parcela.

I. Para a efetiva realização da despesa o Núcleo Fazendário Setorial – NFS/SEDEF, deverá atender o previsto art. 11 da Resolução nº 212/2024 – SEDEF;

II. PUBLIQUE-SE, de acordo com as normas vigentes.

III. À SEDEF/NFS.

Curitiba, 9 de dezembro de 2025.

Rogério Carboni

Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

169848/2025

DESPACHO SECRETARIAL nº 726/2025 – SEDEF

Referente ao protocolado nº 24.724.615-0

I. Considerando o artigo 20 do Decreto-Lei nº 4.657/1942, com as alterações da Lei Federal nº 13.655/2018, a Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro, "Nas esferas administrativa, controladora e judicial, não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão".

II. Considerando a necessidade de continuidade do Programa Estadual de Transferência de Renda, instituído pela Lei nº 20.747/2021, que tem por finalidade "de contribuir com a segurança socioassistencial de sobrevivência e renda às famílias em situação de vulnerabilidade econômica, por meio da concessão de benefício econômico mensal", tendo como público-alvo como o grupo que tenha renda per capita que se enquadre na faixa da extrema pobreza ou pobreza.

III. AUTORIZO com base no inciso VI, Artigo 4º da Lei nº 21.352/2023, e de acordo com o Despacho CPPS/SEDEFnº 357/2025 (mov. 02), na manifestação da instituição (mov. 09), na Informação Técnica CPPS/SEDEF nº 230/2025 (mov. 76), que atestou a necessária continuidade do Programa, na Informação nº 591/2025 – AT-GAB/PGE (MOV. 4) que concluiu pela possibilidade jurídica da manutenção da prestação de serviços, desde que devidamente justificado e segundo as peculiaridades do objeto da contratação, **reconheço o dever de pagar**, em favor da **- ALELO INSTITUICAO DE PAGAMENTO SA,** inscrita no CNPJ nº 04.740.876/0001-2**, a título indenizatório** e, considerando a disponibilidade orçamentária e financeira constante na Informação nº 1158/2025/NFS/SEDEF (Mov. 71), QDD (Mov. 72) e Declaração de Adequação de Despesa nº 1158/2025 (Mov. 73), a **realização da despesa** no valor de **R$ 3.874.780,80 (três milhões, oitocentos e setenta e quatro mil, setecentos e oitenta reais e oitenta centavos)**, referente a continuidade da prestação de serviço para pagamento de benefício diretamente às famílias/pessoas, por meio de cartão físico a ser utilizado em estabelecimentos comerciais credenciados nos 399 (trezentos e noventa e nove) municípios do Estado do Paraná, após o fim do período de vigência do Contrato nº 5706/2024, relativo ao crédito do benefício das famílias no mês de dezembro/2025.

IV. CONDICIONO ao cumprimento da legislação aplicável à matéria, sendo de inteira responsabilidade do NAS/SEDEF, a certificação da regularidade formal do expediente e dos documentos que o instruem. Além disso, o NAS/SEDEF deverá atestar que o recibo não terá cobrança de juros e multas e verificar, na ocasião do pagamento, e se as habilitações fiscais e trabalhistas, bem como as consultas aplicáveis à matéria (GMS, CADIN e CEIS), estão dentro de seu prazo de validade e sem pendências.

V. PUBLIQUE-SE, de acordo com as normas vigentes.

Curitiba, 08 de dezembro de 2025.

Rogério Carboni

Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

169865/2025

DESPACHO SECRETARIAL nº 729/2025 – SEDEF

Referente ao protocolado nº 24.848.125-0

I. AUTORIZO, com fulcro no parágrafo único do art. 14 da Lei Estadual nº 9.579, de 22 de março de 1991 e Decreto nº 10.455, de 26 de Março de 2014, que dispõe sobre a transferência automática de recursos do Fundo Estadual para Infância e Adolescência – FIA, para os Fundos Municipais para Infância e Adolescência; considerando a Lei nº 21.870, de 19 de dezembro de 2023, que institui o Programa Infância Feliz Paraná; considerando as Deliberações nº 060/2023 e nº 025/2024 do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - CEDCA/PR, que aprovam o repasse de recursos do Fundo Estadual para Infância e Adolescência – FIA para os Fundos Municipais para Infância e Adolescência para construção de creches; e considerando a Resolução nº 212/2024 – SEDEF, alterada pela Resolução nº 029/2025 e 531/2025, e com base na Informação Técnica CPPS/SEDEF nº 235/2025 (Mov. 23) e no Despacho nº 919/2025 do Núcleo Técnico de Arquitetura (Mov. 22), e considerando a existência de recursos orçamentários e financeiros (mov. 24-26), a realização da despesa no valor de R$ 199.436,20 (cento e noventa e nove mil, quatrocentos e trinta e seis reais e vinte centavos), referente a 10% (dez por cento) do valor máximo a ser repassado para construção de creche no município de São Carlos do Ivaí.

II. Para a efetiva realização da despesa o Núcleo Fazendário Setorial – NFS/SEDEF, deverá atender o previsto art. 11 da Resolução nº 212/2024 – SEDEF e suas alterações;

III. PUBLIQUE-SE, de acordo com as normas vigentes.

IV. À SEDEF/NFS.

Curitiba, 9 de dezembro de 2025.

Rogério Carboni

Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

170096/2025

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 393/2025

Protocolo nº **24.977.890-7**

A presente justificativa refere-se à solicitação de celebração do Termo de Fomento, cujo objeto é a execução do Projeto "CUIDAR, ENSINAR E INCLUIR: ESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO", com o intuito de promover o incremento das ações e serviços prestados pela Organização da Sociedade Civil – ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE ITAPERUÇU. A proposta tem origem na Emenda Parlamentar nº 531 aprovada pela Lei Estadual nº 22.267 de 13 de dezembro e 2024.

Conforme a legislação vigente, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família (SEDEF), cumpriu todas as exigências estabelecidas pela Lei Federal nº 13.019/2014, em especial o disposto no Art. 29, que permite a celebração de termos de colaboração ou fomento envolvendo emendas parlamentares sem a necessidade de chamamento público, salvo em casos de acordos de cooperação envolvendo comodato ou doação de bens.

A proposta cumpre todas as exigências legais, tendo sido realizada a avaliação da capacidade técnica e operacional da ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE ITAPERUÇU, além da aprovação do plano de trabalho e emissão de parecer técnico, conforme os requisitos do Art. 35 da Lei Federal nº 13.019/2014.

Dessa forma, considerando o atendimento a todas as condicionalidades previstas pela Lei Federal nº 13.019/2014 e pelo Decreto Estadual nº 3513/2016, justifica-se a dispensa de chamamento público para a celebração do Termo de Fomento em questão, garantindo a conformidade com a legislação e assegurando o interesse público na execução do projeto.

Curitiba, 05 de dezembro de 2025

Rogério Carboni

Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

169677/2025

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 395/2025

Protocolo nº **25.023.531-3**

A presente justificativa refere-se à solicitação de celebração do Termo de Fomento, cujo objeto é a execução do Projeto "CUIDADO QUE TRANSFORMA", com o intuito de promover o incremento das ações e serviços prestados pela Organização da Sociedade Civil – INSTITUTO SANTA CLARA. A proposta tem origem nas Emendas Parlamentares nº 568, 1886 aprovadas pela Lei Estadual nº 22.267 de 13 de dezembro e 2024.

Conforme a legislação vigente, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família (SEDEF), cumpriu todas as exigências estabelecidas pela Lei Federal nº 13.019/2014, em especial o disposto no Art. 29, que permite a celebração de termos de colaboração ou fomento envolvendo emendas parlamentares sem a necessidade de chamamento público, salvo em casos de acordos de cooperação envolvendo comodato ou doação de bens.

A proposta cumpre todas as exigências legais, tendo sido realizada a avaliação da capacidade técnica e operacional do INSTITUTO SANTA CLARA, além da aprovação do plano de trabalho e emissão de parecer técnico, conforme os requisitos do Art. 35 da Lei Federal nº 13.019/2014.

Dessa forma, considerando o atendimento a todas as condicionalidades previstas pela Lei Federal nº 13.019/2014 e pelo Decreto Estadual nº 3513/2016, justifica-se a dispensa de chamamento público para a celebração do Termo de Fomento em questão, garantindo a conformidade com a legislação e assegurando o interesse público na execução do projeto.

Curitiba, 05 de dezembro de 2025

Rogério Carboni

Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

169656/2025

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 396/2025

Protocolo nº **25.069.753-8**

A presente justificativa refere-se à solicitação de celebração do Termo de Fomento, cujo objeto é a execução do Projeto "SAÚDE E EDUCAÇÃO COMO DIREITO: APRENDER, CRESCER E SER FELIZ", com o intuito de promover o incremento das ações e serviços prestados pela Organização da Sociedade Civil – ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E A INFÂNCIA DE ITAPERUÇU. A proposta tem origem na Emenda Parlamentar nº 344 aprovada pela Lei Estadual nº 22.267 de 13 de dezembro e 2024.

Conforme a legislação vigente, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família (SEDEF), cumpriu todas as exigências estabelecidas pela Lei Federal nº 13.019/2014, em especial o

disposto no Art. 29, que permite a celebração de termos de colaboração ou fomento envolvendo emendas parlamentares sem a necessidade de chamamento público, salvo em casos de acordos de cooperação envolvendo comodato ou doação de bens.

A proposta cumpre todas as exigências legais, tendo sido realizada a avaliação da capacidade técnica e operacional do ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E A INFÂNCIA DE ITAPERUÇU, além da aprovação do plano de trabalho e emissão de parecer técnico, conforme os requisitos do Art. 35 da Lei Federal nº 13.019/2014.

Dessa forma, considerando o atendimento a todas as condicionalidades previstas pela Lei Federal nº 13.019/2014 e pelo Decreto Estadual nº 3513/2016, justifica-se a dispensa de chamamento público para a celebração do Termo de Fomento em questão, garantindo a conformidade com a legislação e assegurando o interesse público na execução do projeto.

Curitiba, 08 de dezembro de 2025

Rogério Carboni

Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

169631/2025

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 397/2025

Protocolo nº **24.897.772-8**

A presente justificativa refere-se à solicitação de celebração do Termo de Fomento, cujo objeto é a execução do Projeto "CONECTA", com o intuito de promover o incremento das ações e serviços prestados pela Organização da Sociedade Civil – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE IPIRANGA. A proposta tem origem na Emenda Parlamentar nº 741 aprovada pela Lei Estadual nº 22.267 de 13 de dezembro e 2024.

Conforme a legislação vigente, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família (SEDEF), cumpriu todas as exigências estabelecidas pela Lei Federal nº 13.019/2014, em especial o disposto no Art. 29, que permite a celebração de termos de colaboração ou fomento envolvendo emendas parlamentares sem a necessidade de chamamento público, salvo em casos de acordos de cooperação envolvendo comodato ou doação de bens.

A proposta cumpre todas as exigências legais, tendo sido realizada a avaliação da capacidade técnica e operacional da ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE IPIRANGA além da aprovação do plano de trabalho e emissão de parecer técnico, conforme os requisitos do Art. 35 da Lei Federal nº 13.019/2014.

Dessa forma, considerando o atendimento a todas as condicionalidades previstas pela Lei Federal nº 13.019/2014 e pelo Decreto Estadual nº 3513/2016, justifica-se a dispensa de chamamento público para a celebração do Termo de Fomento em questão, garantindo a conformidade com a legislação e assegurando o interesse público na execução do projeto.

Curitiba, 08 de dezembro de 2025

Rogério Carboni

Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

169673/2025

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 398/2025

Protocolo nº **24.987.654-2**

A presente justificativa refere-se à solicitação de celebração do Termo de Fomento, cujo objeto é a execução do Projeto "BRINCAR PARA CRESCER - ESPAÇOS LÚDICOS E INCLUSIVOS", com o intuito de promover o incremento das ações e serviços prestados pela Organização da Sociedade Civil – CENTRO DE ATENDIMENTO À CRIANÇA, ADOLESCENTE E FAMÍLIA DE MANDAGUARI. A proposta tem origem na Emenda Parlamentar nº 1896 aprovada pela Lei Estadual nº 22.267 de 13 de dezembro e 2024.

Conforme a legislação vigente, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família (SEDEF), cumpriu todas as exigências estabelecidas pela Lei Federal nº 13.019/2014, em especial o disposto no Art. 29, que permite a celebração de termos de colaboração ou fomento envolvendo emendas parlamentares sem a necessidade de chamamento público, salvo em casos de acordos de cooperação envolvendo comodato ou doação de bens.

A proposta cumpre todas as exigências legais, tendo sido realizada a avaliação da capacidade técnica e operacional da CENTRO DE ATENDIMENTO À CRIANÇA, À ADOLESCENTE E FAMÍLIA DE MANDAGUARI além da aprovação do plano de trabalho e emissão de parecer técnico, conforme os requisitos do Art. 35 da Lei Federal nº 13.019/2014.

Dessa forma, considerando o atendimento a todas as condicionalidades previstas pela Lei Federal nº 13.019/2014 e pelo Decreto Estadual nº 3513/2016, justifica-se a dispensa de chamamento público para a celebração do Termo de Fomento em questão, garantindo a conformidade com a legislação e assegurando o interesse público na execução do projeto.

Curitiba, 08 de dezembro de 2025

Rogério Carboni

Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

169670/2025

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 399/2025

Protocolo nº **24.878.536-5**

A presente justificativa refere-se à solicitação de celebração do Termo de Fomento, cujo objeto é a execução do Projeto "FORTALECENDO E AJUDANDO A CONSTRUIR UMA INCLUSÃO MAIS DIGNA", com o intuito de promover o incremento das ações e serviços prestados pela Organização da Sociedade Civil – ASSOCIAÇÃO DE PAIS, AMIGOS E DEFICIENTES VISUAIS DE GUARATUBA - APADVG E DE OUTRAS DEFICIÊNCIAS. A proposta tem origem na Emenda Parlamentar nº 1171 aprovada pela Lei Estadual nº 22.267 de 13 de dezembro e 2024.

Conforme a legislação vigente, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família (SEDEF), cumpriu todas as exigências estabelecidas pela Lei Federal nº 13.019/2014, em especial o disposto no Art. 29, que permite a celebração de termos de colaboração ou fomento envolvendo emendas parlamentares sem a necessidade de chamamento público, salvo em casos de acordos de cooperação envolvendo comodato ou doação de bens.

A proposta cumpre todas as exigências legais, tendo sido realizada a avaliação da capacidade técnica e operacional da ASSOCIAÇÃO DE PAIS, AMIGOS E DEFICIENTES VISUAIS DE GUARATUBA - APADVG E DE OUTRAS DEFICIÊNCIAS além da aprovação do plano de trabalho e emissão de parecer técnico, conforme os requisitos do Art. 35 da Lei Federal nº 13.019/2014.

Dessa forma, considerando o atendimento a todas as condicionalidades previstas pela Lei Federal nº 13.019/2014 e pelo Decreto Estadual nº 3513/2016, justifica-se a dispensa de chamamento público para a celebração do Termo de Fomento em questão, garantindo a conformidade com a legislação e assegurando o interesse público na execução do projeto.

Curitiba, 08 de dezembro de 2025

Rogério Carboni

Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

169663/2025

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 400/2025

Protocolo nº **25.028.327-0**

A presente justificativa refere-se à solicitação de celebração do Termo de Fomento, cujo objeto é a execução do Projeto "ESPAÇO DO SABOR E PARTILHA", com o intuito de promover o incremento das ações e serviços prestados pela Organização da Sociedade Civil – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PLANALTO. A proposta tem origem na Emenda Parlamentar nº 2375 aprovada pela Lei Estadual nº 22.267 de 13 de dezembro e 2024.

Conforme a legislação vigente, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família (SEDEF), cumpriu todas as exigências estabelecidas pela Lei Federal nº 13.019/2014, em especial o disposto no Art. 29, que permite a celebração de termos de colaboração ou fomento envolvendo emendas parlamentares sem a necessidade de chamamento público, salvo em casos de acordos de cooperação envolvendo comodato ou doação de bens.

A proposta cumpre todas as exigências legais, tendo sido realizada a avaliação da capacidade técnica e operacional da ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PLANALTO, além da aprovação do plano de trabalho e emissão de parecer técnico, conforme os requisitos do Art. 35 da Lei Federal nº 13.019/2014.

Dessa forma, considerando o atendimento a todas as condicionalidades previstas pela Lei Federal nº 13.019/2014 e pelo Decreto Estadual nº 3513/2016, justifica-se a dispensa de chamamento público para a celebração do Termo de Fomento em questão, garantindo a conformidade com a legislação e assegurando o interesse público na execução do projeto.

Curitiba, 08 de dezembro de 2025

Rogério Carboni

Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

169658/2025

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 401/2025

Protocolo nº **25.049.393-2**

A presente justificativa refere-se à solicitação de celebração do Termo de Fomento, cujo objeto é a execução do Projeto "MANUTENÇÃO - OFICINA DO SABER", com o intuito de promover o incremento das ações e serviços prestados pela Organização da Sociedade Civil – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE JUSSARA. A proposta tem origem na Emenda Parlamentar nº 1177 aprovada pela Lei Estadual nº 22.267 de 13 de dezembro e 2024.

Conforme a legislação vigente, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família (SEDEF), cumpriu todas as exigências estabelecidas pela Lei Federal nº 13.019/2014, em especial o disposto no Art. 29, que permite a celebração de termos de colaboração ou fomento envolvendo emendas parlamentares sem a necessidade de chamamento público, salvo em casos de acordos de cooperação envolvendo comodato ou doação de bens.

A proposta cumpre todas as exigências legais, tendo sido realizada a avaliação da capacidade técnica e operacional da ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE JUSSARA além da aprovação do plano de trabalho e emissão de parecer técnico, conforme os requisitos do Art. 35 da Lei Federal nº 13.019/2014.

Dessa forma, considerando o atendimento a todas as condicionalidades previstas pela Lei Federal nº 13.019/2014 e

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

pelo Decreto Estadual nº 3513/2016, justifica-se a dispensa de chamamento público para a celebração do Termo de Fomento em questão, garantindo a conformidade com a legislação e assegurando o interesse público na execução do projeto.

Curitiba, 08 de dezembro de 2025

Rogério Carboni

Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

169634/2025

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 402/2025

Protocolo nº **25.048.709-6**

A presente justificativa refere-se à solicitação de celebração do Termo de Fomento, cujo objeto é a execução do Projeto "PROMOVENDO QUALIDADE DE VIDA E FORTALECIMENTO DA CONVIVÊNCIA COM A ASSOCIAÇÃO BONSUCESSENSE DE IDOSOS", com o intuito de promover o incremento das ações e serviços prestados pela Organização da Sociedade Civil – ASSOCIAÇÃO BONSUCESSENSE DE IDOSOS. A proposta tem origem na Emenda Parlamentar nº 1344 aprovada pela Lei Estadual nº 22.267 de 13 de dezembro e 2024.

Conforme a legislação vigente, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família (SEDEF), cumpriu todas as exigências estabelecidas pela Lei Federal nº 13.019/2014, em especial o disposto no Art. 29, que permite a celebração de termos de colaboração ou fomento envolvendo emendas parlamentares sem a necessidade de chamamento público, salvo em casos de acordos de cooperação envolvendo comodato ou doação de bens.

A proposta cumpre todas as exigências legais, tendo sido realizada a avaliação da capacidade técnica e operacional da ASSOCIAÇÃO BONSUCESSENSE DE IDOSOS além da aprovação do plano de trabalho e emissão de parecer técnico, conforme os requisitos do Art. 35 da Lei Federal nº 13.019/2014.

Dessa forma, considerando o atendimento a todas as condicionalidades previstas pela Lei Federal nº 13.019/2014 e pelo Decreto Estadual nº 3513/2016, justifica-se a dispensa de chamamento público para a celebração do Termo de Fomento em questão, garantindo a conformidade com a legislação e assegurando o interesse público na execução do projeto.

Curitiba, 08 de dezembro de 2025

Rogério Carboni

Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

169662/2025

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 403/2025

Protocolo nº **25.062.635-5**

A presente justificativa refere-se à solicitação de celebração do Termo de Fomento, cujo objeto é a execução do Projeto "AMPLIANDO ATENDIMENTOS CLÍNICOS E EDUCACIONAIS", com o intuito de promover o incremento das ações e serviços prestados pela Organização da Sociedade Civil – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PLANALTO. A proposta tem origem na Emenda Parlamentar nº 636 aprovada pela Lei Estadual nº 22.267 de 13 de dezembro e 2024.

Conforme a legislação vigente, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família (SEDEF), cumpriu todas as exigências estabelecidas pela Lei Federal nº 13.019/2014, em especial o disposto no Art. 29, que permite a celebração de termos de colaboração ou fomento envolvendo emendas parlamentares sem a necessidade de chamamento público, salvo em casos de acordos de cooperação envolvendo comodato ou doação de bens.

A proposta cumpre todas as exigências legais, tendo sido realizada a avaliação da capacidade técnica e operacional da ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PLANALTO além da aprovação do plano de trabalho e emissão de parecer técnico, conforme os requisitos do Art. 35 da Lei Federal nº 13.019/2014.

Dessa forma, considerando o atendimento a todas as condicionalidades previstas pela Lei Federal nº 13.019/2014 e pelo Decreto Estadual nº 3513/2016, justifica-se a dispensa de chamamento público para a celebração do Termo de Fomento em questão, garantindo a conformidade com a legislação e assegurando o interesse público na execução do projeto.

Curitiba, 08 de dezembro de 2025

Rogério Carboni

Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

169639/2025

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 404/2025

Protocolo nº**25.052.159-6**

A presente justificativa refere-se à solicitação de celebração do Termo de Fomento, cujo objeto é a execução do Projeto "AMBIENTES MAIS ORGANIZADOS E FUNCIONAIS", com o intuito de promover o incremento das ações e serviços prestados pela Organização da Sociedade Civil – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CENTENÁRIO DO SUL. A proposta tem origem na Emenda Parlamentar nº 569 aprovada pela Lei Estadual nº 22.267 de 13 de dezembro e 2024.

Conforme a legislação vigente, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família (SEDEF), cumpriu todas as exigências estabelecidas pela Lei Federal nº 13.019/2014, em especial o disposto no Art. 29, que permite a celebração de termos de colaboração ou fomento envolvendo emendas parlamentares sem a necessidade de chamamento público, salvo em casos de acordos de cooperação envolvendo comodato ou doação de bens.

A proposta cumpre todas as exigências legais, tendo sido realizada a avaliação da capacidade técnica e operacional da ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CENTENÁRIO DO SUL além da aprovação do plano de trabalho e emissão de parecer técnico, conforme os requisitos do Art. 35 da Lei Federal nº 13.019/2014.

Dessa forma, considerando o atendimento a todas as condicionalidades previstas pela Lei Federal nº 13.019/2014 e pelo Decreto Estadual nº 3513/2016, justifica-se a dispensa de chamamento público para a celebração do Termo de Fomento em questão, garantindo a conformidade com a legislação e assegurando o interesse público na execução do projeto.

Curitiba, 08 de dezembro de 2025

Rogério Carboni

Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

169668/2025

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 405/2025

Protocolo nº **25.078.676-0**

A presente justificativa refere-se à solicitação de celebração do Termo de Fomento, cujo objeto é a execução do Projeto "SEGURANÇA E BEM-ESTAR", com o intuito de promover o incremento das ações e serviços prestados pela Organização da Sociedade Civil – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CARLÓPOLIS. A proposta tem origem na Emenda Parlamentar nº 1967 aprovada pela Lei Estadual nº 22.267 de 13 de dezembro e 2024.

Conforme a legislação vigente, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família (SEDEF), cumpriu todas as exigências estabelecidas pela Lei Federal nº 13.019/2014, em especial o disposto no Art. 29, que permite a celebração de termos de colaboração ou fomento envolvendo emendas parlamentares sem a necessidade de chamamento público, salvo em casos de acordos de cooperação envolvendo comodato ou doação de bens.

A proposta cumpre todas as exigências legais, tendo sido realizada a avaliação da capacidade técnica e operacional da ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CARLÓPOLIS além da aprovação do plano de trabalho e emissão de parecer técnico, conforme os requisitos do Art. 35 da Lei Federal nº 13.019/2014.

Dessa forma, considerando o atendimento a todas as condicionalidades previstas pela Lei Federal nº 13.019/2014 e pelo Decreto Estadual nº 3513/2016, justifica-se a dispensa de chamamento público para a celebração do Termo de Fomento em questão, garantindo a conformidade com a legislação e assegurando o interesse público na execução do projeto.

Curitiba, 08 de dezembro de 2025

Rogério Carboni

Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

169665/2025

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 407/2025

Protocolo nº **25.055.633-0**

A presente justificativa refere-se à solicitação de celebração do Termo de Fomento, cujo objeto é a execução do Projeto "QUALIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS DE CONVIVÊNCIA E ATENDIMENTO NA APAE DE DOIS VIZINHOS", com o intuito de promover o incremento das ações e serviços prestados pela Organização da Sociedade Civil – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE DOIS VIZINHOS. A proposta tem origem na Emenda Parlamentar nº 72 aprovada pela Lei Estadual nº 22.267 de 13 de dezembro e 2024.

Conforme a legislação vigente, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família (SEDEF), cumpriu todas as exigências estabelecidas pela Lei Federal nº 13.019/2014, em especial o disposto no Art. 29, que permite a celebração de termos de colaboração ou fomento envolvendo emendas parlamentares sem a necessidade de chamamento público, salvo em casos de acordos de cooperação envolvendo comodato ou doação de bens.

A proposta cumpre todas as exigências legais, tendo sido realizada a avaliação da capacidade técnica e operacional da ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE DOIS VIZINHOS além da aprovação do plano de trabalho e emissão de parecer técnico, conforme os requisitos do Art. 35 da Lei Federal nº 13.019/2014.

Dessa forma, considerando o atendimento a todas as condicionalidades previstas pela Lei Federal nº 13.019/2014 e pelo Decreto Estadual nº 3513/2016, justifica-se a dispensa de chamamento público para a celebração do Termo de Fomento em questão, garantindo a conformidade com a legislação e assegurando o interesse público na execução do projeto.

Curitiba, 09 de dezembro de 2025

Rogério Carboni

Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

170079/2025

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 408/2025

Protocolo nº **25.084.839-0**

A presente justificativa refere-se à solicitação de celebração do Termo de Fomento, cujo objeto é a execução do Projeto "EQUIPAR PARA TRANSFORMAR", com o intuito de promover o incremento das ações e serviços prestados pela Organização da Sociedade Civil – ASSOCIAÇÃO BENEDITINA DA PROVIDÊNCIA - ABENP. A proposta tem origem na Emenda Parlamentar nº 78 aprovada pela Lei Estadual nº 22.267 de 13 de dezembro e 2024.

Conforme a legislação vigente, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família (SEDEF), cumpriu todas as exigências estabelecidas pela Lei Federal nº 13.019/2014, em especial o disposto no Art. 29, que permite a celebração de termos de colaboração ou fomento envolvendo emendas parlamentares sem a necessidade de chamamento público, salvo em casos de acordos de cooperação envolvendo comodato ou doação de bens.

A proposta cumpre todas as exigências legais, tendo sido realizada a avaliação da capacidade técnica e operacional da ASSOCIAÇÃO BENEDITINA DA PROVIDÊNCIA - ABENP, além da aprovação do plano de trabalho e emissão de parecer técnico, conforme os requisitos do Art. 35 da Lei Federal nº 13.019/2014.

Dessa forma, considerando o atendimento a todas as condicionalidades previstas pela Lei Federal nº 13.019/2014 e pelo Decreto Estadual nº 3513/2016, justifica-se a dispensa de chamamento público para a celebração do Termo de Fomento em questão, garantindo a conformidade com a legislação e assegurando o interesse público na execução do projeto.

Curitiba, 09 de dezembro de 2025

Rogério Carboni

Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

170085/2025

DESPACHO SECRETARIAL nº 727/2025 – SEDEF

Referente ao protocolado nº 24.799.368-1.

I. AUTORIZO com fundamento no inciso VI, Artigo 4º da Lei nº 21.352/2023, no § 8º do art. 65 da Lei nº 8.666/1993 e no inciso II do § 3º do art. 108 e § 12 do art. 112 da Lei 15.608/2007, e com base no pedido da contratada (Mov. 03), no Aviso nº 17/2025-SEAP/DOS (Mov. 04), na Memória de Cálculo (Mov. 35-36), bem como na Informação Técnica nº 719/2025-SEDEF/AT (Mov. 49), que atestaram formal e legalmente o procedimento em comento, **a formalização do Quinto Termo de Apostilamento ao Contrato Administrativo nº 1357/2023**, celebrado entre a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família - SEDEF e a empresa **APPA SERVIÇOS TEMPORÁRIOS E EFETIVOS LTDA – CNPJ nº 05.969.071/0001-10**, que tem por objeto a contratação de serviços continuados de MOTORISTAS, e, tendo em vista a disponibilidade de recursos orçamentários (Mov. 30-32), **a realização da despesa no valor total de até R$ 43.277,20 (quarenta e três mil e duzentos e setenta e sete reais e vinte centavos)**, referente à aplicação do índice percentual de repactuação para ao exercício de 2025 - Data base: Junho, para o Lote 03, no percentual de 8,21% para o item 1 – 54708 - Motorista Categoria Profissional D, CARGA HORÁRIA: 40 horas semanais e de 6,67% para o item 4 – 67857 - Prestação de Serviços, Motorista, Provisão para viagens do P.E. nº 1048/2021. Assim, o valor mensal de R$ 54.905,04 (cinquenta e quatro mil e novecentos e cinco reais e quatro centavos), passará a ser de **R$ 59.204,10 (cinquenta e nove mil e duzentos e quatro reais e dez centavos)**.

II. CONDICIONO ao cumprimento da legislação aplicável à matéria, sendo de inteira responsabilidade do NAS/SEDEF, a certificação da regularidade formal do expediente e dos documentos que o instruem. Além disso, na ocasião da formalização do Termo e pagamentos, as habilitações fiscais e trabalhistas, bem como as consultas aplicáveis à matéria (GMS, CADIN e CEIS), devem estar dentro do prazo de validade e sem pendências.

III. PUBLIQUE-SE, de acordo com as normas vigentes.

IV. Ao NAS/SEDEF para providências.

Curitiba, 8 de dezembro de 2025.

Rogério Carboni

Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

170153/2025

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 406/2025

Protocolo nº **25.076.434-0**

A presente justificativa refere-se à solicitação de celebração do Termo de Fomento, cujo objeto é a execução do Projeto "SORRISOS QUE TRANSFORMAM: EDUCAÇÃO E REABILITAÇÃO COM AMOR E INCLUSÃO", com o intuito de promover o incremento das ações e serviços prestados pela Organização da Sociedade Civil – ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO A MATERNIDADE E A INFÂNCIA DE ITAPERUÇU. A proposta tem origem na Emenda Parlamentar nº 2056 aprovada pela Lei Estadual nº 22.267 de 13 de dezembro e 2024.

Conforme a legislação vigente, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família (SEDEF), cumpriu todas as exigências estabelecidas pela Lei Federal nº 13.019/2014, em especial o disposto no Art. 29, que permite a celebração de termos de colaboração ou fomento envolvendo emendas parlamentares sem a necessidade de chamamento público, salvo em casos de acordos de cooperação envolvendo comodato ou doação de bens.

A proposta cumpre todas as exigências legais, tendo sido realizada a avaliação da capacidade técnica e operacional da ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO A MATERNIDADE E A INFÂNCIA DE ITAPERUÇU além da aprovação do plano de trabalho e emissão de parecer técnico, conforme os requisitos do Art. 35 da Lei Federal nº 13.019/2014.

Dessa forma, considerando o atendimento a todas as condicionalidades previstas pela Lei Federal nº 13.019/2014 e pelo Decreto Estadual nº 3513/2016, justifica-se a dispensa de chamamento público para a celebração do Termo de Fomento em questão, garantindo a conformidade com a legislação e assegurando o interesse público na execução do projeto.

Curitiba, 08 de dezembro de 2025

Rogério Carboni

Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

170190/2025

RESOLUÇÃO Nº 768/2025 – SEDEF

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMÍLIA**, nomeado pelo Decreto nº 4468/2023, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 46 da Lei Estadual nº 21.352 de 1º de janeiro de 2023, e considerando a Resolução nº 212/2024/2023 – SEDEF, alterada pelas Resoluções nº 029/2025 e nº 531/2025 – SEDEF, **RESOLVE:**

Art. 1º HABILITAR o município de **Paranavaí**, conforme art. 5º da Resolução nº 212/2024 – SEDEF, alterada pelas Resoluções nº 029/2025 e nº 531/2025 - SEDEF, para adesão ao Incentivo fundo a fundo, para a construção de creche, local de atendimento educacional e social, destinado a prover a infraestrutura adequada para o fortalecimento e o desenvolvimento de ações voltadas à Primeira Infância, para o atendimento de crianças de 0 (zero) a 03 (três) anos de idade, e predominantemente, em situação de vulnerabilidade social e assistidas pelos programas sociais de transferência de renda:

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 8 de dezembro de 2025.

Rogério Carboni

Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

169621/2025

RESOLUÇAO Nº 781/2025 – SEDEF

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMÍLIA**, nomeado pelo Decreto nº 4468/2023, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 46 da Lei Estadual nº 21.352 de 1º de janeiro de 2023, e considerando a Resolução nº 212/2024/2023 – SEDEF, alterada pelas Resoluções nº 029/2025 e nº 531/2025 – SEDEF, **RESOLVE:**

Art. 1º HABILITAR o município de **São Carlos do Ivaí**, conforme art. 5º da Resolução nº 212/2024 – SEDEF, alterada pelas Resoluções nº 029/2025 e nº 531/2025 - SEDEF, para adesão ao Incentivo fundo a fundo, para a construção de creche, local de atendimento educacional e social, destinado a prover a infraestrutura adequada para o fortalecimento e o desenvolvimento de ações voltadas à Primeira Infância, para o atendimento de crianças de 0 (zero) a 03 (três) anos de idade, e predominantemente, em situação de vulnerabilidade social e assistidas pelos programas sociais de transferência de renda:

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 9 de dezembro de 2025.

Rogério Carboni

Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

170092/2025

RESOLUÇÃO Nº 769/2025 – SEDEF

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMÍLIA**, nomeado pelo Decreto nº 4468/2023, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 46 da Lei Estadual nº 21.352 de 1º de janeiro de 2023, e considerando a Resolução nº 212/2024/2023 – SEDEF, alterada pelas Resoluções nº 029/2025 e nº 531/2025 – SEDEF, **RESOLVE:**

Art. 1º HABILITAR o município de **Laranjeiras do Sul**, conforme art. 5º da Resolução nº 212/2024 – SEDEF, alterada pelas Resoluções nº 029/2025 e nº 531/2025 - SEDEF, para adesão ao Incentivo fundo a fundo, para a construção de creche, local de atendimento educacional e social, destinado a prover a infraestrutura adequada para o fortalecimento e o desenvolvimento de ações voltadas à Primeira Infância, para o atendimento de crianças de 0 (zero) a 03 (três) anos de idade, e predominantemente, em situação de vulnerabilidade social e assistidas pelos programas sociais de transferência de renda:

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 8 de dezembro de 2025.

Rogério Carboni

Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

169622/2025

RESOLUÇÃO Nº 778/2025 – SEDEF

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMÍLIA**, nomeado pelo Decreto nº 4468/2023, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 46 da Lei Estadual nº 21.352 de 1º de janeiro de 2023, e considerando a Resolução nº 212/2024/2023 – SEDEF, alterada pelas Resoluções nº 029/2025 e nº 531/2025 – SEDEF, **RESOLVE:**

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Art. 1º HABILITAR o município de **Jandaia do Sul**, conforme art. 5º da Resolução nº 212/2024 – SEDEF, alterada pelas Resoluções nº 029/2025 e nº 531/2025 – SEDEF, para adesão ao Incentivo fundo a fundo, para a construção de creche, local de atendimento educacional e social, destinado a prover a infraestrutura adequada para o fortalecimento e o desenvolvimento de ações voltadas à Primeira Infância, para o atendimento de crianças de 0 (zero) a 03 (três) anos de idade, e predominantemente, em situação de vulnerabilidade social e assistidas pelos programas sociais de transferência de renda.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 8 de dezembro de 2025.

Rogério Carboni

Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

169647/2025

RESOLUÇÃO Nº 779/2025 – SEDEF

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMÍLIA**, nomeado pelo Decreto nº 4468/2023, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 46 da Lei Estadual nº 21.352 de 1º de janeiro de 2023, e considerando a Resolução nº 212/2024/2023 – SEDEF, alterada pelas Resoluções nº 029/2025 e nº 531/2025 – SEDEF, **RESOLVE:**

Art. 1º HABILITAR o município de **Ivatuba**, conforme art. 5º da Resolução nº 212/2024 – SEDEF, alterada pelas Resoluções nº 029/2025 e nº 531/2025 – SEDEF, para adesão ao Incentivo fundo a fundo, para a construção de creche, local de atendimento educacional e social, destinado a prover a infraestrutura adequada para o fortalecimento e o desenvolvimento de ações voltadas à Primeira Infância, para o atendimento de crianças de 0 (zero) a 03 (três) anos de idade, e predominantemente, em situação de vulnerabilidade social e assistidas pelos programas sociais de transferência de renda.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 8 de dezembro de 2025.

Rogério Carboni

Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família7

169681/2025

Secretaria do Desenvolvimento Sustentável

IAT

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MOVIMENTAÇÃO DE SOLO, a Autorização Ambiental - AA nº 63716 com validade até 08/12/2027, para Terraplanagem a ser implantada na Endereco:LINHA SANTA LÚCIA Bairro: Cep:85660000Dois Vizinhos no município de Dois Vizinhos/PR.

170141/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MOVIMENTAÇÃO DE SOLO, a Autorização Ambiental - AA nº 63715 com validade até 08/12/2027, para Terraplanagem a ser implantada na Endereco:LINHA SANTA LÚCIA Bairro: Cep:85660000Dois Vizinhos no município de Dois Vizinhos/PR.

170142/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à EXECUÇÃO DE OBRAS DE PEQUENO PORTE NO CEMITÉRIO HORIZONTAL MUNICIPAL, a Autorização Ambiental - AA nº 63719 com validade até 08/12/2027, para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada na Endereco:CEMITÉRIO HORIZONTAL MUNICIPAL - Ariranha do Ivaí. Bairro: Cep:86880000Ariranha do Ivaí no município de Ariranha do Ivaí/PR.

170143/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MOVIMENTAÇÃO DE SOLO, a Autorização Ambiental - AA nº 63717 com validade até 08/12/2027, para Terraplanagem a ser implantada na Endereco:LINHA SANTA LÚCIA Bairro: Cep:85660000Dois Vizinhos no município de Dois Vizinhos/PR.

170139/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à REGULARIZAÇÃO DE PONTE, a Autorização Ambiental - AA nº 63718 com validade até 08/12/2029, para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada na Endereco:ESTRADA DIVISORA Bairro:RURAL Cep:87570000Francisco Alves no município de Francisco Alves/PR.

170140/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à IMPLANTAÇÃO DE ESTRADA RURAL, a Licença Prévia - LP nº 43910 com validade até 08/12/2030, para Rodovias a ser implantada na Endereco:ESTRADA DA BALSA Bairro:ZONA RURAL Cep:87955000São Pedro do Paraná no município de São Pedro do Paraná/PR.

170138/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE INSTALAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO SANITÁRIO, a Renovação da Licença de Instalação - RLI nº 20038 com validade até 07/12/2031, para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada na Endereco:CHACARA Nº 03, LOTE Nº 160A/B-REM Bairro:PORTO CAMARGO Cep:87530000Icaraíma no município de Icaraíma/PR.

170144/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à J.MAZOTI - EXTRAÇÃO DE ARENITO EPP, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 33428 com validade até 08/12/2028, para Explotação instalada na Endereco:RODOVIA PARIGOT DE SOUZA, S/N - PR 082 - KM 298 - FAZENDA CHAPADA Bairro:RIBEIRÃO BONITO Cep:86450000Quatiguá no município de Quatiguá/PR.

170137/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à AIDON FERNANDO THOMAS LTDA, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 363705 com validade até 07/12/2031, para Industrial - Fabricação de máquinas e equipamentos a ser implantada na Rua Ouro Branco, 62 no município de Francisco Beltrão/PR.

169722/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à LGX CONCRETO E ARGAMASSA LTDA, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 363731 com validade até 07/12/2026, para Industrial - Industrias diversas a ser implantada na AV SENADOR SOUZA NAVES, 1630 no município de Sertanópolis/PR.

169731/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à GAIOLAS NOVA LONDRINA LTDA, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 363730 com validade até 07/12/2030, para Comércio e Serviço - Armazenamento e atividades auxiliares dos transportes a ser implantada na Travessa Dalva de Oliveira, 80 no município de Londrina/PR.

169730/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à LEOPOLDO TESTON VALERIO, a Licença de Instalação - LI nº 363729 com validade até 07/12/2029, para Industrial - Beneficiamento e armazenamento de produtos agrícolas a ser implantada na Estrada Kalore/Jussiara, 00 no município de Kaloré/PR.

169729/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à NOAH RESIDENCE SPE LTDA, a Licença de Instalação - LI nº 363722 com validade até 07/12/2031, para Imobiliário - Parcelamento de solo a ser implantada na Avenida Barão do Rio Branco, 0 no município de Cascavel/PR.

169726/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à COOPERATIVA AGRÍCOLA MISTA SÃO CRISTÓVÃO LTDA, a Licença de Instalação - LI nº 363726 com validade até 07/12/2027, para Comércio e Serviço - Armazenadoras de Produtos Agrotóxicos, seus componentes e afins a ser implantada na Avenida XVI de Novembro, 380 no município de Honório Serpa/PR.

169727/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à HULLER & LAZZERIS LTDA, a Licença de Operação - LO nº 363593 com validade até 07/12/2030, para Comércio e Serviço - Posto de combustíveis para veículos automotores instalada na RUA ALFREDO CHAVES, S/N no município de São Miguel do Iguaçu/PR.

169719/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à C & F TECELAGEM E AVIAMENTOS LTDA. EPP, a Licença de Operação - LO nº 363715 com validade até 07/12/2028, para Industrial - Ind. têxtil, de vestuário, calçados e artefatos de tecidos instalada na Estrada Sebastião Piassa, 276 no município de Apucarana/PR.

169723/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à DISTRIBUIDORA PITANGUEIRAS DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS S/A., a Licença de Operação - LO nº 363629 com validade até 07/12/2030, para Comércio e Serviço - Armazenadoras de Produtos Agrotóxicos, seus componentes e afins instalada na Avenida Iguaçu, 2707 no município de São Miguel do Iguaçu/PR.

169720/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO DE AMPLIAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à LUCIANE MULLER, a Licença de Operação de Ampliação - LO-A nº 186403 com validade até 20/07/2026, para Agropecuária - Suinocultura instalada na Lote Rural N° 55, 21 Perimetro, sn no município de Marechal Cândido Rondon/PR.

169738/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO DE AMPLIAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à COAMO AGROINDUSTRIAL COOPERATIVA, a Licença de Operação de Ampliação - LO-A nº 289000 com validade até 30/01/2027, para Industrial - Beneficiamento e armazenamento de produtos agrícolas instalada na Rodovia BR 466, km 01, s/nº no município de Manoel Ribas/PR.

169734/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO DE AMPLIAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à FLAVIO RENATO BRISSOW, a Licença de Operação de Ampliação - LO-A nº 276915 com validade até 11/08/2027, para Agropecuária - Suinocultura instalada na LOTE RURAL Nº 230, GLEBA 09 - Lª GLÓRIA, S/N no município de Missal/PR.

169721/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO DE REGULARIZAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à FAP LOG TRANSPORTES E LOGISTICA LTDA, a Licença de Operação de Regularização - LOR nº 363762 com validade até 07/12/2030, para Comércio e Serviço - Transportadora de cargas em geral e de resíduos instalada na Rua Bento Munhoz da Rocha Neto, 53 no município de Cambé/PR.

169739/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA POR ADESÃO E COMPROMISSO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MAURI LUIZ MATTANA, a Licença por Adesão e Compromisso - LAC nº 363721 com validade até 07/12/2027, para Agropecuária - Avicultura a ser implantada na LOTE RURAL Nº 105 DA GLEBA 5, LINHA RIO SABIA, S/N no município de Matelândia/PR.

169725/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA POR ADESÃO E COMPROMISSO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MÁRCIO ROBERTO DAS SANTOS, a Licença por Adesão e Compromisso - LAC nº 363733 com validade até 07/12/2027, para Agropecuária - Bovinocultura de leite a ser implantada na LINHA SÃO GERALDO, S/N no município de São Jorge do Oeste/PR.

169732/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA POR ADESÃO E COMPROMISSO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à JURANDIR NUNES DE ALMEIDA, a Licença por Adesão e Compromisso - LAC nº 363745 com validade até 07/12/2027, para Industrial - Beneficiamento e armazenamento de produtos agrícolas a ser implantada na Rod. BR-272, Km 445, S/N no município de Goioerê/PR.

169735/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA POR ADESÃO E COMPROMISSO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à EDILSON JOSE GRASSI E OUTROS, a Licença por Adesão e Compromisso - LAC nº 363773 com validade até 07/12/2027, para Agropecuária - Aquicultura a ser implantada na LINHA CAMPINA DO COTEGIPE, SN no município de Nova Prata do Iguaçu/PR.

169741/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à INOVA 100 COMERCIO DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA, a Licença Prévia - LP nº 363727 com validade até 07/12/2027, para Comércio e Serviço - Armazenadoras de Produtos Agrotóxicos, seus componentes e afins a ser implantada na RODOVIA PR 090, 1572 no município de Bela Vista do Paraíso/PR.

169728/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à KUGLER VEICULOS LTDA, a Licença Prévia - LP nº 362885 com validade até 07/12/2027, para Comércio e Serviço - Manutenção e reparação de veículos automotores de pequeno, médio e grande porte - exceto veículos pesados a ser implantada na Rodovia PR-151, S/N no município de Castro/PR.

169718/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à RENATO DAGA BURIN, a Licença Prévia - LP nº 363717 com validade até 07/12/2027, para Industrial - Beneficiamento e armazenamento de produtos agrícolas a ser implantada na Lote Rural 147-150 Gleba 01 Rio Azul Piqueroby, S/N no município de Palotina/PR.

169724/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à COMÉRCIO DE ÁGUA MINERAL SÃO PEDRO LTDA, a Renovação da Licença Ambiental Simplificada - RLAS nº 363748-R1 com validade até 07/12/2029, para Industrial - Bebidas a ser implantada na DISTRITO DE SÃO PEDRO FLORIDO, S/Nº no município de Santo Antônio do Sudoeste/PR.

169736/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à INTEGRADA COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 363768-R3 com validade até 07/12/2030, para Industrial - Beneficiamento e armazenamento de produtos agrícolas instalada na Rodovia PR 092, 800 no município de Barra do Jacaré/PR.

169740/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à ANTONIA RECKTENWALD ENGELMANN, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 363739-R3 com validade até 07/12/2031, para Agropecuária - Suinocultura instalada na Lote Rural n° 93.B.2, S/N no município de Toledo/PR.

169733/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à COCAMAR COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 363778-R3 com validade até 07/12/2030, para Comércio e Serviço - Depósito e comércio de agrotóxicos instalada na Rodovia PR 444 - Lote 83/2 - Gleba Arapongas, s/n no município de Arapongas/PR.

169742/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à VALTRUDE HUGEN HOFFMANN, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 363752-R3 com validade até 07/12/2031, para Agropecuária - Suinocultura instalada na Linha Tatu - Novo Sobradinho, s/n no município de Toledo/PR.

169737/2025

Portaria n° 12824/2025/OD-GOUT. Prot. 24.419.016-2. Captação superficial. Outorgado(s) ILARIO LAURI SCHRODER - CPF/CNPJ 865.454.269-15. Córrego Iracú. Paraná 3. Coordenadas UTM 7.284.625,00 N 212.195,00 E. Validade 6 anos. Finalidade Aquicultura comercial. Vazão máxima outorgada 15.00 m³/h 24:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Toledo. Esta portaria revoga a portaria n° 25939/2023/OP-GOUT.

169666/2025

Portaria n° 12833/2025/OP-GOUT. Prot. 24.356.454-9. Lançamento de efluentes. Outorgado(s) MOACIR ROBERTO BALDISSARELLI - CPF/CNPJ 024.855.299-65. Rio Negrinho. Iguaçu. Coordenadas UTM 7.102.520,00 N 299.654,00 E. Validade 2 anos. Finalidade Diluição de efluente industrial. Vazão máxima outorgada 8.75 m³/h 24:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Marmeleiro.

169664/2025

Portaria n° 12823/2025/OD-GOUT. Prot. 23.603.567-0. Captação superficial. Outorgado(s) OTAVIO BENJAMIM BOTTINI - CPF/CNPJ 314.010.409-00. Rio São Pedro. Piquiri. Coordenadas UTM 7.311.439,00 N 226.498,00 E. Validade 6 anos. Finalidade Aquicultura comercial. Vazão máxima outorgada 160.00 m³/h 24:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Assis Chateaubriand.

169643/2025

Portaria n° 12825/2025/OD-GOUT. Prot. 24.226.987-0. Captação superficial. Outorgado(s) Vanderleia Maria Bohrer - CPF/CNPJ 047.350.579-78. Córrego Leão. Paraná 3. Coordenadas UTM 7.278.756,95 N 200.402,43 E. Validade 6 anos. Finalidade Aquicultura comercial. Vazão máxima outorgada 17.00 m³/h 24:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Quatro Pontes. Esta portaria revoga a portaria n° 25958/2023/OP-GOUT.

169659/2025

Portaria n° 12828/2025/OD-GOUT. Prot. 24.713.192-2. Lançamento de efluentes. Outorgado(s) RENATO GABRIEL SCHMITT - CPF/CNPJ 431.314.849-34. Córrego Água Limpa. Paraná 3. Coordenadas UTM 7.204.643,13 N 773.751,45 E. Validade 6 anos. Finalidade Transporte de efluente de aquicultura comercial. Vazão máxima outorgada 8.00 m³/h 24:00 horas/dia 31 dias/mês. Município São Miguel do Iguaçu. Esta portaria revoga a portaria n° 11130/2025/OP-GOUT.

169671/2025

Portaria n° 12822/2025/OD-GOUT. Prot. 18.134.139-4. Captação superficial. Outorgado(s) Arlindo Buchhorn - CPF/CNPJ 970.972.849-00. Rio Jaguarundi. Paraná 3. Coordenadas UTM 7.285.145,27 N 211.315,25 E. Validade 6 anos. Finalidade Aquicultura. Vazão máxima outorgada 5.50 m³/h 24:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Toledo. Esta portaria revoga a portaria n° 201/2019.

169642/2025

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Portaria n° 12827/2025/OD-GOUT. Prot. 24.741.457-6. Captação superficial. Outorgado(s) RENATO GABRIEL SCHMITT - CPF/CNPJ 431.314.849-34. Córrego Água Limpa. Paraná 3. Coordenadas UTM 7.204.528,28 N 773.790,15 E. Validade 6 anos. Finalidade Aquicultura comercial. Vazão máxima outorgada 10.00 m³/h 24:00 horas/dia 31 dias/mês. Município São Miguel do Iguaçu.

170031/2025

INSTITUTO ÁGUA E TERRA
PORTARIA Nº 739, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2025

O Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra-IAT, nomeado pelo Decreto Estadual n.º 9.415, de 02 de abril de 2025, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual n.º 10.066, de 27 de julho 1992, Lei Estadual n.º 20.070, de 18 de dezembro de 2019, Decreto Estadual n.º 3.813, de 09 de janeiro de 2020 e Decreto Estadual n.º 11.977, de 16 de agosto de 2022, e

- Considerando os artigos 10, 11 e 12 do Decreto Estadual n.º 10.086, de 17 de janeiro de 2022;
- Considerando os contratos n.º 9180/2025 e n.º 9190/2025 para aquisição de barcos e lanchas para atender a demanda do Instituto Água e Terra, do grupo de fiscalização Ambiental e dos Escritórios Regionais, conforme descrito no Termo de Referência;
- Considerando o conteúdo do protocolo n.º 23.952.989-5,

RESOLVE

Art. 1º Designar a servidora Naiane da Silva Ramos, RG n.º 10.xxx.515-x, nomeada pelo Decreto Estadual n.º 4.972/2024, para exercer a função de Gestora, e o servidor Willian Silva dos Santos, RG n.º 13.xxx.646-x, como Suplente, dos Contratos mencionados acima.

Art. 2º Designar o servidor Antonio Carlos Cavalheiro Moreto, RG n.º 1.xxx.398-x, como Fiscal, para acompanhar e fiscalizar os serviços prestados por intermédio dos referidos Contratos.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EVERTON LUIZ DA COSTA SOUZA
Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra

169641/2025

INSTITUTO ÁGUA E TERRA
PORTARIA Nº 740, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2025

O Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra-IAT, nomeado pelo Decreto Estadual nº 9.415, de 02 de abril de 2025, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 10.066, de 27 de julho 1992, Lei Estadual nº 20.070, de 18 de dezembro de 2019, Decreto Estadual nº 3.813, de 09 de janeiro de 2020 e Decreto Estadual nº 11.977, de 16 de agosto de 2022, e

- Considerando o conteúdo do protocolo nº 25.040.800-5,

RESOLVE

Art. 1º Realocar o servidor Lorivo Limberger, RG nº 4.xxx.870-x, ocupante do cargo de Agente Profissional, função de Engenheiro Agrônomo, Escritório Regional de Pitanga - ERPIT para a Gerência Regional de Bacia Hidrográfica – Escritório de Toledo – ERTOL, para o exercício de suas funções.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EVERTON LUIZ DA COSTA SOUZA
Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra

170109/2025

INSTITUTO ÁGUA E TERRA
PORTARIA Nº 741, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2025

O Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra-IAT, nomeado pelo Decreto Estadual nº 9.415, de 02 de abril de 2025, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 10.066, de 27 de julho 1992, Lei Estadual nº 20.070, de 18 de dezembro de 2019, Decreto Estadual nº 3.813, de 09 de janeiro de 2020 e Decreto Estadual nº 11.977, de 16 de agosto de 2022, e

- Considerando o conteúdo do protocolo nº 25.093.949-3,

RESOLVE

Art. 1º Realocar a servidora Carolina Pereira Francisco, RG nº 12.xxx.717-x, ocupante do cargo de Agente Profissional, função de Engenheira Química, Escritório Regional de Cianorte - ERCIA para a Gerência Regional de Bacia Hidrográfica – Escritório de Maringá - ERMAG, para o exercício de suas funções.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EVERTON LUIZ DA COSTA SOUZA
Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra

170221/2025

EDITAL TC Nº 117/2025

O **Instituto Água e Terra – IAT** cumprindo o estabelecido no *Artigo 147, do Decreto nº 6.514/2008 e Portaria 064/2015-IAP*, torna público relação das pessoas físicas e/ou jurídicas que celebraram ***Termo de Compromisso de Restauração de Dano Ambiental,*** relativo ao Auto de Infração Ambiental que gerou o processo administrativo, conforme abaixo especificado:

RAZÃO	Município Autuação	AIA	SID
ADEMILSON DOS SANTOS	Janiópolis	173354	23.859.340-9
ADILSO DE OLIVEIRA	Jardim Alegre	165805	24.047.991-5
ADRIANO RAMBO WILHELMS	Toledo	173686	24.035.853-0
ANTONIO APARECIDO DOS REIS	Centenário do Sul	168765	22.788.205-0
ÉDER JOSÉ CASTRO	Marialva	151270	21.889.807-6
ERVINO SALZER	Marechal C. Rondon	155346	23.595.817-1
FELIPE FERREIRA GUSSO	Turvo	201017	24.505.668-0
GILVAN BAZZANELLA	Capanema	153640	22.762.536-8
IVO SUSKO	Nova Laranjeiras	153464	22.805.758-4
IVO SUSKO	Nova Laranjeiras	153465	22.805.806-8
JOSE LUIZ COSMO	Prudentopolis	170181	22.832.961-4
JUVENIL VICENTE COSTA	Califórnia	173654	24.007.911-9
Leandro Michelon Junior	Marmeleiro	163965	20.697.642-0
MARCELO CANDIDO	Cascavel	167858	22.766.845-8
ROSINHA POSSATO LEONTINO	Toledo	161132	20.879.100-1
TIAGO DE ALMEIDA FERREIRA	Curitiba	173755	24.072.431-6

Curitiba, 09 de dezembro de 2.025.

170223/2025

EDITAL TC Nº 118/2025 - Conversão

O **Instituto Água e Terra - IAT**, cumprindo o estabelecido no Artigo 10, do Decreto Estadual 2570/2019 e IN 002/2020-IAT, torna público relação das pessoas físicas e/ou jurídicas que celebraram Termo de Compromisso com o IAT relativo ao ***Programa de Conversão de Multa Simples em Serviços de Preservação, Melhoria e Recuperação da Qualidade o Meio Ambiente***, na modalidade ***Conversão Indireta***, relativo ao Auto de Infração Ambiental que gerou o processo administrativo, conforme abaixo especificado:

AIA 154227/2024-SID 23.038.322-7/Paulo Baj - CPF/CNPJ :487.505.309-68 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.740.366-2;

AIA 163965/2023-SID 20.697.642-0/Leandro Michelon Junior - CPF/CNPJ: 061.272.069-10 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.747.978-2;

AIA 173722/2025-SID 24.046.568-0/Reginaldo Francisco da Silva - CPF/CNPJ: 037.283.139-71 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.747.976-6

AIA 173725/2025-SID 24.046.573-6/Andre Luis Trevisan - CPF/CNPJ: 037.432.649-51 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.747.976-6;

AIA 173720/2025-SID 24.046.563-9/Reginaldo Francisco da Silva - CPF/CNPJ: 037.283.139-71 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.747.976-6

AIA 173723/2025-SID 24.046.571-0/Andre Luis Trevisan - CPF/CNPJ: 037.432.649-51 - Aplicação: Programa Parques Urbanos – Projeto: SID 16.986.413-6;

AIA 173721/2025-SID 24.046.566-3/Reginaldo Francisco da Silva - CPF/CNPJ: 037.283.139-71 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.747.976-6

AIA 132078/2023-SID 20.741.554-5/SÉRGIO DE CARLI & CIA LTDA - POSTO SÃO CRISTÓVÃO - CPF/CNPJ: 79.581.781/0001-05 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.747.976-6

AIA 151270/2024-SID 21.889.807-6/ÉDER JOSÉ CASTRO - CPF/CNPJ: 041.398.779-52 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.740.372-7;

AIA 130513/2021-SID 18.141.151-1/PANDA COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS E SERVIÇOS LTDA - CPF/CNPJ: 00.118.598/0006-22 - Aplicação: Programa Saneamento – Projeto: SID 16.746.326-6

AIA 201017/2025-SID 24.505.668-0/FELIPE FERREIRA GUSSO - CPF/CNPJ: 092.450.549-42 - Aplicação: Programa Rio Vivo – Projeto: SID 16.746.805-5;

AIA 136705/2019-SID 16.172.891-8/VALDEMAR TEIXEIRA DA SILVA - CPF/CNPJ: 438.797.999-20 - Aplicação: Programa Rio Vivo – Projeto: SID 16.746.805-5

AIA 155344/2025-SID 23.595.813-9/ERVINO SALZER - CPF/CNPJ: 407.887.509-25 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.740.362-0

AIA 155346/2025-SID 23.595.817-1/ERVINO SALZER - CPF/CNPJ: 407.887.509-25 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.740.362-0;

AIA 172374/2025-SID 24.015.798-5/A LIMBERGER EIRELI - CPF/CNPJ:

27.117.211/0001-65 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.747.976-6

AIA 161132/2023-SID 20.879.100-1/ROSINHA POSSATO LEONTINO - CPF/CNPJ: 680.977.279-00 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.740.362-0;

AIA 172368/2025-SID 24.015.616-4/A LIMBERGER EIRELI - CPF/CNPJ: 27.117.211/0001-65 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.747.976-6

AIA 140165/2020-SID 17.063.022-0/Marcos Aurelio - CPF/CNPJ: 466.244.909-00 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.747.978-2

AIA 172364/2025-SID 23.976.164-0/LAR COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL - CPF/CNPJ: 77.752.293/0185-69 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.747.976-6

AIA 165805/2025-SID 24.047.991-5/ADILSO DE OLIVEIRA - CPF/CNPJ: 034.231.139-52 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.747.976-6

Curitiba, 09 de dezembro de 2.025
170225/2025

EDITAL TC Nº 119/2025 - Conversão

O **Instituto Água e Terra - IAT**, cumprindo o estabelecido no Artigo 10, do Decreto Estadual 2570/2019 e IN 002/2020-IAT, torna público relação das pessoas físicas e/ou jurídicas que celebraram Termo de Compromisso com o IAT relativo ao ***Programa de Conversão de Multa Simples em Serviços de Preservação, Melhoria e Recuperação da Qualidade o Meio Ambiente***, na modalidade ***Conversão Indireta***, relativo ao Auto de Infração Ambiental que gerou o processo administrativo, conforme abaixo especificado*:*

AIA 173686/2025-SID 24.035.853-0/ADRIANO RAMBO WILHELMS - CPF/CNPJ :073.083.559-69 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.740.352-2;

AIA 153464/2024-SID 22.805.758-4/IVO SUSKO - CPF/CNPJ: 554.269.729-15 - Aplicação: Programa Rio Vivo – Projeto: SID 16.746.805-5;

AIA 153465/2024-SID 22.805.806-8/IVO SUSKO - CPF/CNPJ: 554.269.729-15 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.740.362-0

AIA 173754/2025-SID 24.072.472-3/TIAGO DE ALMEIDA FERREIRA - CPF/CNPJ: 084.215.469-88 - Aplicação: Programa Rio Vivo – Projeto: SID 16.746.805-5;

AIA 173755/2025-SID 24.072.431-6/TIAGO DE ALMEIDA FERREIRA - CPF/CNPJ: 084.215.469-88 - Aplicação: Programa Rio Vivo – Projeto: SID 16.746.805-5

AIA 153640/2024-SID 22.762.536-8/GILVAN BAZZANELLA - CPF/CNPJ: 078.247.529-92 - Aplicação: Programa Pró-Fauna – Projeto: SID 16.746.519-6;

AIA 167856/2024-SID 22.766.794-0/MARCELO CANDIDO - CPF/CNPJ: 880.917.599-91 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.747.976-6

AIA 167858/2024-SID 22.766.845-8/MARCELO CANDIDO - CPF/CNPJ: 880.917.599-91 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.747.978-2

AIA 168765/2024-SID 22.788.205-0/ANTONIO APARECIDO DOS REIS - CPF/CNPJ: 349.062.589-72 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.747.976-6;

AIA 173354/2025-SID 23.859.340-9/ADEMILSON DOS SANTOS - CPF/CNPJ: 434.037.279-04 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.747.976-6

AIA 166636/2025-SID 23.900.579-9/EDILEIDE RESENDE DOS SANTOS CAMPOS - CPF/CNPJ: 40.272.417/0001-28 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.740.366-2;

AIA 173654/2025-SID 24.007.911-9/JUVENIL VICENTE COSTA - CPF/CNPJ: 530.723.919-04 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.747.976-6

AIA 165895/2024-SID 22.842.206-1/DERCIVAL CHIQUITO GARCIA - CPF/CNPJ: 039.275.298-00 - Aplicação: Programa Proteção do solo – Projeto: SID 16.989.345-4

AIA 165896/2024-SID 22.842.304-1/DERCIVAL CHIQUITO GARCIA - CPF/CNPJ: 039.275.298-00 - Aplicação: Programa Proteção do solo – Projeto: SID 16.989.345-4;

AIA 170529/2025-SID 23.658.250-7/ARILDO C MOREIRA E CIA LTDA - CPF/CNPJ: 04.317.403/0001-10 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.747.978-2

AIA 170582/2025-SID 23.927.875-2/AUTO POSTO PASSARELA 277 LTDA - CPF/CNPJ: 15.571.077/0001-99 - Aplicação: Programa Saneamento – Projeto: SID 16.746.326-6;

AIA 169373/2024-SID 23.009.992-8/MECANO FABRIL EIRELI - CPF/CNPJ: 60.586.534/0004-16 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.740.366-2

AIA 169372/2024-SID 23.009.961-8/MECANO FABRIL EIRELI - CPF/CNPJ: 60.586.534/0004-16 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.740.366-2

AIA 170181/2024-SID 22.832.961-4/JOSE LUIZ COSMO - CPF/CNPJ: 708.472.589-04 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.747.978-2

AIA 166653/2025-SID 24.198.126-6/A. PEREIRA FUNDAÇÕES-ME - CPF/CNPJ: 22.288.347/0001-14 - Aplicação: Programa Saneamento – Projeto: SID 16.746.326-6

Curitiba, 09 de dezembro de 2.025
170228/2025

NOTIFICAÇÃO 00751/2025
EMISSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O IAT, torna publicou que emitiu em 24/09/2025 às 16:02 horas, com base no art. 70 da Lei Federal 9605/1998 e art. 51 do Decreto Federal 6514/2008 o Auto de Infração Ambiental **202326** (protocolo SID 24.717.952-6) em desfavor do CPF 087.042.179-42/**Jakson Grassi**, com prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa, a contar da presente publicação.

NOTIFICAÇÃO 00752/2025
EMISSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O IAT, torna publicou que emitiu em 24/09/2025 às 16:06 horas, com base no art. 70 da Lei Federal 9605/1998 e art. 50 do Decreto Federal 6514/2008 o Auto de Infração Ambiental **202573** (protocolo SID 24.717.957-7) em desfavor do CPF 087.042.179-42/**Jakson Grassi**, com prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa, a contar da presente publicação.

NOTIFICAÇÃO 00753/2025
EMISSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O IAT, torna publicou que emitiu em 23/09/2025 às 13:19 horas, com base no art. 70 da Lei Federal 9605/1998 e art. 49 do Decreto Federal 6514/2008 o Auto de Infração Ambiental **200947** (protocolo SID 24.707.850-9) em desfavor do CPF 899.900.809-68/**Carlos Dinarte Pawaszevski**, com prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa, a contar da presente publicação.

NOTIFICAÇÃO 00754/2025
EMISSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O IAT, torna publicou que emitiu em 23/09/2025 às 13:28 horas, com base no art. 70 da Lei Federal 9605/1998 e art. 51 do Decreto Federal 6514/2008 o Auto de Infração Ambiental **201354** (protocolo SID 24.708.007-4) em desfavor do CPF 899.900.809-68/**Carlos Dinarte Pawaszevski**, com prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa, a contar da presente publicação.

NOTIFICAÇÃO 00755/2025
EMISSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O IAT, torna publicou que emitiu em 24/09/2025 às 11:14 horas, com base no art. 70 da Lei Federal 9605/1998 e art. 49 do Decreto Federal 6514/2008 o Auto de Infração Ambiental **201073** (protocolo SID 24.716.264-0) em desfavor do CPF 027.500.849-54/**Jocemar Baranoski**, com prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa, a contar da presente publicação.

NOTIFICAÇÃO 00756/2025
EMISSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O IAT, torna publicou que emitiu em 25/09/2025 às 15:18 horas, com base no art. 70 da Lei Federal 9605/1998 e art. 51 do Decreto Federal 6514/2008 o Auto de Infração Ambiental **202851** (protocolo SID 24.724.398-4) em desfavor do CPF 368.824.619-53/**Claudino Sobanski**, com prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa, a contar da presente publicação.

NOTIFICAÇÃO 00757/2025
EMISSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O IAT, torna publicou que emitiu em 24/09/2025 às 09:43 horas, com base no art. 70 da Lei Federal 9605/1998 e art. 49 do Decreto Federal 6514/2008 o Auto de Infração Ambiental **200980** (protocolo SID 24.715.006-4) em desfavor do CPF 028.549.209-88/**Luciana Maria Passaia**, com prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa, a contar da presente publicação.

NOTIFICAÇÃO 00758/2025
EMISSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O IAT, torna publicou que emitiu em 24/09/2025 às 09:54 horas, com base no art. 70 da Lei Federal 9605/1998 e art. 79 do Decreto Federal 6514/2008 o Auto de Infração Ambiental **201416** (protocolo SID 24.715.091-9) em desfavor do CPF 028.549.209-88/**Luciana Maria Passaia**, com prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa, a contar da presente publicação.

NOTIFICAÇÃO 00759/2025
EMISSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O IAT, torna publicou que emitiu em 24/09/2025 às 13:31 horas, com base no art. 70 da Lei Federal 9605/1998 e art. 79 do Decreto Federal 6514/2008 o Auto de Infração Ambiental **202529** (protocolo SID 24.716.679-3) em desfavor do CPF 017.710.449-00/**Sueli Aparecida Zgoda**, com prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa, a contar da presente publicação.

NOTIFICAÇÃO 00760/2025
EMISSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O IAT, torna publicou que emitiu em 24/09/2025 às 10:17 horas, com base no art. 70 da Lei Federal 9605/1998 e art. 50 do Decreto Federal 6514/2008 o Auto de Infração Ambiental **201926** (protocolo SID 24.717.153-3) em desfavor do CPF 811.657.909-63/**Valdemar Kucmanski**, com prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa, a contar da presente publicação.

NOTIFICAÇÃO 00761/2024
EMISSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O IAT, torna publicou que emitiu em 23/09/2025 às 21:11 horas, com base no

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

art. 70 da Lei Federal 9605/1998 e art. 51 do Decreto Federal 6514/2008 o Auto de Infração Ambiental **202295** (protocolo SID 24.718.062-1) em desfavor do CPF 372.598.499-91/**Luiz Artur Mendes Ferreira**, com prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa, a contar da presente publicação.

NOTIFICAÇÃO 00762/2025
EMISSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O IAT, torna publicou que emitiu em 26/09/2025 às 13:54 horas, com base no art. 70 da Lei Federal 9605/1998 e art. 49 do Decreto Federal 6514/2008 o Auto de Infração Ambiental **201297** (protocolo SID 24.731.281-1) em desfavor do CPF 370.356.579-91/**Darci Malagi**, com prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa, a contar da presente publicação.

NOTIFICAÇÃO 00763/2025
EMISSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O IAT, torna publicou que emitiu em 26/09/2025 às 13:49 horas, com base no art. 70 da Lei Federal 9605/1998 e art. 51 do Decreto Federal 6514/2008 o Auto de Infração Ambiental **200515** (protocolo SID 24.731.257-9) em desfavor do CPF 370.356.579-91/**Darci Malagi**, com prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa, a contar da presente publicação.

NOTIFICAÇÃO 00764/2025
EMISSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O IAT, torna publicou que emitiu em 26/09/2025 às 13:59 horas, com base no art. 70 da Lei Federal 9605/1998 e art. 50 do Decreto Federal 6514/2008 o Auto de Infração Ambiental **201999** (protocolo SID 24.731.352-4) em desfavor do CPF 370.356.579-91/**Darci Malagi**, com prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa, a contar da presente publicação.

NOTIFICAÇÃO 00765/2025
EMISSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O IAT, torna publicou que emitiu em 26/09/2025 às 13:45 horas, com base no art. 70 da Lei Federal 9605/1998 e art. 43 do Decreto Federal 6514/2008 o Auto de Infração Ambiental **201679** (protocolo SID 24.731.318-4) em desfavor do CPF 370.356.579-91/**Darci Malagi**, com prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa, a contar da presente publicação.

NOTIFICAÇÃO 00766/2025
EMISSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O IAT, torna publicou que emitiu em 24/09/2025 às 14:22 horas, com base no art. 70 da Lei Federal 9605/1998 e art. 49 do Decreto Federal 6514/2008 o Auto de Infração Ambiental **202188** (protocolo SID 24.716.906-7) em desfavor do CPF 452.731.469-68/**Marcos Sachet Neto**, com prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa, a contar da presente publicação.

NOTIFICAÇÃO 00767/2025
EMISSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O IAT, torna publicou que emitiu em 24/09/2025 às 08:07 horas, com base no art. 70 da Lei Federal 9605/1998 e art. 50 do Decreto Federal 6514/2008 o Auto de Infração Ambiental **200521** (protocolo SID 24.714.812-4) em desfavor do CPF 146.086.349-68/**Maximino Branco Vetorello**, com prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa, a contar da presente publicação.

NOTIFICAÇÃO 00768/2025
EMISSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O IAT, torna publicou que emitiu em 25/09/2025 às 09:25 horas, com base no art. 70 da Lei Federal 9605/1998 e art. 49 do Decreto Federal 6514/2008 o Auto de Infração Ambiental **200530** (protocolo SID 24.720.564-0) em desfavor do CPF 78.682.895/0001-89/**Associacao Comunitaria Dos Moradores Do Nucleo Universal**, com prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa, a contar da presente publicação.

NOTIFICAÇÃO 00769/2025
EMISSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O IAT, torna publicou que emitiu em 24/09/2025 às 07:49 horas, com base no art. 70 da Lei Federal 9605/1998 e art. 43 do Decreto Federal 6514/2008 o Auto de Infração Ambiental **200503** (protocolo SID 24.718.122-9) em desfavor do CPF 035.132.109-81/**Silvana Thome**, com prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa, a contar da presente publicação.

NOTIFICAÇÃO 00770/2025
EMISSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O IAT, torna publicou que emitiu em 24/09/2025 às 07:55 horas, com base no art. 70 da Lei Federal 9605/1998 e art. 51 do Decreto Federal 6514/2008 o Auto de Infração Ambiental **201225** (protocolo SID 24.718.124-5) em desfavor do CPF 035.132.109-81/**Silvana Thome**, com prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa, a contar da presente publicação.

NOTIFICAÇÃO 00771/2025
EMISSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O IAT, torna publicou que emitiu em 24/09/2025 às 07:59 horas, com base no art. 70 da Lei Federal 9605/1998 e art. 50 do Decreto Federal 6514/2008 o Auto de Infração Ambiental **201584** (protocolo SID 24.718.127-0) em desfavor do CPF 035.132.109-81/**Silvana Thome**, com prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa, a contar da presente publicação.

NOTIFICAÇÃO 00772/2024
EMISSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O IAT, torna publicou que emitiu em 25/09/2025 às 17:49 horas, com base no art. 70 da Lei Federal 9605/1998 e art. 51 do Decreto Federal 6514/2008 o Auto de Infração Ambiental **200512** (protocolo SID 24.725.149-9) em desfavor do CPF 031.827.509-09/**Joelson Horbatei Osorio**, com prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa, a contar da presente publicação.

NOTIFICAÇÃO 00773/2025
EMISSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O IAT, torna publicou que emitiu em 25/09/2025 às 18:00 horas, com base no art. 70 da Lei Federal 9605/1998 e art. 50 do Decreto Federal 6514/2008 o Auto de Infração Ambiental **201628** (protocolo SID 24.725.163-4) em desfavor do CPF 031.827.509-09/**Joelson Horbatei Osorio**, com prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa, a contar da presente publicação.

NOTIFICAÇÃO 00774/2025
EMISSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O IAT, torna publicou que emitiu em 25/09/2025 às 17:56 horas, com base no art. 70 da Lei Federal 9605/1998 e art. 49 do Decreto Federal 6514/2008 o Auto de Infração Ambiental **201260** (protocolo SID 24.725.158-8) em desfavor do CPF 031.827.509-09/**Joelson Horbatei Osorio**, com prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa, a contar da presente publicação.

NOTIFICAÇÃO 00775/2025
EMISSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O IAT, torna publicou que emitiu em 26/09/2025 às 11:51 horas, com base no art. 70 da Lei Federal 9605/1998 e art. 50 do Decreto Federal 6514/2008 o Auto de Infração Ambiental **201869** (protocolo SID 24.730.310-3) em desfavor do CPF 21.151.481/0001-06/**Cabanha Ted - Ltda**, com prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa, a contar da presente publicação.

NOTIFICAÇÃO 00776/2025
EMISSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O IAT, torna publicou que emitiu em 26/09/2025 às 11:40 horas, com base no art. 70 da Lei Federal 9605/1998 e art. 51 do Decreto Federal 6514/2008 o Auto de Infração Ambiental **201534** (protocolo SID 24.730.269-7) em desfavor do CPF 21.151.481/0001-06/**Cabanha Ted - Ltda**, com prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa, a contar da presente publicação.

NOTIFICAÇÃO 00777/2025
EMISSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O IAT, torna publicou que emitiu em 26/09/2025 às 11:35 horas, com base no art. 70 da Lei Federal 9605/1998 e art. 43 do Decreto Federal 6514/2008 o Auto de Infração Ambiental **201086** (protocolo SID 24.730.153-4) em desfavor do CPF 21.151.481/0001-06/**Cabanha Ted - Ltda**, com prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa, a contar da presente publicação.

NOTIFICAÇÃO 00778/2025
EMISSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O IAT, torna publicou que emitiu em 24/09/2025 às 10:22 horas, com base no art. 70 da Lei Federal 9605/1998 e art. 51 do Decreto Federal 6514/2008 o Auto de Infração Ambiental **202303** (protocolo SID 24.718.108-3) em desfavor do CPF 913.987.629-20/**Cleverson Valerio**, com prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa, a contar da presente publicação.

NOTIFICAÇÃO 00779/2025
EMISSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O IAT, torna publicou que emitiu em 24/09/2025 às 10:09 horas, com base no art. 70 da Lei Federal 9605/1998 e art. 43 do Decreto Federal 6514/2008 o Auto de Infração Ambiental **202043** (protocolo SID 24.718.110-5) em desfavor do CPF 913.987.629-20/**Cleverson Valerio**, com prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa, a contar da presente publicação.

NOTIFICAÇÃO 00780/2025
EMISSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O IAT, torna publicou que emitiu em 25/09/2025 às 13:48 horas, com base no art. 70 da Lei Federal 9605/1998 e art. 49 do Decreto Federal 6514/2008 o Auto de Infração Ambiental **202368** (protocolo SID 24.723.504-3) em desfavor do CPF 051.978.939-31/**Gabriel Zilio**, com prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa, a contar da presente publicação.

NOTIFICAÇÃO 00781/2025
EMISSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O IAT, torna publicou que emitiu em 25/09/2025 às 13:44 horas, com base no art. 70 da Lei Federal 9605/1998 e art. 43 do Decreto Federal 6514/2008 o Auto de Infração Ambiental **202103** (protocolo SID 24.723.450-0) em desfavor do CPF 051.978.939-31/**Gabriel Zilio**, com prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa, a contar da presente publicação.

NOTIFICAÇÃO 00782/2025
EMISSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O IAT, torna publicou que emitiu em 24/09/2025 às 10:27 horas, com base no art. 70 da Lei Federal 9605/1998 e art. 49 do Decreto Federal 6514/2008 o Auto de Infração Ambiental **202547** (protocolo SID 24.718.114-8) em desfavor do CPF 913.987.629-20/**Cleverson Valerio**, com prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa, a contar da presente publicação.

NOTIFICAÇÃO 00783/2024
EMISSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O IAT, torna publicou que emitiu em 25/09/2025 às 17:34 horas, com base no art. 70 da Lei Federal 9605/1998 e art. 43 do Decreto Federal 6514/2008 o Auto de Infração Ambiental **202736** (protocolo SID 24.725.222-3) em desfavor do CPF 660.681.349-20/**Josuá De Macedo Varella**, com prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa, a contar da presente publicação.

NOTIFICAÇÃO 00784/2025
EMISSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O IAT, torna publicou que emitiu em 25/09/2025 às 18:05 horas, com base no art. 70 da Lei Federal 9605/1998 e art. 51 do Decreto Federal 6514/2008 o Auto

de Infração Ambiental **201943** (protocolo SID 24.725.191-0) em desfavor do CPF 660.681.349-20/**Josuá De Macedo Varella**, com prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa, a contar da presente publicação.

NOTIFICAÇÃO 00785/2025
EMISSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O IAT, torna publicou que emitiu em 25/09/2025 às 17:53 horas, com base no art. 70 da Lei Federal 9605/1998 e art. 49 do Decreto Federal 6514/2008 o Auto de Infração Ambiental **202475** (protocolo SID 24.725.217-7) em desfavor do CPF 660.681.349-20/**Josuá De Macedo Varella**, com prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa, a contar da presente publicação.

NOTIFICAÇÃO 00786/2025
EMISSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O IAT, torna publicou que emitiu em 26/09/2025 às 07:53 horas, com base no art. 70 da Lei Federal 9605/1998 e art. 49 do Decreto Federal 6514/2008 o Auto de Infração Ambiental **201008** (protocolo SID 24.728.785-0) em desfavor do CPF 369.201.509-72/**Neri Luiz Schutz**, com prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa, a contar da presente publicação.

NOTIFICAÇÃO 00787/2025
EMISSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O IAT, torna publicou que emitiu em 26/09/2025 às 08:23 horas, com base no art. 70 da Lei Federal 9605/1998 e art. 50 do Decreto Federal 6514/2008 o Auto de Infração Ambiental **201452** (protocolo SID 24.728.839-2) em desfavor do CPF 369.201.509-72/**Neri Luiz Schutz**, com prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa, a contar da presente publicação.

NOTIFICAÇÃO 00788/2025
EMISSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O IAT, torna publicou que emitiu em 26/09/2025 às 08:34 horas, com base no art. 70 da Lei Federal 9605/1998 e art. 43 do Decreto Federal 6514/2008 o Auto de Infração Ambiental **201781** (protocolo SID 24.728.883-0) em desfavor do CPF 369.201.509-72/**Neri Luiz Schutz**, com prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa, a contar da presente publicação.

NOTIFICAÇÃO 00789/2025
EMISSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O IAT, torna publicou que emitiu em 26/09/2025 às 08:43 horas, com base no art. 70 da Lei Federal 9605/1998 e art. 51 do Decreto Federal 6514/2008 o Auto de Infração Ambiental **202082** (protocolo SID 24.728.929-1) em desfavor do CPF 369.201.509-72/**Neri Luiz Schutz**, com prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa, a contar da presente publicação.

NOTIFICAÇÃO 00790/2025
EMISSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O IAT, torna publicou que emitiu em 24/09/2025 às 09:31 horas, com base no art. 70 da Lei Federal 9605/1998 e art. 50 do Decreto Federal 6514/2008 o Auto de Infração Ambiental **202407** (protocolo SID 24.718.085-0) em desfavor do CPF 192.034.629-53/**Manoel Medeiros Silveira**, com prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa, a contar da presente publicação.

NOTIFICAÇÃO 00791/2025
EMISSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O IAT, torna publicou que emitiu em 24/09/2025 às 09:23 horas, com base no art. 70 da Lei Federal 9605/1998 e art. 51 do Decreto Federal 6514/2008 o Auto de Infração Ambiental **201892** (protocolo SID 24.718.072-9) em desfavor do CPF 192.034.629-53/**Manoel Medeiros Silveira**, com prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa, a contar da presente publicação.

NOTIFICAÇÃO 00792/2025
EMISSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O IAT, torna publicou que emitiu em 24/09/2025 às 09:28 horas, com base no art. 70 da Lei Federal 9605/1998 e art. 49 do Decreto Federal 6514/2008 o Auto de Infração Ambiental **202155** (protocolo SID 24.718.077-0) em desfavor do CPF 192.034.629-53/**Manoel Medeiros Silveira**, com prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa, a contar da presente publicação.

NOTIFICAÇÃO 00793/2025
EMISSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O IAT, torna publicou que emitiu em 23/09/2025 às 10:49 horas, com base no art. 70 da Lei Federal 9605/1998 e art. 50 do Decreto Federal 6514/2008 o Auto de Infração Ambiental **201708** (protocolo SID 24.709.343-5) em desfavor do CPF 431.426.489-68/**Espólio De Pedro De Oliveira Chaves**, com prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa, a contar da presente publicação.

NOTIFICAÇÃO 00794/2024
EMISSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O IAT, torna publicou que emitiu em 22/09/2025 às 18:47 horas, com base no art. 70 da Lei Federal 9605/1998 e art. 51 do Decreto Federal 6514/2008 o Auto de Infração Ambiental **200896** (protocolo SID 24.703.921-0) em desfavor do CPF 080.424.679-31/**Marcelo Augusto Warmling**, com prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa, a contar da presente publicação.

NOTIFICAÇÃO 00795/2025
EMISSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O IAT, torna publicou que emitiu em 22/09/2025 às 19:24 horas, com base no art. 70 da Lei Federal 9605/1998 e art. 50 do Decreto Federal 6514/2008 o Auto de Infração Ambiental **201317** (protocolo SID 24.703.948-1) em desfavor do CPF 080.424.679-31/**Marcelo Augusto Warmling**, com prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa, a contar da presente publicação.

NOTIFICAÇÃO 00796/2025
EMISSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O IAT, torna publicou que emitiu em 22/09/2025 às 19:39 horas, com base no art. 70 da Lei Federal 9605/1998 e art. 49 do Decreto Federal 6514/2008 o Auto de Infração Ambiental **201621** (protocolo SID 24.703.955-4) em desfavor do CPF 080.424.679-31/**Marcelo Augusto Warmling**, com prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa, a contar da presente publicação.

NOTIFICAÇÃO 00797/2025
EMISSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O IAT, torna publicou que emitiu em 23/09/2025 às 09:33 horas, com base no art. 70 da Lei Federal 9605/1998 e art. 51 do Decreto Federal 6514/2008 o Auto de Infração Ambiental **201036** (protocolo SID 24.708.524-6) em desfavor do CPF 409.182.899-04/**Jorge Baranowski**, com prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa, a contar da presente publicação.

NOTIFICAÇÃO 00798/2025
EMISSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O IAT, torna publicou que emitiu em 23/09/2025 às 09:37 horas, com base no art. 70 da Lei Federal 9605/1998 e art. 50 do Decreto Federal 6514/2008 o Auto de Infração Ambiental **201418** (protocolo SID 24.708.815-6) em desfavor do CPF 409.182.899-04/**Jorge Baranowski**, com prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa, a contar da presente publicação.

NOTIFICAÇÃO 00799/2025
EMISSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O IAT, torna publicou que emitiu em 23/09/2025 às 20:23 horas, com base no art. 70 da Lei Federal 9605/1998 e art. 51 do Decreto Federal 6514/2008 o Auto de Infração Ambiental **202223** (protocolo SID 24.711.580-3) em desfavor do CPF 062.892.149-77/**Jocemir Luiz Tedesco**, com prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa, a contar da presente publicação.

NOTIFICAÇÃO 00800/2025
EMISSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O IAT, torna publicou que emitiu em 23/09/2025 às 20:20 horas, com base no art. 70 da Lei Federal 9605/1998 e art. 43 do Decreto Federal 6514/2008 o Auto de Infração Ambiental **201982** (protocolo SID 24.711.438-6) em desfavor do CPF 062.892.149-77/**Jocemir Luiz Tedesco**, com prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa, a contar da presente publicação.

NOTIFICAÇÃO 00801/2025
EMISSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O IAT, torna publicou que emitiu em 23/09/2025 às 20:46 horas, com base no art. 70 da Lei Federal 9605/1998 e art. 43 do Decreto Federal 6514/2008 o Auto de Infração Ambiental **202089** (protocolo SID 24.712.156-0) em desfavor do CPF 946.163.029-87/**Gelcira Pedronila Guzzo Stella**, com prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa, a contar da presente publicação.

NOTIFICAÇÃO 00802/2025
EMISSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O IAT, torna publicou que emitiu em 23/09/2025 às 20:49 horas, com base no art. 70 da Lei Federal 9605/1998 e art. 51 do Decreto Federal 6514/2008 o Auto de Infração Ambiental **202328** (protocolo SID 24.712.314-8) em desfavor do CPF 946.163.029-87/**Gelcira Pedronila Guzzo Stella**, com prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa, a contar da presente publicação.

NOTIFICAÇÃO 00803/2025
EMISSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O IAT, torna publicou que emitiu em 23/09/2025 às 20:52 horas, com base no art. 70 da Lei Federal 9605/1998 e art. 49 do Decreto Federal 6514/2008 o Auto de Infração Ambiental **202557** (protocolo SID 24.712.405-5) em desfavor do CPF 946.163.029-87/**Gelcira Pedronila Guzzo Stella**, com prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa, a contar da presente publicação.

NOTIFICAÇÃO 00804/2025
EMISSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O IAT, torna publicou que emitiu em 26/09/2025 às 14:31 horas, com base no art. 70 da Lei Federal 9605/1998 e art. 79 do Decreto Federal 6514/2008 o Auto de Infração Ambiental **201358** (protocolo SID 24.731.041-0) em desfavor do CPF 000.320.719-65/**Clenio Spiller**, com prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa, a contar da presente publicação.

NOTIFICAÇÃO 00805/2024
EMISSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O IAT, torna publicou que emitiu em 26/09/2025 às 13:49 horas, com base no art. 70 da Lei Federal 9605/1998 e art. 51 do Decreto Federal 6514/2008 o Auto de Infração Ambiental **200765** (protocolo SID 24.730.996-9) em desfavor do CPF 000.320.719-65/**Clenio Spiller**, com prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa, a contar da presente publicação.

NOTIFICAÇÃO 00/2025
EMISSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O IAT, torna publicou que emitiu em às horas, com base no art. 70 da Lei Federal 9605/1998 e art. do Decreto Federal 6514/2008 o Auto de Infração Ambiental (protocolo SID) em desfavor do CPF /, com prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa, a contar da presente publicação.

NOTIFICAÇÃO 00/2025
EMISSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O IAT, torna publicou que emitiu em às horas, com base no art. 70 da Lei Federal 9605/1998 e art. do Decreto Federal 6514/2008 o Auto de Infração Ambiental (protocolo SID) em desfavor do CPF /, com prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa, a contar da presente publicação.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

NOTIFICAÇÃO 00/2025
EMISSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O IAT, torna publicou que emitiu em às horas, com base no art. 70 da Lei Federal 9605/1998 e art. do Decreto Federal 6514/2008 o Auto de Infração Ambiental (protocolo SID) em desfavor do CPF /, com prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa, a contar da presente publicação.

NOTIFICAÇÃO 00/2025
EMISSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O IAT, torna publicou que emitiu em às horas, com base no art. 70 da Lei Federal 9605/1998 e art. do Decreto Federal 6514/2008 o Auto de Infração Ambiental (protocolo SID) em desfavor do CPF /, com prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa, a contar da presente publicação.

NOTIFICAÇÃO 00/2025
EMISSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O IAT, torna publicou que emitiu em às horas, com base no art. 70 da Lei Federal 9605/1998 e art. do Decreto Federal 6514/2008 o Auto de Infração Ambiental (protocolo SID) em desfavor do CPF /, com prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa, a contar da presente publicação.

NOTIFICAÇÃO 00/2025
EMISSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O IAT, torna publicou que emitiu em às horas, com base no art. 70 da Lei Federal 9605/1998 e art. do Decreto Federal 6514/2008 o Auto de Infração Ambiental (protocolo SID) em desfavor do CPF /, com prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa, a contar da presente publicação.

NOTIFICAÇÃO 00/2025
EMISSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O IAT, torna publicou que emitiu em às horas, com base no art. 70 da Lei Federal 9605/1998 e art. do Decreto Federal 6514/2008 o Auto de Infração Ambiental (protocolo SID) em desfavor do CPF /, com prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa, a contar da presente publicação.

NOTIFICAÇÃO 00/2025
EMISSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O IAT, torna publicou que emitiu em às horas, com base no art. 70 da Lei Federal 9605/1998 e art. do Decreto Federal 6514/2008 o Auto de Infração Ambiental (protocolo SID) em desfavor do CPF /, com prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa, a contar da presente publicação.

NOTIFICAÇÃO 00/2025
EMISSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O IAT, torna publicou que emitiu em às horas, com base no art. 70 da Lei Federal 9605/1998 e art. do Decreto Federal 6514/2008 o Auto de Infração Ambiental (protocolo SID) em desfavor do CPF /, com prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa, a contar da presente publicação.

NOTIFICAÇÃO 00/2025
EMISSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O IAT, torna publicou que emitiu em às horas, com base no art. 70 da Lei Federal 9605/1998 e art. do Decreto Federal 6514/2008 o Auto de Infração Ambiental (protocolo SID) em desfavor do CPF /, com prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa, a contar da presente publicação.

NOTIFICAÇÃO 00/2024
EMISSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O IAT, torna publicou que emitiu em às horas, com base no art. 70 da Lei Federal 9605/1998 e art. do Decreto Federal 6514/2008 o Auto de Infração Ambiental (protocolo SID) em desfavor do CPF /, com prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa, a contar da presente publicação.

170318/2025

INVEST PARANÁ

INVEST PARANÁ

PORTARIA Nº 19/2025

Súmula: Nomeação de Agente de Transparência em substituição à colaboradora em férias.
O Diretor-Presidente da Invest Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe é conferida pela Lei Estadual nº 17.016, de 16 de dezembro de 2011 e Estatuto da entidade, pelo presente,

RESOLVE

Art. 1º Designar o Sr. Claudio José Moreira Pinto, portador do CPF nº 037.665.329-95, para exercer a função de Agente de Transparência em substituição à Sra. Marcelly Veiga Mariano de Mello, portadora do CPF nº 105.743.919-32, no período de férias da colaboradora, compreendido entre 05/01/2026 à 19/01/2026.
Art. 2º A presente Portaria entrará em vigor na data de referência.

Curitiba, 08 de dezembro de 2025.
José Eduardo Bekin
Diretor Presidente

169645/2025



Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Secretaria da Educação

Secretaria de Estado da Educação – SEED

PORTARIA Nº 367/2025 – GS/SEED

A Chefe do Núcleo de Recursos Humanos Setorial, no uso das atribuições que lhe foram delegadas de acordo com a Resolução n.º 8659/2023 – GS/SEED, de 07 de dezembro de 2023,

RESOLVE:

Fixar os servidores abaixo nominados nos locais que especifica, ficando revogadas as lotações anteriores.

CPF	NOME	LF	VÍNCULO	MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	DISCIPLINA	CH	PERÍODO
773.XXX.XXX-72	ALCIONE LUIZ GIARETTON	91	QPM	COLOMBO	COLOMBO - LOCAL	HISTORIA	20	A partir de 19/11/2025
826.XXX.XXX-20	ALESSANDRA DA SILVA QUADROS ZAMBONI	2	QPM	PARANAGUA	PARANAGUA - LOCAL	INGLES	20	A partir de 19/11/2025
693.XXX.XXX-04	AMABILE LEITE MARCHI	1	QPM	CURITIBA	CURITIBA - LOCAL	INGLES	20	A partir de 19/11/2025
036.XXX.XXX-75	AMANDA LIMA BRASIL NEGRIN	1	QPM	CURITIBA	CURITIBA - LOCAL	PEDAGOGO	20	A partir de 19/11/2025
130.XXX.XXX-79	ANDREA CRISTINA FERREIRA PINTO	1	QPM	CURITIBA	CURITIBA - LOCAL	PORTUGUES	40	A partir de 19/11/2025
044.XXX.XXX-95	ANTONI WROBLEWSKI	1	QPM	CURITIBA	CURITIBA - LOCAL	ARTE	20	A partir de 19/11/2025
315.XXX.XXX-87	ANTONIO EVANDRO DE CARLOS ZONZINI	1	QPM	UBIRATA	UBIRATA - LOCAL	PEDAGOGO	20	A partir de 19/11/2025
318.XXX.XXX-10	BRAZ ANTONIO FUCCI NETO	1	QFEB	CURITIBA	CURITIBA - LOCAL	CAT FUNC-AUX SERVICOS GERAIS	40	A partir de 19/11/2025
602.XXX.XXX-00	CELSA DOS REIS AREIS	1	QFEB	CASCAVEL	CASCAVEL - LOCAL	CAT FUNC-AUX SERVICOS GERAIS	40	A partir de 19/11/2025
814.XXX.XXX-63	CERES MARIA FERRALHI	1	QPM	CURITIBA	CURITIBA - LOCAL	ORIENTADOR EDUCACIONAL	20	A partir de 19/11/2025
039.XXX.XXX-19	CHRISTIANE FERREIRA ROSA	93	QPM	CURITIBA	CURITIBA - LOCAL	BIOLOGIA	20	A partir de 19/11/2025
429.XXX.XXX-00	CICERO ROGERIO SANCHES	1	QPM	RIBEIRAO DO PINHAL	RIBEIRAO DO PINHAL - LOCAL	FISICA	20	A partir de 19/11/2025
836.XXX.XXX-20	CILENE ROSANGELA PEREIRA DA SILVA	1	QPM	CURITIBA	CURITIBA - LOCAL	GEOGRAFIA	20	A partir de 19/11/2025
836.XXX.XXX-20	CILENE ROSANGELA PEREIRA DA SILVA	96	QPM	CURITIBA	CURITIBA - LOCAL	GEOGRAFIA	20	A partir de 19/11/2025
016.XXX.XXX-51	CLAUDEMIR CARNEIRO	97	QPM	ORTIGUEIRA	ORTIGUEIRA - LOCAL	ESPANHOL	20	A partir de 19/11/2025
872.XXX.XXX-53	CLAUDIA CRISTINA COSTA	2	QPM	CURITIBA	CURITIBA - LOCAL	ARTE	20	A partir de 19/11/2025
872.XXX.XXX-53	CLAUDIA CRISTINA COSTA	1	QPM	COLOMBO	COLOMBO - LOCAL	EDUCACAO ARTISTICA	20	A partir de 19/11/2025
035.XXX.XXX-48	DARIENE APARECIDA KINCHESKI	1	QPM	PONTA GROSSA	PONTA GROSSA - LOCAL	PORTUGUES	20	A partir de 19/11/2025

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

073.XXX.XXX-09	DEBORA GRYGUTSCH HELLWIG	1	QPM	CIANORTE	CIANORTE - LOCAL	FILOSOFIA	20	A partir de 19/11/2025
836.XXX.XXX-91	DEMILSON PEREIRA	2	QPM	CURITIBA	CURITIBA - LOCAL	INGLES	20	A partir de 19/11/2025
199.XXX.XXX-98	DENIR ELIZETE ARALDI	1	QFEB	SAO PEDRO DO IGUACU	SAO PEDRO DO IGUACU - LOCAL	FUNC-APOIO/TEC ADMINIST	40	A partir de 19/11/2025
071.XXX.XXX-51	DERCIO FERNANDO MORAES FERRARI	9	QPM	UMUARAMA	UMUARAMA - LOCAL	GEOGRAFIA	20	A partir de 19/11/2025
390.XXX.XXX-34	EBER LEE CASSIANO DOS SANTOS	2	QPM	CASCAVEL	CASCAVEL - LOCAL	FISICA	20	A partir de 19/11/2025
744.XXX.XXX-49	EDENA APARECIDA ZILIO FERNANDES SOUSA	1	QPM	SAO JOSE DOS PINHAIS	SAO JOSE DOS PINHAIS - LOCAL	GEOGRAFIA	20	A partir de 19/11/2025
826.XXX.XXX-72	EDILAINE APARECIDA FRESCHI MORAES	1	QFEB	MARIALVA	MARIALVA - LOCAL	FUNC-APOIO/TEC ADMINIST	40	A partir de 19/11/2025
033.XXX.XXX-59	EDILAINE PEREIRA DA SILVA	97	QPM	FRANCISCO ALVES	FRANCISCO ALVES - LOCAL	MATEMATICA	20	A partir de 19/11/2025
679.XXX.XXX-49	EDSON APARECIDO BARBOSA	1	QFEB	SANTA CECILIA DO PAVAO	SANTA CECILIA DO PAVAO - LOCAL	CAT FUNC-AUX SERVICOS GERAIS	40	A partir de 19/11/2025
626.XXX.XXX-91	EDSON ZAMBONI	53	QPM	SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO	SANTA CRUZ DO MONTE CASTELO - LOCAL	MATEMATICA	20	A partir de 19/11/2025
033.XXX.XXX-14	ELIZANDRA MENDES DOS SANTOS	92	QPM	CURITIBA	CURITIBA - LOCAL	HISTORIA	20	A partir de 19/11/2025
081.XXX.XXX-40	FELIPE LUIZ BELLO DA SILVA	3	QPM	CURITIBA	CURITIBA - LOCAL	FILOSOFIA	20	A partir de 19/11/2025
007.XXX.XXX-74	FERNANDO LUCAS SALDANHA	1	QPM	CASCAVEL	CASCAVEL - LOCAL	EDUCACAO FISICA	20	A partir de 19/11/2025
034.XXX.XXX-00	FILEMON CARDOSO JUNIOR	21	QPM	CURITIBA	CURITIBA - LOCAL	EDUCACAO FISICA	20	A partir de 19/11/2025
068.XXX.XXX-69	FLAVIANA ZARPELON ALMEIDA DE SOUSA	2	QPM	NOVA ESPERANCA	NOVA ESPERANCA - LOCAL	GEOGRAFIA	20	A partir de 19/11/2025
026.XXX.XXX-00	FRANCIELLE PACHECO BUENO GALDINO	2	QPM	CURITIBA	CURITIBA - LOCAL	EDUCACAO FISICA	20	A partir de 19/11/2025
544.XXX.XXX-87	GILBERTO PRESTES DE LIMA	2	QPM	CURITIBA	CURITIBA - LOCAL	EDUCACAO FISICA	40	A partir de 19/11/2025
015.XXX.XXX-17	GIOVANA PAULA MENDES	1	QFEB	PARANAGUA	PARANAGUA - LOCAL	FUNC-APOIO/TEC ADMINIST	40	A partir de 19/11/2025
861.XXX.XXX-34	GLORIA BERTONI ROTINI	1	QFEB	PATO BRANCO	PATO BRANCO - LOCAL	CAT FUNC-AUX SERVICOS GERAIS	40	A partir de 19/11/2025
018.XXX.XXX-61	HALEKESSANDRA DE AZEVEDO HERMANN	1	QPM	PINHAIS	PINHAIS - LOCAL	PEDAGOGO	20	A partir de 19/11/2025
597.XXX.XXX-34	HERMES SILVA LEAO	1	QPM	APUCARANA	APUCARANA - LOCAL	EDUCACAO FISICA	20	A partir de 19/11/2025

597.XXX.XXX-34	HERMES SILVA LEAO	2	QPM	CURITIBA	CURITIBA - LOCAL	PEDAGOGO	20	A partir de 19/11/2025
597.XXX.XXX-49	HILDA APARECIDA DE MATOS MARCAL	2	QPM	COLOMBO	COLOMBO - LOCAL	PORTUGUES	20	A partir de 19/11/2025
319.XXX.XXX-25	HUGO ULTRAMARI BATISTA	3	QPM	PARANAGUA	PARANAGUA - LOCAL	BIOLOGIA	20	A partir de 19/11/2025
371.XXX.XXX-58	INEZ DE DEUS NEIVA BRANDAO	1	QPM	CASTRO	CASTRO - LOCAL	GEOGRAFIA	20	A partir de 19/11/2025
540.XXX.XXX-53	IRINEU BRUNO BARTH	1	QPM	CAMPINA GRANDE DO SUL	CAMPINA GRANDE DO SUL - LOCAL	FISICA	20	A partir de 19/11/2025
029.XXX.XXX-67	ISABEL CASTILHO PALHANO	1	QPM	LARANJEIRAS DO SUL	LARANJEIRAS DO SUL - LOCAL	PEDAGOGO	20	A partir de 19/11/2025
580.XXX.XXX-20	IVANILDO CLARO DA SILVA	2	QPM	CASCAVEL	CASCAVEL - LOCAL	INGLES	20	A partir de 19/11/2025
531.XXX.XXX-68	IVO MEN	1	QPM	MARINGA	MARINGA - LOCAL	MATEMATICA	20	A partir de 19/11/2025
020.XXX.XXX-48	IZABEL CRISTINA MARCOS	93	QPM	VERA CRUZ DO OESTE	VERA CRUZ DO OESTE - LOCAL	CIENCIAS	20	A partir de 19/11/2025
020.XXX.XXX-48	IZABEL CRISTINA MARCOS	92	QPM	VERA CRUZ DO OESTE	VERA CRUZ DO OESTE - LOCAL	MATEMATICA	20	A partir de 19/11/2025
597.XXX.XXX-72	JAIME MAJEWSKI	2	QPM	JARDIM ALEGRE	JARDIM ALEGRE - LOCAL	MATEMATICA	20	A partir de 19/11/2025
597.XXX.XXX-72	JAIME MAJEWSKI	1	QPM	JARDIM ALEGRE	JARDIM ALEGRE - LOCAL	MATEMATICA	20	A partir de 19/11/2025
931.XXX.XXX-91	JANE APARECIDA PARAHYBA	2	QPM	FOZ DO IGUACU	FOZ DO IGUACU - LOCAL	PEDAGOGO	20	A partir de 19/11/2025
567.XXX.XXX-72	JAQUELINE BELLANI DA SILVA	97	QPM	CURITIBA	CURITIBA - LOCAL	ARTE	20	A partir de 19/11/2025
047.XXX.XXX-35	JAQUELINE FERRAZZA GONCALVES	1	QPM	CURITIBA	CURITIBA - LOCAL	PEDAGOGO	40	A partir de 19/11/2025
695.XXX.XXX-04	JOEL AMARO DE JESUS	1	QFEB	PARANAGUA	PARANAGUA - LOCAL	CAT FUNC-AUX SERVICOS GERAIS	40	A partir de 19/11/2025
301.XXX.XXX-72	JOSE ADAURI DE ALMEIDA CARDOSO	2	QPM	FOZ DO IGUACU	FOZ DO IGUACU - LOCAL	MATEMATICA	20	A partir de 19/11/2025
301.XXX.XXX-72	JOSE ADAURI DE ALMEIDA CARDOSO	1	QPM	FOZ DO IGUACU	FOZ DO IGUACU - LOCAL	MATEMATICA	20	A partir de 19/11/2025
635.XXX.XXX-87	JOSE VALDIR KUKELCIK	2	QPM	GUARAPUAVA	GUARAPUAVA - LOCAL	EDUCACAO FISICA	40	A partir de 19/11/2025
397.XXX.XXX-72	JUDITE CORDEIRO SALVADOR DOS SANTOS	2	QFEB	PARANAGUA	PARANAGUA - LOCAL	CAT FUNC-AUX SERVICOS GERAIS	40	A partir de 19/11/2025
004.XXX.XXX-57	JULIANA CORREA CAJUEIRO SALDANHA	1	QPM	CURITIBA	CURITIBA - LOCAL	CIENCIAS	20	A partir de 19/11/2025

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

037.XXX.XXX-57	JULIANE GONCALVES	1	QPM	MARINGA	MARINGA - LOCAL	PEDAGOGO	20	A partir de 19/11/2025
243.XXX.XXX-53	JURANDIR SANTOS DA SILVA	2	QPM	CURITIBA	CURITIBA - LOCAL	MATEMATICA	20	A partir de 19/11/2025
022.XXX.XXX-40	KATIA KROEKER	5	QPM	CAMPO LARGO	CAMPO LARGO - LOCAL	ARTE	20	A partir de 19/11/2025
050.XXX.XXX-02	LARISSA BOZZA ISQUIERDO	2	QPM	CURITIBA	CURITIBA - LOCAL	SOCIOLOGIA	20	A partir de 19/11/2025
023.XXX.XXX-79	LESILY CHIAVELLI SPLICIDO	97	QPM	CURITIBA	CURITIBA - LOCAL	PEDAGOGO	20	A partir de 19/11/2025
721.XXX.XXX-04	LILIAN RAMOS NARLOCH	1	QFEB	GUARAQUECABA	GUARAQUECABA - LOCAL	FUNC-APOIO/TEC ADMINIST	40	A partir de 19/11/2025
015.XXX.XXX-95	LILIANE PINHEIRO DA LUZ SCHLINDWEIN	1	QPM	CURITIBA	CURITIBA - LOCAL	HISTORIA	20	A partir de 19/11/2025
015.XXX.XXX-95	LILIANE PINHEIRO DA LUZ SCHLINDWEIN	2	QPM	CURITIBA	CURITIBA - LOCAL	HISTORIA	20	A partir de 19/11/2025
042.XXX.XXX-79	LUCIANA DE ANDRADE ANTUNES	1	QFEB	CURITIBA	CURITIBA - LOCAL	FUNC-APOIO/TEC ADMINIST	40	A partir de 19/11/2025
042.XXX.XXX-22	LUCIANE APARECIDA BUENO	91	QPM	CURITIBA	CURITIBA - LOCAL	CIENCIAS	20	A partir de 19/11/2025
993.XXX.XXX-20	LUCIANO MORAES CARDOSO	1	QPM	CAMBE	CAMBE - LOCAL	EDUCACAO FISICA	20	A partir de 19/11/2025
045.XXX.XXX-26	LUCILENE BRUSTOLIM	90	QPM	CLEVELANDIA	CLEVELANDIA - LOCAL	PEDAGOGO	20	A partir de 19/11/2025
065.XXX.XXX-07	LUIZ FRANCISCO GARCIA LAVANHOLI	1	QPM	CURITIBA	CURITIBA - LOCAL	FILOSOFIA	20	A partir de 19/11/2025
201.XXX.XXX-20	LUIZ ROBERTO DITZEL	91	QPM	COLOMBO	COLOMBO - LOCAL	MATEMATICA	20	A partir de 19/11/2025
028.XXX.XXX-42	MARCEL CUNHA	96	QPM	PARANAGUA	PARANAGUA - LOCAL	MATEMATICA	20	A partir de 19/11/2025
177.XXX.XXX-14	MARCOS PAULO DE SOUSA	93	QPM	CURITIBA	CURITIBA - LOCAL	INGLES	20	A partir de 19/11/2025
837.XXX.XXX-10	MARIA DE OLIVEIRA OSTWALD	1	QFEB	GENERAL CARNEIRO	GENERAL CARNEIRO - LOCAL	CAT FUNC-AUX SERVICOS GERAIS	40	A partir de 19/11/2025
024.XXX.XXX-13	MARIA ISABELLE PALMA GOMES CORREA	96	QPM	CASTRO	CASTRO - LOCAL	HISTORIA	20	A partir de 19/11/2025
024.XXX.XXX-37	MARILDA DAL SANTOS	99	QPM	FAZENDA RIO GRANDE	FAZENDA RIO GRANDE - LOCAL	MATEMATICA	20	A partir de 19/11/2025
033.XXX.XXX-00	MARILENE MENDES	1	QPM	MATINHOS	MATINHOS - LOCAL	PEDAGOGO	20	A partir de 19/11/2025
597.XXX.XXX-34	MARINALVA FREGUETO ULIAN	2	QPM	COLORADO	COLORADO - LOCAL	EDUCACAO ARTISTICA	20	A partir de 19/11/2025

038.XXX.XXX-16	MARISA MARIA MENDES	1	QFEB	PONTA GROSSA	PONTA GROSSA - LOCAL	CAT FUNC-AUX SERVICOS GERAIS	40	A partir de 19/11/2025
018.XXX.XXX-70	MARLON ROBERTO FERREIRA	1	QPM	FAZENDA RIO GRANDE	FAZENDA RIO GRANDE - LOCAL	GEOGRAFIA	40	A partir de 19/11/2025
451.XXX.XXX-53	MAURICIO FREDERICO	3	QPM	IVAIPORA	IVAIPORA - LOCAL	CIENCIAS	20	A partir de 19/11/2025
451.XXX.XXX-53	MAURICIO FREDERICO	4	QPM	IVAIPORA	IVAIPORA - LOCAL	BIOLOGIA	20	A partir de 19/11/2025
006.XXX.XXX-40	NEIDE DE OLIVEIRA FREITAS	1	QFEB	LARANJEIRAS DO SUL	LARANJEIRAS DO SUL - LOCAL	FUNC-APOIO/TEC ADMINIST	40	A partir de 19/11/2025
042.XXX.XXX-39	NEIMAR BERARDI	1	QFEB	ARAPUA	ARAPUA - LOCAL	FUNC-APOIO/TEC ADMINIST	40	A partir de 19/11/2025
614.XXX.XXX-04	NEREUVALDO DA SILVEIRA	2	QPM	BITURUNA	BITURUNA - LOCAL	EDUCACAO FISICA	20	A partir de 19/11/2025
020.XXX.XXX-54	NOELI ANTONIA BOROX BOIANI	1	QPM	SAO JOAO DO TRIUNFO	SAO JOAO DO TRIUNFO - LOCAL	PORTUGUES	20	A partir de 19/11/2025
041.XXX.XXX-55	PATRICIA DOS SANTOS PINTO	4	QPM	PONTA GROSSA	PONTA GROSSA - LOCAL	FILOSOFIA	20	A partir de 19/11/2025
024.XXX.XXX-69	PERLA APARECIDA FILPO	1	QFEB	CURITIBA	CURITIBA - LOCAL	FUNC-APOIO/TEC ADMINIST	40	A partir de 19/11/2025
350.XXX.XXX-45	RAFAEL MAGALHAES PINTO PERETTI	1	QPM	LONDRINA	LONDRINA - LOCAL	SOCIOLOGIA	20	A partir de 19/11/2025
066.XXX.XXX-03	RAQUEL ALINE ZANINI	1	QPM	CURITIBA	CURITIBA - LOCAL	PEDAGOGO	20	A partir de 19/11/2025
578.XXX.XXX-53	REGINA DE CASSIA BERGAMASCHI BLEY	3	QPM	CURITIBA	CURITIBA - LOCAL	CIENCIAS	20	A partir de 19/11/2025
755.XXX.XXX-68	ROSELI TEREZINHA MONAUER HENRICHS	1	QPM	BOA VISTA DA APARECIDA	BOA VISTA DA APARECIDA - LOCAL	CIENCIAS	20	A partir de 19/11/2025
017.XXX.XXX-43	ROSELY SAGRILO ALVES	91	QPM	CAMPO MOURAO	CAMPO MOURAO - LOCAL	CIENCIAS	20	A partir de 19/11/2025
766.XXX.XXX-00	ROSIANE CRISTINA VIEIRA NEIA STORTI	1	QPM	BANDEIRANTES	BANDEIRANTES - LOCAL	PORTUGUES	20	A partir de 19/11/2025
766.XXX.XXX-00	ROSIANE CRISTINA VIEIRA NEIA STORTI	2	QPM	BANDEIRANTES	BANDEIRANTES - LOCAL	INGLES	20	A partir de 19/11/2025
050.XXX.XXX-03	ROSICLER MANTOVANI BELEGANTE	94	QPM	GUARANIACU	GUARANIACU - LOCAL	BIOLOGIA	20	A partir de 19/11/2025
571.XXX.XXX-15	ROSINEI DE FREITAS	90	QPM	CAMPO MOURAO	CAMPO MOURAO - LOCAL	ENFERMAGEM	20	A partir de 19/11/2025
744.XXX.XXX-20	SANDRO FERNANDES DO NASCIMENTO	97	QPM	CURITIBA	CURITIBA - LOCAL	FILOSOFIA	20	A partir de 19/11/2025
634.XXX.XXX-68	SELMA DE JESUS LOPES TRAJANO RESENDE	1	QPM	BANDEIRANTES	BANDEIRANTES - LOCAL	PORTUGUES	20	A partir de 19/11/2025

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

032.XXX.XXX-59	SILENE PEREIRA FERNANDES	54	QFEB	CURITIBA	CURITIBA - LOCAL	CAT FUNC-AUX SERVICOS GERAIS	40	A partir de 19/11/2025
036.XXX.XXX-62	SILVANA APARECIDA LOCH	3	QPM	CAMPO MOURAO	CAMPO MOURAO - LOCAL	PORTUGUES	20	A partir de 19/11/2025
638.XXX.XXX-00	SILVANA HORODESKI	1	QPM	UNIAO DA VITORIA	UNIAO DA VITORIA - LOCAL	PORTUGUES	20	A partir de 19/11/2025
741.XXX.XXX-15	SIMONE ANTONIO MIOTTO	2	QPM	CASCAVEL	CASCAVEL - LOCAL	FISICA	20	A partir de 19/11/2025
934.XXX.XXX-04	SIMONE GISELI BOVO	1	QPM	APUCARANA	APUCARANA - LOCAL	PEDAGOGO	20	A partir de 19/11/2025
995.XXX.XXX-20	SYLMARA APARECIDA BONTORIM VALERIO	2	QPM	NOVA SANTA BARBARA	NOVA SANTA BARBARA - LOCAL	PORTUGUES	20	A partir de 19/11/2025
023.XXX.XXX-59	TANIA BOZA	97	QFEB	CAMPO MAGRO	CAMPO MAGRO - LOCAL	CAT FUNC-AUX SERVICOS GERAIS	40	A partir de 19/11/2025
041.XXX.XXX-20	THAIS DELLARROSA SOARES PAPALEO	1	QPM	MARINGA	MARINGA - LOCAL	EDUCACAO FISICA	20	A partir de 19/11/2025
768.XXX.XXX-91	VALERIA DE CASSIA ARANTES	1	QPM	COLOMBO	COLOMBO - LOCAL	PEDAGOGO	40	A partir de 19/11/2025
003.XXX.XXX-06	VANDERLEI DOS SANTOS	90	QPM	PLANALTO	PLANALTO - LOCAL	FILOSOFIA	20	A partir de 19/11/2025
065.XXX.XXX-00	VANESSA GONCALVES DA ROCHA	8	QPM	BOCAIUVA DO SUL	BOCAIUVA DO SUL - LOCAL	PORTUGUES	20	A partir de 19/11/2025
006.XXX.XXX-09	VANESSA MORAIS E SILVA	92	QPM	CURITIBA	CURITIBA - LOCAL	CIENCIAS	20	A partir de 19/11/2025
554.XXX.XXX-20	VERA MARIA SILVA	1	QPM	CASCAVEL	CASCAVEL - LOCAL	BIOLOGIA	20	A partir de 19/11/2025
750.XXX.XXX-04	ZELMIR DOS SANTOS LODI	1	QPM	FRANCISCO BELTRAO	FRANCISCO BELTRAO - LOCAL	HISTORIA	20	A partir de 19/11/2025
750.XXX.XXX-04	ZELMIR DOS SANTOS LODI	2	QPM	FRANCISCO BELTRAO	FRANCISCO BELTRAO - LOCAL	HISTORIA	20	A partir de 19/11/2025

Curitiba, 19 de novembro de 2025.
TACIANA FENILI DE SANTANA
Delegação de Competência à Chefe do NRHS/SEED

169853/2025



Secretaria de Estado da Educação – SEED

PORTARIA Nº 368/2025 – GS/SEED

A Chefe do Núcleo de Recursos Humanos Setorial, no uso das atribuições que lhe foram delegadas de acordo com a Resolução n.º 8659/2023 – GS/SEED, de 07 de dezembro de 2023,

RESOLVE:

Fixar os servidores abaixo nominados nos locais que especifica, ficando revogadas as lotações anteriores.

CPF	NOME	LF	VÍNCULO	MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	DISCIPLINA	CH	PERÍODO
021.XXX.XXX-93	ANGELA FARIA DAS NEVES LIMA SABINO	1	QPM	MARIALVA	MARIALVA - LOCAL	EDUCACAO ESPECIAL	20	A partir de 19/11/2025
672.XXX.XXX-20	ELBA NERI MOREIRA DE MIRANDA	1	QPM	SAO JOSE DOS PINHAIS	SAO JOSE DOS PINHAIS - LOCAL	EDUCACAO ESPECIAL	40	A partir de 19/11/2025
925.XXX.XXX-04	IVAN MENDES DOS SANTOS	93	QPM	CONGONHINHAS	CONGONHINHAS - LOCAL	EDUCACAO ESPECIAL	20	A partir de 19/11/2025

Curitiba, 19 de novembro de 2025.

TACIANA FENILI DE SANTANA

Delegação de Competência à Chefe do NRHS/SEED

169856/2025

Secretaria de Estado da Educação - SEED

PORTARIA N.º 371/2025 – NRHS/SEED

A Chefe do Núcleo de Recursos Humanos Setorial, no uso das atribuições que lhe foram delegadas de acordo com a Resolução n.º 8659/2023 GS/SEED, de 07 de dezembro de 2023,

RESOLVE:

Remover, a pedido, nos termos do artigo 38 da Constituição Estadual, conforme Protocolo n.º 25.054.674-2, a servidora abaixo mencionado, devendo esta participar do próximo concurso de remoção, para fins de fixar lotação em instituição de ensino:

CPF	NOME	LF	VÍNCULO	LOTAÇÃO ANTERIOR	MUNICÍPIO	DISCIPLINA	CH	MUNICÍPIO DE DESTINO
067.XXX.XXX-32	ANA PAULA BOSIO LOPES	02	QPM	C. E. C. M. BEATRIZ BIAVATTI	FRANCISCO BELTRÃO	ARTE	20	PATO BRANCO

Curitiba, 08 de dezembro de 2025

TACIANA FENILI DE SANTANA

Chefe do Núcleo de Recursos Humanos Setorial/SEED

169872/2025

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED

Extrato dos Termos Aditivos ao Termos de Colaboração celebrados com as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais e coirmãs.

Objeto: Aumento dos valores, alteração da forma de custeio e adequação do quadro de profissionais.

Curitiba, dezembro de 2025.

Roni Miranda Vieira

Secretário de Estado da Educação

N.° ORDEM	N.° ADITIVO	TERMO	NRE	MUNICÍPIO	MANTENEDORA	ESCOLA	PROTOCOLO	VALOR DO ADITIVO R$
1	3°	202300013	APUCARANA	BOM SUCESSO	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE BOM SUCESSO	ESCOLA APRENDER É SABER - EI E EF, NA MOD. ED. ESPECIAL	25.093.302-9	10.000,00
2	3°	202300015	APUCARANA	CALIFÓRNIA	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CALIFÓRNIA	ESCOLA JOANA CARREIRA PORTELINHA - EI E EF, NA MOD. ED. ESPECIAL	25.093.648-6	15.000,00
3	3°	202300020	APUCARANA	MARILÂNDIA DO SUL	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE MARILÂNDIA DO SUL	ESCOLA MARILANDENSE - EI E EF, NA MOD. ED. ESPECIAL	25.093.690-7	15.000,00
4	3°	202300022	APUCARANA	MAUÁ DA SERRA	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE MAUA DA SERRA	ESCOLA EDUCARE - EI E EF, NA MOD. ED. ESPECIAL	25.093.861-6	10.000,00
5	4°	202300068	CAMPO MOURÃO	QUINTA DO SOL	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE QUINTA DO SOL	ESCOLA ZILDA ARNS - EI E EF, NA MOD. ED. ESPECIAL	25.093.889-6	15.000,00
6	3°	202300083	CASCAVEL	GUARANIAÇU	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE GUARANIAÇU	ESCOLA ELENICE CORREIA - EI E EF, NA MOD. ED. ESPECIAL	25.092.975-7	10.000,00
7	3°	202300085	CASCAVEL	LINDOESTE	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE LINDOESTE	ESCOLA SUSANA CASAGRANDE - EI E EF, NA MOD. ED. ESPECIAL	25.092.997-8	10.000,00
8	3°	202300091	CIANORTE	INDIANÓPOLIS	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE INDIANÓPOLIS	ESCOLA CRIANÇA ESPERANÇA - EI E EF, NA MOD. ED. ESPECIAL	25.095.047-0	10.000,00

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

9	3°	202300094	CIANORTE	RONDON	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE RONDON	ESCOLA ROSA AZUL - EI E EF, NA MOD. ED. ESPECIAL	25.095.073-0	10.000,00
10	3°	202300096	CIANORTE	TAPEJARA	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE TAPEJARA	ESCOLA CAMINHO DO SABER - EI E EF, NA MOD. ED. ESPECIAL	25.095.109-4	15.000,00
11	4°	202300167	FRANCISCO BELTRÃO	BELA VISTA DA CAROBA	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE BELA VISTA DA CAROBA	ESCOLA ADRIANA BONORDT - EI E EF, NA MOD. ED. ESPECIAL	25.092.870-0	15.000,00
12	3°	202300174	FRANCISCO BELTRÃO	PÉROLA DO OESTE	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PÉROLA D`OESTE	ESCOLA PROFESSORA NILDA MARIA TESSARO - EI E EF, NA MOD. ED. ESPECIAL	25.079.918-7	10.000,00
13	4°	202300186	GOIOERÊ	JURANDA	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE JURANDA	ESCOLA DIENE CRISTINA DA SILVA COSTA - EI E EF, NA MOD. ED. ESPECIAL	25.093.800-4	10.000,00
14	3°	202300192	GUARAPUAVA	GOIOXIM	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE GOIOXIM	ESCOLA SANTA ANA - EI E EF, NA MOD. ED. ESPECIAL	25.093.007-0	10.000,00
15	3°	202300203	IBAITI	JAPIRA	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE JAPIRA	ESCOLA JOÃO PROFESSOR - EI E EF, NA MOD. ED. ESPECIAL	24.985.253-8	10.000,00
16	4°	202300220	IVAIPORÃ	IVAIPORÃ	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE IVAIPORÃ	ESCOLA IVAIPORÃ - EI E EF, NA MOD. ED. ESPECIAL	25.093.829-2	15.000,00
17	3°	202300221	IVAIPORÃ	JARDIM ALEGRE	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE JARDIM ALEGRE	ESCOLA LÚCIA BRAGHIROLLI RECH - EI E EF, NA MOD. ED. ESPECIAL	25.097.124-9	10.000,00
18	5°	202300230	JACAREZINHO	BARRA DO JACARÉ	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE BARRA DO JACARÉ	ESCOLA CONSTRUINDO O SABER - EI, EF E EJA, NA MOD. ED. ESPECIAL	25.097.397-7	10.000,00
19	3°	202300237	JACAREZINHO	QUATIGUÁ	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE QUATIGUÁ	ESCOLA SÃO LUCAS - EI E EF, NA MOD. ED. ESPECIAL	25.097.794-8	15.000,00
20	3°	202300243	LARANJEIRAS DO SUL	MARQUINHO	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DO EXCEPCIONAIS DE MARQUINHO	Escola Marinalva Caniel Barbosa EI E EF NA MOD ED ESP	25.095.131-0	10.000,00
21	4°	202300247	LOANDA	DIAMANTE DO NORTE	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE DIAMANTE DO NORTE	ESCOLA FERNANDA PRIESLER AQUINO - EI E EF, NA MOD. ED. ESPECIAL	25.095.306-2	15.000,00
22	3°	202300248	LOANDA	ITAÚNA DO SUL	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ITAÚNA DO SUL	ESCOLA PROFESSORA HISSAKO MATUOKA - EI E EF, NA MOD. ED. ESPECIAL	25.095.188-4	15.000,00
23	3°	202300252	LOANDA	PLANALTINA DO PARANÁ	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PLANALTINA DO PARANÁ	ESCOLA PADRE JOSÉ SAZAMI KUMAGAWA - EI E EF, NA MOD. ED. ESPECIAL	25.095.384-4	10.000,00
24	3°	202300258	LONDRINA	ALVORADA DO SUL	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ALVORADA DO SUL	ESCOLA CELSO HEINZEN - EI E EF, NA MOD. ED. ESPECIAL	25.093.029-1	10.000,00
25	3°	202300284	MARINGÁ	ATALAIA	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ATALAIA	ESCOLA SENTIDO DA VIDA - EI E EF, NA MOD. ED. ESPECIAL	25.100.279-7	15.000,00
26	3°	202300286	MARINGÁ	DOUTOR CAMARGO	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE DOUTOR CAMARGO	ESCOLA FRANCISCO ESCORSIN - EI E EF, NA MOD. ED. ESPECIAL	25.100.410-2	15.000,00
27	3°	202300287	MARINGÁ	FLORAÍ	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE FLORAÍ	ESCOLA JULIO CONTIN - EI E EF, NA MOD. ED. ESPECIAL	25.100.591-5	10.000,00
28	3°	202300303	MARINGÁ	SANTA FÉ	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SANTA FÉ	ESCOLA NOVO AMANHECER - EI E EF, NA MOD. ED. ESPECIAL	25.100.730-6	10.000,00
29	3°	202300304	MARINGÁ	SANTO INÁCIO	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SANTO INÁCIO	ESCOLA CORAÇÃO DE JESUS - EI E EF, NA MOD. ED. ESPECIAL	25.100.959-7	15.000,00
30	3°	202300305	MARINGÁ	SÃO JORGE DO IVAÍ	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO JORGE DO IVAI	ESCOLA DOUTOR RAUL MARTINS - EI E EF, NA MOD. ED. ESPECIAL	25.101.279-2	15.000,00
31	3°	202300316	PARANAVAÍ	ITAGUAJÉ	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ITAGUAJÉ	ESCOLA RAFAEL COSTA DA ROCHA - EI E EF, NA MOD. ED. ESPECIAL	25.101.427-2	15.000,00

32	3°	202300329	PATO BRANCO	CORONEL DOMINGOS SOARES	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CORONEL DOMINGOS SOARES	ESCOLA ELENITA ALMEIDA FERREIRA - EI E EF, NA MOD. ED. ESPECIAL	25.093.429-7	15.000,00
33	3°	202300339	PATO BRANCO	SAUDADE DO IGUAÇU	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DE SAUDADE DO IGUAÇU	ESCOLA DAIZI TRENTO - EI E EF, NA MOD. ED. ESPECIAL	25.093.594-3	15.000,00
34	3°	202300340	PATO BRANCO	SULINA	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SULINA	ESCOLA VALMIR KUNZ - EI E EF, NA MOD. ED. ESPECIAL	25.093.722-9	10.000,00
35	3°	202300342	PITANGA	BOA VENTURA DE SÃO ROQUE	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE	ESCOLA DR. EMÍLIO MUDREY - EI E EF, NA MOD. ED. ESPECIAL	25.095.171-0	10.000,00
36	3°	202300343	PITANGA	LARANJAL	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE LARANJAL	ESCOLA REVIVER - EI E EF, NA MOD. ED. ESPECIAL	25.095.199-0	10.000,00
37	3°	202300345	PITANGA	NOVA TEBAS	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE NOVA TEBAS	ESCOLA ADELINA MEURER - EI E EF, NA MOD. ED. ESPECIAL	25.095.226-0	10.000,00
38	4°	202300347	PITANGA	PITANGA	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DO EXCEPCIONAIS DE PITANGA	ESCOLA CLODOALDO SANTOS DE FRANÇA - EI E EF, NA MOD. ED. ESPECIAL	25.095.248-1	10.000,00
39	3°	202300369	TELÊMACO BORBA	IMBAÚ	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE IMBAÚ	ESCOLA ROBERTO KORTZ DA FONSECA - EI E EF, NA MOD. ED. ESPECIAL	25.101.591-0	15.000,00
40	3°	202300370	TELÊMACO BORBA	ORTIGUEIRA	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ORTIGUEIRA	ESCOLA DR. MILTON JOSÉ DA SILVA RIBAS - EI E EF, NA MOD. ED. ESPECIAL	25.101.818-9	15.000,00
41	3°	202300373	TELÊMACO BORBA	TELÊMACO BORBA	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE TELÊMACO BORBA	ESCOLA SÃO GERALDO - EI E EF, NA MOD. ED. ESPECIAL	25.107.600-6	10.000,00
42	3°	202300395	UMUARAMA	ALTO PARAISO	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ALTO PARAÍSO	ESCOLA FÁTIMA DA SILVA - EI E EF, NA MOD. ED. ESPECIAL	25.097.173-7	15.000,00
43	3°	202300388	UMUARAMA	IVATÉ	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE IVATÉ	ESCOLA AMOR E PAZ - EI E EF, NA MOD. ED. ESPECIAL	25.097.291-1	40.000,00
44	3°	202300389	UMUARAMA	MARIA HELENA	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE MARIA HELENA	ESCOLA RAIO DE LUZ - EI E EF, NA MOD. ED. ESPECIAL	25.097.338-1	10.000,00
45	5°	202300390	UMUARAMA	NOVA OLÍMPIA	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE NOVA OLÍMPIA	ESCOLA VIVA-VIDA - EI E EF, NA MOD. ED. ESPECIAL	25.097.379-9	10.000,00
46	3°	202300396	UNIÃO DA VITÓRIA	ANTÔNIO OLINTO	ASSOÇIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ANTONIO OLINTO	ESCOLA RAIO DE SOL - EI E EF, NA MOD. ED. ESPECIAL	25.097.031-5	10.000,00

170113/2025

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED

DESPACHO SECRETARIAL

Protocolo n.º 25.055.306-4

I. Autorizo a prorrogação do afastamento, pelo período de 1 (um) ano, a partir de 15 de janeiro de 2026, da servidora **Juliana Aparecida Pena**, RG n.º 7.051. XXX-7, agente educacional II do Quadro de Funcionários da Educação Básica – QFEB/SEED, com ônus para o órgão de origem, para continuar exercendo suas funções na 26.ª Zona Eleitoral de Cornélio Procópio, em atendimento ao Ofício n.º 201/2025, emitido por aquele Juízo, e com base na Lei Federal n.º 6.999, de 7 de junho de 1982, nas Resoluções n.º 23.523, de 27 de junho de 2017, n.º 23.643, de 24 de junho de 2021, e n.º 23.720, de 13 de junho de 2023, do Tribunal Superior Eleitoral – TSE, e na Resolução n.º 750, de 9 de novembro de 2016, do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná – TRE/PR.

II. Publique-se.

Curitiba, 8 de dezembro de 2025.

João Luiz Giona Junior
Resolução n.º 7.309/2023 – GS/SEED
Delegação de Competência ao Diretor-Geral

170037/2025

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED

DESPACHO SECRETARIAL

Protocolo n.º 25.091.170-0

I. Autorizo a prorrogação do afastamento, pelo período de 1 (um) ano, a partir de 7 de janeiro de 2026, da servidora **Stella Adriana dos Santos Batista**, RG n.º 4.709. XXX-9, agente educacional II do Quadro de Funcionários da Educação Básica – QFEB/SEED, com ônus para o órgão de origem, para continuar exercendo suas funções na 2.ª Zona Eleitoral de Curitiba, em atendimento ao Ofício n.º 054/2025, emitido por aquele Juízo, e com base na Lei Federal n.º 6.999, de 7 de junho de 1982, nas Resoluções n.º 23.523, de 27 de junho de 2017, n.º 23.643, de 24 de junho de 2021, e n.º 23.720, de 13 de junho de 2023, do Tribunal Superior Eleitoral – TSE, e na Resolução n.º 750, de 9 de novembro de 2016, do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná – TRE/PR.

II. Publique-se.

Curitiba, 8 de dezembro de 2025.

João Luiz Giona Junior
Resolução n.º 7.309/2023 – GS/SEED
Delegação de Competência ao Diretor-Geral

169876/2025

Extrato – Termo de Doação de Veículos n.º 3009475

Protocolo n.º 24.442.684-1
Fundamento legal: Art. 76, inciso II, alínea "a" da Lei Federal n.º 14.133/2021; art. 610, inciso II, alínea "a" c/c o art. 619 do
Decreto nº 10.086/2022; art. 1º da Lei nº 20.790/2021; Decreto nº 4.336/2009; Decreto nº 2.819/2023.
Doador: SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Donatário: PREFEITURA MUNICIPAL DE FÊNIX
Objeto:
1- ÔNIBUS RURAL ESCOLAR, 44 LUGARES
Placa: BEV7G49
Valor: R$ 156.771,89
Signatários :Roni Miranda Vieira – Doador
Eurípedes Molina Tasca Junior – Donatário

Curitiba, 26 de novembro de 2025.

170047/2025

Extrato – Termo de Doação de Veículos n.º 3010715
Protocolo n.º 24.603.535-0
Fundamento legal: Art. 76, inciso II, alínea "a" da Lei Federal n.º 14.133/2021; art. 610, inciso II, alínea "a" c/c o art. 619 do
Decreto nº 10.086/2022; art. 1º da Lei nº 20.790/2021; Decreto nº 4.336/2009; Decreto nº 2.819/2023.
Doador: SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED
Donatário: PREFEITURA MUNICIPAL DE REALEZA
Objeto:
1- ONIBUS VW NEOBUS15.190 ESCOLAR MOD. ORE 3
Placa: RHX7G74
Valor: R$ 251.424,73
2- ONIBUS ESCOLAR NEOBUS 8160
Placa: SEA9G52
Valor: R$ 279.425,26
3- ONIBUS ESCOLAR NEOBUS 8160
Placa: SEF3A81
R$ 283.256,22
4- ONIBUS ESCOLAR NEOBUS 8160
Placa: SEF3A70
Valor: R$ 283.311,74
5- IVECO BUS 15-210 - ORE3
Placa: TBB2F36
Valor: R$ 451.452,55
Signatários :Roni Miranda Vieira – Doador
Paulo Cezar Casaril – Donatário

Curitiba, 28 de novembro de 2025.

170041/2025

Extrato – Termo de Doação de Veículos n.º 3011200
Protocolo n.º 23.591.987-7
Fundamento legal: Art. 76, inciso II, alínea "a" da Lei Federal n.º 14.133/2021; art. 610, inciso II, alínea "a" c/c o art. 619 do
Decreto nº 10.086/2022; art. 1º da Lei nº 20.790/2021; Decreto nº 4.336/2009; Decreto nº 2.819/2023.
Doador: SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED
Donatário: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÂNGULO
Objeto:
1- ONIBUS ESCOLAR NEOBUS 8160
Placa: SEA2A17
Valor: R$ 400.233,44
Signatários :Roni Miranda Vieira – Doador
Alexandre de Sousa Profeta – Donatário

Curitiba, 27 de novembro de 2025.

170045/2025

Extrato – Termo de Doação de Veículos n.º 3011404
Protocolo n.º 24.753.890-9
Fundamento legal: Art. 76, inciso II, alínea "a" da Lei Federal n.º 14.133/2021; art. 610, inciso II, alínea "a" c/c o art. 619 do
Decreto nº 10.086/2022; art. 1º da Lei nº 20.790/2021; Decreto nº 4.336/2009; Decreto nº 2.819/2023.
Doador: SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED
Donatário: PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA
Objeto:
1- ONIBUS VW NEOBUS15.190 ESCOLAR MOD. ORE 3
Placa: RHY5E66
Valor: R$ 252.208,02
2- ONIBUS ESCOLAR NEOBUS 8160
Placa: SEG5E76
Valor: R$ 284.477,68
3- ONIBUS ESCOLAR ORE1
Placa: TAZ9A27
R$ 393.656,30
4- VW/NEOBUS 8.180
Placa: TAI1C05
Valor: R$ 379.441,62
Signatários :Roni Miranda Vieira – Doador
Lucas machado Ribeiro – Donatário

Curitiba, 1.º de dezembro de 2025.

170080/2025

Extrato – Termo de Doação de Veículos n.º 3012104
Protocolo n.º 23.948.945-1
Fundamento legal: Art. 76, inciso II, alínea "a" da Lei Federal n.º 14.133/2021; art. 610, inciso II, alínea "a" c/c o art. 619 do
Decreto nº 10.086/2022; art. 1º da Lei nº 20.790/2021; Decreto nº 4.336/2009; Decreto nº 2.819/2023.
Doador: SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED
Donatário: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO IVAÍ
Objeto:
1- ÔNIBUS RURAL ESCOLAR 44 LUGARES
Placa: RHB8G25
Valor: R$ 156.701,59
Signatários :Roni Miranda Vieira – Doador
Fabio Hidek Miura – Donatário

Curitiba, 28 de novembro de 2025.

170050/2025

Extrato – Termo de Doação de Veículos n.º 3013604
Protocolo n.º 23.660.672-4
Fundamento legal: Art. 76, inciso II, alínea "a" da Lei Federal n.º 14.133/2021; art. 610, inciso II, alínea "a" c/c o art. 619 do Decreto nº 10.086/2022; art. 1º da Lei nº 20.790/2021; Decreto nº 4.336/2009; Decreto nº 2.819/2023.
Doador: SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED
Donatário: PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDOESTE
Objeto:
1- ÔNIBUS RURAL ESCOLAR, 44 LUGARES
Placa: RHC6H47
Valor: R$ 157.615,55R$ 156.771,89
Signatários :Roni Miranda Vieira – Doador
Silvio de Souza – Donatário

Curitiba, 5 de dezembro de 2025.

170051/2025

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 51/2025 SEED

Protocolo nº: 25.063.300-9
Assunto: Autorização de dispensa de Licitação não eletrônica para a aquisição de 64 extintores de incêndio para a Secretaria de Estado da Educação (SEED).

1. **DISPENSO**,qh nos termos do Artigo 34, inciso II, da Lei Estadual nº 15.608/2007 e com amparo da Informação nº 4.290/2025 - ED/ASS TEC, fls. 111/128, mov.54, o procedimento licitatório na forma não eletrônica, para a aquisição de extintores de incêndio que serão destinados à sede administrativa da Secretaria de Estado da Educação.
2. **AUTORIZO**, com fundamento do disposto no art. 1º, § 3º e 5º do Decreto Estadual nº 4.189/2016 c/c a Informação nº 4.290/2025 SEED/ASS TEC, a realização da despesa supracitada no valor global de R$ 8.832,00 (oito mil e oitocentos e trinta e dois reais), em favor da empresa CWB EXTINTORES - Produtos e Instalação Contra Incêndio (AGUIAR MIQUILIN EXTINTOR EIRELI), incrito no CNPJ 20.637.095/0001-66.

Curitiba, 09 de dezembro de 2025

João Luiz Giona Junior
Diretor-Geral/SEED, por Delegação
De Competência Res.7.309-19/10/2023 GS/SEED

170291/2025

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Errata referente a Homologação Dispensa nº 34.2025 – Ato Executivo
DIOE Edição nº 12044 – 08/12/2025 - data publicação

Onde se lê: valor total de R$ 30.921,07 (trinta mil, novecentos e vinte e um reais e sete centavos).
Leia se: valor total de R$ 30.778,30 (trinta mil, setecentos e setenta e oito reais e trinta centavos).

Setor de Licitações – SEED/NAS

169697/2025

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DA
DISPENSA ELETRÔNICA N.º 35/2025

Protocolo: 23.932.738-9
Assunto: Adjudicação e homologação de Dispensa Eletrônica

1. Com fundamento no Inciso IV do art. 71 da Lei Federal n.º 14.133/2021 e no Inciso VIII do Art. 13 do Decreto Estadual n.º 10.086/2022, c/c a Informação n.º 4.246/2025 – SEED/ASS TEC, ADJUDICO às empresas, MALINOIS LICITAÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ n.º 36.084.000/0001-64, no valor global de R$ 16.219,97 (dezesseis mil, duzentos e dezenove reais e noventa e sete centavos), referente aos Lotes 1, 2, 3, 6, 7 e 10, bem como da empresa MATTEUS PIMENTA MARTINS, inscrita no CNPJ n.º 36.084.000/0001-64, no valor global de R$ 9.435,00 (nove mil, quatrocentos e trinta e cinco reais), correspondente ao Lote 4, objetos da Dispensa Eletrônica n.º 35/2025, e HOMOLOGO o certame objetivando à aquisição de equipamentos e materiais para compor os laboratórios dos Cursos Técnicos do Programa Mulheres Mil.

2. Com fundamento no art. 1.º, §§ 3.º e 5.º do Decreto Estadual n.º 4.189/2016,

c/c a Informação n.º 4.246/2025 – SEED/ASS TEC, AUTORIZO, cumprido as formalidades legais, a realização da despesa supracitada.

Curitiba, 08 de dezembro de 2025.

João Luiz Giona Junior
Diretor-Geral/SEED, por Delegação
De Competência Resolução n.º 7.309/2023 GS/SEED

169625/2025

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 36/2025 SEED

Protocolo nº: 24.225.818-5
Assunto: Autorização de Dispensa de Licitação – Impressão de 10.000 folhetos do Programa Brigadas Escolares.

1. Com fundamento no inciso II do art. 75 da Lei Federal n.º 14.133/2021 e no Decreto Estadual n.º 10.086/2022, c/c a Informação n.º 4199/2025 – ASS TEC/SEED, **DISPENSO** o procedimento licitatório para a contratação direta da empresa Sergraf Serviços Gráficos e Editora, inscrita no CNPJ n.º 76.759.349/0001-73, visando à impressão de 10.000 (dez mil) folhetos institucionais do Programa Brigadas Escolares.

2. Com amparo no art. 1.º, §§ 3.º e 5.º do Decreto Estadual n.º 4.189/2016 e na Informação n.º 4199/2025 – ASS TEC/SEED, **AUTORIZO**, cumpridas as formalidades legais, a realização da despesa supracitada no valor total de R$ 4.000,00 (quatro mil reais).

Curitiba, 09 de dezembro de 2025

João Luiz Giona Junior
Diretor-Geral/SEED, por Delegação
De Competência Res.7.309-19/10/2023 GS/SEED

170073/2025

CERTIFICADO DE CUMPRIMENTO DO TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

No uso das atribuições legais conferidas pela Lei Estadual n.º 20.656/2021 **CERTIFICO** que a servidora **Rafaella da Costa e Silva** , CPF n.º xxx.213.779-xx, ajustou sua conduta e cumpriu **integralmente** com os deveres pactuados no Termo de Ajustamento de Conduta celebrado no caderno protocolar n.º 24.465.233-6, publicado no Diário Oficial do Estado n.º 11.999, de 02 de outubro de 2025, presente às fls. 60, mov. 19 e fls. 67, mov.23.

Curitiba, 08 de dezembro de 2025..

João Luiz Giona Junior
Res. n.º 7.309/2023 – GS/SEED
Delegação de Competência ao Diretor-Geral

169987/2025

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED
DESPACHO SECRETARIAL

Protocolo n.º 25.084.817-0
Com amparo na Lei Federal n.º 6.999, de 7 de junho de 1982, nas Resoluções n.º 23.523, de 27 de junho de 2017, n.º 23.643, de 24 de junho de 2021 e n.º 23.270, de 13 de junho de 2023, do Tribunal Superior Eleitoral – TSE, que dispõem sobre a requisição de servidores públicos pela Justiça Eleitoral, e no Decreto Estadual n.º 8.466, de 1.º de julho de 2013, autorizo a prorrogação do afastamento de **Marcelo Vertuan Manganaro**, RG n.º 8.293.XXX-8, agente educacional II – assistente administrativo do Quadro de Funcionários da Educação Básica – QFEB, para prestar serviços na 146.ª Zona Eleitoral de Londrina, pelo período de 1 (um) ano, a partir de **31 de janeiro de 2026**, com ônus para o órgão de origem, em atendimento à solicitação emitida por meio do Ofício n.º 057/2025.
Curitiba, 8 de dezembro de 2025.

João Luiz Giona Junior
Resolução nº 7.309/2023 – GS/SEED
Delegação de Competência ao Diretor-Geral

169557/2025

RESOLUÇÃO N.º 7302/2025 – GS/SEED

Súmula: Instaura Sindicância.
O Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação, no uso das atribuições legais, conferidas pela Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, Lei Estadual n.º 20.656, de 3 de agosto de 2021, e considerando o contido no protocolado n.º 24.634.438-8,
R E S O L V E:

Art. 1.º Designar, Ana Paula Pirolo Ramos, RG n.º 7.304.XXX-0/PR e Sonia Garcia de Oliveira Braz, RG n.º 6.373.XXX-8/PR, todas em exercício no Núcleo Regional de Educação de Campo Mourão, para, sob a presidência da primeira nominada, promoverem Sindicância, nos temos do inciso II, do artigo 100, da Lei Estadual n.º 20.656/2021, com a finalidade de apurar indícios de irregularidades e de ilícitos administrativos apontados no protocolado em comento, referente ao Colégio Estadual Professor Pedro Carli, município de Guarapuava, jurisdicionado ao Núcleo Regional de Educação de Guarapuava.
Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Curitiba, 08 de dezembro de 2025

João Luiz Giona Junior
Res. n.º 7.309/2023 – GS/SEED
Delegação de Competência ao Diretor-Geral

169909/2025

RESOLUÇÃO N.º 7348/2025 – GS/SEED

Súmula: Designa servidores para compor a Comissão de Apuração do Núcleo Regional de Educação.
O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação**, no uso das atribuições legais, com fundamento na Lei Estadual n º 21.648, de 25 de setembro de 2023, na Resolução n.º 8.835/2023 – GS/SEED, de 19 de dezembro de 2023, Resolução n.º 599 de 07 de fevereiro de 2024, bem como ao contido do Protocolado n.º 24.626.018-4,
R E S O L V E:

Art. 1.º Designar Paulo Severino Penteado, RG n.º 9.199.XXX-0; Carolina Casimira Molina Celestino, RG n.º 4.806.XXX-5 e Francielli Souza da Silva Lourenço, RG n.º 8.282.XXX-8, todos em exercício no Núcleo Regional de Educação Paranaguá, para, sob a presidência do primeiro nominado, comporem a Comissão do Núcleo Regional de Educação, para apurar possível descumprimento das competências previstas na Resolução n.º 8.835/2023 – GS/SEED pela servidora Luciana Cecilia Basso, RG n.º 7.053.XXX-8, Professora do Quadro Próprio do Magistério – QPM, LF 01, no exercício da função de Diretora, lotada no Colégio Estadual Maria Helena Teixeira Luciano, município de Pontal do Paraná, jurisdicionado do Núcleo Regional de Educação de Paranaguá.
Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 09 de dezembro de 2025

João Luiz Giona Junior
Res. nº. 7.309/2023 – GS/SEED
Delegação de Competência ao Diretor-Geral

170127/2025

RESOLUÇÃO N.º 7.084/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nas Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, 06/2025, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 2716/2025, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 23.249.706-8,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para funcionamento da Educação Infantil, do Centro Municipal de Educação Infantil Pequeno Polegar, situado na Rua Dourado, s/n, do Município de São Pedro do Paraná, NRE de Loanda.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 2835/2020, de 29/07/2020, com vigência até 31/12/2029.
§ 2º A última renovação da autorização para funcionamento da Educação Infantil, para o atendimento de crianças de 00 (zero) a 05 (cinco) anos, foi concedida pela Resolução n.º 2835/2020, de 29/07/2020, com vigência até 31/12/2024.
§ 3º A renovação da autorização para o funcionamento do ensino é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2025 até 31/12/2029. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2029.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 26 de novembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 7.085/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nas Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, 06/2025, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 2717/2025, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 23.149.827-3,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para funcionamento da Educação Infantil, do Colégio Interativa – Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio, situado na

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Rua José Antônio Leprevost, 331, do Município e NRE de Curitiba.

§ 1º A instituição de ensino é mantida por Escola Sementinha Educação Infantil e Ensino Fundamental Ltda. e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 4874/2020, de 10/12/2020, com vigência até 19/12/2028.

§ 2º A última renovação da autorização para funcionamento da Educação Infantil, para o atendimento de crianças de 00 (zero) a 06 (seis) anos, foi concedida pela Resolução n.º 4875/2020, de 10/12/2020, com vigência até 31/12/2024.

§ 3º A renovação da autorização para o funcionamento do ensino é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2025 até 31/12/2029. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2029.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 26 de novembro de 2025.

assinado eletronicamente

Graziele Andriola

Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 7.090/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/1998, 03/2006, 03/2013, 12/2021 e todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 2718/2025, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 24.778.621-0,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o funcionamento do Ensino Fundamental (anos iniciais), com implantação gradativa, no Centro de Educação Infantil Cristã Primazus, situado na Avenida Rio Branco, 930, do Município e NRE de Cianorte.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Associação Beneficente Davi Muller e obteve o credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 358/2025, de 29/01/2025, com vigência até 06/09/2034.

§ 2º A autorização para o funcionamento do ensino é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, a partir de 01/01/2026. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2030.

Art. 2º Adequar a nomenclatura da instituição de ensino que, em decorrência do art. 1º, passa a denominar-se: Escola Cristã Primazus – Educação Infantil e Ensino Fundamental.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 26 de novembro de 2025.

assinado eletronicamente

Graziele Andriola

Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 7.092/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nas Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, 06/2025, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 2721/2025, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 22.232.229-4,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para funcionamento da Educação Infantil, do Centro Municipal de Educação Infantil Ondina Cureau Giacobbo, situado na Rua João Antônio, 734, do Município de Nova Londrina, NRE de Loanda.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 3559/2018, de 31/07/2018, com vigência até 19/12/2027.

§ 2º A última renovação da autorização para funcionamento da Educação Infantil, para o atendimento de crianças de 00 (zero) a 05 (cinco) anos, foi concedida pela Resolução n.º 6398/2017, de 11/12/2017, com vigência até 19/12/2020.

§ 3º A renovação da autorização para o funcionamento do ensino é concedida, excepcionalmente, até 19/12/2027. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 19/12/2027.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 26 de novembro de 2025.

assinado eletronicamente

Graziele Andriola

Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 7.094/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nas Deliberações n.º 03/2006, 03/2013 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 2724/2025, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 22.359.932-0,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para o funcionamento do Ensino Fundamental (anos iniciais), da Escola Rural Municipal de Restinga – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Localidade de Restinga, do Município de Imbituva, NRE de Ponta Grossa.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 3217/2019, de 14/08/2019, com vigência até 28/04/2029.

§ 2º A última renovação da autorização para o funcionamento do ensino foi concedida pela Resolução n.º 2332/2021, de 25/05/2021, com vigência até 31/12/2024.

§ 3º A renovação é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2025 até 31/12/2029. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2029.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 26 de novembro de 2025.

assinado eletronicamente

Graziele Andriola

Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 7.096/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, o Parecer n.º 638/2025 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 24.262.888-8,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2026 até 31/12/2030, o credenciamento para a oferta da Educação Básica da Escola Municipal Rural Vereador Deodorico Silvano – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Localidade de Descoberto, no Município de Guaratuba, NRE de Paranaguá.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a

última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 2763/2025, de 08/05/2023, com vigência até 31/12/2025.

§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 26 de novembro de 2025.

assinado eletronicamente

Graziele Andriola

Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 7.097/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, o Parecer n.º 587/2025 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 24.463.295-5,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de 10 (dez) anos, no período de 01/01/2020 até 31/12/2029, o credenciamento para a oferta da Educação Básica da Escola Municipal Miguel Schleder – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Rua Quinze de Novembro, 135, no Município de Morretes, NRE de Paranaguá.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 2089/2018, de 10/05/2018, com vigência até 31/12/2019.

§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 27 de novembro de 2025.

assinado eletronicamente

Graziele Andriola

Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 7.098/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, o Parecer n.º 594/2025 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 24.477.132-7,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de 10 (dez) anos, no período de 01/01/2026 até 31/12/2035, o credenciamento para a oferta da Educação Básica da Escola Municipal Professora Iraci Miranda Kruger, situada na Rodovia 412, km 99, no Município de Guaratuba, NRE de Paranaguá.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 7341/2022, de 17/11/2022, com vigência até 31/12/2025.

§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 26 de novembro de 2025.

assinado eletronicamente

Graziele Andriola

Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 7.099/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, o Parecer n.º 622/2025 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 22.371.008-5,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de 10 (dez) anos, no período de 01/01/2025 até 31/12/2034, o credenciamento para a oferta da Educação Básica da Escola Municipal Divino Espírito Santo, situada na Rua Tiradentes, 239, no Município de Mallet, NRE de Irati.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 1386/2023, de 14/03/2023, com vigência até 31/12/2024.

§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 26 de novembro de 2025.

assinado eletronicamente

Graziele Andriola

Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 7.100/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, o Parecer n.º 621/2025 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 22.282.340-4,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de 10 (dez) anos, no período de 01/01/2025 até 31/12/2034, o credenciamento para a oferta da Educação Básica da Escola Municipal do Campo de Herval Sede – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situado na Localidade Herval Sede, no Município de Prudentópolis, NRE de Irati.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 619/2021, de 04/02/2021, com vigência até 31/12/2024.

§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 26 de novembro de 2025.

assinado eletronicamente

Graziele Andriola

Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

170069/2025

RESOLUÇÃO N.º 7.101/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nas Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, 06/2025, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 2726/2025, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 23.783.907-2,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para funcionamento da Educação Infantil da

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Escola Municipal do Campo Professora Genny Schumanske Kuller – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada no Prolongamento da Avenida Juscelino Kubitschek, s/n, do Município de Fernandes Pinheiro, NRE de Irati.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 3707/2021, de 19/08/2021, com vigência até 02/02/2032.

§ 2º A última renovação da autorização para funcionamento da Educação Infantil, para o atendimento de crianças de 04 (quatro) a 06 (seis) anos, foi concedida pela Resolução n.º 2141/2021, de 13/05/2021, com vigência até 31/12/2025.

§ 3º A renovação da autorização para o funcionamento do ensino é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2026 até 31/12/2030. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 26 de novembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 7.102/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o Decreto Federal n.º 5154, de 23 de julho de 2004 e as Deliberações n.º 03/1998, 03/2013, 12/2021, 03/2022 e 06/2022, todas do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 24.792.694-1,

RESOLVE:

Art. 1º Cessar, definitivamente, a partir de 01/01/2025, as atividades escolares relativas ao Curso Técnico em Administração – Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios, subsequente ao Ensino Médio, presencial, no Colégio Estadual João Negrão Júnior – Ensino Fundamental, Médio e Profissional, situado na Rua XV de Novembro, 413, do Município de Teixeira Soares, NRE de Irati.

Parágrafo único: A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 875/2017, de 15/03/2017, com vigência até 22/03/2027.

Art. 2º Revogar a Resolução n.º 3977/2019, de 17/10/2019, que autorizou o funcionamento da oferta na instituição de ensino.

Art. 3º Determinar que a guarda e expedição da documentação escolar fique sob a responsabilidade da própria instituição de ensino.

Art. 4º Adequar a nomenclatura da instituição de ensino que, em decorrência do art. 1º, passa a denominar-se: Colégio Estadual João Negrão Júnior – Ensino Fundamental e Médio.

Art. 5º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 26 de novembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 7.119/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/1998, 03/2013, 12/2021 e 03/2025, todas do Conselho Estadual de Educação e o Parecer n.º 2738/2025, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 24.117.868-4,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o funcionamento do Ensino Médio, com implantação gradativa, na Escola Menino Deus – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Rua José Constantino Torres, 277, do Município de Rolândia, NRE de Londrina.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Escola Menino Deus Ltda – ME, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 6123/2023, de 04/09/2023, com vigência até 23/01/2033.

§ 2º A autorização é concedida pelo prazo de 3 (três) anos, a partir de 01/01/2026. A direção da instituição de ensino deverá solicitar o reconhecimento do ensino 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2028.

Art. 2º Adequar a nomenclatura da instituição de ensino, que, em decorrência do Art. 1º, passa a denominar-se: Colégio Menino Deus – Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 27 de novembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 7.121/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013 e 12/2021, ambas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 2734/2025, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 24.979.936-0,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar, a partir de 01/01/2026, o endereço do Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos Ivaiporã – Ensino Fundamental e Médio, do Município e NRE de Ivaiporã, da Praça Professor Milton Pirolo, 375, para a Praça Professor Milton Pirolo, 385, do mesmo Município.

Parágrafo único: A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 2730/2019, de 18/07/2019, com vigência até 12/11/2028.

Art. 2º Determinar que a presente resolução seja mencionada com o ato regulatório citado no Art. 1º.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 27 de novembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 7.122/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e as Deliberações n.º 03/2006, 03/2013, 03/2025, 10/2021, 11/2021, 12/2021, 02/2022, 03/2022, 06/2022, o Parecer Normativo n.º 01/2023 – CP, todas do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 24.976.467-1,

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a Resolução n.º 1566/2024, de 19/03/2024, que credenciou, por aditamento, para a oferta da Educação a distância e autorizou o funcionamento do Ensino Fundamental – Fase II e o Ensino Médio, este como Experimento Pedagógico, e ambos na modalidade de Educação de Jovens e Adultos e a distância, no Colégio Estadual João XXIII – Ensino Fundamental, Médio e

Profissional, situado na Rua Piraí, 781, do Município de Mamborê, NRE de Campo Mourão.

Parágrafo único: A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 27 de novembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 7.123/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013 e 12/2021, ambas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 2739/2025, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 24.171.507-8,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar, a partir de 01/01/2026, o endereço da Escola Municipal Jorge Moreira da Silva - Ensino Fundamental, do Município e NRE de Cianorte, de Rua Prudente de Moraes, 175, Zona 01, para Rua Portugal, 726 – Parque das Nações.

Parágrafo único: A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 1811/2019, de 14/05/2019, com vigência até 10/05/2028.

Art. 2º Determinar que a presente resolução seja mencionada com o ato regulatório citado no Art. 1º.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 28 de novembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 7.131/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/1998, 03/2013, 12/2021 e 06/2025 todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 2773/2025, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 24.171.507-8,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o funcionamento da Educação Infantil, para o atendimento de crianças de 04 (quatro) a 05 (cinco) anos, na Escola Municipal Jorge Moreira da Silva - Ensino Fundamental, situada na Rua Portugal, 726, do Município e NRE de Cianorte.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 1811/2019, de 14/05/2019, com vigência até 10/05/2028.

§ 2º A autorização para o funcionamento do ensino é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, a partir de 01/01/2026. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2030.

Art. 2º Adequar a nomenclatura da instituição de ensino que, em decorrência do art. 1º, passa a denominar-se: Escola Municipal Jorge Moreira da Silva – Educação Infantil e Ensino Fundamental.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 28 de novembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 7.132/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nas Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, 06/2025, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 2785/2025, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 24.936.253-0,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para funcionamento da Educação Infantil do Centro Municipal de Educação Infantil Anna Limpo Felisberto, situado na Rua Marcílio Dias, 778, do Município de Anahy, NRE de Cascavel.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal, e obteve o credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 1083/2016, de 17/03/2016, com vigência até 07/04/2026.

§ 2º A última renovação da autorização para funcionamento da Educação Infantil, para o atendimento de crianças de 00 (zero) a 03 (três) anos, foi concedida pela Resolução n.º 1334/2023, de 13/03/2023, com vigência até 07/04/2026.

§ 3º A renovação da autorização para o funcionamento do ensino é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 08/04/2026 até 07/04/2031. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 1° de dezembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 7.133/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nas Deliberações n.º 03/2006, 03/2013, 12/2021, 06/2025, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 2786/2025, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento e o contido nos protocolados n.º 22.141.859-0 e n.º 22.167.812-5,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para funcionamento da Educação Infantil da Escola Municipal São Marcos – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada no Reassentamento São Marcos, do Município de Catanduvas, NRE de Cascavel.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 6249/2025, de 27/10/2025, com vigência até 31/12/2029.

§ 2º A última renovação da autorização para funcionamento da Educação Infantil, para o atendimento de crianças de 04 (quatro) a 05 (cinco) anos, foi concedida pela Resolução n.º 3427/2015, de 26/10/2015, com vigência até 31/12/2019.

§ 3º A renovação da autorização para o funcionamento do ensino é concedida, excepcionalmente, no período de 01/01/2020 até 31/12/2026. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta)

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Renovar a autorização para o funcionamento do Ensino Fundamental (anos iniciais) da instituição constante do Art. 1º.

§ 1º A última renovação da autorização para o funcionamento do Ensino foi concedida pela Resolução n.º 2494/2018, de 29/05/2018, com vigência até 31/12/2019.

§ 2º A renovação é concedida, excepcionalmente, no período de 01/01/2020 até 31/12/2026. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 1° de dezembro de 2025.

assinado eletronicamente

Graziele Andriola

Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 7.134/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nas Deliberações n.º 03/2006, 03/2013 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 2787/2025, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 24.566.673-0,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para o funcionamento do Ensino Fundamental (anos iniciais), da Escola Municipal Walter Antunes Pereira – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situado na Rua Maria Benedita Nistorene Giacomini, s/n, no Município de Mandaguari, NRE de Maringá.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 4358/2022, de 27/07/2022, com vigência até 31/12/2025.

§ 2º A última renovação da autorização para o funcionamento do ensino foi concedida pela Resolução n.º 4358/2022, de 27/07/2022, com vigência até 31/12/2025.

§ 3º A renovação é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2026 até 31/12/2030. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 1° de dezembro de 2025.

assinado eletronicamente

Graziele Andriola

Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

170071/2025

RESOLUÇÃO N.º 7.135/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/1998, 03/2006, 03/2013 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 2788/2025, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 24.468.804-7,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o funcionamento do Ensino Fundamental (anos iniciais), com implantação gradativa, no Centro de Educação Infantil Ser, situado na Rua Benício Moreira Niza, 68, do Município de Mandaguaçu, NRE de Maringá.

§ 1º A instituição de ensino é mantida por Rissato Centro Educacional LTDA, e obteve o credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 6232/2024, de 02/10/2024, com vigência até 09/10/2029.

§ 2º A autorização para o funcionamento do referido ensino é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, a partir de 01/01/2026. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2030.

Art. 2º Adequar a nomenclatura da instituição de ensino que, em decorrência do art. 1º, passa a denominar-se: Escola Ser – Educação Infantil e Ensino Fundamental.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 1° de dezembro de 2025.

assinado eletronicamente

Graziele Andriola

Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 7.136/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/1998, 03/2013 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 24.722.723-7,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar, a partir da data da publicação da presente Resolução, a denominação do Colégio Anglo Maringá – Ensino Fundamental e Médio, situado na Rua Vereador Basilio Saltchuck, 387, do Município e NRE de Maringá, para Colégio Soul – Ensino Fundamental e Médio.

Parágrafo único: A instituição de ensino é mantida por Educacional Scabora Ltda – EPP, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 4310/2023, de 03/07/2023, com vigência até 21/03/2033.

Art. 2º Determinar que a presente Resolução seja mencionada com o ato regulatório citado.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 1° de dezembro de 2025.

assinado eletronicamente

Graziele Andriola

Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 7.141/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/1998, 03/2006, 03/2013 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 2796/2025, da Coordenação da Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 24.420.521-6,

RESOLVE:

Art. 1º Credenciar, para a oferta da Educação Básica, a Escola Crescer Mais – Ensino Fundamental, situada na Rua Leonardo da Vinci, 840, no Município e NRE de Londrina.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Escola Crescer Mais Ltda., criada pela Ata datada de 05/06/2025, e a entidade mantenedora da instituição de ensino foi constituída pelo Contrato Social Consolidado, registrado na Junta Comercial do Paraná, sob n.º 20253970431, protocolo 253970431, de 12/08/2025, e inscrita no CNPJ sob n.º 61.237.115/0001-99.

§ 2º O credenciamento é concedido pelo prazo de 10 (dez) anos, a partir de 01/01/2026. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do credenciamento 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2035.

Art. 2º Autorizar o funcionamento do Ensino Fundamental (anos iniciais), com implantação simultânea na instituição citada no Art. 1º.

Parágrafo único: A autorização é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, a partir de 01/01/2026. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2030.
Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 01 de dezembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 7.142/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 02/2016 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 926/2025, do Departamento de Educação Inclusiva e o contido no protocolado n.º 24.996.575-8,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para funcionamento de 01 (uma) Classe Especial, Ensino Fundamental (anos iniciais), área da deficiência intelectual, na Escola Municipal Vereador José Rodrigues – Ensino Fundamental, situada na Rua Maria Fernandes Melquíades, 122, do Município de Rosário do Ivaí, NRE de Ivaiporã.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 5703/2024, de 04/09/2024, com vigência até 31/12/2034.
§ 2º A última renovação da autorização para funcionamento da modalidade foi concedida pela Resolução n.º 3484/2022, de 20/06/2022, com vigência até 31/12/2025.
§ 3º A renovação é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2026 a 31/12/2030. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2030.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 01 de dezembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 7.143/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 02/2016 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 927/2025, do Departamento de Educação Inclusiva e o contido no protocolado n.º 24.996.575-8,

RESOLVE:

Art. 1º Cessar, definitivamente, a partir de 01/01/2026, as atividades escolares relativas à 01 (uma) Classe Especial, na Escola Municipal Vereador José Rodrigues – Ensino Fundamental, situada na Rua Maria Fernandes Melquíades, 122, do Município de Rosário do Ivaí, NRE de Ivaiporã.
Parágrafo único: A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 5703/2024, de 04/09/2024, com vigência até 31/12/2034.
Art. 2º Revogar a Resolução n.º 3888/1994, de 01/08/1994, que autorizou o funcionamento da modalidade de atendimento na instituição de ensino.
Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 01 de dezembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 7.144/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 02/2016 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 903/2025, do Departamento de Educação Inclusiva e o contido no protocolado n.º 24.892.432-2,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para funcionamento de 01 (uma) Classe Especial, Ensino Fundamental (anos iniciais), área da deficiência intelectual, na Escola Municipal Presidente Costa e Silva – Ensino Fundamental, situada na Rua Daniel Moura, 532, do Município de Godoy Moreira, NRE de Ivaiporã.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 4174/2023, de 03/07/2023, com vigência até 31/12/2025.
§ 2º A última renovação da autorização para funcionamento da modalidade foi concedida pela Resolução n.º 3484/2022, de 20/06/2022, com vigência até 31/12/2025.
§ 3º A renovação é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2026 a 31/12/2030. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2030.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 01 de dezembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 7.145/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 02/2016 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 901/2025, do Departamento de Educação Inclusiva e o contido no protocolado n.º 24.911.332-8,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para funcionamento de 01 (uma) Classe Especial, Ensino Fundamental (anos iniciais), área da deficiência intelectual, na Escola Municipal João Antônio Braga Côrtes – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Rua Ítalo Ado Fontanini, 486, do Município e NRE de Apucarana.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 1582/2020, de 12/05/2020, com vigência até 15/10/2026.
§ 2º A última renovação da autorização para funcionamento da modalidade foi concedida pela Resolução n.º 3482/2022, de 20/06/2022, com vigência até 31/12/2025.
§ 3º A renovação é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2026 a 31/12/2030. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2030.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 01 de dezembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 7.146/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nas Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, 06/2025, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 2797/2025, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 24.373.518-1,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para funcionamento da Educação Infantil, da Escola Adventista – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Avenida Dr. Munhoz da Rocha, 1925, do Município e NRE de Apucarana.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Instituição Adventista Sul Brasileira de Educação, e obteve a renovação do credenciamento pela Resolução n.º 1865/2020, de 19/05/2020, com vigência até 05/08/2029.

§ 2º A última renovação da autorização para funcionamento da Educação Infantil, foi concedida pela Resolução n.º 3984/2021, de 01/09/2021, com vigência até 31/12/2025.

§ 3º A renovação da autorização para o funcionamento do ensino, para o atendimento de crianças de 02 (dois) a 06 (seis) anos é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2026 até 31/12/2030. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2030.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 01 de dezembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 7.147/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nas Deliberações n.º 03/2006, 03/2013, 12/2021, 06/2025, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 2798/2025, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 24.898.053-2,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para funcionamento da Educação Infantil e do Ensino Fundamental (anos iniciais), da Escola Municipal Professora Marilda Duarte Noli – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Rua Emiliano Perneta, 509, do Município e NRE de Apucarana.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 6504/2017, de 14/12/2017, com vigência até 10/05/2027.

§ 2º A última renovação da autorização para funcionamento da Educação Infantil, para o atendimento de crianças de 04 (quatro) a 05 (cinco) anos, foi concedida pela Resolução n.º 4727/2020, de 02/12/2020, com vigência até 10/05/2025.

§ 3º A renovação da autorização para o funcionamento do ensino é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 10/05/2025 até 10/05/2030. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 10/05/2030.

Art. 2º Renovar a autorização para o funcionamento do Ensino Fundamental (anos iniciais) da instituição constante do Art. 1º.

§ 1º A última renovação da autorização para o funcionamento do Ensino foi concedida pela Resolução n.º 6504/2017, de 14/12/2017, com vigência até 31/12/2022.

§ 2º A renovação é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2023 até 31/12/2027. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2027.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 01 de dezembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 7.148/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013 e 12/2021, ambas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 2799/2025, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 24.495.570-3,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar, a partir de 06 de novembro de 2024, a mantenedora da Escola Girassol – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Rua Santo Antônio, 8, do Município de Engenheiro Beltrão, NRE de Campo Mourão, de Maria José dos Santos Calçado - ME para Pedro Henrique dos Santos Calçado - Ltda.

§ 1º A instituição de ensino obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 7537/2022, de 23/11/2022, com vigência até 04/03/2028.

§ 2º A alteração está amparada no Contrato Social de Constituição de Sociedade Empresarial Limitada Pedro Henrique dos Santos Calçado Ltda, com CNPJ 58.029.884/0001-97.

Art. 2º Determinar que a presente resolução seja mencionada com o ato regulatório citado.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 01 de dezembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.252/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/1998, 03/2013 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 24.764.178-5,

RESOLVE:

Art. 1º Criar o Centro Estadual de Educação Profissional Agrícola Agroeducar, situado na PR-542 – Rodovia Francisco Laranjeira Villar, 850, do Município de

Colorado e NRE de Maringá, mantida pelo Governo do Estado do Paraná.

Parágrafo único: A direção da instituição de ensino deverá apresentar a solicitação para credenciamento para oferta da Educação Profissional Técnica de Nível Médio e autorização para o funcionamento das ofertas pretendidas, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias antes da data prevista para o início das atividades.

Art. 2º Determinar que a instituição não poderá iniciar suas atividades, sem ato expresso de credenciamento para oferta da Educação Profissional Técnica de Nível Médio e autorização para funcionamento das ofertas pretendidas.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 27 de outubro de 2025.

assinado eletronicamente

Graziele Andriola

Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

Republicada por conter incorreções

170074/2025

RESOLUÇÃO N.º 7.150/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 02/2016 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 896/2025, do Departamento de Educação Inclusiva e o contido no protocolado n.º 24.906.164-6,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para funcionamento de 01 (uma) Classe Especial, Ensino Fundamental (anos iniciais), área da deficiência intelectual, na Escola Municipal Professora Maria Miskalo Lesak – Educação infantil e Ensino Fundamental, situada na Avenida Duque de Caxias, 480, do Município de Lunardelli, NRE de Ivaiporã.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 1272/2021 de 22/03/2021, com vigência até 31/12/2026.

§ 2º A última renovação da autorização para funcionamento da modalidade foi concedida pela Resolução n.º 3484/2022, de 20/06/2022, com vigência até 31/12/2025.

§ 3º A renovação é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2026 a 31/12/2030. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2030.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 01 de dezembro de 2025.

assinado eletronicamente

Graziele Andriola

Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 7.151/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nas Deliberações n.º 03/2013, 12/2021 e 06/2025, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 2802/2025, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 23.232.647-6,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para funcionamento da Educação Infantil da Escola Municipal Luiz Poletto – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Rua Padre Artur Wangel, 30, do Município de Barracão, NRE de Francisco Beltrão.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 5312/2025, de 22/09/2025, com vigência até 31/12/2033.

§ 2º A última renovação da autorização para funcionamento da Educação Infantil, para o atendimento de crianças de 04 (quatro) a 06 (seis) anos, foi concedida pela Resolução n.º 4382/2021, de 22/09/2021, com vigência até 31/12/2023.

§ 3º A renovação da autorização para o funcionamento do ensino é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2024 até 31/12/2028. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2028.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 01 de dezembro de 2025.

assinado eletronicamente

Graziele Andriola

Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 7.152/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nas Deliberações n.º 03/2013, 12/2021 e 06/2025, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 2803/2025, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 24.477.938-7,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para funcionamento da Educação Infantil, do Centro Municipal de Educação Infantil Professora Juliana Mezzomo Kaibers, situado na Avenida Rio Grande do Sul, 2036, do Município de Bela Vista da Caroba, NRE de Francisco Beltrão.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 5553/2021, de 19/11/2021, com vigência até 06/12/2031.

§ 2º A última renovação da autorização para funcionamento da Educação Infantil, para o atendimento de crianças de 02 (dois) a 05 (cinco) anos, foi concedida pela Resolução n.º 4122/2020, de 22/10/2020, com vigência até 31/12/2025.

§ 3º A renovação da autorização para o funcionamento do ensino é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2026 até 31/12/2030. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2030.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 01 de dezembro de 2025.

assinado eletronicamente

Graziele Andriola

Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 7.153/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nas Deliberações n.º 03/2013, 12/2021 e 06/2025, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 2804/2025, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 24.606.012-6,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para funcionamento da Educação Infantil, da Escola ABC do Sapequinha – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Rua Nicanor dos Santos Silva, 4575, do município e NRE de Umuarama.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Escola ABC do Sapequinha

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Educação Infantil e Ensino Fundamental S/S Ltda e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 4391/2021, de 22/09/2021, com vigência até 02/02/2032.

§ 2º A última renovação da autorização para funcionamento da Educação Infantil, para o atendimento de crianças de 01 (um) a 06 (seis) anos, foi concedida pela Resolução n.º 3526/2021, de 11/08/2021, com vigência até 31/12/2025.

§ 3º A renovação da autorização para o funcionamento do ensino é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2026 até 31/12/2030. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2030.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 01 de dezembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 7.154/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nas Deliberações n.º 03/2006, 03/2013 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 2805/2025, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 24.120.815-0,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para o funcionamento do Ensino Fundamental (anos iniciais), da Escola Municipal de Campo Monteiro Lobato – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Avenida Brasil, s/n, do Município de Icaraíma, NRE de Umuarama.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 3159/2017, de 19/07/2017, com vigência até 17/10/2026.

§ 2º A última renovação da autorização para o funcionamento do ensino foi concedida pela Resolução n.º 1739/2021, de 20/04/2021, com vigência até 31/12/2025.

§ 3º A renovação é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2026 até 31/12/2030. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2030.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 01 de dezembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 7.155/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/1998, 03/2013, 12/2021 e 03/2025, todas do Conselho Estadual de Educação e o Parecer n.º 2806/2025, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 24.948.289-7,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o funcionamento do Ensino Médio, com implantação simultânea, no Colégio Estadual Ivaté – Ensino Fundamental, Médio e Profissional, situado na Avenida Minas Gerais, 1856, do Município de Ivaté, NRE de Umuarama.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 7516/2024, de 18/11/2024, com vigência até 31/12/2034.

§ 2º A autorização é concedida pelo prazo de 03 (três) anos, a partir de 01/01/2026. A direção da instituição de ensino deverá solicitar o reconhecimento do ensino 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 01 de dezembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 7.162/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2006, 03/2013, 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação e o Parecer n.º 2808/2025, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 24.069.163-9,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o funcionamento do Ensino Fundamental (anos finais), com implantação gradativa, na Escola Ensina Graça – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Rua Guaíra, 5750, Sala 02, do Município e NRE de Guarapuava.

§ 1º A instituição de ensino é mantida por Edimar Brandelero - ME e obteve o credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 7840/2022, de 05/12/2022, com vigência até 31/12/2027.

§ 2º A autorização é concedida pelo prazo de 04 (quatro) anos, a partir de 01/01/2026. A direção da instituição de ensino deverá solicitar o reconhecimento do ensino 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 01 de dezembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 7.163/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nas Deliberações n.º 03/2006, 03/2013 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 2809/2025, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 22.456.391-4,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para o funcionamento do Ensino Fundamental (anos iniciais), da Escola Municipal Nossa Senhora da Glória – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Rua Salvador da Silveira Caldas, 79, no Município de Pinhão, NRE de Guarapuava.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 5548/2025, de 06/10/2025, com vigência até 31/12/2034.

§ 2º A última renovação da autorização para o funcionamento do ensino foi concedida pela Resolução n.º 627/2022, de 17/02/2022, com vigência até 31/12/2024.

§ 3º A renovação é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2025 até 31/12/202029. A direção da instituição de ensino deverá solicitar

a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 01 de dezembro de 2025.

assinado eletronicamente

Graziele Andriola

Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 7.164/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nas Deliberações n.º 03/2006, 03/2013, 12/2021, 06/2025, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 2811/2025, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 22.282.795-7,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para funcionamento da Educação Infantil, da Escola Municipal do Campo Norberto Serápio Ferreira – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Localidade Faxinal dos Ribeiros, do Município de Pinhão, NRE de Guarapuava.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 3389/2020, de 25/08/2020, com vigência até 31/12/2029.

§ 2º A última renovação da autorização para funcionamento da Educação Infantil, foi concedida pela Resolução n.º 5062/2021, de 22/10/2021 para o atendimento de crianças de 04 (quatro) a 06 (seis) anos, com vigência até 31/12/2024.

§ 3º A renovação da autorização para o funcionamento do ensino é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2025 até 31/12/2029. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Renovar a autorização para o funcionamento do Ensino Fundamental (anos iniciais) da instituição constante do Art. 1º.

§ 1º A última renovação da autorização para o funcionamento do Ensino foi concedida pela Resolução n.º 3389/2020, de 25/08/2020, com vigência até 31/12/2024.

§ 2º A renovação é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2025 até 31/12/2029. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 01 de dezembro de 2025.

assinado eletronicamente

Graziele Andriola

Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 7.165/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nas Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, 06/2025, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 2810/2025, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 24.070.525-7,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para funcionamento da Educação Infantil da Escola Arco-Íris – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Rua Campos Sales, 717, do Município de Santo Antônio da Platina, NRE de Jacarezinho.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Pré-Escola Arco-Íris Ltda e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 2807/2023, de 08/05/2023, com vigência até 19/10/2032.

§ 2º A última renovação da autorização para funcionamento da Educação Infantil, para o atendimento de crianças de 01 (um) a 06 (seis) anos, foi concedida pela Resolução n.º 2807/2023, de 08/05/2023, com vigência até 31/12/2025.

§ 3º A renovação da autorização para o funcionamento do ensino é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2026 até 31/12/2030. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 01 de dezembro de 2025.

assinado eletronicamente

Graziele Andriola

Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

170186/2025

RESOLUÇÃO N.º 7.173/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, o Parecer n.º 596/2025 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 24.219.695-3,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de 10 (dez) anos, no período de 01/01/2026 até 31/12/2035, o credenciamento para a oferta da Educação Básica da Escola Municipal Vereador Francisco dos Santos Leal – Ensino Fundamental, situada na Rua Trajano de Oliveira, 375, no Município de Cantagalo, NRE de Laranjeiras do Sul.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º
580/2021, de 02/02/2021, com vigência até 31/12/2025.

§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 02 de dezembro de 2025.

assinado eletronicamente

Graziele Andriola

Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 7.174/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nas Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, 06/2025, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 2820/2025, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 24.989.281-5,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para funcionamento da Educação Infantil, do Colégio SESC Paraná Ivaiporã – Educação Infantil e Ensino Médio, situado na Avenida Aparício Bittencourt, 960, do Município e NRE de Ivaiporã.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Serviço Social do Comércio e obteve a renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 3056/2018, de 02/07/2018, com vigência até 19/07/2028.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

§ 2º A última renovação da autorização para funcionamento da Educação Infantil, para o atendimento de crianças de 03 (três) a 05 (cinco) anos, foi concedida pela Resolução n.º 4452/2020, de 24/11/2020, com vigência até 19/07/2026.

§ 3º A renovação da autorização para o funcionamento do ensino é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 19/07/2026 até 19/07/2031. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 19/07/2031.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 02 de dezembro de 2025.

assinado eletronicamente

Graziele Andriola

Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 7.178/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/1998, 03/2013, 12/2021 e 06/2025, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 2822/2025, da Coordenação da Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 22.850.816-0,

RESOLVE:

Art. 1º Credenciar, para a oferta da Educação Básica, o Centro Municipal de Educação Infantil Professor Ananias Antônio Martins, situado na Rua Georgina Seugling – s/n, no Município e NRE de Cornélio Procópio.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal, criada pelo Decreto Municipal n.º 2708, de 25/06/2024.

§ 2º O credenciamento é concedido pelo prazo de 10 (dez) anos, a partir da data da publicação da presente resolução. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do credenciamento 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Autorizar o funcionamento da Educação Infantil, para o atendimento de crianças de 00 (zero) a 05 (cinco) anos, na instituição citada no Art. 1º.

Parágrafo único: A autorização é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, a partir da data da publicação da presente resolução. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 3º Regularizar, excepcionalmente, o período ausente de credenciamento para a oferta da Educação Básica e de autorização para o funcionamento da Educação Infantil, desde 10/10/2024.

Art. 4º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 02 de dezembro de 2025.

assinado eletronicamente

Graziele Andriola

Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 7.179/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e as Deliberações n.º 03/1998, 03/2013, 12/2021 e 03/2025, todas do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 23.998.663-3,

RESOLVE:

Art. 1º Cessar, definitivamente, a partir de 01/01/2020, as atividades escolares relativas ao Ensino Médio, no Colégio Positivo Água Verde – Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio, situado na Rua Dr. Pedro Augusto Mena Barreto Monclaro, 411, do Município e NRE de Curitiba.

Parágrafo único: A instituição de ensino é mantida por Positivo Educacional Ltda. e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 3298/2018, de 12/07/2018, com vigência até 03/07/2028.

Art. 2º Revogar a Resolução n.º 3715/1990, de 29/11/1990, que autorizou o funcionamento da oferta na instituição de ensino.

Art. 3º Determinar que a guarda e expedição da documentação escolar fique sob a responsabilidade da própria instituição de ensino.

Art. 4º Adequar a nomenclatura da instituição de ensino que, em decorrência do art. 1º, passa a denominar-se: Escola Positivo Água Verde – Educação Infantil e Ensino Fundamental.

Art. 5º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 02 de dezembro de 2025.

assinado eletronicamente

Graziele Andriola

Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 7.180/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nas Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, 06/2025, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 2823/2025, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 23.575.957-8,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para funcionamento da Educação Infantil do Centro Municipal de Educação Infantil Semeando Saber, situado na Rua Profeta Eliseu, 131, do Município de Curiúva, NRE de Telêmaco Borba.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve o credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 3905/2020, de 07/10/2020, com vigência até 30/10/2030.

§ 2º A última renovação da autorização para funcionamento da Educação Infantil, para o atendimento de crianças de 00 (zero) a 03 (três) anos, foi concedida pela Resolução n.º 3905/2020, de 07/10/2020, com vigência até 30/10/2025.

§ 3º A renovação da autorização para o funcionamento do ensino é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 30/10/2025 até 30/10/2030. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 30/10/2030.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 02 de dezembro de 2025.

assinado eletronicamente

Graziele Andriola

Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 7.181/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/1998, 03/2013, 12/2021 e 06/2025, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 2824/2025, da Coordenação da Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 22.786.430-3,

RESOLVE:

Art. 1º Credenciar, para a oferta da Educação Básica, o Centro Municipal de

Educação Infantil Dona Nena, situado na Rua Abrão Antônio, 865, no Município de Arapoti, NRE de Wenceslau Braz.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal, criada pelo Decreto Municipal n.º 6.786/2023, de 26/07/2023.

§ 2º O credenciamento é concedido pelo prazo de 10 (dez) anos, a partir da data da publicação da presente resolução. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do credenciamento 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Autorizar o funcionamento da Educação Infantil, para o atendimento de crianças de 00 (zero) a 03 (três) anos, com implantação simultânea na instituição citada no Art. 1º.

Parágrafo único: A autorização é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, a partir da data da publicação da presente resolução. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 3º Regularizar, excepcionalmente, o período ausente de credenciamento para a oferta da Educação Básica e de autorização para o funcionamento da Educação Infantil, desde 01/01/2024.

Art. 4º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 02 de dezembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 7.184/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/1998, 03/2006, 03/2013, 12/2021 e 03/2025, todas do Conselho Estadual de Educação e o Parecer n.º 2831/2025, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 24.988.541-0,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o funcionamento do Ensino Médio, com implantação simultânea, na Escola Cora Coralina – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Rua do Comércio, 950, do Município e NRE de Dois Vizinhos.

§ 1º A instituição de ensino é mantida por Atenas Centro de Educação Ltda, e obteve o credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 4927/2020, de 10/12/2020, com vigência até 05/02/2031.

§ 2º A autorização é concedida pelo prazo de 01 (um) ano, a partir de 01/01/2026. A direção da instituição de ensino deverá solicitar o reconhecimento do ensino 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2026.

Art. 2º Adequar a nomenclatura da instituição de ensino, que, em decorrência do Art. 1º, passa a denominar-se: Colégio Cora Coralina – Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 03 de dezembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 7.186/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nas Deliberações n.º 03/2006, 03/2013, 12/2021, 06/2025, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 2833/2025, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 19.151.240-5 e 23.759.435-5,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para funcionamento da Educação Infantil, da Escola Municipal Maria Aparecida Paulina da Silva Furlan – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Rua Nossa Senhora do Rocio, 1000, do Município de Cambará, NRE de Jacarezinho.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 2170/2019, de 06/06/2019, com vigência até 30/04/2027.

§ 2º A última renovação da autorização para funcionamento da Educação Infantil, para o atendimento de crianças de 04 (quatro) a 06 (seis) anos, foi concedida pela Resolução n.º 4133/2021, de 13/09/2021, com vigência até 31/12/2023.

§ 3º A renovação da autorização para o funcionamento do ensino é concedida até 31/12/2027. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Renovar a autorização para o funcionamento do Ensino Fundamental (anos iniciais) da instituição constante do Art. 1º.

§ 1º A última renovação da autorização para o funcionamento do Ensino foi concedida pela Resolução n.º 2171/2019, de 06/06/2019, com vigência até 31/12/2022.

§ 2º A renovação é concedida até 31/12/2027. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 03 de dezembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 7.187/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nas Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, 06/2025, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 2834/2025, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 24.117.860-9,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para funcionamento da Educação Infantil do Centro Municipal de Educação Infantil Deus Menino, situado na Rua Paraná, s/n, do Município de Astorga, NRE de Maringá.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 1240/2020, de 20/04/2020, com vigência até 16/01/2028.

§ 2º A última renovação da autorização para funcionamento da Educação Infantil, para o atendimento de crianças de 00 (zero) a 06 (seis) anos, foi concedida pela Resolução n.º 1240/2020, de 20/04/2020, com vigência até 31/12/2025.

§ 3º A renovação da autorização para o funcionamento do ensino é concedida pelo prazo de 02 (dois) anos, no período de 01/01/2026 até 31/12/2027. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 03 de dezembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 7.188/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nas Deliberações n.º 03/2006, 03/2013 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 2835/2025, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 24.777.292-8,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para o funcionamento do Ensino Fundamental (anos iniciais), da Escola São José – Ensino Fundamental, situada na Rua Dom Manoel da Silveira D'Elbous, 681, do Município e NRE de Maringá.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Sociedade Civil Nossa Senhora Sede da Sabedoria, e obteve o credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 197/2025, de 20/01/2025, com vigência até 21/01/2026.

§ 2º A autorização para o funcionamento do ensino foi concedida pela Resolução n.º 197/2025, de 20/01/2025, com vigência até 21/01/2026.

§ 3º A renovação é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 22/01/2026 até 21/01/2031. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 03 de dezembro de 2025.

assinado eletronicamente

Graziele Andriola

Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

170188/2025

RESOLUÇÃO N.º 7.192/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 02/2016 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 849/2025, do Departamento de Educação Inclusiva e o contido no protocolado n.º 24.458.924-3,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para funcionamento de 02 (duas) Classes Especiais, Ensino Fundamental (anos iniciais), área da deficiência intelectual, na Escola Municipal Dr. Pedro Passos Leoni – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Rua Senador Souza Naves, 820, do Município da Lapa, NRE da Área Metropolitana Sul.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 6281/2025, de 27/10/2025, com vigência até 31/12/2034.

§ 2º A última renovação da autorização para funcionamento da modalidade foi concedida pela Resolução n.º 3398/2023, de 29/05/2023, com vigência até 31/12/2025.

§ 3º A renovação é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2026 a 31/12/2030. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2030.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 03 de dezembro de 2025.

assinado eletronicamente

Graziele Andriola

Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 7.193/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 02/2016 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 860/2025, do Departamento de Educação Inclusiva e o contido no protocolado n.º 24.452.279-3,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para funcionamento de 01 (uma) Classe Especial, Ensino Fundamental (anos iniciais), área da deficiência intelectual, na Escola Municipal do Campo Dr. Aloísio Leoni – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Localidade Alves Cardoso, do Município da Lapa, NRE da Área Metropolitana Sul.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 5943/2025, de 15/10/2025, com vigência até 31/12/2034.

§ 2º A última renovação da autorização para funcionamento da modalidade foi concedida pela Resolução n.º 4549/2022, de 02/08/2022, com vigência até 31/12/2025.

§ 3º A renovação é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2026 a 31/12/2030. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2030.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 03 de dezembro de 2025.

assinado eletronicamente

Graziele Andriola

Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 7.194/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nas Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, 06/2025, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º xxx/2025, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 24.203.295-0,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para funcionamento da Educação Infantil do Centro Municipal de Educação Infantil Tia Fani, situado na Avenida Brasil, 2014, do Município de Fazenda Rio Grande, NRE da Área Metropolitana Sul.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve o credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 1424/2016, de 04/04/2016, com vigência até 27/04/2026.

§ 2º A última renovação da autorização para funcionamento da Educação Infantil, para o atendimento de crianças de 00 (zero) a 06 (seis) anos, foi concedida pela Resolução n.º 2389/2024, de 29/04/2024, com vigência até 31/12/2025.

§ 3º A renovação da autorização para o funcionamento do ensino é concedida até o final do ano de 31/12/2027. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2027.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 03 de dezembro de 2025.

assinado eletronicamente

Graziele Andriola

Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 7.195/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nas Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, 06/2025, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 2841/2025, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 24.058.673-8,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para funcionamento da Educação Infantil, do Centro Municipal de Educação Infantil Miguel Eduardo Nalini Adur, situado no prolongamento da Avenida Brasil, s/n, do Município e NRE de Pitanga.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve o credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 2100/2022, de 27/04/2022, com vigência até 17/05/2030.

§ 2º A autorização para funcionamento da Educação Infantil, para o atendimento de crianças de 00 (zero) a 05 (cinco) anos, foi concedida pela Resolução n.º 2100/2022, de 27/04/2022, com vigência até 17/05/2026.

§ 3º A renovação da autorização para o funcionamento do ensino é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 18/05/2026 até 17/05/2031. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 17/05/2031.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 03 de dezembro de 2025.

assinado eletronicamente

Graziele Andriola

Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 7.196/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nas Deliberações n.º 03/2006, 03/2013, 12/2021, 06/2025, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 2842/2025, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 24.088.116-0,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para funcionamento da Educação Infantil, da Escola Municipal Afonsina Mendes Sebrenski – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Rua Anita Garibaldi, 141, do Município e NRE de Pitanga.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 2348/2022, de 05/05/2022, com vigência até 31/12/2025.

§ 2º A última renovação da autorização para funcionamento da Educação Infantil, para o atendimento de crianças de 04 (quatro) a 06 (seis) anos, foi concedida pela Resolução n.º 2348/2022, de 05/05/2022, com vigência até 31/12/2025.

§ 3º A renovação da autorização para o funcionamento do ensino é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2026 até 31/12/2030. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2030.

Art. 2º Renovar a autorização para o funcionamento do Ensino Fundamental (anos iniciais) da instituição constante do Art. 1º.

§ 1º A última renovação da autorização para o funcionamento do Ensino foi concedida pela Resolução n.º 2349/2022, de 05/05/2022, com vigência até 31/12/2025.

§ 2º A renovação é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2026 até 31/12/2030. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2030.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 03 de dezembro de 2025.

assinado eletronicamente

Graziele Andriola

Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 7.197/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nas Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, 06/2025, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 2843/2025, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 24.434.799-1,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para funcionamento da Educação Infantil do Centro Municipal de Educação Infantil Branca de Neve, situado na Rua Professor Luiz Camargo, 24, do Município de Tijucas do Sul, NRE da Área Metropolitana Sul.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 1551/2022, de 05/04/2022, com vigência até 31/12/2030.

§ 2º A última renovação da autorização para funcionamento da Educação Infantil, para o atendimento de crianças de 00 (zero) a 06 (seis) anos, foi concedida pela Resolução n.º 1551/2022, de 05/04/2022, com vigência até 31/12/2025.

§ 3º A renovação da autorização para o funcionamento do ensino é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2026 até 31/12/2030. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2030.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 03 de dezembro de 2025.

assinado eletronicamente

Graziele Andriola

Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 7.198/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nas Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, 06/2025, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 2844/2025, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 24.000-872-6,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para funcionamento da Educação Infantil da Escola Municipal do Campo Agrícola Lontrense – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada no Assentamento Agrovila Lontrense, do Município de Santa Maria do Oeste, NRE de Pitanga.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 755/2024, de 16/02/2024, com vigência até 31/12/2028.

§ 2º A autorização para funcionamento da Educação Infantil, para o atendimento de crianças de 04 (quatro) a 06 (seis) anos, foi concedida pela Resolução n.º 824/2024, de 16/02/2024, com vigência até 31/12/2025.

§ 3º A renovação da autorização para o funcionamento do ensino é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2026 até 31/12/2030. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2030.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 03 de dezembro de 2025.

assinado eletronicamente

Graziele Andriola

Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

RESOLUÇÃO N.º 7.202/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nas Deliberações n.º 09/2002, 03/2013, 12/2021, 06/2025, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 2845/2025, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 24.209.418-2,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para funcionamento da Educação Infantil do Colégio Estadual Indígena Carlos Alberto Cabreira Machado – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situado na Aldeia Lebre, PR 473, KM 12, do Município de Nova Laranjeiras, NRE de Laranjeiras do Sul.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 865/2025, de 19/02/2025, com vigência até 31/12/2029.

§ 2º A última renovação da autorização para funcionamento da Educação Infantil, para o atendimento de crianças de 04 (quatro) a 05 (cinco) anos, foi concedida pela Resolução n.º 6368/2023, de 12/09/2023, com vigência até 31/12/2025.

§ 3º A renovação da autorização para o funcionamento do ensino é concedida até o final do ano de 2030. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2030.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 03 de dezembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 7.203/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 02/2016 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 871/2025, do Departamento de Educação Inclusiva e o contido no protocolado n.º 24.815.729-1,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para funcionamento de 02 (duas) Classes Especiais, Ensino Fundamental (anos iniciais), área da deficiência intelectual, na Escola Municipal Doutor Leocádio José Correia – Ensino Fundamental, situada na Rua Presidente Kennedy, 1675, do Município e NRE de Laranjeiras do Sul.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 4658/2023, de 17/07/2023, com vigência até 31/12/2025.

§ 2º A última renovação da autorização para funcionamento da modalidade foi concedida pela Resolução n.º 5092/2022, de 23/08/2022, com vigência até 31/12/2025.

§ 3º A renovação é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2026 a 31/12/2030. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2030.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 03 de dezembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 7.204/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 02/2016 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 880/2025, do Departamento de Educação Inclusiva e o contido no protocolado n.º 24.825.585-4,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para funcionamento de 02 (duas) Classes Especiais, Ensino Fundamental (anos iniciais), área da deficiência intelectual, na Escola Municipal Vereador Francisco dos Santos Leal – Ensino Fundamental, situada na Rua Trajano de Oliveira, 375, do Município de Cantagalo, NRE de Laranjeiras do Sul.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 580/2021, de 02/02/2021, com vigência até 31/12/2025.

§ 2º A última renovação da autorização para funcionamento da modalidade foi concedida pela Resolução n.º 5339/2021, de 08/11/2021, com vigência até 31/12/2025.

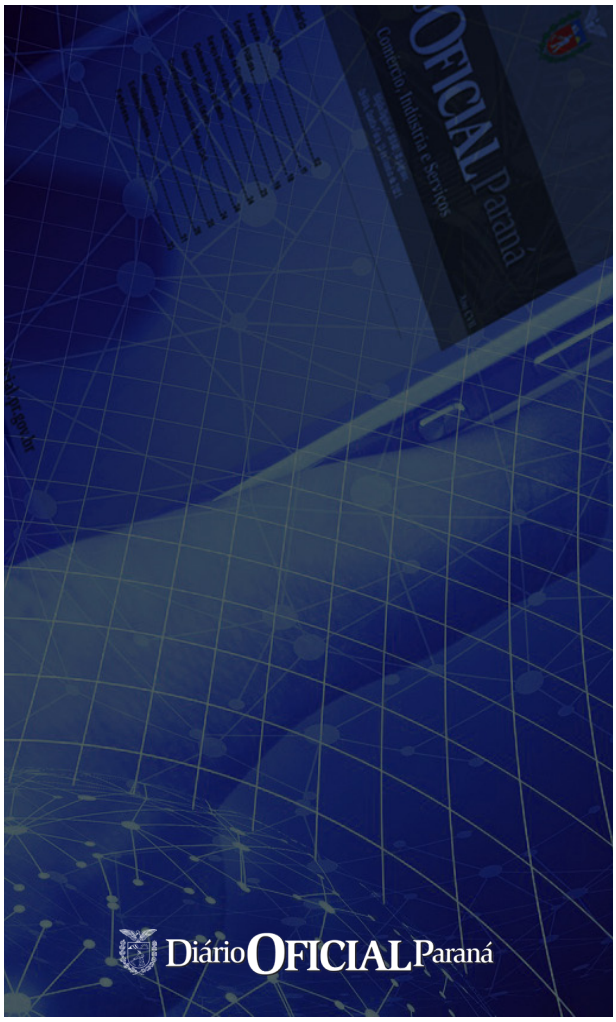
§ 3º A renovação é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2026 a 31/12/2030. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2030.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 03 de janeiro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

170195/2025



Secretaria da Fazenda

RESOLUÇÃO SEFA Nº 1159/2025

Altera a Resolução SEFA nº 135, de 17 de fevereiro de 2021, a qual regulamenta a Lei nº 14.260, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre o tratamento tributário pertinente ao Imposto sobre a Propriedade de Veículo Automotor – IPVA.

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA**, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do art. 90 da Constituição do Estado do Paraná, e tendo em vista o disposto na Lei nº 14.260, de 22 de dezembro de 2003, resolve expedir a seguinte Resolução:

Art. 1º O Anexo I da Resolução Sefa nº 135 de 17 de fevereiro de 2021, passa a vigorar com a seguinte redação:

ANEXO I – RESOLUÇÃO SEFA N. 135/2021 – IPVA

CALENDÁRIO DE PAGAMENTO DE IPVA/2026					
FINAL DA PLACA	**À vista (com 6% de desconto)** 1ª parcela (sem desconto)	2ª parcela	3ª parcela	4ª parcela	5ª parcela
1 e 2	09/01/2026	09/02/2026	09/03/2026	09/04/2026	11/05/2026
3 e 4	12/01/2026	10/02/2026	10/03/2026	10/04/2026	12/05/2026
5 e 6	13/01/2026	11/02/2026	11/03/2026	13/04/2026	13/05/2026
7 e 8	14/01/2026	12/02/2026	12/03/2026	14/04/2026	14/05/2026
9 e 0	15/01/2026	13/02/2026	13/03/2026	15/04/2026	15/05/2026

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2026.

Secretaria de Estado da Fazenda, 04 de dezembro de 2025.

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

169608/2025

PORTARIA Nº 233 DTE/SEFA, de 08 de Dezembro de 2025

A DIRETORA DO TESOURO ESTADUAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 1° da Resolução SEFA nº 745, de 05 de A DIRETORA DO TESOURO ESTADUAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 1° da Resolução SEFA nº 745, de 05 de agosto de 2019,

R E S O L V E:

Art. 1º. Altera as disponibilidades financeiras dos recursos do Tesouro do Estado referentes a execução da despesa do exercício de 2025, da Administração Direta, Indireta, Fundos Especiais e Empresas Estatais Dependentes, conforme o anexo I desta Portaria.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos aplicados a partir de 08 de Dezembro de 2025.

Carin Caroline Deda Malhadas
Diretora do Tesouro Estadual

ANEXO I
Estabelece Cota

ANEXO À PORTARIA Nº 233

ÓRGÃO 61 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família UNIDADE GESTORA 616600			
Fonte	**4 - Investimentos**	**Total**	**N. do Processo**
500	5.000.000,00	5.000.000,00	2025FF000231
Total		**5.000.000,00**	

ÓRGÃO 67 - Secretaria de Estado das Cidades UNIDADE GESTORA 670000			
Fonte	**4 - Investimentos**	**Total**	**N. do Processo**
500	40.000.000,00	40.000.000,00	2025FF000231
Total		**40.000.000,00**	

ÓRGÃO 69 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável UNIDADE GESTORA 693100			
Fonte	**4 - Investimentos**	**Total**	**N. do Processo**
754	3.500.000,00	3.500.000,00	2025FF000231
Total		**3.500.000,00**	

ÓRGÃO 77 - Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística UNIDADE GESTORA 773000			
Fonte	**4 - Investimentos**	**Total**	**N. do Processo**
755	50.000.000,00	50.000.000,00	2025FF000231
Total		**50.000.000,00**	

169911/2025

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Portaria Nº 94/2025/DOE/SEFA

O DIRETOR DE ORÇAMENTO ESTADUAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 7º, da Lei Estadual nº 22.267, de 13 de dezembro de 2024, conforme o Processo de Alteração Orçamentária nº 2025FC000975/Bloco1/DOE/SEFA,

R E S O L V E:

Art. 1º Ajustar o detalhamento de despesa do Orçamento Fiscal do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 22.267, de 13 de dezembro de 2024, e o detalhamento de obras e/ou demais entregas, no valor de R$ 2.086.440,00 (dois milhões e oitenta e seis mil e quatrocentos e quarenta reais), de acordo com os Anexos I e II desta Portaria.

Publique-se.

Anote-se.

Curitiba, em 4 de Dezembro de 2025.

Marcos Tadeu Cavalcante da Silva
Diretor de Orçamento Estadual

Anexo à Portaria n° 94 Formalização 2025FC000975/Bloco1

ANEXO I - SUPLEMENTAÇÃO DA DESPESA

Órgão/UG/UO/ Programa de Trabalho	Id. Exercício Fonte	Grupo da Fonte	Fonte	Detalhamento de Fonte	Natureza	Cód. Meta Física	Descrição Meta Física	Região Intermediária	Município	Valor
39 - Secretaria de Estado da Segurança Pública										2.086.440,00
390000 - Secretaria de Estado da Segurança Pública										2.086.440,00
3914 - Polícia Científica										112.440,00
F.39.14.06.183.30.8079 - Ações da Polícia Científica										112.440,00
	2	50	501	000101	3.1.91.13	0	Não definida	4100	9999999	112.440,00
3917 - Departamento de Polícia Penal do Estado do Paraná										655.000,00
F.39.17.06.421.30.8383 - Gestão do Sistema Penitenciário										655.000,00
	2	50	501	000147	3.1.91.13	0	Não definida	4100	9999999	655.000,00
3921 - Polícia Civil do Estado do Paraná										855.000,00
F.39.21.06.183.30.8497 - Ações da Polícia Judiciária										855.000,00
	2	50	501	000101	3.1.91.13	0	Não definida	4100	9999999	855.000,00
3922 - Polícia Militar do Estado do Paraná										389.000,00
F.39.22.06.181.30.8501 - Ações do Comando Geral da Polícia Militar										389.000,00
	2	50	501	000101	3.1.91.13	0	Não definida	4100	9999999	389.000,00
3924 - Corpo de Bombeiros Militar do Paraná										75.000,00
F.39.24.06.182.31.8624 - Ações do Comando do Corpo de Bombeiros										75.000,00
	2	50	501	000101	3.1.91.13	0	Não definida	4100	9999999	75.000,00
								Total da Despesa Orçamento Fiscal e/ou Seguridade Social		2.086.440,00
									Total Geral	2.086.440,00

Anexo à Portaria n° 94 Formalização 2025FC000975/Bloco1

ANEXO II - REDUÇÃO DA DESPESA

Órgão/UG/UO/ Programa de Trabalho	Id. Exercício Fonte	Grupo da Fonte	Fonte	Detalhamento de Fonte	Natureza	Cód. Meta Física	Descrição Meta Física	Região Intermediária	Município	Valor
39 - Secretaria de Estado da Segurança Pública										2.086.440,00
390000 - Secretaria de Estado da Segurança Pública										2.086.440,00
3914 - Polícia Científica										112.440,00
F.39.14.06.183.30.8079 - Ações da Polícia Científica										112.440,00
	2	50	501	000101	3.1.90.11	0	Não definida	4100	9999999	112.440,00
3917 - Departamento de Polícia Penal do Estado do Paraná										655.000,00
F.39.17.06.421.30.8383 - Gestão do Sistema Penitenciário										655.000,00
	2	50	501	000147	3.1.90.11	0	Não definida	4100	9999999	655.000,00
3921 - Polícia Civil do Estado do Paraná										855.000,00
F.39.21.06.183.30.8497 - Ações da Polícia Judiciária										855.000,00
	2	50	501	000101	3.1.90.11	0	Não definida	4100	9999999	855.000,00
3922 - Polícia Militar do Estado do Paraná										389.000,00
F.39.22.06.181.30.8501 - Ações do Comando Geral da Polícia Militar										389.000,00
	2	50	501	000101	3.1.90.11	0	Não definida	4100	9999999	389.000,00
3924 - Corpo de Bombeiros Militar do Paraná										75.000,00
F.39.24.06.182.31.8624 - Ações do Comando do Corpo de Bombeiros										75.000,00
	2	50	501	000101	3.1.90.12	0	Não definida	4100	9999999	75.000,00
								Total da Despesa Orçamento Fiscal e/ou Seguridade Social		2.086.440,00
									Total Geral	2.086.440,00

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Portaria Nº 95/2025/DOE/SEFA

O DIRETOR DE ORÇAMENTO ESTADUAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 7º, da Lei Estadual nº 22.267, de 13 de dezembro de 2024, conforme o Processo de Alteração Orçamentária nº 2025FC000982/Bloco1/DOE/SEFA,

R E S O L V E:

Art. 1º Ajustar o detalhamento de despesa do Orçamento Fiscal do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 22.267, de 13 de dezembro de 2024, e o detalhamento de obras e/ou demais entregas, no valor de R$ 5.359.715,00 (cinco milhões e trezentos e cinquenta e nove mil e setecentos e quinze reais), de acordo com os Anexos I e II desta Portaria.

Publique-se.

Anote-se.

Curitiba, em 9 de Dezembro de 2025.

Marcos Tadeu Cavalcante da Silva
Diretor de Orçamento Estadual

Anexo à Portaria nº 95 — Formalização 2025FC000982/Bloco1

ANEXO I - SUPLEMENTAÇÃO DA DESPESA

Órgão/UG/UO/ Programa de Trabalho	Id. Exercício Fonte	Grupo da Fonte	Fonte	Detalhamento de Fonte	Natureza	Cód. Meta Física	Descrição Meta Física	Região Intermediária	Município	Valor
45 - Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior										37.715,00
454800 - Universidade Estadual do Norte do Paraná										37.715,00
4548 - Universidade Estadual do Norte do Paraná										37.715,00
F.45.48.28.846.99.9053 - Encargos Especiais UENP										37.715,00
	1	70	703	000284	3.3.91.91	0	Não definida	4105	4111803	37.715,00
47 - Secretaria de Estado da Saúde										5.322.000,00
476000 - Fundo Estadual de Saúde										5.322.000,00
4760 - Fundo Estadual de Saúde										5.322.000,00
F.47.60.10.302.35.8485 - Gestão na Assistência Hospitalar e Ambulatorial										2.430.000,00
	1	50	500	000000	4.4.40.42	1	Municípios assistidos com Incentivos e Contratos Assistenciais Vinculados à Rede de Atenção à Saúde do SUS e Suas Linhas de Cuidado Prioritárias	4100	9999999	50.000,00
	1	50	500	000000	4.4.70.42	1	Municípios assistidos com Incentivos e Contratos Assistenciais Vinculados à Rede de Atenção à Saúde do SUS e Suas Linhas de Cuidado Prioritárias	4100	9999999	2.380.000,00
F.47.60.10.301.35.8030 - Gestão da Atenção Primária em Saúde										2.892.000,00
	1	50	500	000000	4.4.41.42	32	Municípios Beneficiados com recursos para aquisição de veículos para transporte sanitário	4100	9999999	2.892.000,00
									Total da Despesa Orçamento Fiscal e/ou Seguridade Social	5.359.715,00
									Total Geral	5.359.715,00

Anexo à Portaria nº 95 — Formalização 2025FC000982/Bloco1

ANEXO II - REDUÇÃO DA DESPESA

Órgão/UG/UO/ Programa de Trabalho	Id. Exercício Fonte	Grupo da Fonte	Fonte	Detalhamento de Fonte	Natureza	Cód. Meta Física	Descrição Meta Física	Região Intermediária	Município	Valor
45 - Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior										37.715,00
454800 - Universidade Estadual do Norte do Paraná										37.715,00
4548 - Universidade Estadual do Norte do Paraná										37.715,00
F.45.48.28.846.99.9053 - Encargos Especiais UENP										37.715,00
	1	70	703	000284	3.3.90.47	0	Não definida	4105	4111803	37.715,00
47 - Secretaria de Estado da Saúde										5.322.000,00
476000 - Fundo Estadual de Saúde										5.322.000,00
4760 - Fundo Estadual de Saúde										5.322.000,00
F.47.60.10.302.35.8485 - Gestão na Assistência Hospitalar e Ambulatorial										2.430.000,00
	1	50	500	000000	4.4.50.42	1	Municípios assistidos com Incentivos e Contratos Assistenciais Vinculados à Rede de Atenção à Saúde do SUS e Suas Linhas de Cuidado Prioritárias	4100	9999999	2.430.000,00
F.47.60.10.301.35.8030 - Gestão da Atenção Primária em Saúde										2.892.000,00
	1	50	500	000000	4.4.50.42	8	Municípios beneficiados com cofinanciamento para Atenção à Saúde	4100	9999999	1.000.000,00
	1	50	500	000000	4.4.90.52	8	Municípios beneficiados com cofinanciamento para Atenção à Saúde	4100	9999999	1.892.000,00
									Total da Despesa Orçamento Fiscal e/ou Seguridade Social	5.359.715,00
									Total Geral	5.359.715,00

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Portaria Nº 96/2025/DOE/SEFA

O DIRETOR DE ORÇAMENTO ESTADUAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 7º, da Lei Estadual nº 22.267, de 13 de dezembro de 2024, conforme o Processo de Alteração Orçamentária nº 2025FC000977/Bloco1/DOE/SEFA,

R E S O L V E:

Art. 1º Ajustar o detalhamento de despesa do Orçamento Fiscal do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 22.267, de 13 de dezembro de 2024, e o detalhamento de obras e/ou demais entregas, no valor de R$ 4.767.477,00 (quatro milhões e setecentos e sessenta e sete mil e quatrocentos e setenta e sete reais), de acordo com os Anexos I e II desta Portaria.

Publique-se.

Anote-se.

Curitiba, em 9 de Dezembro de 2025.

Marcos Tadeu Cavalcante da Silva
Diretor de Orçamento Estadual

Anexo à Portaria nº 96 Formalização 2025FC000977/Bloco1

ANEXO I - SUPLEMENTAÇÃO DA DESPESA

Órgão/UG/UO/ Programa de Trabalho	Id. Exercício Fonte	Grupo da Fonte	Fonte	Detalhamento de Fonte	Natureza	Cód. Meta Física	Descrição Meta Física	Região Intermediária	Município	Valor
22 - Secretaria de Estado da Inovação, Modernização e Transformação Digital										20.608,00
220000 - Secretaria de Estado da Inovação, Modernização e Transformação Digital										20.608,00
2202 - Diretoria Geral										20.608,00
F.22.02.19.122.09.8222 - Gestão Administrativa SEI										20.608,00
	1	50	500	000000	3.1.91.13	0	Não definida	4100	9999999	20.608,00
51 - Secretaria de Estado da Cultura										4.500.000,00
516000 - Fundo Estadual da Cultura										4.500.000,00
5160 - Fundo Estadual de Cultura										4.500.000,00
F.51.60.13.392.27.7104 - Projetos Culturais Apoiados por Meio da Execução de Leis de Fomento Federais										4.500.000,00
	2	70	719	000000	3.3.90.31	0	Não definida	4100	9999999	3.500.000,00
	2	70	719	000000	3.3.50.41	0	Não definida	4100	9999999	1.000.000,00
69 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável										26.869,00
690000 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável										26.869,00
6902 - Diretoria Geral										26.869,00
F.69.02.18.122.23.8281 - Gestão Administrativa SEDEST										26.869,00
	1	50	500	000000	3.1.90.11	0	Não definida	4100	9999999	26.869,00
77 - Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística										220.000,00
773000 - Departamento de Estradas de Rodagem										220.000,00
7730 - Departamento de Estradas de Rodagem										220.000,00
F.77.30.26.122.17.8309 - Gestão Administrativa - DER										220.000,00
	1	50	500	000000	3.1.90.13	0	Não definida	4100	9999999	220.000,00
								Total da Despesa Orçamento Fiscal e/ou Seguridade Social		4.767.477,00
									Total Geral	4.767.477,00

Anexo à Portaria nº 96 Formalização 2025FC000977/Bloco1

ANEXO II - REDUÇÃO DA DESPESA

Órgão/UG/UO/ Programa de Trabalho	Id. Exercício Fonte	Grupo da Fonte	Fonte	Detalhamento de Fonte	Natureza	Cód. Meta Física	Descrição Meta Física	Região Intermediária	Município	Valor
22 - Secretaria de Estado da Inovação, Modernização e Transformação Digital										20.608,00
220000 - Secretaria de Estado da Inovação, Modernização e Transformação Digital										20.608,00
2202 - Diretoria Geral										20.608,00
F.22.02.19.122.09.8222 - Gestão Administrativa SEI										20.608,00
	1	50	500	000000	3.1.90.16	0	Não definida	4100	9999999	20.608,00
51 - Secretaria de Estado da Cultura										4.500.000,00
516000 - Fundo Estadual da Cultura										4.500.000,00
5160 - Fundo Estadual de Cultura										4.500.000,00
F.51.60.13.392.27.7104 - Projetos Culturais Apoiados por Meio da Execução de Leis de Fomento Federais										4.500.000,00
	2	70	719	000000	3.3.60.41	0	Não definida	4100	9999999	4.500.000,00
69 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável										26.869,00
690000 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável										26.869,00
6902 - Diretoria Geral										26.869,00
F.69.02.18.122.23.8281 - Gestão Administrativa SEDEST										26.869,00
	1	50	500	000000	3.1.91.13	0	Não definida	4100	9999999	26.869,00
77 - Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística										220.000,00
773000 - Departamento de Estradas de Rodagem										220.000,00
7730 - Departamento de Estradas de Rodagem										220.000,00
F.77.30.26.122.17.8309 - Gestão Administrativa - DER										220.000,00
	1	50	500	000000	3.1.91.13	0	Não definida	4100	9999999	220.000,00
								Total da Despesa Orçamento Fiscal e/ou Seguridade Social		4.767.477,00
									Total Geral	4.767.477,00

RESOLUÇÃO SEFA Nº 1163, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2025

Designação de substituição da Chefe do Núcleo Fazendário Setorial – NFS, da Secretaria de Estado da Segurança Pública - SEIL, por motivo de férias da titular.

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA**, no exercício de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 4º, da Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, bem como o contido no Protocolo nº **25.104.240-3**,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora GISELE MARIA DA SILVA BOSZCZOWSKI, RG nº 6.XXX.975-X, para responder como Chefe do Núcleo Fazendário Setorial - NFS, da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística - SEIL, em substituição à servidora HARIEL SUELEN NERY, RG nº 10.XXX.061-X, por motivo de férias da titular, no período de 08 a 22 de dezembro de 2025.

Curitiba, 4 de dezembro de 2025

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

169587/2025

RESOLUÇÃO SEFA Nº 1165, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2025

Dispõe sobre a imputação de responsabilidade tributária a terceiro.

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA**, no exercício das atribuições conferidas pelo inciso II do art. 90 da Constituição do Estado do Paraná, considerando o disposto na Lei nº 18.877, de 27 de setembro de 2016, alterada pela Lei nº 22.496, de 2 de julho de 2025, bem como o contido no protocolo nº 25.095.900-1,

RESOLVE:

SEÇÃO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Resolução dispõe sobre os procedimentos para a imputação de responsabilidade a terceiro que não consta da relação tributária como contribuinte.

§ 1º Respondem pela infração, conjunta ou isoladamente, todos os que de qualquer forma concorram para a sua prática ou dela se beneficiem, os que tenham interesse comum na situação que constitua o fato gerador da obrigação principal, os expressamente designados por lei e as pessoas mencionadas nos artigos 135 e 137 do Código Tributário Nacional - CTN, quando comprovados atos praticados com excesso de poder ou infração de lei, devendo ser formalizada a imputação de responsabilidade tributária por ocasião do lançamento de ofício (art. 54 da Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, art. 7º, § 6º, e art. 11, §§ 6º e 7º, da Lei 18.877, de 27 de setembro de 2016, e artigos 124, 135 e 137 do CTN).

§ 2º Constituem hipóteses de inclusão de responsável tributário no polo passivo da autuação, nas situações de que trata o caput deste artigo, quando comprovada a prática de atos com dolo, fraude ou simulação:

I - o lançamento por infração sujeita à lavratura de Representação Fiscal para Fins Penais;

II - a constituição de pessoa jurídica com indicação de interpostas pessoas em ato societário;

III - a declaração de contribuinte considerado devedor contumaz por ato formal;

IV - a dissolução irregular da empresa;
V - a inexistência de fato do estabelecimento.

§ 3º Presume-se dissolução irregular o encerramento de atividades de empresário ou de pessoa jurídica sem que se tenha procedido regularmente a sua baixa perante a Receita Estadual, devendo ser responsabilizados o administrador à época da dissolução irregular e o administrador à época da ocorrência do fato gerador ou infração tributária.

§ 4º Nos casos de baixa da inscrição estadual e dissolução da empresa, os sócios respondem solidariamente pelo crédito tributário, nos termos do inciso VII do art. 134 do CTN.

SEÇÃO II
DA IMPUTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE NA CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

Art. 2º Na hipótese de imputação de responsabilidade tributária por ocasião do lançamento de ofício, o Auditor Fiscal deverá indicar no auto de infração: -

I - a qualificação das pessoas físicas ou jurídicas a quem se atribua a sujeição passiva;
II - a descrição dos fatos que caracterizam a responsabilidade tributária;
III - o enquadramento legal do vínculo de responsabilidade decorrente dos fatos a que se refere o inciso II.

Parágrafo único. Deverão ser anexadas ao auto de infração as provas indispensáveis à comprovação da responsabilidade tributária.

Art. 3º A decisão de primeira instância que afastar o vínculo de responsabilidade tributária está sujeita a reexame necessário, nos termos do art. 51 da Lei nº 18.877/2016.

SEÇÃO III
DA IMPUTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE APÓS A CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

Art. 4º Na hipótese de identificação de responsabilidade tributária durante o processo administrativo fiscal e antes da decisão de primeira instância, decorrente de elementos que indiquem a responsabilidade de terceiro, de que trata o art. 1º desta Resolução, a inclusão do responsável no polo passivo deverá ser realizada por Auditor Fiscal, mediante Termo de Atribuição de Responsabilidade Tributária - TART, no qual deverão constar os requisitos previstos no art. 2º desta Resolução.

§ 1º O sujeito passivo responsabilizado de acordo com o disposto no caput deste artigo poderá impugnar o crédito tributário e o vínculo de responsabilidade, enquanto os demais, que também deverão ser cientificados, poderão impugnar apenas o vínculo de responsabilidade.

§ 2º Aplicam-se às impugnações de que trata esta Seção o prazo para a reclamação e seus efeitos, previstos no art. 14 da Lei nº 18.877/2016.

§ 3º Na hipótese de que trata o caput deste artigo, o procedimento somente poderá ser iniciado enquanto não extinto o direito da Fazenda Pública, nos termos do parágrafo único do art. 149 do CTN.

Art. 5º Na hipótese de identificação de responsabilidade tributária durante o processo administrativo fiscal, decorrente de elementos de fato e de direito novos, a inclusão do responsável no polo passivo deverá ser realizada por Auditor Fiscal, mediante TART, atendidos os requisitos previstos no art. 2º e observado o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 4º, desta Resolução.

Parágrafo único. Caso a identificação da responsabilidade ocorra após a decisão de primeira instância, o processo administrativo fiscal deverá retornar à Delegacia de Julgamento para nova análise e decisão.

SEÇÃO IV
DA IMPUTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE PELO PAGAMENTO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO DEFINITIVAMENTE CONSTITUÍDO

Art. 6º Na hipótese de identificação de responsabilidade nos casos de crédito tributário definitivamente constituído e não pago, nas situações previstas nos incisos IV e V do § 2º e no § 4º, do art. 1º desta Resolução, a inclusão do responsável no polo passivo deverá ser realizada por Auditor Fiscal, previamente à inscrição em dívida ativa, mediante emissão do TART, no qual deverão constar os requisitos previstos no art. 2º desta Resolução.

Parágrafo único. Os sócios ou administradores responsabilizados de acordo com o caput deste artigo deverão ser cientificados e poderão apresentar impugnação no prazo de 10 dias, a qual se restringirá ao vínculo de responsabilidade e será apreciada pela Delegacia de Julgamento.

SEÇÃO V
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 7º A emissão do TART deverá ser comunicada ao setor responsável pelo sistema de lançamento de ofício da Coordenação de Tributação para seu processamento, como medida prévia à ciência dos sujeitos passivos, e seguirá o modelo constante no Anexo Único desta Resolução.

Art. 8º O pagamento do crédito tributário efetuado por um dos sujeitos passivos aproveita aos demais.

Parágrafo único. Na hipótese de pagamento integral do crédito tributário, as impugnações e outros recursos apresentados pelos demais sujeitos passivos perdem objeto.

Art. 9º O pedido de parcelamento deferido a um dos sujeitos passivos suspende a exigibilidade do crédito tributário em relação aos demais.

§ 1º Eventuais impugnações e outros recursos apresentados pelos sujeitos passivos que não aderiram ao parcelamento a que se refere o caput deste artigo, deverão ser apreciados, em obediência ao contraditório e à ampla defesa, nos termos do § 7º do art. 57 da Lei nº 18.877/2016.

§ 2º Caso o parcelamento seja rescindido, o crédito tributário deverá ser inscrito em dívida ativa.

§ 3º A inscrição em dívida ativa prevista no § 2º deste artigo fica condicionada ao encerramento do trâmite administrativo do processo, na hipótese de haver impugnações por parte de outros sujeitos passivos, em conformidade com o previsto no § 1º deste artigo.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Art. 10. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 05 de dezembro de 2025

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda do Paraná

169563/2025

PORTARIA SEFA/DG Nº 098/2025

Designa servidores para atuar como Gestor e Fiscal do Contrato n° 8.904/2025-REPR, celebrado com a ELÉTRON ELEVADORES LTDA.

O **DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA**, no uso de suas atribuições descritas no Decreto Estadual nº 7.356, de 14 de abril de 2021, e, considerando o disposto na Lei Federal nº 14.133, de 1° de abril de 2021, e no Decreto Estadual nº 10.086, de 17 de janeiro de 2022, e demais legislações congêneres;

CONSIDERANDO a necessidade da adequada governança dos Contratos Administrativos celebrados no âmbito desta Secretaria de Estado da Fazenda;

CONSIDERANDO o disposto no art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, quanto a designação de servidor(es), representante(s) da Administração, para o acompanhamento e fiscalização da execução dos contratos;

CONSIDERANDO, por fim, o disposto nos arts. 10 a 12 do Decreto Estadual nº 10.086/2022, quanto as atribuições específicas das funções de Gestor e Fiscal de contratos celebrados pela Administração;

RESOLVE:

I – DESIGNAR o servidor **Renato Germano Cys, CPF xxx.202.539-xx,** para as funções de **Gestor do Contrato nº 8.904/2025-REPR**, celebrado com a **ELÉTRON ELEVADORES LTDA**, com atribuições administrativas e a função de administrar o contrato, devendo cumprir as atribuições previstas nos incisos I a VI e X do art. 10 do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

II - DESIGNAR o servidor **Marcos Freitas Estela, CPF xxx.540.249-xx/MF,** para as funções de **Fiscal do Contrato nº 8.904/2025-REPR,** celebrado com **ELÉTRON ELEVADORES LTDA,** devendo cumprir as atribuições previstas nos arts. 11 e 12 do Decreto Estadual nº 10.086/2022, incluindo o recebimento provisório do objeto, caso houver.

III – Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Curitiba/PR, em 10 de dezembro de 2025.

LUIZ PAULO BUDAL PEDROSO DE ALMEIDA
Diretor-Geral
Secretaria de Estado da Fazenda

170066/2025

PROTOCOLO Nº: 24.675.389-0 e 17.939.376-0
INTERESSADO: FRÍSIA COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL
ASSUNTO: Programa Paraná Competitivo. Aditivo ao Protocolo de Intenções 014/2021, regulamentado através do Regime Especial nº 7.121/2022, com adição de novos investimentos.

DESPACHO Nº 2120/2025-SEFA

I. Com base no PARECER TÉCNICO nº 253/2025, DEFIRO o pedido de prorrogação em continuidade aos incentivos fiscais que possui, concedido através do Protocolo de Intenções nº 014/2021, regulamentado através do Regime Especial nº 7.121/2022, a partir de 01/12/2025, com a adição de novos tratamentos tributários diferenciados para transferência de crédito de ICMS – SISCRED para aquisição de ativo imobilizado, de crédito presumido para o estabelecimento industrial e, crédito presumido para CD – Centro de Distribuição, mediante a apresentação de adição de novos investimentos efetuado pela empresa FRISIA COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL., CNPJ 76.107.770/0022-24 – CAD/ICMS 90530973-05, devendo a empresa indicar o estabelecimento que irá funcionar como centro de distribuição, preliminarmente a regulamentação a ser realizada através de regime especial;
II. Cientifique-se a requerente para se manifestar no prazo de até dez dias, sob pena de arquivamento por desistência tácita;
III. Em aceitando, publique-se no Diário Oficial do Estado;
IV. Elabore-se o Protocolo de Intenções, em aditivo ao Protocolo de Intenções 014/2021, para encaminhamento à Casa Civil;
V. Encaminhe-se ao Setor de Regimes Especiais para aditamento ao regime especial que o regulamentou.
VI. Arquive-se pelo prazo legal.
É o despacho.

SEFA/GS, 08 de dezembro de 2025.

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

170267/2025

PROTOCOLO Nº: 24.364.048-2
INTERESSADO: MEDSALUS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS DE USO ÚNICO LTDA
CNPJ: 31.061.888/0002-87
ASSUNTO: Programa Paraná Competitivo. Implantação. E-Commerce. Aditivo ao RE nº 8503/2025.

DESPACHO Nº 2121/2025-SEFA

I. Com base e nos termos do Parecer Técnico AAET/DIF nº 250/2025 e com fundamento no Decreto 7.721/2025, DEFIRO o pedido da MEDSALUS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS DE USO ÚNICO LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob n. 31.061.888/0002-87 e no CAD/ICMS n. 91100189-64 concedendo tratamento tributários diferenciado de conformidade com o inciso VI do Art.13, conforme eprotocolo 24.364.048-2;
II. Publique-se no DOE;
III.Encaminhe-se a Receita Estadual do Paraná para as providências necessárias.
É o despacho.

SEFA/GS, 8 de dezembro de 2025.

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

169900/2025

Secretaria da Indústria, Comércio e Serviços

RESOLUÇÃO N.º 40/2025 – SEIC

Designa servidor para exercer a função de Agente de Controle Interno na Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Serviços.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS, nomeado pelo Decreto n.º 9.375 de 31 de março de 2025, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo art. 90, parágrafo único, da Constituição do Estado do Paraná e o art. 4º, inciso VII, da Lei Estadual n.º 21.352 de 1º de janeiro de 2023,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor FÁBIO HENRIQUE DE AQUINO FREITAS, RG n.º 6.XXX.000-X, nomeado pelo Decreto Estadual n.º 11.551, de 20 de outubro de 2025 para exercer a função de Agente de Controle Interno na Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Serviços – SEIC.
Art. 2° Designar o servidor TAUFIK JORGE DIB NETO, RG nº 4.XXX.464-0, nomeado pelo Decreto Estadual n.º 10.245, de 10 de junho de 2025 para atuar como Agente de Controle Interno substituto, nos casos de impedimentos ou afastamentos legais do titular, com atividade exclusiva para o exercício das atribuições da função.
Art. 3º Fica revogada a Resolução n.º 27, de 29 de agosto de 2025.
Art. 4º Esta Resolução entra em vigor a partir 08 de dezembro de 2025.

Curitiba, 09 de dezembro de 2025.

Marco Aurélio Ribeiro – Marco Brasil
Secretário da Indústria, Comércio e Serviços – SEIC

170351/2025

JUCEPAR

PORTARIA JCP Nº 289/2025

O Presidente da Junta Comercial do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 23 da Lei Federal nº 8.934/94, art. 25, inciso XVII do Decreto Federal nº 1.800/96 e o disposto nos arts. 26, §1º, inciso I e 27 da Instrução Normativa DREI /ME nº 52/2022, resolve:

NOMEAR

JOVICA DJUKIC, sérvio, naturalizado brasileiro, inscrito no CPF/MF sob nº 701.XXX.XXX-34, residente e domiciliado nesta comarca, tradutor e intérprete ad hoc do idioma sérvio para o idioma português brasileiro e do idioma português brasileiro para o idioma sérvio, em conformidade com o disposto no artigo 27 da Instrução Normativa DREI nº 52, de 29 de julho de 2022, tendo em vista o atendimento dos requisitos exigidos no mesmo diploma legal, para tradução específica da documentação pertencente a BALKAN IMPORT LTDA apresentada no protocolo PRE2500692117.

Publique-se.
Curitiba, 08 de dezembro de 2025.

MARCOS SEBASTIÃO RIGONI DE MELLO
Presidente

PORTARIA JCP Nº 290/2025

O Presidente da Junta Comercial do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 23 da Lei Federal nº 8.934/94, art. 25, inciso XVII do Decreto

Federal nº 1.800/96 e o disposto nos arts. 26, §1º, inciso I e 27 da Instrução Normativa DREI /ME nº 52/2022, resolve:

NOMEAR

JOVICA DJUKIC, sérvio, naturalizado brasileiro, inscrito no CPF/MF sob nº 701.XXX.XXX-34, residente e domiciliado nesta comarca, tradutor e intérprete ad hoc do idioma sérvio para o idioma português brasileiro e do idioma português brasileiro para o idioma sérvio, em conformidade com o disposto no artigo 27 da Instrução Normativa DREI nº 52, de 29 de julho de 2022, tendo em vista o atendimento dos requisitos exigidos no mesmo diploma legal, para tradução específica da documentação pertencente a BRANKA MILASINOVIC MATEVSKI apresentada no protocolo PRE2500699562.

Publique-se.

Curitiba, 08 de dezembro de 2025.

MARCOS SEBASTIÃO RIGONI DE MELLO
Presidente

PORTARIA JCP Nº 291/2025

O Presidente da Junta Comercial do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 23 da Lei Federal nº 8.934/94, art. 25, inciso XVII do Decreto Federal nº 1.800/96 e o disposto nos arts. 26, §1º, inciso I e 27 da Instrução Normativa DREI /ME nº 52/2022, resolve:

NOMEAR

JOVICA DJUKIC, sérvio, naturalizado brasileiro, inscrito no CPF/MF sob nº 701.XXX.XXX-34, residente e domiciliado nesta comarca, tradutor e intérprete ad hoc do idioma sérvio para o idioma português brasileiro e do idioma português brasileiro para o idioma sérvio, em conformidade com o disposto no artigo 27 da Instrução Normativa DREI nº 52, de 29 de julho de 2022, tendo em vista o atendimento dos requisitos exigidos no mesmo diploma legal, para tradução específica da documentação pertencente a SÉRGIO OLIVEIRA MILETIC apresentada no protocolo PRE2500695183

Publique-se.

Curitiba, 08 de dezembro de 2025.

MARCOS SEBASTIÃO RIGONI DE MELLO
Presidente

PORTARIA JCP Nº 292/2025

O Presidente da Junta Comercial do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 23 da Lei Federal nº 8.934/94, art. 25, inciso XVII do Decreto Federal nº 1.800/96 e o disposto nos arts. 26, §1º, inciso I e 27 da Instrução Normativa DREI /ME nº 52/2022, resolve:

NOMEAR

MELIH ALTUNTURK, turco, naturalizado brasileiro, inscrito no CPF/MF sob nº 053.XXX.XXX-63, residente e domiciliado em São Paulo-SP, tradutor e intérprete ad hoc do idioma turco para o idioma português brasileiro e do idioma português brasileiro para o idioma turco, em conformidade com o disposto no artigo 27 da Instrução Normativa DREI nº 52, de 29 de julho de 2022, tendo em vista o atendimento dos requisitos exigidos no mesmo diploma legal, para tradução específica da documentação pertencente a ALLINE PEDRA JORGE, apresentada no protocolo PRE2500701210.

Publique-se.

Curitiba, 08 de dezembro de 2025.

MARCOS SEBASTIÃO RIGONI DE MELLO
Presidente

PORTARIA JCP Nº 293/2025

O Presidente da Junta Comercial do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 23 da Lei Federal nº 8.934/94, art. 25, inciso XVII do Decreto Federal nº 1.800/96 e o disposto nos arts. 26, §1º, inciso I e 27 da Instrução Normativa DREI /ME nº 52/2022, resolve:

NOMEAR

MELIH ALTUNTURK, turco, naturalizado brasileiro, inscrito no CPF/MF sob nº 053.XXX.XXX-63, residente e domiciliado em São Paulo-SP, tradutor e intérprete ad hoc do idioma turco para o idioma português brasileiro e do idioma português brasileiro para o idioma turco, em conformidade com o disposto no artigo 27 da Instrução Normativa DREI nº 52, de 29 de julho de 2022, tendo em vista o atendimento dos requisitos exigidos no mesmo diploma legal, para tradução específica da documentação pertencente a YASAR KARAAGAÇ, apresentada no protocolo PRE2500714770

Publique-se.

Curitiba, 08 de dezembro de 2025.

MARCOS SEBASTIÃO RIGONI DE MELLO
Presidente

169999/2025

PORTARIA JCP Nº 285/2025

O PRESIDENTE DA JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 23 da Lei Federal n.º 8.934/94, artigo 25 do Decreto Federal n.º 1800/96, artigos 12 e 13 do Decreto Estadual n° 12.033/2014 (Regulamento e Regimento Interno da Jucepar), artigo 16, inciso II, da Lei Estadual n° 21.352/23 e demais disposições regulamentares, resolve, **DESIGNAR:**

João do Amaral, portador do RG 4.XXX.306-X, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Profissional, lotado nesta Autarquia, para atuar como Relator na Agência Regional da JUCEPAR em Contenda/PR, a partir de 5 de janeiro de 2026.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 9 de dezembro de 2025.

MARCOS SEBASTIÃO RIGONI DE MELLO
Presidente

170099/2025

PORTARIA JCP Nº 294/2025

O Presidente da Junta Comercial do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 23 da Lei Federal nº 8.934/94, art. 25, inciso XVII do Decreto Federal nº 1.800/96 e o disposto no parágrafo único do art. 21 da Instrução Normativa DREI /ME nº 52/2022, resolve:

NOMEAR

o Sr. DIEGO GABARDO, brasileiro, inscrito no CPF/MF sob nº 058.XXX.XXX-89, como tradutor e intérprete público do idioma italiano nos termos do artigo 19 da Instrução Normativa DREI /ME nº 52, de 29 de julho de 2022, recebendo a matrícula de número 25/314-T, conforme solicitação protocolada sob n°25/506933-2.

Publique-se.

Curitiba, 09 de dezembro de 2025.

MARCOS SEBASTIÃO RIGONI DE MELLO
Presidente

170300/2025

Secretaria de Infraestrutura e Logística

RESOLUÇÃO CONJUNTA SEIL/DER Nº 019/2025

O Secretário de Estado da Infraestrutura e Logística e o Diretor-Presidente do Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023,

RESOLVEM:

Art. 1º - Constituir um Grupo de Trabalho conjunto entre a Secretaria de Infraestrutura e Logística (SEIL) e o Departamento de Estradas de Rodagem (DER), com a finalidade de promover o compartilhamento de informações, discutir problemas e buscar soluções colaborativas para assegurar o cumprimento dos cronogramas de obras.

Art. 2º - Designar os seguintes servidores para compor o referido Grupo de Trabalho:

- ADRIANA BARBOZA TABISZ VALIM, RG 5.XXX.508-X/PR - (Titular);
- BRUNA EMANUELLY DE WITTE CEZAROTTO, RG 11.XXX.707-X/PR - (Titular);
- JOSÉ RENATO FONSECA GUBERT, RG 1.XXX.446-X/PR, - (Titular);
- THAIS VOLTTANI KOYAMA, RG 8.XXX.694-X/PR, - (Titular);
- GUILHERME LUIZ CONTE, RG 8.XXX.322-X/PR - (Titular);
- CRISTIANNE MARIA DO CANTO DEFERT DISSENHA, RG 7.XXX.958-X/PR - (Titular);
- HENRIQUE RICHTER, RG 8.XXX.893-X/PR - (Suplente);
- KAMILLE TOMBELY GUMURSKI, RG 6.XXX.733-X/PR - (Suplente);
- GABRIELA CRISTO E SANTOS, RG 10.XXX.182-X/PR - (Suplente);
- AFONSO CASSIANO DA ROCHA, RG 8.XXX.461-X/PR - (Suplente);
- GUSTAVO JOSÉ FORBECI, - RG 6.XXX.612-X/PR - (Suplente);
- ELIANA MAR JENSEN VILA NOVA, RG 4.XXX.408-X/PR - (Suplente);
- JOSÉ NILTON FERREIRA, RG10.XXX.599-X/PR - (Suplente);
- MARIA INES PREVEDELLO, RG 4.XXX.746-X/PR - (Titular).
- GISLAYNE CRIST DE ANDRADE TAVARES, CIN 030.XXX.XXX-29 - (Suplente);
- EVELYN MIRELI CRUZ, CIN 082.XXX.XXX-71 - (Suplente);

Art. 3º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, ficando sem efeito a Resolução Conjunta nº 14/2024-SEIL/DER, de 30/09/2024, publicada no DOE nº 11758, de 02/10/2024.

Curitiba, 5 de dezembro de 2025.

Sandro Alex
Secretário de Estado da Infraestrutura e Logística

Fernando Furiatti Saboia
Diretor-Presidente do DER/PR

169679/2025

DER

PORTARIA Nº 709/2025-DER

O Diretor-Presidente do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná, usando das atribuições que são conferidas pelo artigo 20, inciso XIX do Decreto nº 2.458, de 14 de agosto de 2.000, para atender o artigo 3º e 4º da Resolução Conjunta PGE/SEAP n.º 011/2014 e considerando o contido no

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

protocolo n° 25.103.789-2, RESOLVE:

	Nome /Rg	Solicitação	Histórico
DESIGNAR	Darlan de Paiva Santana, RG. 7.xxx.141-x	Mem. nº 1078/2025 SRNOROE	Como **Gestor** do **Contrato nº 183/2025,** tendo como objeto: "Contratação de empresa especializada para execução de obra comum de engenharia, referente à reforma na SRNOROESTE - Superintendência Regional Noroeste do DER/PR - Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná –, com área de 4.802,81 m² (quatro mil, oitocentos e dois e oitenta e um metros quadrados), sita à Avenida Monteiro Lobato, nº 885, no município de Maringá, Paraná, conforme planilha orçamentária de referência (Anexo XIII) e demais Elementos Técnicos Instrutores. Protocolo nº 23.185.395-2."
DESIGNAR	Jéssica Mayumi Kumasaka, RG. 8.xxx.347-x	Mem. nº 1078/2025 SRNOROE	Como **Gestora substituta** do **Contrato nº 183/2025 -** Protocolo nº 23.185.395-2.
DESIGNAR	Paulo Ferreira Benencase, RG. 13.xxx.625-x	Mem. nº 1078/2025 SRNOROE	Como **Fiscal** do **Contrato nº 183/2025,** tendo como objeto: "Contratação de empresa especializada para execução de obra comum de engenharia, referente à reforma na SRNOROESTE - Superintendência Regional Noroeste do DER/PR - Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná –, com área de 4.802,81 m² (quatro mil, oitocentos e dois e oitenta e um metros quadrados), sita à Avenida Monteiro Lobato, nº 885, no município de Maringá, Paraná, conforme planilha orçamentária de referência (Anexo XIII) e demais Elementos Técnicos Instrutores. Protocolo nº 23.185.395-2."
DESIGNAR	Higor Antonio Kauffman, RG. 10.xxx.263-x	Mem. nº 1078/2025 SRNOROE	Como **Fiscal substituto** do **Contrato nº 183/2025 -** Protocolo nº 23.185.395-2.

Curitiba, 08 de dezembro de 2025.

(assinado eletronicamente)
Fernando Furiatti Saboia,
Diretor Presidente do DER/PR.

169923/2025

PORTARIA Nº 712/2025-DER

O Diretor-Presidente do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 20, inciso XIX do Decreto nº 2458 de 14 de agosto de 2000 e considerando o contido no protocolo n° 25.083.962-6, RESOLVE:

Designar como representantes do empregador e empregados, os servidores abaixo relacionados, para comporem a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA do Departamento de Estradas de Rodagem – DER/PR, **Escritório Regional Xisto – São Mateus do Sul** conforme Portaria 3214/78 e NR-5 do Ministério do Trabalho, no período de **08/12/2025 à 07/12/2026.**

Representantes do Empregador

Membros Titulares
Augusto Lopes Tonel, RG. 7.xxx.290-x

Representantes dos Empregados

Membros Titulares
Celso de Moraes Leal, RG. 7.xxx.547-x

Curitiba, 08 de novembro de 2025.

(assinado eletronicamente)
Fernando Furiatti Saboia,
Diretor-Presidente do DER/PR.

169935/2025

PORTARIA Nº 713/2025-DER

O Diretor-Presidente do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 20, inciso XIX do Decreto nº 2458 de 14 de agosto de 2000 e considerando o contido no protocolo n° 25.065.204-6, RESOLVE:

Designar como representantes do empregador e empregados, os servidores abaixo relacionados, para comporem a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA do Departamento de Estradas de Rodagem – DER/PR, **Superintendência Regional Leste** conforme Portaria 3214/78 e NR-5 do Ministério do Trabalho, no período de **12/11/2025 à 11/11/2026**.

Representantes do Empregador

Membros Titulares
Yuri Lobo Ramos, RG. 013.xxx.xxx-74 - Presidente

Membros Suplentes
Sidnei dos Santos, RG. 4.xxx.344-x

Representantes dos Empregados

Membros Titulares
Edson Luís da Silva, RG. 10.xxx.254-x – Vice-Presidente

Membros Suplentes
Rogério Roque Mayer, RG. 4.xxx.591-x

Curitiba, 08 de novembro de 2025.

(assinado eletronicamente)
Fernando Furiatti Saboia,
Diretor-Presidente do DER/PR.

169938/2025

PORTARIA Nº 710/2025-DER

O Diretor-Presidente do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 20, inciso XVII do Decreto nº 2458 de 14 de agosto de 2000 e tendo em vista o contido no protocolo n° 25.108.741-5, RESOLVE:

	Nome/Rg	Solicitação	Histórico	A partir de:
DESIGNAR	Antonio Lucas Cortivo, RG. 077.xxx.xxx-21	Mem. n° 030/2025 ER Vale do Chopim	Como Responsável pela Área de Gestão 07 do Escritório Regional Vale do Chopim.	08/12/2025

Curitiba, 08 de novembro de 2025.

(assinado eletronicamente)
Fernando Furiatti Saboia,
Diretor Presidente do DER/PR.

169929/2025

PORTARIA Nº 711/2025-DER

O Diretor-Presidente do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 20, inciso XVII do Decreto nº 2458 de 14 de agosto de 2000 e tendo em vista o contido no protocolo n° 25.112.859-6, RESOLVE:

	Nome/Rg	Solicitação	Histórico	A partir de:
DESIGNAR	Jeferson Marinho Camboin, RG. 10.xxx.724-x	Mem. n° 329/2025 SR OESTE	Como Gerente de Obras e Serviços, no âmbito da Superintendência Regional Oeste/Cascavel/PR	04/12/2025

Curitiba, 08 de novembro de 2025.

(assinado eletronicamente)
Fernando Furiatti Saboia,
Diretor Presidente do DER/PR.

169931/2025

Secretaria da Inovação e Inteligência Artificial

Resolução nº 134/2025 - SEIA

Designa servidores para as funções de gestor e fiscal do contrato nº 9952/2025 – Telas Interativas destinadas ao Programa Paraná Mais Cidades 2025.

O Secretário de Estado da Inovação e Inteligência Artificial, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 5º da Lei Estadual nº 21.352/2023, protocolo nº 24.903.188-7;

RESOLVE

Art. 1º Designar a servidora VANESSA ALVES HIRATA OSAWA, CPF nº XXX.047.689-XX, para atuar como fiscal do Contrato nº 9952/2025 - REPREMIG REPRESENTAÇÃO E COMÉRCIO DE MINAS GERAIS LTD, cujo objeto é a aquisição de Telas Interativas com seus respectivos complementos e acessórios para atender o projeto Paraná Mais Cidades

Art. 2º Designar a servidora JOSANA ANDREARA STADLER, CPF nº XXX.298.229-XX, para atuar como Gestora do Contrato nº 9952/2025 - REPREMIG REPRESENTAÇÃO E COMÉRCIO DE MINAS GERAIS LTD, cujo objeto é a aquisição de Telas Interativas com seus respectivos complementos e acessórios para atender o projeto Paraná Mais Cidades.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Resolução nº 089/2025

Curitiba, 08 de dezembro de 2025.

Alex Canziani Silveira
Secretário de Estado da Inovação e Inteligência Artificial

Protocolo 24.903.188-7

169778/2025

Resolução nº 136/2025 - SEIA

Súmula: Designa servidores para atuar como Gestor e Fiscal do contrato nº 2052/2023 com a empresa ERS COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.

O Secretário de Estado da Inovação e Inteligência Artificial, nomeado pelo Decreto Estadual nº 5.955/2024, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 4º da Lei Estadual nº 21.352/2023, e protocolo n° 23.794.941-2;

RESOLVE

Art. 1º Designar o servidor BRUNO RIBAS LOCKS, CPF nº XXX.237.519-XX, para atuar como fiscal do Contrato nº 2052/2023, cujo objeto contratual é o fornecimento de serviços de eventos para a Secretaria de Inovação e Inteligência Artificial (SEIA).
Art. 2º Designar a servidora LAURA ANTUNES REZENDE, CPF nº XXX.315.219-XX, para atuar como gestora do Contrato nº 2052/2023, cujo objeto contratual é o fornecimento de serviços de eventos para a Secretaria de Inovação e Inteligência Artificial (SEIA).
Art. 3º Revogam-se as resoluções publicadas nº 80/2024; Nº 08/2025 e nº 66/2025.
Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Alex Canziani Silveira
Secretário de Estado da Inovação e Inteligência Artificial

Protocolo 23.794.941-2

169759/2025

Secretaria da Justiça e Cidadania

Despacho nº 1905/2025
(Protocolo nº 24.818.101-0)

AUTORIZO, com fulcro nos artigos 33, inciso XI, e 44, ambos da Lei Estadual nº 21.352/2023, no art. 6º, inciso II, alínea c do Decreto nº 03/2023, na Resolução SEJU nº 94/2025, no Decreto nº 11379/2025, na Lei Federal nº 14.133/2021, no Decreto Estadual nº 10.086/2022, e considerando o Documento de Formalização da Demanda – DFD **(mov.06)**; a Informação Técnica nº 046/2025 – NFS/SEJU **(mov.30)**, bem como a Informação Técnica nº 380/2025 – AT/SEJU **(mov.55)**, a **aquisição**, na modalidade **adesão (carona)**, à **Ata de Registro de Preços SEI-CED 341/2023**, decorrente do **Pregão Eletrônico n° 449/2023**, gerenciado pela Secretaria de Estado da Administração Pública – SEAP, cujo finalidade é aquisição de **troféus personalizados** destinados ao II Festival de Direitos Humanos, a ser formalizada em favor da empresa **ILUMIX COMÉRCIO DE PAINÉIS LTDA, CNPJ: 01.427.232/0001-93**, no valor total de **R$ 3.010,00 (três mil e dez reais)**.

CONDICIONO ao cumprimento da legislação vigente, devendo o NAS/SEJU efetuar o apensamento dos autos referentes às prorrogações que eventualmente forem formalizadas ao protocolo em que consta a celebração do contrato originário. É de responsabilidade do NAS/SEJU, a certificação da regularidade formal do expediente e dos documentos que o instruem. Além disso, na ocasião da formalização da presente aquisição, como na realização da despesa, verificar a validade das habilitações fiscais e trabalhistas, e das consultas aplicáveis à matéria (GMS, CADIN e CEIS).

PUBLIQUE-SE, de acordo com as normas vigentes.

Curitiba, 08 de dezembro de 2025.

Fabiana Cristina de Campos Romanelli

Diretora-Geral

Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania

169708/2025

Extrato de Termo de Doação de Bens Móveis

Doador:	SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO
Donatário:	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MAGRO
Descrição do Bem:	KOMBI, COR BRANCA, PLACA AKH-4023
Placa:	AKH4023
Chassi:	9BWGB07X22P012310
Renavam:	784106827
Ano:	2002 / 2002
Cor:	BRANCA
Termo de Doação:	2963586
Data do Termo	06/10/2025
Eprotocolo	24.308.123-8

169870/2025

Extrato de Termo de Doação de Bens Móveis

Doador:	SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO
Donatário:	PREFEITURA MUNICIPAL DE IBAITI
Descrição do Bem:	AUTOMOVEL SANDERO EXP 16HP - ALC/GAS. - 05 PORTAS-MOTOR
Placa:	AWB2885
Chassi:	93YBSR76HDJ434985
Renavam:	490905757
Ano:	2012 / 2013
Cor:	BRANCA
Termo de Doação:	2964075
Data do Termo	06/10/2025
Eprotocolo	23.633.542-9

169867/2025

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEMVEJ – REALIZADA EM 24/11/2025

Ao vigésimo quarto dia do mês de novembro do ano de 2025, às 15h00 em formato híbrido, presencialmente na sala de situação, rua Frederico Maurer, 617, CEP 81630-020, boqueirão Curitiba (PR) e *online* por meio de *link* disponibilizado para os (as) conselheiros (as) sob justificativa prévia deu-se início a reunião ordinária do comitê estadual de memória, verdade e justiça do estado do paraná (CEMVEJ/PR). Fizeram-se presentes os (as) **Conselheiros (as) Governamentais:** Suplente: Jane Cristina Lobato – Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania (SEJU); Titular: Adriane Isabelle – Secretaria Do Estado Da Cultura (SEEC); Suplente: Tamires Almeida – Departamento Estadual De Arquivo Público Do Paraná (DEAP). **Conselheiros (as) da Sociedade Civil:** Titular: Ivete Maria Caribé Rocha - Serviço Da Paz E Justiça Sepaj - Brasil (Sepaj); Titular: Norton Nohama – Universidade Federal Do Paraná (Ufpr); Titular: Aluízio Ferreira – Sindicato Dos Jornalistas Profissionais Do Paraná (Sindijor - Pr); Suplente: Adélia Lopes (Sindicato Dos Jornalistas Profissionais Do Paraná – (Sindijor – Pr); Titular: Clóvis Antônio – Universidade Federal Da Integração Latino-Americano-Unila. **Convidados (As) / Especialistas / Parceiros (As) / Colaboradores (As):** Gilberto Gibala (Assistente Administrativo _ Utsc/Seju); Titular: Olympio De Sá – Ministério Público Estadual (Mp); Titular: Maria Aparecida – Poder Judiciário (Tjpr); Claúdia Cristina Hoffmann – Lugar De Memória (Lume). **Colaboradores/Convidados:** César Bessa (Uel); Fátima Godinho (Mp/Pr); Edson Leme (Uel); Juliana Solloum (Oab/Pr); Renata Theodoro (Lume); André Lopes Ferreira (Uel); Carolina (Residente – Mp/Pr; Matheus Munhoz (Nucidh/Dpe); Marion (Ufpr). **Justificativa de Ausência:** Fabiane Bergmann (Férias). **1. Abertura:** A princípio, Gilberto Gibala (Assistente Administrativo – UTSC/SEJU) saudou a todos e todas, e deu início à chamada nominal para registro em Ata, pergunta se todos receberam a Pauta no e-mail, todos receberam. Logo após, deu-se início à Reunião Ordinária do Comitê Estadual de Memória, Verdade e Justiça do Paraná (CEMVEJ). **2. Aprovação de Pauta:** Primeiramente, foi solicitada pelo Gilberto (Assistente Administrativo - UTSC/SEJU) a inversão do ponto de Pauta do ponto 6 (seis) “Apresentação do Relatório da Comissão da Verdade da Universidade Estadual de Londrina” (UEL) para ser apresentado no ponto de Pauta número 4(quatro) “Relatos do LUME”. Dra Ivete cumprimenta todos (as), colocou a Pauta e sua respectiva inversão de Pauta em aprovação do Pleno. Sem ressalvas, aprovada. **3. Aprovação da Ata:** Dra Ivete confirma se todos receberam a Ata referente ao mês de Outubro. Todos receberam. Informa que a seguir será feito a aprovação, e se todos estão de acordo. Sem ressalvas, aprovada. **4. Apresentação do Relatório da Comissão da Verdade da Universidade Estadual de Londrina (UEL):** Fátima Godinho (MP/PR) cumprimenta todos (as), e informa que o Prof. César Bessa (UEL) convidou para participar da apresentação do Relatório da Comissão na Universidade de Londrina, Dr Olympio não pode participar, mas realizou o convite para que o Prof. César e os demais componentes da Comissão fizessem parte da Reunião no CEMVEJ para apresentação e da parte do MP agradecem a presença do Prof. César Bessa que é Presidente da Comissão Estadual da Verdade da Universidade de Londrina, agradece a inversão de Pauta tendo em vista que eles tem mais atividades na data de hoje. Dra Ivete agradece a presença e passa a palavra para o Prof. César Bessa (UEL). O Prof. Cesar Bessa inicia agradecendo o convite para estar presente na reunião do Comitê, expressa que o Dr Olympio tem uma participação especial na constituição de todo trabalho que foi realizado em Londrina a motivação que ele deixou quando esteve lá trabalhando pela Memória Estadual foi profícua, deixou raízes e a Universidade Estadual de Londrina acabou constituindo a Comissão da Universidade, da Comissão da Verdade. Informa que vai passar resumidamente alguns pontos do Relatório, foi apresentado no Conselho Universitário na Gestão agora da Reitora Marta Regina Favo, presença de Ex Reitores, também a presença da Prof. Berenice Jordão que iniciou na Gestão dela em 2015 e está se encerrando agora. Agradece especialmente ao Sindicato dos Docentes da Universidade de Estadual de Londrina que ajudou em toda Logística e despesas que tiveram. Depois de apresentar no Conselho Universitário esse Relatório, apresentaram ele no Departamento de Documentação Histórica da UEL. É um trabalho de dez anos, um Relatório de quatrocentos e oitenta e sete páginas é parte de um processo que denominam de Justiça de Transição que passa por características técnicas como o Direito a Verdade, a Memória, Reparação das Vitimas, Reformas Institucionais, como no caso das Universidades, autonomia Universitária, da liberdade Acadêmica, que convenhamos é mais fácil ser realizada numa Universidade Pública. E também falar em Justiça de Transição significa responsabilização e identificação dos responsáveis pelas violências sofridas e o Relatório fez isso, dando nomes aos reitores que estiveram acomunados com esse período sombrio da Ditadura Militar. A seguir elenca sobre os temas do Relatório, cita também as demissões de Professores, prisões de alunos e Professores, bem como as sugestões apresentadas no final do Relatório pela Comissão da Verdade, faz também referência de alguns casos relatados, entrevistas realizadas com o Prof. André Lopes (UEL). Destaca o caso do aluno Arno André Guizim foi preso duas vezes, ficou cinquenta dias presos no Quartel de Apucarana no pau de arara entre outros depoimentos e relatos. Por fim apresenta as sugestões do Relatório da Comissão da Verdade, acrescenta a presença do Prof. Edson Leme (UEL) e o Prof. Andre Lopes Ferreira (UEL) que também fazem parte da Comissão da Verdade. O Prof. Edson sauda todos (as) menciona que os Conselheiros terão acesso ao Relatório todos os depoimentos estão na íntegra, fala que todos os acervos e arquivos da Universidade que conseguiram, fizeram uma cópia microfilmada e digitalização desse material, que foi também disponibilizado no Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica é um Centro de Documentação ligado ao Departamento de História da UEL é considerado um dos maiores do Brasil em acervo expressa que só o fato de reparar as memórias e poder trazer a versão dessas pessoas que ficaram silenciadas por tanto tempo, conseguiram autorização dos dezesseis Depoentes e agora estão fazendo um trabalho de divulgação e a ideia é começar a partir do ano que vem fazer palestras nas várias Escolas da Cidade, levar para a Comunidade esse trabalho para que não fique apenas só sendo documentação no mundo Acadêmico mas que chegue ao maior número de pessoas para que não aconteça novamente essa violência no Brasil. Agradece o espaço dado para poder dividir com todos do Comitê esse trabalho de 10 anos. Dra Ivete agradece o Prof. César (UEL) e o Prof. Edson (UEL) pelos importantes relatos. O Prof. André Lopes (UEL) cumprimenta todos (as) ressalta a excelente apresentação dos colegas da UEL, frisa que o Relatório de alguma maneira mostra que não só a Universidade foi alvo e objeto de interesse de intervenção do regime mas a Cidade e Região de forma geral, encerra agradecendo a participação. Dra Ivete agradece a participação do Prof. André (UEL) e reafirma que foram relatos emocionantes e profundos sobre a história da UEL e de Londrina. Agradece a vinda dos Professores da UEL e pergunta se já tem uma data para Título de Honoris Causa ao Professor Higashi, que gostaria de ir nesse Evento. O Prof. César Bessa (UEL) responde que assim que for definida uma data, será disponibilizado para o Comitê. Dr Olympio se manifesta dizendo que gostaria de festejar esse trabalho excepcional realizado pela Comissão de Verdade Memória e Justiça da UEL, sugere que com a concordância dos Professores e aqueles que participaram da elaboração do Relatório, poderiam fazer uma manifestação formal a Direção da UEL, não só para elogiar o trabalho realizado mas também para apoiar a implementação das Recomendações que estão ali

contemplados, acha que é uma maneira de reconhecimento por parte do Comitê agora e fortalecimento daquelas propostas tão historicamente adequadas e justas que foram encaminhadas a Direção da UEL. Claudia Cristina Hoffmann (LUME) cumprimenta todos (as) parabeniza o trabalho dos Professores da UEL, diz alegrar-se com essas notícias depois de tantos enfrentamentos que passaram e tantos ataques ao tema da Memória Verdade e Justiça, explica que como cumprimento do Relatório da Comissão Estadual da Verdade abriram o LUME - Lugar de Memória, o LUME ocupa uma Sala no Centro Judiciário de Curitiba, lá trabalham com Projetos de Educação para que nunca mais aconteça, uma das atividades é promover Cursos de Formação, Lançamento de Livros, Oficinas, Seminários, para o ano que vem já tem alguns lançamentos, tem um Documentário sobre Ditadura, um Livro sobre Juvêncio Mazzarollo e poderiam inserir na programação um lançamento do Relatório da UEL no LUME para chamar a atenção da Sociedade na Capital das atividades que tem sido realizadas no Interior do Estado. Informa que aprovaram um Projeto por um Edital Estadual para realizar um Inventário Participativo Memória Verdade e Justiça do Paraná, reunindo Documentos que ainda não estavam num único acervo relacionados aos trabalhos da Comissão Estadual da Verdade do Paraná. Este Inventário Participativo tem duas frentes de atuação que é fazer a Catalogação de todos os Documentos Físicos, orientar onde tem Documentos Virtuais da Comissão da Verdade, podem transcrever Audiências Públicas que não foram feitas pelo Poder Executivo na época, fazer entrevistas com quem participou do trabalho de escrever o Relatório, estão na etapa final recebendo novos Documentos, cita como exemplo que receberam recentemente as cartas entre o Aluízio Palmar e sua Esposa, entregues via auxilio da Irma Dulce, receberam uma carta do Gerson ex preso Politico, companheiro de trabalho e de luta, onde conta mais uma ação da Irmã Araújo que celebrou o noivado dele dentro do Presidio durante a Ditadura, ainda estão recebendo a documentação, vai colocar o link do Projeto para mais informações. Coloca-se a disposição e havendo interesse podem incluir o Relatório da UEL no Inventário Participativo que vai ser divulgado nas Escolas e Universidades do Estado todo e podem também fazer um lançamento especial no LUME lugar de Memória. Aluysio (SINDIJOR) informa que já leu o Relatório da UEL, é profundo, com bom conteudo que vem se somar com os Relatórios das outras Universidades que pelo Brasil afora investigaram o Período dentro dos seus espaços. O que chamou a atenção foi que fora dos muros da Universidade ela continuou investigando, a Ditadura dentro da Universidade e todo o território onde foi instalada. Parabeniza pelo trabalho, que enriquece cada vez mais o Trabalho de Justiça de Transição essas novas descobertas que as Universidades estão fazendo, encerra agradecendo a palavra. A Desembargadora Dra Maria Aparecida parabeniza todas as pessoas envolvidas nesse Relatório, nas causas aprofundadas de investigação, envolvendo Alunos, Professores e outros membros da Universidade vai se observando que a Ditadura realmente extrapolou horrores de situações de tortura, as pessoas sofreram muito e suas famílias também, traz revelações de um tempo sombrio e que nunca mais aconteça. Pensa que poderiam criar na própria Universidade um espaço que pudessem reverenciar essas pessoas que tanto lutaram e perderam suas vidas. Norton (UFPR) cumprimenta todos (as), em especial os Professores Membros da Verdade da UEL, informa que já leu todo o Relatório, que é muito extenso e amplo, parabeniza a todos. Sugere que o Relatório poderia ser entregue de maneira Oficial a três Órgãos do Estado muito importantes, ao Secretário de Ciências e Tecnologia, ao Secretário de Justiça e Direitos Humanos e ao Conselho Estadual de Educação, é importante que esse aprofundamento feito pela própria UEL, tenham no Registro Histórico do Conselho essas informações e se assim o desejarem podem como Comitê acompanhar. O Prof. Clóvis (UNILA) parabeniza a toda essa equipe da UEL, os Professores que estão representando os colegas também por essa iniciativa e por esse Relatório, destaca a importância dele e como esses materiais podem e devem se transformar em documentários, cadernos de estudo, vídeos entre outros para estudantes de diferentes Cursos da UEL, de todos os Estados do Brasil e nas Escolas da Educação Básica. Já se reuniram para conversar sobre essa ideia dos Cadernos da Comissão Estadual da Verdade pensar numa proposta, acha importante agregar esse tema da Comissão da Verdade da UEL. Dra Ivete fala que sobre essa sugestão de transformar em Cadernos e remeter esse material para as Escolas acha fundamental, porque é o público que eles tem que abranger para que eles conheçam essa História, informa que criaram recentemente uma Comissão na OAB, terá uma Reunião dia 28 as 10h00, no próximo ano vão iniciar esse trabalho e tem feito pelo próprio CEMVEJ algumas Palestras em Escolas com pessoas que foram vítimas da perseguição, de prisão, de todo tipo de violência por todo o **período** da Ditadura. Menciona que na Reunião passada conversaram sobre a questão de procurar a Assembleia Legislativa, alguns Deputados para que seja inserido um Currículo Escolar a obrigatoriedade de Ensino dessa História. Agradece a presença e toda fala dos Professores da UEL, que é muito importante tudo o que vem desse Período, parabeniza todos. **5. Relatos do LUME:** Claudia Cristina Hoffmann (LUME) informa que estão trabalhando para finalizar a reedição do Caderninho Caminhos da Resistência, não tinha mais nenhum exemplar, uma reedição pouco alterada, só entrou o que aconteceu depois da entrega do Relatório da Comissão da Verdade, a última correção contou com a colaboração do Norton (UFPR) e do Aluizio (SINDIJOR), já está na gráfica, em breve terão este Caderninho para distribuir nas Escolas, faz um destaque que esse trabalho foi possível a partir do Edital que aprovaram o Projeto com incentivo da Lei Paulo Gustavo. O segundo trabalho que está sendo concluído também é o Mapa Ilustrado de bolso para entregar quando for fazer o passeio da visita dos Lugares de Resistência da Capital, o plano depois é fazer do Paraná todo. Esse recebeu uma contribuição de um Edital com incentivo da Lei Aldir Blanc, já tem o Mapa, agora só falta o ilustrador, são mapinhas de bolso impresso e físico, no site do LUME vai ficar digital. Informa que sobre o Projeto Profice, a Flávia virá conversar sobre o Projeto após terminar a Catalogação que deve ter mais uma a duas semanas de trabalho no Arquivo, ela foi contratada como Assessora Jurídica, é formada em História e Direito. O trabalho será concluído em Dezembro e combinam a vinda da Flávia para vir conversar sobre o Fundo Documental do Projeto. Ainda falando do Profice informa que na semana passada entrevistaram o Dr Olympio (MP), que trouxe muitas informações novas, muitas contribuições, a entrevista não foi concluída, vão fazer um segundo modulo de entrevista com ele, já agendaram uma nova data. Além disso conseguiram agendar com a Fátima e a Raquel que era Assessora também no CAOP Direitos Humanos e também tem muito a contribuir, essas são as atualizações do trabalho que estão fazendo. Informa que tem uma agenda para a semana que vem presencial no LUME, com os parceiros de Termo de Cooperação, porque precisam alinhar um encaminhamento, um direcionamento para que no ano que vem possam contar com aquela Equipe, o Estagiário da DP, Estagiário do TJ, o Servidor do Ministério Público, para conseguir dar conta de tudo o que querem fazer e realizar no LUME. No dia dois terá essa reunião presencial, no período da tarde irão receber a Diretora da SEJU, Dr Fabiana Romanelli para apresentar o LUME para ela, na sequência vão receber o Prof. Renê da Secretaria de Ciência e Tecnologia, já conversaram sobre a possibilidade de ter a Secretaria de Ciências e Tecnologia como mais um parceiro do LUME justamente porque ela, Clóvis e Fátima começaram a trabalhar no Projeto da realização dos Materiais Didáticos sobre o Relatório da Comissão da Verdade, já abriram esse dialogo com a SETI para ver se eles podem apoiar, teve uma recepção muito boa, só precisam oficializar essa parceria para dar o devido encaminhamento. Por fim, informa que ela e Renata estão trabalhando no Relatório do que foi realizado em 2025 e uma Projeção

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

do que vai ser possível fazer e realizar em 2026. **6. Aprovação do Calendário das Reuniões Ordinárias para o Ano de 2026:** Gilberto (Assistente Administrativo – UTS/SEJU) espelha na tela O Calendário das Reuniões Ordinárias do CEMVEJ para o ano de 2026. Jane (Coordenadora - UTSC/SEJU) informa que podem alterar o dia, quanto ao horário podem ficar até as 17h30. Dra Ivete fala que vão consultar todos os Conselheiros e podem rever esse Calendário se for o caso, para depois aprovarem. A Prof. Marion solicita a palavra, fala gostaria que pautassem isso para Dezembro, no que diz respeito a Câmera dos Vereadores ter criado uma Rua com o nome do Delegado Ozias Algauer que é sabidamente um torturador, tem dois ou três Vereadores que poderiam auxiliar, pelo menos a fazer um protesto e na melhor das hipóteses uma recomendação para que não se mantivesse o nome desse torturador nessa Rua. Sugere solicitarem o processo inteiro para ver se conseguem divulgar, fazer uma Recomendação ao Prefeito, ou a própria Câmara para retirar isso. Dra Juliana (OAB/PR) fala que gostaria de fazer uma contribuição, de que colocou essa informação no Grupo da Comissão de Justiça de Transição da OAB, para discutirem essa situação para ver se podem fazer algum tipo de solicitação, algum tipo de encaminhamento. Dra Ivete fala que vão conversar com Dr Daniel Godoy, que é Presidente da Comissão para ver o que podem fazer. Dr Olympio sugere ver a possibilidade da revisão pela Câmara ou preparar medida judicial, e seria interessante fazer em conjunto com a OAB, comenta que esse ex Delegado do DOPS ele está lá no Brasil Nunca Mais. Norton sugere ver quando isso foi feito. Matheus (NUCID/DPE) informa que vai começar a pesquisa e também passar essa demanda para o Dr Antônio (DP) que é o Coordenador do Núcleo. Aluízio (SINDIJOR), se manifesta dizendo que uma das Recomendações da Comissão da Verdade que foi aprovada é que Logradouros Públicos de não levar o nome de pessoas que cometeram graves violações, Ozias Algauer está em todos Relatórios como torturador, são testemunhas vivas das torturas que ele mesmo pessoalmente praticou no seu Gabinete, conta que subiam uma escadinha de madeira ele ficava atrás da mesa dando ordem, um dia ele se levantou e ele mesmo acionou a manivela quando o próprio Aluízio estava pendurando, frisa que como Comitê, OAB, todos os Órgãos devem levar ao Presidente da Câmara Municipal ao menos a indignação de todos (as), ou se levarem um Documento explicando a situação e fazerem um abaixo assinado com os Moradores, coloca isso como proposta. Dra Maria Aparecida concorda que o Comitê tem que se manifestar, se unir com a OAB e tudo o mais e fazer um movimento. Dra Ivete sugere que devem ter uma Relação com nomes de Rua, Colégios, Órgãos Públicos com nome de torturadores que é uma Recomendação da Comissão Estadual da Verdade e que precisam fazer valer essa Recomendação que se Administrativamente não se conseguir tem que ir para o caminho Judicial. **7. Disponibilização de Documentos ao Público – Preocupação com LGPD:** Tamires (DEAP) saúda todos (as) informa que como na Reunião anterior foi solicitado a questão de digitalização do Inventário que a Flávia tá terminando a Catalogação seria o Fundo que já querem digitalizar para deixar o acesso, o que seria disponibilizado digital no Site e o que deixaria in loco, se fazem uma Reunião presencial ou ter uma orientação mais Jurídica sobre isso. Dra Ivete informa que os Depoimentos e Documentos da Comissão Estadual da Verdade pegaram autorização por escrito de quem prestou Depoimento e de quem trouxe Documentos, e que em relação aos documentos que não passaram pela Comissão da Verdade acredita que podem fazer um levantamento sobre isso. Dra Maria Aparecida acha que realmente Documentos que não foram autorizados ou entregue depois é preciso fazer uma Reunião a respeito disso, a Lei prevê esse caráter sensível, precisam fazer uma seleção. Claudia Cristina Hoffmann expressa que o Projeto Inventário Participativo foi que conseguiu fazer esse trabalho de olhar Documento por Documento e Catalogar é a única Equipe que tem conhecimento de quais são os Documentos que ali estão, uma preocupação da Flávia foi por exemplo que a Documentação da Secretaria Executiva da Comissão Estadual da Verdade foi toda encaminhada para o Arquivo Público, esses dados da Prestação de Contas estão no Acervo, tem toda a documentação, o acervo é muito delicado, primeiro precisam concluir a Catalogação. Sugere fazerem por etapas, primeiro acabar a Catalogação do Projeto Inventário Participativo da equipe do Profice, estavam no aguardo das máquinas mais modernas para fazer a digitalização, fazer o Inventário para dizer quais são os Documentos, caracterizar os documentos, alguns são anônimos mas o nome está no Documento. Sugere como prevenção não disponibilizar nada por enquanto para o público aberto, qualquer interesse no Arquivo devem discutir com o Comitê, fazer uma Reunião no próprio Arquivo para ver qual é a Equipe capacitada em História, quem são os Historiadores e Arquivistas que vão manusear essa Documentação para que ela seja digitalizada e em outro momento selecionam os Arquivos que podem ser disponibilizados ao Público e os que estão em sigilo. Norton (UFPR) sugere que adotem o mesmo procedimento da Comissão Nacional da Verdade, ao final do trabalho fez um Edital Público, acha que foi nesse sentido, informando publicamente que todo o Acervo ia ser colocado em disponibilidade Pública no Arquivo Nacional e que se algum cidadão desejasse que os seus dados fossem protegidos ou ocultados, devia se manifestar requerendo tal procedimento antes do Arquivo ser levado a público, sugere que verifiquem qual é o procedimento no detalhe. Acha que deve ser dado publicidade que o ato de publicação vai ser feito para que ninguém reclame em juízo uma publicação indevida. Cláudia Cristina Hoffmann concorda com a fala do Norton (UFPR), fala que estão com falta de Historiadores e Arquivistas no Arquivo Público a Documentação saiu em caixas, com documentos misturados, acha que nesse momento esperar a Catalogação e digitalização. Dra Ivete fala que o correto é esperar que termine essa Investigação do Projeto dos Documentos que temos no Arquivo Público e depois realizar uma Reunião para decidir o caminho correto a seguir. **8.Ofício ao MPF para Reparação de Violação Contra o Povo Xetá:** Gilberto (Assistente Administrativo – UTSC/SEJU) informa que foi aglutinado duas Pautas, o ponto de Pauta 8 (oito) e o ponto de Pauta 10 (dez). O Ofício da Pauta 8 (oito) que é para o MPF para Reparação de Violação contra o Povo Xetá, ele não foi enviado ainda, estava aguardando a confirmação para fazer o Encaminhamento, falta a assinatura do Dr Olympio, foi enviado por e-mail para o Dr Olympio. **8.1. Informações Sobre o Oficio ao MPT e o Oficio a SEEC:** Os Oficios do ponto 10 (dez) da Pauta já foram enviados para o gabinete da SEJU, mas ainda não foram encaminhados. **9. 50 Anos da Criação Oficial da Operação Condor, Dia 25 de Novembro:** Dra Ivete informa que é só uma Memória da Criação Oficial da Operação Condor que foi no dia 25 de Novembro de 1975, em Santiago do Chile. As pesquisas levaram a ideia que no Brasil ela se iniciou muito antes, no início dos anos setenta e já se praticava. Cita um Livro, Os Anos do Lobo, da Jornalista Investigativa Stella Calloni, e que foi através deste livro que teve um grande conhecimento do que foi realmente a Operação Condor na América Latina. O Prof. Martin Almada é Paraguaio, ficou quase dez anos encarcerado, foi ele quem descobriu os chamados Arquivos do Terror no Paraguai, em 2014 participou de um Evento na UFPR trouxe muitas informações e cópias de documentos que foram entregues para a Comissão da Verdade, uma Memória que precisa ser trazida para que não se repita. Informes Gerais: Jane (SEJU) informa que o Ofício 049 foi enviado à Prefeitura de Foz do Iguaçu sobre o Monumento, foi enviado também para todos os Conselheiros, foi enviado também no e-mail dos Conselheiros da Primeira Semana do Fortalece Conselhos promovido pelo TCE/PR. Dra Ivete convida todos (as) no dia 26 no Museu do Carcere vai ter uma atividade a partir das 18h00. Jane (SEJU) dá as boas vindas a Dra Juliana (OAB) ela pode participar com direito a voz e sem direito a voto, se todos concordarem sugere encaminhar um Oficio a OAB para indicar. Todos concordaram, sem ressalvas. **10. Encerramento:** Por fim, Dra Ivete agradeceu a presença de todos e todas, e deu por encerrada a Reunião da Assembleia Geral do Comitê Estadual de Memória, Verdade e Justiça do Paraná. A presente ata foi lavrada por Eucaris Ferreira da

Rocha. Revisada por Jane Cristina Lobato Vasques.

170024/2025

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEMVEJ – REALIZADA EM 27/10/2025

Ao vigésimo sétimo dia do mês de Outubro do ano de 2025, às 15h00 em formato híbrido, presencialmente na Rua Francisco Maurer, 617, CEP: 81630-020 – Boqueirão, em Curitiba (PR) e *online* por meio de *link* disponibilizado para os (as) Conselheiros (as) sob justificativa prévia deu-se início a Reunião Ordinária do Comitê Estadual de Memória, Verdade e Justiça do Estado do Paraná (CEMVEJ/PR). Fizeram-se presentes os (as) **Conselheiros (as) Governamentais:** Titular: Adriane Isabelle (SEEC); Titular: Fabiane Bergmann (DEAP) e Suplente: Tamires Almeida (DEAP). **Conselheiros (as) da Sociedade Civil:** Titular: Ivete Maria Caribé Rocha (SEPAJ); Titular: Norton Nohama (UFPR); Titular: Aluízio Ferreira (Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná – SINDIJOR); Titular: Clóvis Antonio (UNILA). **Convidados (as) / Especialistas / Parceiros (as) / Colaboradores (as):** Gilberto Gibala (Assistente Administrativo - UTSC/SEJU); Titular: Maria Aparecida (TJPR); Cláudia Cristina Hoffmann (LUME); Guilherme Angelino (TCE). **Justificativa de Ausência:** Jane Cristina Lobato (viagem a trabalho), Olympio de Sá e Rafael Osvaldo (Sem expediente por conta do dia do Servidor Público – 28/10). **1. Abertura:** A princípio, Gilberto Gibala (Assistente Administrativo – SEJU/UTSC) saudou a todos e todas, e deu início à chamada nominal para registro em ata, pergunta se todos receberam a pauta no e-mail, todos receberam. **2. Informes da Secretaria Executiva: 2.1.** Inclusões de pauta – Comissão Indígena da Verdade, proposta do conselheiro Clóvis Antônio (UNILA) e TCE participar do CEMVEJ. **2.2.** A SEJU por meio da Unidade Técnica de Suporte aos Colegiados (UTSC) convida a todos para o Seminário "Direitos Humanos no Século XXI: desafios e realidade locais no Paraná". Data: 29 de Outubro de 2025, na Escola de Educação em Direitos Humanos – ESEDH, das 08h30 às 17h00. Informa que enviou no grupo o link da inscrição e mais informações sobre o evento. Logo após, deu-se início à Reunião Ordinária do Comitê Estadual de Memória, Verdade e Justiça do Paraná (CEMVEJ). Dra Ivete cumprimenta e dá as boas vindas a todos e todas. **3. Aprovação de Pauta:** Primeiramente, foi solicitada a inclusão de duas pautas, TCE participar do CEMVEJ e Comissão Nacional Indígena da Verdade. A seguir, Dra Ivete (SEPAJ) colocou a pauta e suas respectivas inclusões em aprovação do pleno. Sem ressalvas, aprovadas. **4. Aprovação da Ata:** Todos receberam a ata no seu e-mail este mês e todos aprovaram sem ressalvas. **5. Relatos do LUME:** Cláudia Cristina Hoffmann (LUME) cumprimenta todos (as), e dá as boas vindas a Fabiane Bergmann (DEAP) e menciona que agora o Comitê tem representante do Departamento do Arquivo Público, que é muito importante porque trabalham em parceria com o Arquivo. Informa que a atividade informada na reunião passada que foi realizada no LUME: Lugar de Memória com uma turma de alunos do professor Régis da Universidade Federal da Fronteira Sul, foi muito bem desenvolvida através do Projeto Inventário Participativo Memória Verdade e Justiça, conseguiram que a professora Flávia recebesse os alunos, a Dra Ivete esteve lá palestrando, o Professor Régis fez uma doação de livros com o tema do LUME, e já se dispôs a fazer Projetos em conjunto com o LUME para poder fazer esse LUME itinerante, de levar as informações, trazer os alunos, esse dialogo é muito importante. Deixar registrado em ata essa inclusão de pauta sobre o convite do Tribunal de Contas para ele fazer parte do grupo do CEMVEJ, que se encaminhe ofício convidando e pedindo representante titular e suplente do Tribunal de Contas, por isso que o Guilherme Angelino (TCE) está presente nessa reunião, agradece a presença do Guilherme Angelino (TCE) representando o Dr Maurício Requião, e da mesma forma encaminhar para o Ministério Público do Trabalho (MPT) que eles integrem o grupo do CEMVEJ, ofício com uma solicitação do nome do representante titular e suplente do Ministério Público do Trabalho (MPT). Do Tribunal de Contas pode mandar para o Dr Maurício Requião e para o Ministério Público do Trabalho pode mandar para o Dr Rafael Garcia. Solicita para o Gilberto (Assistente Administrativo - UTSC/SEJU) para depois informar se foi encaminhado o ofício para trocar a representação da SEED no Comitê Estadual Memória Verdade e Justiça, se eles já responderam, porque pelo que o secretário da educação disse vai ser a professora Vânia. E menciona que para que em algum momento incluir na Pauta o assunto do Decreto que foi modificado sem o conhecimento e consentimento, precisam saber qual a atual situação, e se isso vai ter como ser revisto porque retiraram do CEMVEJ o principal objetivo que é cumprir as recomendações do Relatório da Comissão Estadual da Verdade do Paraná. Dra Ivete (SEPAJ) reafirma que esse ponto do Decreto precisam discutir sim e também acha importante que não esqueçam dessa questão e passa a palavra para Aluízio (SINDIJOR) falar do próximo ponto de pauta. **6. Memória do Movimento Sindical Urbano e Rural no Paraná:** Aluízio (SINDIJOR) menciona sobre o Decreto, dizendo que o Comitê perde seu principal objetivo que é dar continuidade dos trabalhos da Comissão Estadual da Verdade e colocar em prática as recomendações, e essa pauta tem tudo a ver com as recomendações, como levar para frente as recomendações que não é mais pertinente ao Comitê. Esclarece que o que chamou atenção para sugerir essa pauta, foi a cerimônia na USP da entrega das Certidões de Óbitos Retificada, que reflete a época que a grande maioria dos mortos e desaparecidos são oriundos da Movimento Estudantil e a pouca visibilidade do Movimento Operário Urbano e Rural no Brasil que enfrentou a Ditadura, no Paraná a resistência e o Movimento Sindical Rural foi muito forte, os Sindicatos foram organizados e depois do golpe os poucos sindicatos que foram organizados no campo foram destruídos. Cita que existem muitos casos e não sabe como podem ordenar isso, e que o único espaço que eles tem é o LUME e sugere pensarem na possibilidade de ter dentro do LUME um espaço do movimento operário camponês, uma mesa ou parede de resgate da memória do movimento operário camponês no Paraná, para as pessoas terem a visão da resistência e da repressão em Curitiba e outros lugares do Paraná. Se possível na próxima reunião do Comitê trazer o Laércio Souto Maior e Cláudio Ribeiro e colocar essa Pauta novamente para que venham e ajudem a trabalhar e dar visibilidade a esse tema. Expressa que é uma reflexão na ausência do movimento operário camponês na entrega das Certidões de Óbito. Aluizio (SINDIJOR) informa que precisará se ausentar antes do término da reunião. Dra Ivete (SEPAJ) pronuncia que é muito importante Aluízio (SINDIJOR) ter trazido esse tema, e que irão convidar para a próxima reunião Laércio Souto Maior e Cláudio Ribeiro. **7. Comissão Nacional Indígena da Verdade:** O Prof. Clóvis (UNILA) saúda todos (as) e informa que esse tema surge no final de 2014 no final dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade, a temática indígena e camponesa ingressaram depois no tema nacional e não se conseguiu abordar de fato como ela deveria ser abordada, que no levantamento preliminar feito pela comissão se apurou lá 8.350 (oito mil, trezentos e cinquenta) Indígenas assassinados e desaparecidos e das Comissões Estaduais poucas abordaram o tema, acha que um destaque importante é a Comissão do Paraná que foi a que mais abordou a temática indígena no seu texto final, depois que começou a surgiu muita documentação e essa necessidade de fazer uma investigação mais aprofundada, desde aquela época começou a se demandar para o Governo Federal a criação de uma Comissão e no ano passado foi constituído um Fórum Nacional, Fórum Memória Verdade e Reparação Integral Não Repetição e Justiça para os Povos Indígenas. São quatro Organizações que coordenam diretamente: Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (ABIP); Instituto de Políticas Relacionais; o Ministério Público Federal, através da 6º Câmara da Comissão e Revisão; O Observatório de Direitos e Políticas Indígenas da Universidade de Brasília. E várias outras organizações fazem parte, outras organizações indígenas, Organizações Não Governamentais e

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

universidades como UNILA entre outras. Informa que os trabalhos foram concluídos no mês de Agosto e foi feito uma solenidade neste último dia vinte e um para entrega de uma Minuta para o Governo Federal sobre essa Comissão Indígena da Verdade em Brasília. Informa também que colocou os dois documentos no grupo do Whatsapp, a Minuta do Decreto e o Manifesto que foi produzido para a atividade e que durante este ano de trabalho foram identificados alguns contextos e alguns povos para iniciar trabalhos e dois deles são do Paraná, é o caso do povo Xetá da Região da Serra dos Dourados, Umuarama, do Noroeste do Estado, e o povo Avá-Guarani do Oeste do Estado, afetados pela Binacional e empresas colonizadoras e outros casos no Brasil. Acredita que é um tema que precisam avançar, mas com essa mudança, funções no Comitê, precisam avaliar como vão seguir esse trabalho e posteriormente precisam falar mais sobre esse tema. Dra Ivete assinala que precisam marcar essa conversa om o Secretario e esclarecer definitivamente isso, a razão da existência da Comissão são as recomendações da Comissão Estadual e a continuidade dos trabalhos que inclui essa questão que o Aluízio e o Prof. Clóvis trouxe também. Norton (UFPR) dá as boas vindas ao Guilherme (TCE) e fala que a vinda do Tribunal de Contas para dentro do CEMVEJ é um ganho imensamente positivo, e sugere fazer isso, e no mesmo movimento trazer o Ministério Público do Trabalho (MPT) e na sequência marcar com o Secretário para falar do Decreto do Comitê, acha que não é só uma questão de explicação precisa ter uma correção nesse Decreto. E na questão da possibilidade da criação da Comissão Indígena é uma boa notícia e sugere conversarem com Guilherme Boulos que é uma pessoa sensível as temas sociais. Claudia Cristina Hofmann (LUME) afirma que essa solicita ao Norton (UFPR) que tinha compilado a redação do Decreto antigo com as informações do Decreto novo, se ele puder colocar novamente no Whatsapp para todos verem, mandar da mesma forma que já foi enviado uma vez para que possam ver a redação do novo Decreto. Norton (UFPR) se compromete a enviar a redação do novo Decreto. Claudia Cristina Hoffmann (LUME) fala da importância da Comissão Indígena da Verdade, o trabalho que fizeram lá no Relatório da Comissão da Verdade abriu caminhos para se discutir com mais assertividade a questão Indígena e acha que o próprio acordo que a Itaipu vem fazendo é consequência do trabalho da Comissão Estadual da Verdade do Paraná, e sobre aquela ação civil pública só caminhou a partir das documentações que conseguiram comprovar as violências, ressalta que é importante ver esse trabalho sendo consolidado e avançando. E com relação a questão Quilombola tem feito uma análise sobre quais Relatórios no Brasil contemplaram a questão Quilombola e quais no Brasil contemplaram nas recomendações, aqueles textos que contemplaram grupos vulneráveis, mas não colocaram eles nas recomendações correm o risco que as violências não sejam reparadas. No caso do Paraná conseguiram escrever três textos pequenos e conseguiram contemplar o Quilombo do Varzeão, Paiol de Telhas, falar do Manuel Silíaco dos Santos, colocar dentro do Relatório da Comissão da Verdade conseguiram colocar numa das recomendações e recentemente a Dra Ivete recebeu uma correspondência do MPF, porque a partir desse Relatório querem reparar essas Comunidades, já entregaram esse Relatório há oito anos, fala que tem que olhar para a realidade, cumpriram duas recomendações e meia, a primeira inteira é a criação do Comitê Estadual da Verdade e Justiça, a criação do LUME que estão tentando se fortalecer e a meia, é a questão da reparação de Itaipu com os Povos Indígenas, tem muito trabalho para ser realizado e agora mexeram no Decreto do Comitê. Dra Ivete (SEPAJ) informa que tem também a ação proposta perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos quanto ao Massacre de Medianeira, Aluízio (SINDIJOR) assinou também, Dr Rafael formulou a ação e todos estão acompanhando, acha que está tendo um bom seguimento. Aluízio (SINDIJOR) relembra que tem também o trabalho de irem nas escolas orientar de forma didática, pedagógica falar para os estudantes e que isso faz parte das recomendações. Dra Ivete (SEPAJ) fala que tem ido constantemente em escolas, dia vinte e cinco de novembro tem um convite para irem na UFPR, e criando uma Comissão OAB nas escolas e que estão todos convidados para participar, ainda que não sendo advogados podem funcionar como Consultores. Guilherme Avelino (TCE) aceita o convite para participar, e sugere em relação ao convite ao Presidente do Tribunal citar que o Conselheiro Dr Maurício Requião participou da tratativas e da reunião, para cobrar agilidade do procedimento. Dra Ivete sugere que se for preciso irem pessoalmente entregar o ofício, fazem uma pequena comitiva, menciona que precisa conversar com o conselheiro Dr Maurício Requião sobre uma questão de cooperativas bem populares da região sul, Quitandinha. Ressalta a atividade que participaram semana passada que contou com a presença de Aluizio (SINDIJOR) na OAB da Comissão de Justiça de Transição que o Presidente é o Dr Daniel Godoy, Conselheiro Suplente do CEMVEJ (SEPAJ). Cita a doação feita pelo conselheiro Aluizio (SINDIJOR) de documentos importantes, cartas escritas por ele na prisão para sua família, sua esposa, uma leitura emocionante, achou interessante, a esperança de sair dali, de continuar numa luta. Aluizio (SINDIJOR) explica que essas cartas não passaram pela censura do presidio, saíram de dentro da prisão pelas mãos de uma freira que escondia dentro da roupa, elas não eram revistadas, restaram três cartas que ficaram por cinquenta e sete anos escondidas no sótão da casa de sua sogra, essas cartas foram escritas no ano 1969, afirma que fez questão de fazer uma doação das cartas para serem expostas lá no LUME e tenha uma legenda com o ano e de que forma elas foram retiradas na prisão, onde ele fala um pouco da tortura e para que as cartas sejam preservadas. Cláudia Cristina Hoffmann (LUME) solicita um aparte, expressa que vai ser especial cuidar disso no LUME, agradece a confiança, e sugere que já podem compor o próprio Relatório do Inventário Participativo Memória Verdade e Justiça, informa que começaram nesta semana uma etapa do Projeto que recebe novos documentos, novas histórias, novas fotografias, tem um canal direto do Projeto Inventário Participativo Memória Verdade Justiça, estão recebendo complementos para poder ter mais conteúdos, suprir alguma lacuna e acha que as cartas vão ter um papel fundamental nessa etapa do projeto. Dra Ivete (SEPAJ) pergunta se a Fabiane (DEAP) tem alguma sugestão de como colocar na Sala LUME as cartas para sua preservação e conservação. Fabiane (DEAP) acredita que de para incluir no mesmo fundo e então fazer um Termo de Doação para registrar a doação. Claudia Cristina Hoffmann (LUME) ressalta que o LUME não tem ambiente adequado para preservar um documento, podem tirar uma cópia para expor, para que fique lá na Sala do LUME para ser ser contemplado numa exposição, e fazem um termo encaminhando a documentação para o Arquivo Público da mesma forma que a Comissão encaminhou em 2017 a Documentação do Relatório da Comissão Estadual da Verdade do Paraná, e que o Arquivo se comprometa em cuidar desse material pensando na manutenção e na conservação para a posteridade. Relembra da documentação do Relatório da Comissão da Verdade que foi encaminhada em caixas em 2017 e este ano ao elaborar o Projeto Inventário Participativo resultado de um edital público, trabalharam com essa documentação, ainda estavam em caixas no arquivo, não tinham sido catalogadas, nem feito inventário delas, e alguns materiais se deterioraram como os CDs das Audiências Públicas, essas memórias não se recuperam, então agora o Projeto Inventário Participativo foi quem listou e catalogou a documentação. Claudia Cristina Hoffmann (LUME) fala que conversaram, e o Arquivo Público do Paraná precisa ter Historiadores e Arquivistas. Fabiane (DEAP) informa que o estado tirou essas funções do quadro mas que já pediram agora para serem incluídas, o que voltou do Protocolo que solicitaram a inclusão que o próximo concurso só em 2027, vão abrir novamente uma nova Licitação para contratação de terceirizados tanto de Arquivista como Historiador, a

Secretaria de Cultura pediram também Museólogo e outras funções que pediram para voltar a ter no quadro porque está devassado nessas áreas. Norton (UFPR) questiona se o Arquivo Público tenha dado o tratamento do acervo, souberam também da perda de duas caixas e dos DVDs, fala que várias Audiências Públicas que deveriam estar disponibilizadas a público porque nelas tem o depoimentos das vitimas não está aberto a acesso público e não está tratado esse material, acha que precisam ter uma informação de situação sobre esse material todo e quando eles vão ser dados acesso público, que a ideia era que tivessem um portal dentro da página do CEMVEJ ou uma seção dentro do Arquivo Público na página na internet para que as pessoas tivessem acesso ao acervo. Fabiane (DEAP) frisa que pegou o Arquivo Público com várias frentes de trabalho e demandas, a digitalização acabou não acontecendo ainda nem deste e nem de outros fundos, vão receber scanner novo e estão com protocolo para aquisição de scanners e também já procurando no mercado empresa para digitalização, as vezes são documentos sensíveis, as vezes precisa ser reparado o documento antes, higienizado, essa nova gestão está com o compromisso de iniciar vão pegar alguns fundos, e podem pegar para um dos projetos para abrir uma licitação de digitalização de uma empresa privada, estão recebendo mais servidores para o DEAP, Claudia Cristina Hoffmann (LUME) diz que gostariam que o acervo da Comissão Estadual da Verdade do Paraná tivesse prioridade, pelo resultado da lista elaborada pela Flávia que é a Pesquisadora que está fazendo o trabalho do Arquivo Público, acha que é mais de dois mil documentos, sugere convidar a Flávia para a próxima reunião para ela falar como estão os documentos e essa etapa do projeto. Pergunta para Adriane (SEEC) se ela está sabendo da conversa que tiveram com a Dra. Eliete sobre a possibilidade da Secretaria da Cultura (SEEC) entrar no Termo de Cooperação do LUME e qual o melhor encaminhamento. Adriane (SEEC) responde que sim, fazer um ofício, falar com a secretária Luciana, teria que ser de Secretaria para Secretaria, neste momento áudio inaudível. **Informes Gerais:** Dra. Ivete informa que a Desembargadora Dra. Maria Aparecida está participando nessa atividade da OAB, foi convidada a compor a OAB também, está como Consultora e vai passar a compor como advogada a Comissão. Clóvis (UNILA) solicita a palavra e fala do esforço e trabalho do comitê que não é suficiente, precisa que o estado assuma esse tema que o governo do estado assuma, pensou se não seria o caso de uma conversa com Parlamentares de pensar por exemplo naquela ideia na dimensão pedagógica de material didático para escolas, transformar esse relatório em diferentes temas em material pedagógico, precisava talvez formar uma Comissão e levar talvez para conseguir verbas através de Emendas Parlamentares, uma bancada ou deputado, pelo menos colocar em prática esse tema de transformar esse relatório em material paradidático, que ele sirva também para além da escola. Sugere que se organize dentro desse comitê um grupo para pensar e organizar isso independentemente do Decreto, acha que eles tem obrigação moral com as pessoas que sofreram as violações de direito e com a sociedade contemporânea de fazer isso. Dra. Ivete (SEPAJ) fala que além disso uma coisa que na sua opinião não demanda nenhum gasto são as mudanças de nomes de logradouros públicos, escolas, entre outros que atualmente estão em nome dos repressores, ditadores, e é uma das recomendações da Comissão da Verdade, pelo que ela sabe isso demanda do poder Legislativo, fala que parece que a Constituição do Paraná proíbe essas mudanças, teriam que fazer isso. Norton (UFPR) diz pensar que valia a pena retomarem a ideia de conversar com a Secretaria de Ciências, Tecnologia e Ensino Superior para abrir edital para essa ação de formação de material didático e paradidático, a SETI tem recursos em especial via Fundação Araucária para incentivar as universidades a produzirem pesquisas e material nessa temática que não tem aparecido de maneira específica nos editais da Fundação Araucária, acha que a formação do edital permita formar um núcleo de pesquisa para produção de material didático via universidade é muito produtivo e bem vindo, as estaduais em modo geral tem, acha que dá para produzir bastante coisa interessante com recursos da Secretaria de Ciências e Tecnologia e Ensino Superior, mas precisam conversar com eles. Cláudia Cristina Hoffmann (LUME) sugere que um encaminhamento seria convidar um representante da SETI para compor o CEMVEJ e acha que a SETI deveria compor o Termo de Cooperação do LUME. Clovis (UNILA) em tom de concordância sugere para que eles poderiam estar na próxima reunião, pautar esse tema e eles estarem presente. Norton (UFPR) explica que os recursos da SETI eles abrem um edital para que as universidades proponham projetos de pesquisa dentro dos seus grupos de pesquisadores, propõe o projeto que vai para o comitê de análise da secretaria e se é aprovado o pesquisador chefe recebe o recurso e seguir as regras do edital e produzir fazer ciência de qualidade, é possível incentivar a produção de material didático e material áudio visual. Dra. Maria Aparecida (TJPR) acha que seria interessante que a SETI integrasse o Comitê e fosse parceira no trabalho que está sendo desenvolvido, ter no Comitê essa transparência ou conexão de cooperação com todos esses organismos para que possam obter esses resultados mais esperado e fala de um artigo escrito por uma colunista na Folha de São Paulo sobre um evento em que a Ministra Elizabeth Rocha do Superior Tribunal Militar participou também uma série de autoridades e houve uma manifestação da Ministra no sentido de pedir desculpas referente a ditadura militar fala que é a primeira vez que isso ocorre nesses cinquenta anos, foram mencionados diversos ex presos políticos, alguns sobreviventes outros não, são lutas duríssimas enfrentadas ao longo do tempo e acha que é essa a finalidade que o Comitê tem proposto, se as pessoas procurarem o que já foi feito, a importância que tem a Sala LUME e tantas atividades que já foram desenvolvidas, muitas delas sem recurso, só com o empenho pessoal e voluntário de cada membro e parabeniza todos (as) os conselheiros que participaram desde a Comissão Estadual da Verdade e encerra dizendo que é uma busca incessante. Dra. Ivete (SEPAJ) expressa que os parabéns são extensivos a Dra. Maria Aparecida porque a Sala LUME deve muito ao seu empenho junto ao Tribunal, ao Dr. Olympio (MP) a Claudia Cristina Hoffmann (LUME). Dra Maria Aparecida fala da elaboração do relatório, acha que um dos poucos relatórios reconhecidamente que se aprofundou em vários temas é um marco na nossa história, pelo menos não esquecer e não apagar esses pontos obscuros que aconteceu no nosso País. **Encaminhamentos:** Gilberto (Assistente Administrativo - UTSC/SEJU) fala em relação a convidar a SETI para compor o CEMVEJ. Claudia Cristina Hoffmann (LUME) esclarece que não vai ser membro votado, vai ser um integrante convidado, não há limite, podem convidar as pessoas para compor, informa que vão ser 3 (três) ofícios de encaminhamento, para o Ministério Público do Trabalho (MPT), Tribunal de Contas do Estado (TCE), e para Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia (SETI), vão convidar para fazerem parte do Comitê Verdade Memória Justiça como convidados especiais e ai conseguem articular dentro da reunião a possibilidade deles fazerem parte do termo de Cooperação do LUME. E solicita ao Gilberto (UTSC/SEJU) se foi encaminhado o ofício para a Secretaria de Estado da Educação para eles confirmarem quem são os representantes no Comitê Estadual e se teve resposta. Gilberto (UTSC/SEJU) confirma que foi enviado, foi por protocolo, ainda não obtiveram resposta. Reforça que como encaminhamento o convite para o MPT, Tribunal de Contas e SETI para serem convidados especiais no CEMVEJ, um Ofício convidando a Secretaria Estadual de Cultura para fazerem parte do Termo de Cooperação do LUME e vão aguardar a resposta da Dra Luciana para ver se há esse interesse, oferece ajuda ao Gilberto para redigir, e também menciona que o professor Clovis sugeriu criar uma Comissão dentro do CEMVEJ para discutir um projeto de material didático a partir do Relatório, e questiona quem gostaria de fazer parte dessa Comissão,

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

depois combinam uma reunião para falar desse projeto. O professor Clóvis (UNILA) se dispõe e tem interesse em participar. Cláudia Cristina Hoffmann (LUME) também se dispõe a participar e informa que o outro encaminhamento é chamar a Flávia para apresentar como está a situação dos documentos no Arquivo Público. Guilherme (TCE) informa que vai verificar um horário para que possam fazer o convite pessoalmente. Dra. Ivete fala que precisam monitorar a resposta da Secretaria de Educação e a resposta do Ofício para o Tribunal de Justiça. Dra. Maria Aparecida informa que vai conversar com o TJ na quarta-feira independentemente do protocolo, com a cópia já do ofício, de posse disso vai conversar e tentar agilizar o que for possível lá dentro do Tribunal. Dra. Ivete informa que precisa de um Termo de Doação das cartas que o Aluízio entregou. Fabiane (DEAP) solicita que passem os documentos, eles tramitam o protocolo. Claudia Cristina Hoffmann (LUME) solicita se que puderem passar primeiro pelo LUME como foi doação também para o LUME, porque fazem o registro lá de tudo que foi doado para o LUME para depois encaminhar para o Arquivo Público. **9. Encerramento:** Por fim, Dra Ivete agradeceu a presença de todos e todas, e deu por encerrada a Reunião Ordinária da Assembleia Geral do Comitê Estadual de Memória, Verdade e Justiça do Paraná. A presente ata foi lavrada por Eucaris Ferreira da Rocha. Revisada por Jane Cristina Lobato Vasques.

170026/2025

Ata da Reunião Ordinária do Comitê Estadual de Educação

em Direitos Humanos - CEDH/PR — 13/10/2025

Ao décimo terceiro dia do mês de Outubro de 2025, marcada para ser realizada das 09h30 às 12h00, em formato Híbrido, presencialmente na Sala de Situação – Rua Frederico Maurer, 617 – CEP: 81630-020 – Boqueirão – Curitiba/PR. Ala B, do Palácio das Araucárias em Curitiba (PR) e *online*, realizado por meio da plataforma W*ebconf* da CELEPAR; deu-se início à 5ª Reunião Ordinária do ano de 2025, do Comitê Estadual de Educação em Direitos Humanos (CEDH/PR). Fizeram-se presentes: **Representantes Governamentais:** Suplente: André Luiz Brandão (SESP); Suplente: Lourival de Araújo Filho (SEED); **Representantes Sociedade Civil:** Suplente: Yedimar Carolina Castellano de Leon (Ação Social Irmandade Sem Fronteira); Suplente: Luz Di Angeli Reginatto (Grupo Dignidade); Titular: André Backker (Instituto Aurora). **Representantes das Universidades:** Titular: Ana Maria Rufino Gillies - (UNESPAR); Danielle Anne Pamplona - Titular (PUC); Osvaldo Mesquita Júnior - Titular (UNÍVEL) e Suplente: Gislaine Buraki de Andrade (UNIVEL). **Membros Especialistas:** Suplente: Débora Carla Pradella (Defensoria Pública Estadual/ NUCIDH); Suplente: Samantha de Souza (Tribunal de Justiça/PR); Titular: Melina Girardi Fachin (OAB/PR); Suplente: Regina Bley (Ministério Público/PR). **Colaboradores/Convidados (as):** Gilberto Gibala (Assistente Administrativo – UTSC/SEJU); Beatriz Botelho (ESEDH/Colaboradora). **Justificativas de Ausência:** Ilse Kauana Velloso de Souza; Nádia Alves Leandro; **1. Recepção dos Presentes:** A princípio Gilberto (Assistente Administrativo - UTSC/SEJU) saudou todos(as) os presentes on-line e os presenciais, dando as boas vindas à quinta Reunião Ordinária do ano de 2025 do CEDH/PR, e deu inicio à chamada nominal para registro em Ata. Informou que a Ilse Kauna Velosso (ESEDH) justificou sua ausência devido que estará envolvida em atividades de gravação e cursos presenciais durante o mês de outubro. Logo após, deu-se inicio à quinta reunião Ordinária do Comitê Estadual de Educação em Direitos Humanos. **2. Identificação para Quorum:** Gilberto Gibala (Assistente Administrativo – UTSC/SEJU) verifica o quorum formalizando a chamada, e confirmando o quorum necessário. **3. Aprovação da Pauta:** Primeiramente, foi solicitada pelo André Bakker (Instituto Aurora) adicionar na Pauta a Inclusão da Definição de Representante do CEDH para Participar da Reunião com SEED, também a Inclusão da 12ª Conferência Estadual de Direitos Humanos. A seguir, Gilberto (Assistente Administrativo – UTSC/SEJU) colocou a Pauta e suas respectivas inclusões em aprovação do Pleno. Sem ressalvas, aprovadas. **4. Aprovação da Ata da Reunião Ordinária de 11/08/2025:** Todos receberam a Ata nos seus e-mails este mês e todos aprovaram sem ressalvas. **5. Informes da Secretaria Executiva do CEDH:** Gilberto (Assistente Administrativo – UTSC/SEJU) pronuncia que o Primeiro Informe é a reunião marcada com a SEED para tratar sobre Revalidação de Diploma de Ensino Médio para Migrantes a Reunião ocorrerá no dia 21 ou 22, essa Pauta está sendo levada pelo CERMA. O Segundo Informe é a 12ª Conferência Estadual dos Direitos Humanos que ocorrerá nos dias 16 e 17 de Outubro (quinta-feira e sexta-feira), espelha na tela a Programação e informa que vai enviar por e-mail juntamente com o convite formal do COPED para todos (as) do Comitê. **6. Atualizações Sobre as Atividades do GT de Revisão do PEEDH/PR:** André Bakker (Instituto Aurora) cumprimenta todos (as) e informa que no GT de Revisão Estadual de Direitos Humanos estruturaram um Plano de Trabalho e foram revisando, decidiram começar fazer uma leitura conjunta do Plano Estadual atual Eixo a Eixo, estão fazendo Reuniões quinzenais até terminar a leitura, depois de finalizado vão definir a continuidade e dentro do GT estão discutindo e já começando a ter novas ideias o que vai ser necessário atualizar. Tiveram a participação de uma Professora que é Membro do Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos para apresentar o que eles tem feito em termos de atualização do Plano Nacional e pretendem convidar outros Representantes do Comitê seguindo cada um dos Eixos dos Planos para conhecer o que está sendo atualizado, acham importante espelhar o Plano Nacional no Plano Estadual, depois de finalizarem a leitura vão voltar a chamar esses Convidados para debaterem com eles. Menciona que nas Reuniões além dos Membros do Comitê tem alguns Convidados participando, atualmente tem Representantes do Conselho da Juventude, para que tenha essa representatividade jovem na Revisão, que é um dos principais públicos alvo do Plano, baseado no Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos que foi lançado no final do ano passado e tentam trazer essa representatividade também. Finaliza dizendo que se alguém tiver duvidas, sugestões ou apontamentos estão à disposição, sem manifestações encerra agradecendo todos (as). **7. Definição de Representantes do CEDH para Participar da Reunião com SEED:** Lourival (SEED) informa que falou com a Representante da parte da Documentação Escolar que é responsável por essas Pautas como a Revalidação de Estudos que vem do Exterior, se veio via protocolo já respondem e marcam a data da Reunião, frisa que interessa muito também os Direitos Humanos da SEED, Solicita se alguém tiver o número do Protocolo, para que ele possa revisitá-lo para dar sequencia nesse procedimento, porque o protocolo não passou pelo seu Departamento. Gilberto (Assistente Administrativo – UTSC/SEJU) informa que foi enviado por Protocolo, inclusive foram enviados dois Protocolos, tanto pelo CEDH quanto pelo CERMA, irá passar o número do Protocolo. Lourival (SEED) esclarece que em Curitiba tem onze pontos que recebem para Revalidação de Estudos, Análise de Documentação entre outros, o importante é a orientação que sempre chegando a criança, adolescente ou adulto, inicialmente fazer a matricula e depois verifica a documentação para que a pessoa já possa ingressar automaticamente na Educação e depois verifica a melhor adequação ao ano, série. É uma boa discussão devido ao número de pessoas que estão chegando e que necessitam de educação. André Backker (Instituto Aurora) expressa que já que conseguiram essa Reunião verificar quem do Comitê poderia participar. Yedimar (Irmandade Sem Fronteira) saúda todos (as) fala que devido a quantidade de pessoas que estão chegando e procurando a Revalidação, é um desafio e que seria interessante discutirem e ter o

apoio dessa Pauta, analisar qual seria o melhor caminho ver o que esta acontecendo nesse processo e os desafios que estão travando esse processo. Lourival (SEED) esclarece que não responde pelo setor que cuida dessa Documentação Escolar na Secretaria, ressalta que é importante saber exatamente o que está acontecendo com pontos específicos, acredita que possa estar havendo alguma dificuldade em especial no interior do Estado, porque os Estrangeiros estão chegando em todas as cidades, são de vários Países e cada Sistema Educacional tem um tipo de Documentação, para o Estado do Paraná há Legislações vigentes, por isso a necessidade do estudo de cada caso, vão tentar entender da melhor forma na Reunião para avançar nessa Temática para atenderem da melhor forma possível. Samantha (TJ/PR) cumprimenta todos (as) e esclarece que apenas para complementar, no TJ tem um sub grupo que trata das questões dos Migrantes e esse ponto é um dos que foi trazido de modo geral entre outros itens que tem tentado auxiliar, e se coloca a disposição para ela ou o Jonathan (TJ/PR) acompanhar a Reunião se for necessário. Prof. Ana Maria (UNESPAR) saúda todos (as) e pergunta se tem algum Relatório que conste o que vem sendo solicitado e as dificuldades encontradas pelos Países que estão chegando principalmente no Ensino Primário, Médio e Fundamental, a titulo de entender um pouco melhor. Yedimar (Irmandade Sem Fronteira) responde tem denúncias, solicitude por parte dos Migrantes, tem depoimentos, testemunhas de como está sendo e acontecendo esses desafios, acredita que a Irmandade Sem Fronteiras possa sim disponibilizar o que é preciso. Danielle (PUC) saúda todos (as) relembra que um dos tópicos comentados era a questão de cobranças de taxas para fazer essa validação, verificou a esse respeito e existe a possibilidade de isenção no caso de necessidade, e que nessa Reunião é importante anotar que dentre os desafios que estão encontrando é a cobrança de valores. Lourival (SEED) menciona que o Sistema Educacional é dividido no Paraná em Municipal e Estadual as crianças até o quinto ano Ensino fundamental elas são de responsabilidade do Município e a partir disso do Estado e dos Municípios, com exceção das crianças Indígenas e eventualmente crianças das Escolas itinerantes do Movimento Sem Terra, são de responsabilidade do Estado através de Convênio com o MST e frisa que é importante que nessa Reunião a pessoa que vier representando o Conselho traga vários aspectos muito objetivos e bem localizados, de qualquer forma vão buscar a resolução no que é possível dentro da legalidade, já que a documentação Escolar é complexa, por isso a necessidade de avançar porque estão recebendo muitos estudantes Estrangeiros, acredita que a maioria tem sido resolvido, tem Escolas que tem mais de duzentos estudantes Estrangeiros, na Região da CIC teve informação que havia cento e dezesseis estudantes Estrangeiros, comemoram o fato das crianças estarem na Escola recebendo alimentação adequada e tendo educação cita que seria interessante que os Pais procurassem as Escolas Integrais, haja visto a necessidade da grande maioria dos Pais trabalharem o dia todo. Encerra informando que solicitou o Protocolo porque gostaria de acompanhar essa Reunião para dentro da Secretaria ampliar essa discussão com o Departamento responsável e certamente vão avançar nessa questão. Prof. Ana Maria fala que eventualmente precisam ver se o Plano Estadual de Educação prevê assegurar e monitorar como elas estão sendo integradas, esse convívio permite o conhecimento da nossa Cultura, mas também o interesse em conhecer a Cultura dos Países de origem dos grupos que estão entrando nas nossas Escolas, a Diversidade Cultural no sentido de troca. Yedimar (Irmandade Sem Fronteira) fala que no Paraná, principalmente em Curitiba, é grande o número de Migrantes Venezuelanos, Cubanos e Haitianos, mas tem outras Nacionalidades dentro dessa lista de Estrangeiros, nas Escolas tem esses desafios, de casos de crianças com dificuldade na integração por conta da Língua, do sotaque, pelas diferenças de Cultura, estão sendo atendidos até gratuitamente por conta das Organizações do Terceiro Setor que tem apoio Psicológico tanto para a Mãe como para as crianças, a nível educativo tem muitos desafios na questão das creches também. Na própria Escola ou Equipe Escolar não existe uma qualificação que permita que eles tenham uma adaptação dentro do Currículo, fazem o que é pedagogicamente e humanamente possível, não tem uma forma específica de Interculturalidade, planejamento especifico Universal de ensino para essas crianças, como vai ser essas avaliações, na questão de adaptação de apoiar na área da Língua não tem esse apoio de introdução na Escola, tem que ser com apoio particular e em relação a Revalidação de Diplomas tinha uma disparidade de informações nas Escolas do que era aceito e do que não era aceito e devido a isso resolveram não aceitar mais e paralisou o processo desde o ano passado. Informa que já realizaram um Edital para profissionais Graduados que esta acontecendo, vão revalidar os Diplomas de Graduação de várias Especialidades. Gilberto (Assistente Administrativo - UTSC/SEJU) solicita a confirmação de quem irá participar da Reunião com SEED, confirma a participação da Samantha (TJ/PR), da Yedimar (Ação Social Irmandade Sem Fronteira), Lourival (SEED). **8. 12ª Conferência Estadual de Direitos Humanos:** André Backker (Instituto Aurora) questiona se na Conferência Estadual qualquer pessoa pode participar ou só os Delegados e acha interessante algum Representante do Comitê participar da Conferência. Gilberto (Assistente Administrativo - UTSC/SEJU) informa que será aberto ao Público, a Irmandade Sem Fronteira estará participando assim como a Nádia da Coordenação de Direitos Humanos (CODH) também estará presente. A Prof. Ana Maria se manifesta falando que irá participar também da abertura. A Conferência será realizada nos dias 16 e 17 desta semana e vai encaminhar o Ofício Convite para todos os Conselheiros e se for hibrido irá disponibilizar o link para todos. **6. Encerramento:** Por fim, Gilberto (Assistente Administrativo – UTSC/SEJU) encerrou a Reunião, agradecendo a todos (as). Ata transcrita por Eucaris Ferreira da Rocha. Revisada por Jane Cristina Lobato Vasques.

170019/2025

Secretaria da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa

DELIBERAÇÃO Nº 07/2025 – CEPCT/PR

O Conselho Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais do Paraná – CEPCT/PR, reunido ordinariamente em 03 de dezembro de 2025, no uso das suas atribuições regimentais,

DELIBERA

Art. 1º Pela aprovação do calendário de reuniões do ano de 2026.

CALENDÁRIO DE REUNIÕES 2026

Fevereiro	10 e 11
Abril	14 e 15
Junho	16 e 17
Agosto	18 e 19
Outubro	20 e 21
Dezembro	09 e 10

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Art. 2° A presente Deliberação entrará em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE.

Curitiba, 03 de dezembro de 2025.

Laysmara Carneiro Edoardo
Presidente do Conselho Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais

169660/2025

Secretaria do Planejamento

Despacho n.º 495/2025 – DG/SEPL
Curitiba, 09 de dezembro de 2025.
Assunto: Aquisição de detergentes e desinfetantes.
e-Protocolo: 25.093.539-0
Trata-se de expediente para aquisição de 120 (cento e vinte) detergentes no valor de R$186,00 (cento e oitenta e seis reais) e de 40 (quarenta) desinfetantes no valor de R$464,00 (quatrocentos e sessenta e quatro reais), visando atender a necessidade da Secretaria de Estado do Planejamento.
Os valores totais para aquisição dos materiais perfazem o total de R$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais) por adesão ao pregão 112/2024 do DENCON, em favor das empresas SOLO G9 LTDA inscrita CNPJ 11.102.277/0001-41 e MASTERSUL COMERCIAL LTDA inscrita no CNPJ 02.334.293/0001-79.
Ante o exposto:
APROVO, a compra conforme documentos acostados neste caderno protocolar.

DOMINGOS TREVIZAN FILHO
Diretor Geral/SEPL

170126/2025

Secretaria da Saúde

ERRATA

RESOLUÇÃO SESA Nº 1244/2025

Publicado no DOE nº 11955 de 31/07/2025

O Secretário de Estado da Saúde, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, incisos VI e XIII, da Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e o art. 8º, inciso IX, do anexo 113060_30131, do Decreto Estadual nº 9.921, de 23 de janeiro de 2014, Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná, além do disposto na Lei Estadual nº 13.331, de 23 de novembro de 2001, Código de Saúde do Estado, **PUBLICA ERRATA JUNTO À RESOLUÇÃO SESA Nº 1244/2025, PARA ALTERAR O ANEXO I**, conforme segue,

EXCLUIR:

MUNICÍPIO	OBJETO	VALOR UNITÁRIO
LUIZIANA	UBS TIPO III	R$ 1.300.000,00

Curitiba, *datado e assinado digitalmente*.

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

169826/2025

ERRATA

RESOLUÇÃO SESA Nº 791/2025

Publicado no DOE nº 11896 de 06/05/2025

O Secretário de Estado da Saúde, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, incisos VI e XIII, da Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e o art. 8º, inciso IX, do anexo 113060_30131, do Decreto Estadual nº 9.921, de 23 de janeiro de 2014, Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná, além do disposto na Lei Estadual nº 13.331, de 23 de novembro de 2001, Código de Saúde do Estado, **PUBLICA ERRATA JUNTO À RESOLUÇÃO SESA Nº 791/2025, PARA ALTERAR O ANEXO I**, conforme segue,

ONDE SE LÊ:

PATO BRANCO	EQUIPAMENTOS	R$ 1.500.000,00

LEIA-SE:

PATO BRANCO	EQUIPAMENTOS PARA ATENÇÃO BÁSICA/PRIMÁRIA	R$ 1.000.000,00
PATO BRANCO	EQUIPAMENTOS PARA ATENÇÃO ESPECIALIZADA	R$ 500.000,00

Curitiba, *datado e assinado digitalmente*.

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

169846/2025

RESOLUÇÃO SESA Nº 1924/2025

Habilita os municípios a pleitearem adesão ao incentivo financeiro, vinculado aos Programas da Secretária de Estado da Saúde do Paraná – SESA, destinado a prover a infraestrutura adequada aos Estabelecimentos de Saúde Municipais no Estado do Paraná, por meio do financiamento para execução de obras, com o objetivo de melhorias na qualidade do atendimento à saúde da população, por meio de repasse na modalidade fundo a fundo, para o exercício de 2025.

O Secretário de Estado da Saúde, *gestor do Sistema Único de Saúde do Paraná, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, incisos I e XIII, da Lei Estadual nº 21.352, de 1 de janeiro de 2023, e o art. 8º, inciso IX, do anexo 113060_30131, do Decreto Estadual nº 9.921, de 23 de janeiro de 2014, Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná e,*

- considerando o art. 20 da Lei Complementar nº 141, de 13 de Janeiro de 2012, que estabelece que a transferência dos estados para os municípios destinados a financiar ações e serviços públicos de saúde serão realizadas diretamente aos Fundos Municipais de Saúde, de forma regular e automática em conformidade com os critérios de transferência aprovada pelo respectivo Conselho de Saúde;

- considerando a Lei nº 13.331/2001 (Código de Saúde), regulamentado pelo Decreto nº 5.711, de 23 de maio de 2002, que dispõe sobre os recursos alocados no Fundo Estadual de Saúde, cujo art. 49 prevê que "Os recursos alocados poderão ser objeto de transferência aos Fundos Municipais de Saúde, independentemente de convênio ou instrumento congênere";

- considerando que no Estado do Paraná foi criado o Fundo Estadual de Saúde – FUNSAUDE (Lei nº 152 de 10/12/2012), regulamentado pelo Decreto nº 7.986, de 16 de Abril de 2013, com finalidade de "captar, gerenciar, prover e aplicar os recursos financeiros destinados ao desenvolvimento das ações e serviços públicos de saúde", cuja gestão compete ao Secretário de Estado da Saúde devendo autorizar de forma expressa e individualmente a execução de despesas referentes a ações e serviços de saúde com recursos do FUNSAUDE;

- considerando o que dispõe o art. 17 da Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990: "À Direção Estadual do Sistema Único de Saúde", em seu Item III – "compete buscar apoio técnico e financeiro aos municípios e executar supletivamente ações e serviços de saúde";

- considerando a Resolução SESA n° 1508/2025, que dispõe sobre o incentivo financeiro, vinculado aos Programas da Secretária de Estado da Saúde do Paraná – SESA, destinado a prover a infraestrutura adequada aos Estabelecimentos de Saúde Municipais no Estado do Paraná, por meio do financiamento para execução de obras, com o objetivo de melhorias na qualidade do atendimento à saúde da população, por meio de repasse na modalidade fundo a fundo.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a relação de municípios, conforme o Anexo I desta Resolução, para pleitearem a adesão ao incentivo financeiro, vinculado aos Programas da Secretária de Estado da Saúde do Paraná – SESA, destinado a prover a infraestrutura adequada aos Estabelecimentos de Saúde Municipais no Estado do Paraná, por meio do financiamento para execução de obras, com o objetivo de melhorias na qualidade do atendimento à saúde da população, por meio de repasse na modalidade fundo a fundo, para o exercício de 2025.

Art. 2º Para receber o Incentivo Financeiro supramencionado, os municípios deverão encaminhar às suas respectivas Regionais de Saúde os documentos elencados no art. 10º da Resolução 1508/2025, via e-Protocolo Digital.

Art. 3º Após análise e aprovada a documentação enviada pelo Gestor Municipal, a SESA editará resolução financeira dos municípios

contemplados para o recebimento do recurso, conforme prévia disponibilidade orçamentária e financeira.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Curitiba, *assinado e datado digitalmente.*

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

ANEXO I – RESOLUÇÃO SESA Nº 1924/2025

MUNICÍPIOS HABILITADOS A PLEITEAREM A ADESÃO AO INCENTIVO FINANCEIRO DESTINADO A PROVER A INFRAESTRUTURA ADEQUADA AOS ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE MUNICIPAIS NO ESTADO DO PARANÁ, POR MEIO DO FINANCIAMENTO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS.

RS	MUNICÍPIO	OBJETO	VALOR
11ª RS	LUIZIANA	FISIOCENTRO PORTE II	R$ 1.300.000,00

169868/2025

RESOLUÇÃO SESA Nº 1922/2025

Habilita os municípios a pleitearem adesão incentivo financeiro, vinculado aos Programas da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná – SESA, destinado a prover a infraestrutura adequada por meio do financiamento para execução de obras com projetos próprios da SESA de Unidades de Pronto Atendimento Municipal, Unidades de Atendimento Misto de Saúde, Maternidades e AME porte III para os municípios do Estado do Paraná, com o objetivo de melhorar a qualidade do atendimento à saúde da população, por meio de repasse Fundo a Fundo, no exercício de 2025.

***O Secretário de Estado da Saúde**, gestor do Sistema Único de Saúde do Paraná, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, incisos I e XIII, da Lei Estadual nº 21.352, de 1 de janeiro de 2023, e o art. 8º, inciso IX, do anexo 113060_30131, do Decreto Estadual nº 9.921, de 23 de janeiro de 2014, Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná e*,

- considerando o art. 20 da Lei Complementar nº 141, de 13 de Janeiro de 2012, que estabelece que a transferência dos estados para os municípios destinados a financiar ações e serviços públicos de saúde serão realizadas diretamente aos Fundos Municipais de Saúde, de forma regular e automática em conformidade com os critérios de transferência aprovada pelo respectivo Conselho de Saúde;

- considerando a Lei nº 13.331/2001(Código de Saúde), regulamentado pelo Decreto nº 5.711, de 23 de maio de 2002, que dispõe que os recursos alocados no Fundo Estadual de Saúde, cujo art. 49 prevê "Os recursos alocados poderão ser objeto de transferência aos Fundos Municipais de Saúde, independentemente de convênio ou instrumento congênere";

- considerando que no Estado do Paraná foi criado o Fundo Estadual de Saúde – FUNSAUDE (Lei nº 152 de 10/12/2012), regulamentado pelo Decreto nº 7.986, de 16 de Abril de 2013, com finalidade de "captar, gerenciar, prover e aplicar os recursos financeiros destinados ao desenvolvimento das ações e serviços públicos de saúde", cuja gestão compete ao Secretário de Estado da Saúde devendo autorizar de forma expressa e individualmente a execução de despesas referentes a ações e serviços de saúde com recursos do FUNSAUDE;

- considerando o que dispõe o art. 17 da Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990: "À Direção Estadual do Sistema Único de Saúde", em seu Item III – "compete buscar apoio técnico e financeiro aos Municípios e executar supletivamente ações e serviços de saúde";

- considerando a Resolução SESA nº 1774/2025, dispõe sobre o incentivo financeiro de capital vinculado aos Programas da Secretaria de Estado da Saúde – SESA, destinados a prover a infraestrutura adequada, por meio do financiamento para execução de obras com projetos próprios da SESA de Unidades de Pronto Atendimento Municipal, Unidades de Atendimento Misto de Saúde, Maternidades e AME porte III para os municípios do Estado do Paraná, com o objetivo de melhorar a qualidade do atendimento à saúde da população, por meio de repasse Fundo a Fundo;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a relação de municípios, conforme o Anexo I desta Resolução, para pleitearem a adesão ao incentivo financeiro, destinados a prover a infraestrutura adequada, por meio do financiamento para execução de obras com projetos próprios da SESA de Unidades de Pronto Atendimento Municipal, Unidades de Atendimento Misto de Saúde, Maternidades e AME porte III para os municípios do Estado do Paraná, com o objetivo de melhorar a qualidade do atendimento à saúde da população, por meio de repasse Fundo a Fundo, no exercício de 2025.

Art. 2º Para receber o Incentivo Financeiro supramencionado, os municípios deverão encaminhar os documentos elencados no art. 10º da Resolução SESA nº 1774/2025, via e-Protocolo Digital.

Art. 3º Após análise e aprovação da documentação enviada pelo Gestor Municipal, a SESA editará resolução financeira dos municípios contemplados para o recebimento do recurso, conforme prévia disponibilidade orçamentária e financeira.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 5º Ficam revogadas as seguintes Resoluções SESA: nº 1817/2024; nº 0364/2025; nº 0674/2025; nº 0864/2025; nº 0872/2025; nº 0904/2025; nº 0940/2025; nº 0947/2025; nº 1057/2025; nº 1100/2025; nº 1129/2025; nº 1205/2025; nº 1305/2025; nº 1406/2025; nº 1435/2025; nº 1438/2025; nº 1744/2025; nº 1753/2025; nº 1772/2025.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente*.

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

ANEXO I – RESOLUÇÃO SESA Nº 1922/2025

MUNICÍPIOS HABILITADOS A PLEITEAREM A ADESÃO AO INCENTIVO FINANCEIRO DESTINADO A PROVER A INFRAESTRUTURA ADEQUADA AOS ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE MUNICIPAIS NO ESTADO DO PARANÁ, POR MEIO DO FINANCIAMENTO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS.

RS	MUNICÍPIO	OBJETO	VALOR
17ª RS	ALVORADA DO SUL	Pronto Atendimento Municipal - PAM	R$5.500.000,00
16ª RS	APUCARANA	Pronto Atendimento Municipal - PAM	R$5.500.000,00
11ª RS	CAMPINA DA LAGOA	Pronto Atendimento Municipal - PAM	R$5.500.000,00
05ª RS	CANTAGALO	Unidade de Atendimento Misto de Saúde - UMS	R$4.500.000,00
07ª RS	CHOPINZINHO	Pronto Atendimento Municipal - PAM	R$5.500.000,00
10ª RS	ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU	Unidade de Atendimento Misto de Saúde - UMS	R$4.500.000,00
11ª RS	FAROL	Unidade de Atendimento Misto de Saúde - UMS	R$4.500.000,00
12ª RS	FRANCISCO ALVES	Unidade de Atendimento Misto de Saúde - UMS	R$4.500.000,00
05ª RS	GUARAPUAVA	Pronto Atendimento Municipal - PAM	R$5.500.000,00
15ª RS	IGUARAÇU	Unidade de Atendimento Misto de Saúde - UMS	R$4.500.000,00
04ª RS	INÁCIO MARTINS	Pronto Atendimento Municipal - PAM	R$5.500.000,00
04ª RS	IRATI	Pronto Atendimento Municipal - PAM	R$5.500.000,00
16ª RS	JANDAIA DO SUL	Pronto Atendimento Municipal - PAM	R$5.500.000,00
11ª RS	LUIZIANA	Unidade de Atendimento Misto de Saúde - UMS	R$4.500.000,00
15ª RS	MARIALVA	Maternidade	R$7.000.000,00

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

08ª RS	MARMELEIRO	Unidade de Atendimento Misto de Saúde - UMS	R$4.500.000,00
16ª RS	MAUÁ DA SERRA	Pronto Atendimento Municipal - PAM	R$5.500.000,00
08ª RS	NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE	Pronto Atendimento Municipal - PAM	R$5.500.000,00
18ª RS	NOVA FÁTIMA	Unidade de Atendimento Misto de Saúde - UMS	R$4.500.000,00
08ª RS	NOVA PRATA DO IGUAÇU	Pronto Atendimento Municipal - PAM	R$5.500.000,00
03ª RS	PALMEIRA	Pronto Atendimento Municipal - PAM	R$5.500.000,00
01ª RS	PARANAGUÁ	Pronto Atendimento Municipal - PAM	R$5.500.000,00
17ª RS	PRIMEIRO DE MAIO	Pronto Atendimento Municipal - PAM	R$5.500.000,00
19ª RS	QUATIGUÁ	Pronto Atendimento Municipal - PAM	R$5.500.000,00
16ª RS	SABÁUDIA	Pronto Atendimento Municipal - PAM	R$5.500.000,00
10ª RS	SANTA LÚCIA	Unidade de Atendimento Misto de Saúde - UMS	R$4.500.000,00
10ª RS	SANTA TEREZA DO OESTE	Pronto Atendimento Municipal - PAM	R$5.500.000,00
19ª RS	SANTO ANTÔNIO DA PLATINA	Ambulatório Médico de Especialidades Porte III – AME III:	R$8.000.000,00
15ª RS	SANTO INÁCIO	Unidade de Atendimento Misto de Saúde - UMS	R$4.500.000,00
22ª RS	SÃO JOÃO DO IVAÍ	Pronto Atendimento Municipal - PAM e Maternidade Conjugados	R$11.500.000,00
03ª RS	SENGÉS	Maternidade	R$7.000.000,00
20ª RS	TOLEDO	Ambulatório Médico de Especialidades Porte III – AME III:	R$ 8.000.000,00
18ª RS	URAÍ	Pronto Atendimento Municipal - PAM	R$5.500.000,00
10ª RS	VERA CRUZ DO OESTE	Pronto Atendimento Municipal - PAM	R$5.500.000,00
07ª RS	VITORINO	Pronto Atendimento Municipal - PAM	R$5.500.000,00
12ª RS	XAMBRÊ	Unidade de Atendimento Misto de Saúde - UMS	R$4.500.000,00

169925/2025

RESOLUÇÃO SESA Nº 1932/2025

Dispõe sobre a constituição do Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da Secretaria de Estado da Saúde, situado no Hospital do Trabalhador, junto a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa.

***O Secretário de Estado da Saúde**, gestor do Sistema Único de Saúde do Paraná, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, incisos I e XIII, da Lei Estadual nº 21.352, de 1 de janeiro de 2023, e o art. 8º, inciso IX, do anexo 113060_30131, do Decreto Estadual nº 9.921, de 23 de janeiro de 2014, Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná, além do disposto na Lei Estadual nº 13.331, de 23 de novembro de 2001, Código de Saúde do Estado e*,

- considerando o contido no eProtocolo nº 22.110.338-6,

RESOLVE:

Art. 1º Constituir o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná / Hospital do Trabalhador, com a seguinte composição:

I - Nove representantes do Hospital do Trabalhador – HT;

II - Dois representantes da Diretoria de Atenção e Vigilância em Saúde – DAV;

III - Um representante da Diretoria de Unidades Próprias – DUP;

IV - Um representante do Centro de Produção e Pesquisa de Imunobiológicos – CPPI;

V - Um representante da Assessoria de Judicialização da Saúde – AJS;

VI - Um representante do Laboratório Central do Estado – LACEN;

VII - Um representante da Escola de Saúde Pública – ESPP;

VIII - Um representante do Centro de Hematologia e Hemoterapia do Paraná – HEMEPAR;

IX- Três representantes dos Participantes de Pesquisa – CES.

Art. 2° Designar os seguintes membros do Comitê de Ética em Pesquisa da Secretaria de Estado do Paraná/ Hospital do Trabalhador:

I - Representantes do Hospital do Trabalhador:

a) Eduardo Lopes Martins – Médico Mestre (Coordenador);

b) Evandro Freire Tirapelle – Farmacêutico Mestre (Vice Coordenador);

c) Fábio Terabe – Médico Doutor (Membro Suplente);

d) Glória Maria Goetten de Lima – Médica Especialista (Membro Suplente);

e) Irajá de Britto Vaz – Administrador Especialista (Membro Titular);

f) Jefferson Guimarães dos Santos – Assistente Administrativo II (Secretário);

g) Louise Bueno Lelli Tominaga – Enfermeira Mestre (Membro Titular);

h) Manuela Surmas – Assistente Social Especialista (Membro Suplente);

i) Silvania Klug Pimentel – Médica Doutora (Membro Suplente)

II - Representante da DAV:

a) Rejane Cristina Teixeira Tabuti – Enfermeira Mestre (Membro Titular);

b) Elaine Cristina Vieira de Oliveira – Nutricionista Mestre (Membro Suplente).

III - Representante da DUP:

a) Rebeca Fernandes Rocha – Enfermeira Mestre (Membro Suplente).

IV - Representante da Assessoria de Judicialização da Saúde:

a) Márcia Zinelli da Silveira Pereira - Médica Veterinária - Especialista em Bioética. (Membro Titular).

V - Representante do CPPI:

a) Bruno Antunes – Médico Veterinário (Membro Suplente).

VI - Representante do LACEN:

a) Gisele Aparecida Bernardi – Farmacêutica (Membro Titular).

VII - Representante da ESPP:

a) Eliane Cristina Sanches Maziero – Enfermeira Doutora (Membro Titular).

VIII - Representante do HEMEPAR:

a) Magali Zimmermann Covo – Enfermeira Mestre (Membro Suplente).

IX - Representantes dos Participantes de Pesquisa – Conselho Estadual de Saúde:

a) Maria Cristina Galacho de Souza (Membro Titular);

b) Maria Lucia Gomes (Membro Titular);

c) Palmira da Aparecida Soares Rangel (Membro Titular).

Art. 3º O Comitê será coordenado por Eduardo Lopes Martins e terá como vice coordenador Evandro Freire Tirapelle.

Art. 4º Designar Jefferson Guimarães dos Santos como Secretário Executivo do Comitê.

Art. 5º O período de mandato dos membros é de quatro anos e o período de mandato dos Representantes dos Participantes de Pesquisa é de três anos.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 7º Fica revogada a Resolução SESA nº1356, de 10 de outubro de 2025.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente*.

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

170121/2025

RESOLUÇÃO SESA Nº 1917/2025

Dispõe sobre indicação de servidor para responder pela Função Comissionada Executiva de Chefe de Divisão no Centro de Hematologia e Hemoterapia do Paraná em Curitiba, durante a fruição de férias da titular.

O **Secretário de Estado da Saúde**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º, da Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023 e o art. 8º, inciso IX, do anexo113060_30131 do Decreto Estadual n.º 9.921, de 23 de janeiro de 2014 que trata do Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde; e considerando,

- o disposto na Lei Estadual n° 6174 de 16 de novembro de 1970, que estabelece o regime jurídico dos funcionários civis do Poder Executivo do Estado do Paraná; e,

- o disposto no art. 154 da Lei Estadual n° 22.207, de 4 de Dezembro de 2024, referente ao Pagamento da Substituição de Cargo em Comissão e Função Comissionada, bem como o contido no protocolado nº **25.007.673-8**.

R E S O L V E:

Art. 1º Designar o servidor **JOÃO PAULO LOBO JUNIOR**, RG. nº 7.XXX.799-X/PR, Farmacêutico, para responder pela Função Comissionada Executiva de Chefe de Divisão, símbolo FCE-10, no Centro de Hematologia e Hemoterapia do Paraná, sede em Curitiba, desta Secretaria de Estado da Saúde, no período de **19/01/2026** a **02/02/2026**, em substituição, durante a fruição de férias da titular **DANIELE ALVES VIEIRA**, RG. nº 8.XXX.186-X/PR**.**

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

Curitiba, *datado e assinado digitalmente.*

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

169748/2025

RESOLUÇÃO SESA Nº 1918/2025

Dispõe sobre indicação de servidor para responder pela Função Comissionada Executiva de Chefe de Seção de Regional, na 17ª Regional de Saúde em Londrina, durante a fruição de férias da titular.

O **Secretário de Estado da Saúde**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º, da Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023 e o art. 8º, inciso IX, do anexo113060_30131 do Decreto Estadual n.º 9.921, de 23 de janeiro de 2014 que trata do Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde; e considerando,

- o disposto na Lei Estadual n° 6174 de 16 de novembro de 1970, que estabelece o regime jurídico dos funcionários civis do Poder Executivo do Estado do Paraná; e,

- o disposto no art. 154 da Lei Estadual n° 22.207, de 4 de Dezembro de 2024, referente ao Pagamento da Substituição de Cargo em Comissão e Função Comissionada, bem como o contido no protocolado nº **24.896.055-8**.

R E S O L V E:

Art. 1º Designar a servidora **CAROLINA TONSSIC FALKOWSKI**, RG nº 9.XXX.183-X/PR, Auxiliar Administrativo, para responder pela Função Comissionada Executiva de Chefe de Seção de Regional, Símbolo FCE-13, na 17ª Regional de Saúde, sede em Londrina, desta Secretaria de Estado da Saúde, no período de **15/01/2026** a **13/02/2026**, em substituição, durante a fruição de férias da titular **VALÉRIA HELENA GUAZELI AMIN**, RG nº 14.XXX.113-X/PR**.**

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

Curitiba, *datado e assinado digitalmente.*

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

169749/2025

RESOLUÇÃO SESA Nº 1919/2025

Dispõe sobre indicação de servidor para responder pela Função Comissionada Executiva de Chefe de Seção de Unidade Hospitalar, no Hospital Regional da Lapa de São Sebastião, na Lapa, durante a fruição de férias da titular.

O **Secretário de Estado da Saúde**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º, da Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023 e o art. 8º, inciso IX, do anexo113060_30131 do Decreto Estadual n.º 9.921, de 23 de janeiro de 2014 que trata do Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde; e considerando,

- o disposto na Lei Estadual n° 6174 de 16 de novembro de 1970, que estabelece o regime jurídico dos funcionários civis do Poder Executivo do Estado do Paraná; e,

- o disposto no art. 154 da Lei Estadual n° 22.207, de 4 de Dezembro de 2024, referente ao Pagamento da Substituição de Cargo em Comissão e Função Comissionada, bem como o contido no protocolado nº **24.944.114-7**.

R E S O L V E:

Art. 1º Designar a servidora **SOLANGE APARECIDA CORREIA ULBIRICH**, RG. nº 6.XXX.838-X/PR, Auxiliar Administrativo, para responder pela Função Comissionada Executiva de Chefe de Seção de Unidade Hospitalar, Símbolo FCE-10, no Hospital Regional da Lapa de São Sebastião, sede na Lapa, desta Secretaria de Estado da Saúde, no período de **20/01/2026** a **03/02/2026**, em substituição, durante a fruição de férias da titular **FABIOLA BERTONI DA SILVEIRA CASSINS**, RG nº 6.XXX.363-X/PR**.**

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente.*

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

169751/2025

RESOLUÇÃO SESA Nº 1920/2025

Dispõe sobre indicação de servidor para responder pela Função Comissionada Executiva de Chefe de Seção de Regional, na 14ª Regional de Saúde em Paranavaí, durante a fruição de férias da titular.

O **Secretário de Estado da Saúde**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º, da Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023 e o art. 8º, inciso IX, do anexo113060_30131 do Decreto Estadual n.º 9.921, de 23 de janeiro de 2014 que trata do Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde; e considerando,

- o disposto na Lei Estadual n° 6174 de 16 de novembro de 1970, que estabelece o regime jurídico dos funcionários civis do Poder Executivo do Estado do Paraná; e,

- o disposto no art. 154 da Lei Estadual n° 22.207, de 4 de Dezembro de 2024, referente ao Pagamento da Substituição de Cargo em Comissão e Função Comissionada, bem como o contido no protocolado nº **24.999.333-6**.

R E S O L V E:

Art. 1º Designar a servidora **NATALIA FEITAL PASZCZUK**, RG. nº 9.XXX.017-X, Enfermeiro, para responder pela Função Comissionada Executiva de Chefe de Seção de Regional, Símbolo FCE-13, na 14ª Regional de Saúde, sede em Paranavaí, desta Secretaria de Estado da Saúde, no período de **19/01/2026** a **02/02/2026**, em substituição, durante a fruição de férias da titular **MARIA DA PENHA FRANCISCO**, RG. nº 5.XXX.594-X.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente.*

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

169752/2025

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

RESOLUÇÃO SESA Nº 1921/2025

Dispõe sobre indicação de servidor para responder pelo Cargo Comissionado Executivo de Chefe de Divisão no Centro de Hematologia e Hemoterapia do Paraná em Curitiba, durante a fruição de férias da titular.

O **Secretário de Estado da Saúde**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º, da Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023 e o art. 8º, inciso IX, do anexo113060_30131 do Decreto Estadual n.º 9.921, de 23 de janeiro de 2014 que trata do Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde; e considerando,

- o disposto na Lei Estadual n° 6174 de 16 de novembro de 1970, que estabelece o regime jurídico dos funcionários civis do Poder Executivo do Estado do Paraná; e,

- o disposto no art. 154 da Lei Estadual n° 22.207, de 4 de Dezembro de 2024, referente ao Pagamento da Substituição de Cargo em Comissão e Função Comissionada, bem como o contido no protocolado nº **24.813.661-8**.

R E S O L V E:

Art. 1º Designar a servidora **GISELE GOLAMBIUK**, RG. nº 9.XXX.260-X/PR, Farmacêutico, para responder pelo Cargo Comissionado Executivo de Chefe de Divisão, símbolo CCE-10, no Centro de Hematologia e Hemoterapia do Paraná, sede em Curitiba, desta Secretaria de Estado da Saúde, no período de **20/01/2026** a **03/02/2026**, em substituição, durante a fruição de férias da titular **LUCIANE KEINRATH SCHIER**, RG. nº 5.XXX.272-X/PR**.**

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

Curitiba, *datado e assinado digitalmente.*

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

169753/2025

RESOLUÇÃO SESA Nº 1926/2025

Dispõe sobre indicação de servidor para responder pelo Cargo Comissionado Executivo de Chefe de Divisão na 03ª Regional de Saúde, em Ponta Grossa, durante a fruição de férias do titular.

O **Secretário de Estado da Saúde**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º, da Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023 e o art. 8º, inciso IX, do anexo113060_30131 do Decreto Estadual n.º 9.921, de 23 de janeiro de 2014 que trata do Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde; e considerando,

- o disposto na Lei Estadual n° 6174 de 16 de novembro de 1970, que estabelece o regime jurídico dos funcionários civis do Poder Executivo do Estado do Paraná; e,

- o disposto no art. 154 da Lei Estadual n° 22.207, de 4 de Dezembro de 2024, referente ao Pagamento da Substituição de Cargo em Comissão e Função Comissionada, bem como o contido no protocolado nº **25.114.017-0**.

R E S O L V E:

Art. 1º Designar o servidor **KELVIN KLAUS KREMES**, RG.10.XXX.969-X/PR, Administrador, para responder pelo Cargo Comissionado Executivo de Chefe de Divisão, Símbolo CCE-10, na 03ª Regional de Saúde, sede em Ponta Grossa, desta Secretaria de Estado da Saúde, no período de **05/01/2026** a **16/01/2026**, em substituição, durante a fruição de férias do titular **ANGELO PETRONILIO MAROCHI**, RG. 3.XXX.776-X/PR**.**

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente.*

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

170320/2025

RESOLUÇÃO SESA Nº 1927/2025

Dispõe sobre indicação de servidor para responder pelo Cargo Comissionado Executivo de Chefe de Divisão, na 11ª Regional de Saúde em Campo Mourão, durante a fruição de férias da titular.

O **Secretário de Estado da Saúde**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º, da Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023 e o art. 8º, inciso IX, do anexo113060_30131 do Decreto Estadual n.º 9.921, de 23 de janeiro de 2014 que trata do Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde; e considerando,

- o disposto na Lei Estadual n° 6174 de 16 de novembro de 1970, que estabelece o regime jurídico dos funcionários civis do Poder Executivo do Estado do Paraná; e,

- o disposto no art. 154 da Lei Estadual n° 22.207, de 4 de Dezembro de 2024, referente ao Pagamento da Substituição de Cargo em Comissão e Função Comissionada, bem como o contido no protocolado nº **25.110.540-5**.

R E S O L V E:

Art. 1º Designar a servidora **MARIA SEZINEIDE CAVALCANTE DE MELO**, RG. nº 3.XXX.662-X/PR, Psicólogo, para responder pelo Cargo Comissionado Executivo de Chefe de Divisão, Símbolo CCE-10, na 11ª Regional de Saúde, sede em Campo Mourão, desta Secretaria de Estado da Saúde, no período de **05/01/2026** a **27/01/2026**, em substituição, durante a fruição de férias da titular **GRACE KELLY LUERSEN MENDES**, RG nº 5.XXX.751-X/PR**.**

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

Curitiba, *datado e assinado digitalmente.*

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

170321/2025

RESOLUÇÃO SESA Nº 1928/2025

Dispõe sobre indicação de servidor para responder pelo Cargo Comissionado Executivo de Chefe de Divisão na 03ª Regional de Saúde, em Ponta Grossa, durante a fruição de férias da titular.

O **Secretário de Estado da Saúde**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º, da Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023 e o art. 8º, inciso IX, do anexo113060_30131 do Decreto Estadual n.º 9.921, de 23 de janeiro de 2014 que trata do Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde; e considerando,

- o disposto na Lei Estadual n° 6174 de 16 de novembro de 1970, que estabelece o regime jurídico dos funcionários civis do Poder Executivo do Estado do Paraná; e,

- o disposto no art. 154 da Lei Estadual n° 22.207, de 4 de Dezembro de 2024, referente ao Pagamento da Substituição de Cargo em Comissão e Função Comissionada, bem como o contido no protocolado nº **25.113.972-5**.

R E S O L V E:

Art. 1º Designar a servidora **ADRIANA CRIVOI**, RG. nº 6.XXX.779-X/PR, Enfermeiro, para responder pelo Cargo Comissionado Executivo de Chefe de Divisão, Símbolo CCE-10, na 03ª Regional de Saúde, sede em Ponta Grossa, desta Secretaria de Estado da Saúde, no período de **05/01/2026** a **14/01/2026**, em substituição, durante a fruição de férias da titular **DAIANE DELA COLETA**, RG. nº 8.XXX.161-X/PR**.**

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente.*

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

170323/2025

RESOLUÇÃO SESA Nº 1929/2025

Dispõe sobre indicação de servidor para responder pela Função Comissionada Executiva de Chefe de Seção de Regional, na 03ª Regional de Saúde em Ponta Grossa, durante a fruição de férias do titular.

O **Secretário de Estado da Saúde**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º, da Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023 e o art. 8º, inciso IX, do anexo113060_30131 do Decreto Estadual n.º 9.921, de 23 de janeiro de 2014 que trata do Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde; e considerando,

- o disposto na Lei Estadual n° 6174 de 16 de novembro de 1970, que estabelece o regime jurídico dos funcionários civis do Poder Executivo do Estado do Paraná; e,

- o disposto no art. 154 da Lei Estadual n° 22.207, de 4 de Dezembro de 2024, referente ao Pagamento da Substituição de Cargo em Comissão e Função Comissionada, bem como o contido no protocolado nº **25.113.939-3**.

R E S O L V E:

Art. 1º Designar a servidora **LILIAN TEMP JANZEN**, RG. nº 5.XXX.404-X/PR, Enfermeiro, para responder pela Função Comissionada Executiva de Chefe de Seção de Regional, Símbolo FCE-13, na 03ª Regional de Saúde, sede em Ponta Grossa, desta Secretaria de Estado da Saúde, no período de **12/01/2026** a **21/01/2026**, em substituição, durante a fruição de férias do titular **EDIVALDO JORGE KOGUS**, RG. nº 5.XXX.712-X/PR**.**

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente.*

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

170325/2025

RESOLUÇÃO SESA Nº 1930/2025

Dispõe sobre indicação de servidor para responder pela Função Comissionada Executiva de Chefe de Seção de Regional, na 03ª Regional de Saúde em Ponta Grossa, durante a fruição de férias do titular.

O **Secretário de Estado da Saúde**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º, da Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023 e o art. 8º, inciso IX, do anexo113060_30131 do Decreto Estadual n.º 9.921, de 23 de janeiro de 2014 que trata do Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde; e considerando,

- o disposto na Lei Estadual n° 6174 de 16 de novembro de 1970, que estabelece o regime jurídico dos funcionários civis do Poder Executivo do Estado do Paraná; e,

- o disposto no art. 154 da Lei Estadual n° 22.207, de 4 de Dezembro de 2024, referente ao Pagamento da Substituição de Cargo em Comissão e Função Comissionada, bem como o contido no protocolado nº **25.112.064-1**.

R E S O L V E:

Art. 1º Designar a servidora **NELIZI DE PAULA AIRES**, RG. nº 7.XXX.689-X/PR, Enfermeiro, para responder pela Função Comissionada Executiva de Chefe de Seção de Regional, Símbolo FCE-13, na 03ª Regional de Saúde, sede em Ponta Grossa, desta Secretaria de Estado da Saúde, no período de **05/12/2025** a **19/12/2025**, em substituição, durante a fruição de férias da titular **VERA RITA DA MAIA**, RG. nº 4.XXX.720-X/PR**.**

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente.*

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

170326/2025

PORTARIA SESA Nº 608/2025

Torna sem efeito a Portaria nº 565, a qual concedeu Licença Capacitação, a servidora lotada na Farmácia Especial da 02ª Regional de Saúde Metropolitana, em Curitiba.

O **Diretor-Geral**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 5° da Lei Estadual n° 21.352, de 1º de janeiro de 2023, combinado com o disposto no art. 15 do Anexo 113060_30131 do Decreto Estadual n° 9.921, de 23 de janeiro de 2014 que aprova o Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde; e,

– considerando o disposto no Decreto nº 4.634 de 12 de maio de 2020, que regulamenta a Licença Capacitação, instituída pela Lei Complementar Estadual n.º 217 de 22 de outubro de 2019, e;

– conforme o que preceitua a RESOLUÇÃO SEAP nº. 11.094 de maio de 2021, que estabelece normas gerais para a concessão da Licença Capacitação aos servidores civis e militares efetivos do Poder Executivo Estadual, bem como o contido no protocolado nº **24.683.439-3.**

R E S O L V E:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria SESA nº 565, de 10/11/2025, publicada no DOE nº 12.031, de 17/11/2025, a qual concedeu, 90 (noventa) dias de Licença Capacitação a servidora **KELLY CRISTIANE GUSSO BRAGA**, RG nº 6.XXX.753-X/PR, Farmacêutico, lotada na Farmácia Especial da 02ª Regional de Saúde Metropolitana, sede em Curitiba, desta Secretaria de Estado da Saúde.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente.*

Dr. César Augusto Neves Luiz
(César Neves)
Diretor-Geral

169754/2025

PORTARIA FUNEAS Nº 427 – 8 DE DEZEMBRO DE 2025

Súmula: Determina o arquivamento da sindicância instaurada pela Portaria FUNEAS nº 342/2025, conforme protocolado 24.864.786-8.

O Diretor Presidente da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Paraná, no uso das atribuições legais e regimentais, que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 17.959 de 11 de março de 2014, pelo Decreto Estadual nº 12.093 de 03 de setembro de 2014 e pelo Decreto Estadual nº 10.373 de 25 de fevereiro de 2022;

- Considerando o contido no relatório apresentado pela comissão de sindicância, designada pela Portaria FUNEAS Nº 342 de 15 de outubro de 2025, publicada no Diário Oficial do Estado Nº 12.010, de 17/10/2025, protocolado nº 24.864.786-8 e com fulcro no Art. 36 da Resolução FUNEAS nº 29 de 7 de novembro de 2022;

RESOLVE:

Art. 1º Arquivar o presente processo, posto que não foram constatadas irregularidades administrativas ou danos ao erário no caso em que se especifica.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando quaisquer disposições em contrário.

Curitiba, 08 de dezembro de 2025.
(assinado digitalmente) *(assinado digitalmente)*
GERALDO GENTIL BIESEK **MARCOS AURÉLIO SOUZA PEREIRA**
Diretor Presidente Diretor Administrativo

169839/2025

PORTARIA FUNEAS Nº 428 – 8 DE DEZEMBRO DE 2025

Súmula: Determina o arquivamento da Sindicância instaurada pela Portaria FUNEAS nº 318/2025, conforme protocolado 24.821.084-2.

O Diretor Presidente da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Paraná, no uso das atribuições legais e regimentais, que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 17.959 de 11 de março de 2014, pelo Decreto Estadual nº 12.093 de 03 de setembro de 2014 e pelo Decreto Estadual nº 10.373 de 25 de fevereiro de 2022;

- Considerando o contido no relatório apresentado pela comissão de sindicância, designada pela Portaria FUNEAS Nº 318 de 10 de outubro de 2025, publicada no Diário Oficial do Estado Nº 12.007, de 14/10/2025, protocolado nº 24.821.084-2 e com fulcro no Art. 36 da Resolução FUNEAS nº 29 de 7 de novembro de 2022;

RESOLVE:

Art. 1º Arquivar o presente processo, posto que não foram constatadas irregularidades administrativas ou danos ao erário no caso em que se especifica.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando quaisquer disposições em contrário.

Curitiba, 08 de dezembro de 2025.
(assinado digitalmente) *(assinado digitalmente)*
GERALDO GENTIL BIESEK **MARCOS AURÉLIO SOUZA PEREIRA**
Diretor Presidente Diretor Administrativo

169841/2025

PORTARIA FUNEAS Nº 429 – 8 DE DEZEMBRO DE 2025

Súmula: Determina o arquivamento da Sindicância instaurada pela Portaria FUNEAS nº 351/2025, conforme protocolado 24.898.214-4.

O Diretor Presidente da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Paraná, no uso das atribuições legais e regimentais, que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 17.959 de 11 de março de 2014, pelo Decreto Estadual nº 12.093 de 03 de setembro de 2014 e pelo Decreto Estadual nº 10.373 de 25 de fevereiro de 2022;

- Considerando o contido no relatório apresentado pela comissão de sindicância, designada pela Portaria FUNEAS Nº 351 de 23 de outubro de 2025, publicada no Diário Oficial do Estado Nº 12.016, de 27/10/2025, protocolado nº 24.898.214-4 e com fulcro no Art. 36 da Resolução FUNEAS nº 29 de 7 de novembro de 2022;

RESOLVE:

Art. 1º Arquivar o presente processo, posto que não foram constatadas irregularidades administrativas ou danos ao erário no caso em que se especifica.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando quaisquer disposições em contrário.

Curitiba, 08 de dezembro de 2025.
(assinado digitalmente) *(assinado digitalmente)*
GERALDO GENTIL BIESEK **MARCOS AURÉLIO SOUZA PEREIRA**
Diretor Presidente Diretor Administrativo

169843/2025

PORTARIA FUNEAS Nº 430 – 8 DE DEZEMBRO DE 2025

Súmula: Exonera Wellington Júnior da Silva do cargo em comissão da FUNEAS.

O Diretor Presidente da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Paraná, no uso das atribuições legais e regimentais, que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 17.959 de 11 de março de 2014, pelo Decreto Estadual nº 12.093 de 03 de setembro de 2014 e pelo Decreto Estadual nº 10.373 de 25 de fevereiro de 2022;

RESOLVE:

Art. 1º Ficam exonerado a partir de 1º de dezembro de 2025, de acordo com o inciso I do art. 49-A do Decreto Estadual nº 12.093, de 03 de setembro de 2014, WELLINGTON JÚNIOR DA SILVA, RG nº 1.XXX.273-6, Assistente Nível III – Centro de Produção e Pesquisa de Imunobiológicos.

Art. 2º A Presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando quaisquer disposições em contrário.

Curitiba, 08 de dezembro de 2025.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

(assinado digitalmente) *(assinado digitalmente)*
GERALDO GENTIL BIESEK **MARCOS AURÉLIO SOUZA PEREIRA**
Diretor Presidente Diretor Administrativo

169844/2025

DESPACHO DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE

Protocolo 24.843.028-1

1. **AUTORIZO**, com fulcro no art. 4º, incisos I e XIII, da Lei Estadual nº 21.352, de 1 de janeiro de 2023, e o art. 8º, inciso IX, do anexo 113060_30131, do Decreto Estadual nº 9.921, de 23 de janeiro de 2014, Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná, além do disposto na Lei Estadual nº 13.331, de 23 de novembro de 2001, Código de Saúde do Estado, parágrafo 3º, do Art.1º, do Decreto Estadual nº 4.189 de 25 de maio de 2016, Resolução nº 123/2024 PGE, firmar o 2º Termo Aditivo de prorrogação ao contrato nº **0306.3004/2024,** processo nº **24.843.028-1** entre Gestor Estadual e a **Clínica Médica São Camilo – Sociedade Beneficente São Camilo**, inscrito no CNPJ sob nº 60.975.737/0093-70, CNES nº 2568292, com sede à Rua Arthur Canfield n° 514, Bairro: Nossa Senhora das Graças, na cidade de União da Vitória, no Estado do Paraná.

2. **Prorrogar** o prazo de vigência do instrumento contratual por mais 12 (doze) meses, a contar do dia **31/12/2025** até **31/12/2026;**

3. Fica mantido o valor mensal do contrato, de R$ 131.439,43 (cento e trinta e um mil, quatrocentos e trinta e nove reais e quarenta e três centavos) referente ao repasse de complemento financeiro referente aos internamentos de caráter eletivo e/ou de urgência dos usuários do Sistema Único de Saúde no Estado do Paraná, de acordo com o estabelecido no Programa de Qualificação Hospitalar, instituído pela Resolução SESA nº 904/2023 e SESA nº 905/2023, a serem disponibilizados pela CONTRATADA e que serão utilizados pela CONTRATANTE para internamento exclusivo de usuários do SUS, com recursos provenientes do Tesouro do Estado – Fonte 500;

4. As despesas deste Termo Aditivo correrão à conta da Dotação Orçamentária n.º 4760.10302358.485, Elemento de Despesa n.º 3390-3900, Fonte de Recursos n.º 500/Tesouro do Estado.

5. Ficam mantidas as demais cláusulas e condições estabelecidas no Contrato originário;

6. **Condiciono** a presente autorização ao cumprimento das exigências previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Estadual nº 10.086/2022, Decreto Estadual nº 8.622 de 31 de julho de 2013, Decreto Estadual nº 4.189 de 25 de maio de 2016, sob pena de cancelamento deste ato.

7. Publique-se e encaminhe-se a DCR para as providências.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente*.

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

170095/2025

DESPACHO DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE

Protocolo 23.807.078-3

1. **AUTORIZO**, com fulcro no art. 1º, parágrafo 6º, do Decreto nº 4.189 de 25 de maio de 2016, Decreto n° 8.679 de 25 de janeiro de 2018, Informação nº 318/2025-PGE/PCP, **celebrar o Termo de Convênio**, formalizando a relação entre Gestor Estadual por meio da Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde e o **Consórcio Público Intermunicipal de Saúde do Norte Pioneiro**, inscrito no CNPJ 00.476.612.0001/55, em cumprimento ao objeto proposto de "Mobiliar, equipar e habilitar o prédio do Ambulatório Médico de Especialidades (AME), sob gestão do Consórcio Público Intermunicipal de Saúde do Norte Pioneiro - CISNORPI, para melhorar e ampliar a carta de serviços ofertada aos pacientes usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), provenientes dos 22 municípios que compõem a 19ª Região de Saúde, possibilitando a oferta do cuidado mais próxima do território regional e de maneira segura."

2. O valor para a execução do presente Convênio importa R$ 3.575.777,36 (três milhões e quinhentos e setenta e cinco mil e setecentos e setenta e sete reais e trinta e seis centavos), com recursos da SESA/FUNSAUDE, proveniente da Fonte 500 do Tesouro do Estado.

3. **Condiciono** a presente autorização ao cumprimento das exigências fiscais e trabalhistas, conforme estabelece a Lei Federal n° 14.133/2021, Decreto Estadual n° 10086/2022, Decreto Estadual nº 8.622/2013, Decreto nº 4.189/2016, Decreto n° 8.679/2018, sob pena de cancelamento deste ato.

4. Publique-se e encaminhe-se a FUNSAUDE/DPCC para as providências.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente*.

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

170125/2025

DESPACHO DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE

Protocolo 20.907.883-0

1. **AUTORIZO**, com fulcro no art. 1º, parágrafo 6º, do Decreto nº 4.189 de 25 de maio de 2016, Decreto n° 8.679 de 25 de janeiro de 2018, Informação nº 454/2025 – PCO/PGE, **celebrar o Termo de Convênio**, formalizando a relação entre Gestor Estadual por meio da Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde e o Município de Boa Vista da Aparecida, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 78.121.985/0001-09, em cumprimento ao objeto proposto, que consiste no repasse de recursos visando o repasse de recursos financeiros visando a construção da unidade descentralizada do SAMU, conforme Plano de Trabalho parte integrante e indissociável deste Convênio;

2. Para execução deste Convênio, serão destinados recursos, no valor de R$ 456.622,19 (quatrocentos e cinquenta e seis mil, seiscentos e vinte e dois reais e dezenove centavos), sendo R$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), que serão repassados pela SESA/FUNSAUDE em 06 (seis) parcelas, provenientes da Unidade Orçamentária Fundo Estadual de Saúde do Paraná CNPJ nº 08.597.121/0001-74, que correrão à conta da Dotação Orçamentária nº 4760.10302358.485.4440.4200 - Fonte 500 do Tesouro do Estado e R$ 56.622,19 (cinquenta e seis mil, seiscentos e vinte e dois reais e dezenove centavos), que serão repassados em 06 (seis) parcelas pelo Município a título de contrapartida.

3. **Condiciono** a presente autorização ao cumprimento das exigências fiscais e trabalhistas, conforme estabelece a Lei Federal n° 14.133/2021, Decreto Estadual n° 10.086 de 17 de janeiro de 2022, Decreto Estadual nº 8.622 de 31 de julho de 2013, Decreto nº 4.189 de 25 de maio de 2016, Decreto n° 8.679 de 25 de janeiro de 2018, Lei n° 18.976/2017, Decreto nº 7265/2017, Resolução SESA n° 402/2017, Resolução SESA nº. 86/2020 e Decreto Estadual nº 11.180 de 23 de maio de 2022, sob pena de cancelamento deste ato.

4. Publique-se e encaminhe-se a FUNSAÚDE/DPCC para as providências.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente*.

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

170268/2025

DESPACHO DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE

Protocolo 24.843.427-9

1. **AUTORIZO**, com fulcro no art. 4º, incisos I e XIII, da Lei Estadual nº 21.352, de 1 de janeiro de 2023, e o art. 8º, inciso IX, do anexo 113060_30131, do Decreto Estadual nº 9.921, de 23 de janeiro de 2014, Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná, além do disposto na Lei Estadual nº 13.331, de 23 de novembro de 2001, Código de Saúde do Estado, parágrafo 3º, do Art.1º, do Decreto Estadual nº 4.189 de 25 de maio de 2016, Resolução nº 123/2024 PGE, firmar o 2º Termo Aditivo de prorrogação ao contrato nº **0306.2694/2024,** processo nº **24.843.427-9** entre Gestor Estadual e o **Hospital Dr João Francisco Cioccari – Sociedade Hospitalar dos Trabalhadores Rurais de Verê**, inscrito no CNPJ sob o n.º 76.898.378/0001-16, CNES 2586096, com sede na Rua José Alberton, nº 206, Centro, no município de Verê no Estado do Paraná.

2. **Prorrogar** o prazo de vigência do instrumento contratual por mais 12 (doze) meses, a contar do dia **31/12/2025** até **31/12/2026;**

3. Fica mantido o valor mensal do contrato, de **R$ 30.380,85 (trinta mil, trezentos e oitenta reais e oitenta e cinco centavos)** referente ao repasse de complemento financeiro referente aos internamentos de caráter eletivo e/ou de urgência dos usuários do Sistema Único de Saúde no Estado do Paraná, de acordo com o estabelecido no Programa de Qualificação Hospitalar, instituído pela Resolução SESA nº 904/2023, a serem disponibilizados pela CONTRATADA e que serão utilizados pela CONTRATANTE para internamento exclusivo de usuários do SUS, com recursos provenientes do Tesouro do Estado – Fonte 500;

4. As despesas deste Termo Aditivo correrão à conta da Dotação Orçamentária n.º 4760.10302358.485, Elemento de Despesa n.º 3390-3900, Fonte de Recursos n.º 500/Tesouro do Estado.

5. Ficam mantidas as demais cláusulas e condições estabelecidas no Contrato originário;

6. **Condiciono** a presente autorização ao cumprimento das exigências previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Estadual nº 10.086/2022, Decreto Estadual nº 8.622 de 31 de julho de 2013, Decreto Estadual nº 4.189 de 25 de maio de 2016, sob pena de cancelamento deste ato.
7. Publique-se e encaminhe-se a DCR para as providências.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente*.

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

170266/2025

Secretaria da Segurança Pública

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA CELEBRADO

NÚMERO DE REGISTRO	CÓDIGO DISCIPLINAR DA POLÍCIA CIVIL - LEI 21.894 DE 3 DE ABRIL DE 2024	SERVIDOR
24.783.510-5	Art. 8º, inciso XVII, do Código Disciplinar da PCPR	Cassiano Lourenço Aufiero

168162/2025

EXTRATO DE ATOS EMITIDOS
O DIRETOR DO(A) SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA,
NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE CONCEDER DE ACORDO COM O ARTIGO 247, DA LEI N° 6174,
DE 16 DE NOVEMBRO DE 1970, LICENÇA ESPECIAL AOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS :
PORTARIA N. 15 DE 12/11/2025
ORGAO - SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

NOME/RG	LF	CARGO	PROTOCOLO	DIAS	PERIODO AQUISITIVO		FRUIÇÃO	
LAURENE SENISKI SILVA MARÇAL				30	08/12/2012	07/02/2017	15/12/2025	13/01/2026
62619961	1	NAXIII	243990866					

156038/2025

EXTRATO DE ATOS EMITIDOS
O DIRETOR DO(A) SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA,
NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE CONCEDER DE ACORDO COM O ARTIGO 247, DA LEI N° 6174,
DE 16 DE NOVEMBRO DE 1970, LICENÇA ESPECIAL AOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS :
PORTARIA N. 17 DE 01/12/2025
ORGAO - SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

NOME/RG	LF	CARGO	PROTOCOLO	DIAS	PERIODO AQUISITIVO		FRUIÇÃO	
VANESSA APPEL DA ROCHA				90	01/12/2025	01/03/2026	01/12/2025	28/02/2026
128838880	1	NA2C	248292059					

166289/2025

ESTADO DO PARANÁ
POLÍCIA MILITAR
COMANDO-GERAL

PORTARIA DO COMANDO–GERAL Nº 966, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2025.

Reenquadramento de militar à graduação de Soldados de Primeira Classe.

O Comandante-Geral da Polícia Militar do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 4º da Lei Estadual nº 22.354, de 15 de abril de 2025, considerando as disposições da Lei Estadual n° 5.940, de 08 de maio de 1969, em conformidade com o Art. 13-A da Lei Complementar nº 231, de 17 de dezembro de 2020, c/c Art.2º, inc. II, do Decreto Estadual nº 11.322 de 30 de setembro de 2025, **RESOLVE**:

Art. 1º **Reenquadrar** à graduação de **Soldado de Primeira Classe QP PM** o Soldado de Segunda Classe, **a partir de 5 de novembro de 2025**, o policial QP PM **Tiago Luiz Zangiski - CPF XXX.230.879-XX** por ter concluído com aproveitamento o Curso de Formação de Praças - Turma 2024/2025, conforme o Termo de Encerramento do Curso de Formação, homologado pelo Diretor de Educação Corporativa da PMPR – NB nº 1113/ 2025 - DEC, de 05 de novembro de 2025 e publicado no Boletim do Comando-Geral nº 213 de 12 de novembro de 2025 - (Ref. E. P. Dig. nº 24.902.790-1).

Art. 2 º Esta Portaria entra em vigor após a sua publicação em Diário Oficial.
(Ref. Portaria do CG nº 966/2025 – E-Protocolo nº 24.902.790-1).

Assinado eletronicamente
Cel. QOEM PM Jefferson Silva,
Comandante-Geral da PMPR.

169975/2025

ESTADO DO PARANÁ

POLÍCIA MILITAR

COMANDO DE POLICIAMENTO ESPECIALIZADO

BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR AMBIENTAL

CHAMAMENTO PÚBLICO PARA DOAÇÃO DE BENS MÓVEIS INSERVIVEIS E/OU DESNECESSÁRIOS Nº-001/2025

E-protocolo: 24.306.450-3

LISTA DE CLASSIFICAÇÃO DOS PARTICIPANTES:

A Comissão de Inventário e Inservibilidade do Batalhão de Polícia Militar Ambiental, designada pela Resolução n° 534/2025, publicada no DIOE nº11998 de 1° de outubro de 2025, torna pública a lista de classificação dos órgãos e entidades participantes do Chamamento Público para Doação de Bens Móveis Inservíveis e/ou Desnecessários nº-001/2025, conforme o item 3.6 do edital:

Lote	Entidade	Classificação
1	Associação dos Catadores e Classificadores de Resíduos Recicláveis de Colombo- ASCR – três RS.	1º colocada
2	Associação dos Catadores e Classificadores de Resíduos Recicláveis de Colombo- ASCR – três RS.	1º colocada
3	Associação dos Catadores e Classificadores de Resíduos Recicláveis de Colombo- ASCR – três RS.	1º colocada

170295/2025

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIA Nº 904 – DRH, 08 DE DEZEMBRO DE 2025.

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º, IX, do anexo da Resolução n° 233, de 12 de agosto de 2016, da Secretaria de Estado da Segurança Pública e

Considerando o contido no protocolo nº 25.016.343-6,

RESOLVE:

Art. 1º Realocar a pedido e ad referendum do Conselho da Polícia Penal, do Rudiney Ennes de Oliveira, CPF XXX.357.029-XX, ocupante do cargo de Policial Penal, lotado na Cadeia Pública de Curitiba para o Departamento de Polícia Penal.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da presente data, ficando revogadas as disposições em contrário.

Ananda Chalegre dos Santos
Diretora-Geral da Polícia Penal.

169675/2025

ESTADO DO PARANÁ POLÍCIA MILITAR
6º COMANDO REGIONAL
17º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR

CHAMAMENTO PÚBLICO PARA DOAÇÃO DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS E/OU DESNECESSÁRIOS N° 001/2025 e 002/2025

E-protocolo: 24.800.048-1 - 24.739.416-8

ANEXO III

LISTA DE CLASSIFICAÇÃO FINAL

A Comissão de Inventário e Inservibilidade do 17º Batalhão de Polícia Militar, designada pela Resolução n° 445/2025 – SESP, publicada no DIOE 11968 de 19 de agosto de 2025, torna público o resultado do sorteio entre os interessados do Chamamento Público para Doação de Bens Móveis Inservíveis e/ou Desnecessários nº 001/2025 e 002/2025.

LOTE SOLICITADO	ÓRGÃO/ENTIDADE	CLASSIFICAÇÃO
LOTE 001/2025	PROVOPAR ESTADUAL ACAO SOCIAL CNPJ: 76.793.397/0001-88	1º
LOTE 002/2025	PROVOPAR ESTADUAL ACAO SOCIAL CNPJ: 76.793.397/0001-88	1º

170112/2025

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARANÁ

O DIRETOR DE PESSOAL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas, pelo Artigo 57 do Decreto Estadual nº 7.339/2010, c/c Artigo 12 do Decreto Estadual nº 12.904/2022

NOTIFICA:

1. Ao Sr. JUSSAN DOS SANTOS ZELA, CPF XXX. 854.889-XX que foi ocupante do cargo de Soldado 1ª Classe do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná, na função Combatente, simbologia QPBM, a comparecer na Diretoria de Pessoal, sito a Rua Nunes Machado, 130 – Centro, Curitiba – PR, 80250-000 ou, impossibilitado de comparecer, entre em contato através do número (41) 3351-2005, considerando o contido no Inciso LV do art. 5º da Constituição Federal de 1988, para tratar assunto de seu interesse em que pese o § 2º do Art. 163 da Lei Nº 6174/70, até o prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas após a 15ª (décima quinta) publicação em Diário Oficial do Estado.

2. E para que não alegue desconhecimento, é expedida a presente notificação, que será publicada por 15 (quinze) vezes consecutivas no Diário Oficial do Estado.

Curitiba, 08 de dezembro de 2025.

Cap. QOBM Gabriel Alexandre Latuf
Chefe da Seção de Cadastro e Implantação - DP1/DP/CBMPR.

(Ref. Boletim-Geral nº 229 de 8 de dezembro de 2025 E-Protocolo nº 24.009.697-8)

169632/2025

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

A CHEFE DO GRUPO AUXILIAR DE RECURSOS HUMANOS DA POLÍCIA CIVIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas, pelo artigo 320, § 2º, da Lei Estadual nº 6174, de 20 de novembro de 1970,

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO:

1. Ao Senhor Paulo Rodrigues de Carvalho, CPF: 805.301.339-20, o qual obteve o pagamento indevido em folha a título de remuneração por este Departamento de Polícia Civil, Órgão ligado à Secretaria de Estado da Segurança Pública do Paraná, referente aos pagamentos de abril/2011 a maio/2012. Convoca a comparecer na Unidade de Recursos Humanos, sito a Avenida Iguaçu, nº 470, Rebouça, Curitiba – PR, CEP: 80.230-020, considerando o contido no Inciso LV do art. 5º da Constituição Federal de 1988, para tratar assunto de seu interesse em que pese o § 2º do Art. 163 da Lei Nº 6174/70, no prazo de 72 (setenta e duas) horas após a 15ª (décima quinta) publicação em Diário Oficial do Estado.

2. E para que não alegue ignorância, é expedida a presente notificação, que será publicada por 15 (quinze) vezes consecutivas no Diário Oficial do Estado.

Curitiba, 04 de dezembro de 2025

Daniele de Oliveira Serigheli Costa
Chefe do DPC/GARH

167657/2025

P O R T A R I A Nº 2297.2025.GARH.DPC

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto nº 4884/1978, combinado com o disposto na Resolução n° 276/2023/SESP e Resolução nº 11.094/2021/SEAP, resolve CONCEDER de acordo com Lei Complementar Estadual nº 217, de 22 de outubro de 2019 e o Decreto n° 4634, de 12 de maio de 2020, licença capacitação de 90 (noventa) dias ao servidor **WILLIAM DE PAULA COELHO, RG 87XX1XX-4/PR**, Agente Polícia Judiciária, Classe Única – QPPC, **início em 02/02/2026,** referente ao período aquisitivo de **02/05/2016 a 01/05/2021** (**Protocolo nº 24.924.178-4**).

Curitiba, 09 de Dezembro de 2025.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

170383/2025

GABINETE DO DIRETOR-GERAL

Protocolo nº. 25.110.159-0

I. INDENIZO, consoante o contido no presente protocolo, as despesas decorrentes de Atividade Extrajornada Voluntária – DEAEV, referentes ao mês de Novembro de 2025, no valor total de R$ 540,00 (quinhentos e quarenta reais), executadas pelos militares indicados às fls. 3-4, mov. 3, do presente processo, conforme motivação apresentada pela Polícia Militar do Paraná – PMPR;

II. Em razão do reconhecimento da despesa e da justificativa exarada pela origem, não há justa causa para apuração de responsabilidade funcional sobre a causa, não restando prejuízo ao erário;

III. Cabe ao órgão gestões de melhoria, visando mitigar a ocorrência de situações análogas;

IV. PUBLIQUE-SE, após encaminha-se à unidade solicitante, para as demais providências legais.

Curitiba-Paraná, datado e assinado digitalmente.

Coronel PM Adilson Luiz Lucas Prüsse,
Diretor-Geral da SESP.

170302/2025

ESTADO DO PARANÁ
POLÍCIA MILITAR
QUARTEL DO COMANDO-GERAL
DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA DO COMANDO-GERAL Nº 1.211, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2025.

Promoções por Classes de Oficiais e Praças.

Considerando a promulgação da Lei Estadual 22.187, de 13 de novembro de 2024, publicada em DIOE nº 11.788, de 13 de novembro de 2024, que dispõe sobre a reestruturação da carreira militar estadual e altera dispositivos legais específicos, incluindo o conteúdo dos artigos 6º e 7º, §§ 2º e 4º do art. 7º, bem como o Anexo III da Lei Estadual nº 17.169, de 24 de maio de 2012;

Considerando o Despacho Governamental contido no e-Protocolo sob nº 23.073.439-9, publicado no Diário Oficial do Estado n° 11.797, datado de 29 de novembro de 2024, que delega ao Comandante-Geral a competência para expedição do ato concessivo de promoção por classe dos Oficiais e Praças da PMPR;

Considerando o Despacho Governamental contido no e-Protocolo sob nº 23.342.639-3, publicado no Diário Oficial do Estado n° 11.878, datado de 04 de abril de 2025, que autorizou, nos termos do art. 1º, inc. I, do Decreto Estadual nº 4189/2016, a realização de despesa visando a concessão das Promoções e Progressões dos servidores do Poder Executivo que preencherem os requisitos legais e regulamentares durante o exercício de 2025;

O Comandante-Geral em exercício da Polícia Militar do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 4º, da Lei Estadual nº 22.354, de 15 de abril de 2025 (Lei de Organização Básica), combinado com o art. 4º, inciso XXIV, do Regulamento Interno e dos Serviços Gerais da PMPR, aprovado pelo Decreto Estadual nº 7.339, de 8 de junho de 2010 (RISG/PMPR),

Resolve:

Art. 1º Promover a classe dos seguintes integrantes da Polícia Militar do Paraná, **da classe IV para a classe V**:

POSTO/ GRAD	NOME	RG
3SGT	MAURELINO ANTONIO DOS SANTOS	XX9092XX
3SGT	JOAO LUIZ FERREIRA DA ROSA	XX7476XX
3SGT	ROSANGELA APARECIDA SANTOS	XX6023XX

Art. 2º Promover a classe do seguinte integrante da Polícia Militar do Paraná, **da classe III para a classe IV**:

POSTO/ GRAD	NOME	RG
1SGT	MARCOS DE CARVALHO CARPENA	XX9690XX
CABO	PATRICIA FERNANDA FURLANETTO	XX7555XX

Art. 3º Promover a classe dos seguintes integrantes da Polícia Militar do Paraná, **da classe II para a classe III**:

POSTO/ GRAD	NOME	RG
CAP	ALEXANDRE HENRIQUE SILVA DE LIMA	XX4269XX
CAP	ANDRE LUIS JAWORSKI FANTIN	XX9757XX
CAP	ANTONIO THALES CARASSA DE SOUZA	XX5868XX
CAP	BRUNO GRECO PAZZA	XX1499XX
CAP	CESAR AUGUSTO HEY	XX6950XX
CAP	DANIEL ANTONIO SANCHES PICOLI	XX5774XX
CAP	DANILO SANTANA BARBOSA	XX5117XX
CAP	DIEGO MOSCOSO SANCHEZ	XX1275XX
CAP	FERNANDO SANTI VALENTE	XX8863XX
CAP	JEREMIAS CRISTHIAN MARCO	XX9235XX
CAP	JESSICA DE MORAES MACHADO	XX3763XX
CAP	JOAO VITOR ARNAS DE MIRANDA	XX3930XX
CAP	LUCAS AUGUSTO GUIMARAES MARTINS	XX2678XX
CAP	LUCAS CEMIM	XX2883XX
CAP	MARCUS VINICIUS STUQUI MASTINE	XX6728XX
CAP	MAYLON EDUARDO DE PAULA COCHEK	XX0283XX
CAP	PAULO CEZAR RAMOS FILHO	XX5218XX
CAP	PEDRO HENRIQUE DA CRUZ HAHN	XX5039XX
CAP	RENAN GUILHERME FANTIN	XX2812XX
CAP	THAISLAINY PEREIRA SCOLARO	XX6564XX
CAP	VICTOR ALISSON DE ALMEIDA	XX0662XX
CAP	WESLEI RAFAEL POLICENE	XX3119XX
2SGT	THIAGO GUERRA HEISS	XX7274XX
CABO	CARLOS FERNANDO DE FARIA BERIGO	XX6700XX
CABO	CRISTIANE PEREIRA PASCHOALI	XX5697XX
CABO	EDSON FERREIRA DA SILVA	XX1940XX
CABO	LUCIANO JORGE LEWANDOWSKI	XX5986XX
CABO	MARCELO PEREIRA LEITE	XX7130XX
CABO	MURIEL LOURENCO BARBOSA	XX3530XX
CABO	PAULO SERGIO MOREIRA SILVA	XX9868XX
CABO	RICARDO ALEXANDRE DANTE	XX8821XX
CABO	ROBSON CANDIDO DE OLIVEIRA	XX2656XX
CABO	ROBSON LUIZ DALPOSSO DE OLIVEIRA	XX8465XX
CABO	RODRIGO ROCHA DE OLIVEIRA	XX5582XX
CABO	WILLIAN QUINTELA REZENDE	XX0957XX
SD1C	FERNANDO BRUSTOLIN	XX2259XX
SD1C	GIOVANI ROUBE	XX8423XX

Art. 4º Promover a classe dos seguintes integrantes da Polícia Militar do Paraná, **da classe I para a classe II:**

POSTO/ GRAD	NOME	RG
SD1C	PRISCILA LUANA DE DEUS	XX09945XX

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em Diário Oficial do Estado.

Coronel QOEM PM Paulo Henrique Semmer,
Comandante-Geral em exercício.

167508/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo n.º 23.367.059-6

I. AUTORIZO, nos termos do artigo 8º, inciso II, do Decreto Estadual nº. 2.819/2023, c/c o art. 2º, alínea “a”, da Instrução Normativa nº. 006/2020, do Departamento de Gestão do Transporte Oficial da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência (DETO/SEAP), a cessão do veículo caminhão VW, placas SEZ-8803, de propriedade do Corpo de Bombeiros do Paraná, em favor do município de Ampére-PR;

II. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade. O exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade dos titulares dos setores responsáveis pelas informações;

III. PUBLIQUE-SE;

IV. ENCAMINHE-SE ao DETO/SEAP para as demais providências, especialmente aquelas previstas no art. 8º, inciso I, do Decreto Estadual nº. 2.819/2023, e no art. 2º, alínea “b”, da Instrução Normativa nº 006/2021-DETO/SEAP.

Curitiba-Paraná, 08 de dezembro de 2025.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

169604/2025

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

GABINETE DO DIRETOR-GERAL

Protocolo n.º 25.051.384-4

I. RECONHEÇO E INDENIZO, com base na Informação n.º 3783/2025 AT/SESP, no artigo 149, da Lei n.º 14.133/2021 e no artigo 37, do Decreto Estadual n.º 10.086/2022, em favor da empresa PRIMA MEDICINA RADIOLOGIA E DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA, inscrita no CNPJ n.° 23.632.584/0001-13, no valor de R$ 10.265,75 (Dez mil, duzentos e sessenta e cinco reais e setenta e cinco centavos), referente aos atendimentos prestados aos usuários do Sistema de Saúde do HPM/PMPR – Exames Cardiovasculares, durante o período de outubro de 2025, conforme nota fiscal juntada (fl. 07);

II. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE à unidade solicitante, para as demais providências legais.

Curitiba-Paraná, *datado eletronicamente*.

Coronel PM Adilson Luiz Lucas Prüsse,

Diretor-Geral da SESP/PR.

169810/2025

GABINETE DO DIRETOR-GERAL

Protocolo nº 25.083.369-5

I. INDENIZO, com fundamento no art. 149, da Lei Federal nº 14.133/21 e no art. 37, do Decreto Estadual nº 10.086/22 e, com base na Informação nº 3779/2025-AT/SESP, a dívida em favor da empresa **VERONA SERVIÇOS LTDA.**, inscrita no CNPJ nº 30.431.915/0001-12, no valor de R$ 50.811,60 (cinquenta mil oitocentos e onze centavos e sessenta centavos), decorrente do fornecimento de refeições para a Cadeia Pública de Quedas do Iguaçu, durante o período de 01/11/2025 a 30/11/2025;

II. PUBLIQUE-SE e **ENCAMINHE-SE** à unidade solicitante para as demais providências legais.

Curitiba-Paraná, *datado eletronicamente*.

Coronel PM Adilson Luiz Lucas Prüsse,

Diretor-Geral da SESP/PR.

169498/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo n.º 24.779.933-8

I. AUTORIZO, com fundamento no art. 1º, §7º, do Decreto Estadual nº 4.189/2016 e no art. 679, § 2º, do Decreto Estadual nº 10.086/2022, e nos termos da Informação nº 3775/2025-AT/SESP, a formalização de Termo de Cooperação Técnica entre o Estado do Paraná, por intermédio desta Secretaria de Estado da Segurança Pública, executado com interveniência do Departamento de Polícia Penal – DEPPEN, pelo Fundo Penitenciário do Paraná – FUNPEN e pela Cadeia Pública de Cornélio Procópio, e, de outro lado, INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL - FUNDEPAR, pessoa jurídica de direito público (autarquia estadual), inscrita no CNPJ sob o nº 22.112.109/0001-53, visando o estabelecimento de condições para proporcionar ocupação laborativa às Pessoas Privadas de Liberdade (PPL's), que estejam cumprindo pena em regime Fechado, como forma de readaptação ao meio social, para a execução de serviços de conservação e manutenção dos estabelecimentos escolares e de imóveis do patrimônio do cooperado, conforme minuta do Termo de Cooperação (fls. 21/36) e seu Plano de Trabalho (fls. 38/51);

II. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade. O exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade do titular da unidade solicitante;

III. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE ao Centro de Licitações para diligências necessárias.

Curitiba-Paraná, 08 de dezembro de 2025.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

169614/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo n.º 24.887.426-0

I. AUTORIZO, com fundamento no art. 1º, §7º, do Decreto Estadual nº 4.189/2016 e no art. 679, § 2º, do Decreto Estadual nº 10.086/2022, e nos termos da Informação nº 3773/2025-AT/SESP, a formalização de Termo de Cooperação Técnica entre o Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de Estado da Segurança Pública, com a interveniência do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná (CBMPR), por intermédio do 1º Batalhão de Bombeiro Militar, e, de outro lado, a Casa Militar da Governadoria, inscrita no CNPJ/MF nº 14.788.457/0001-17, visando o desenvolvimento específico do Curso de Formação de Brigada de Incêndio na modalidade ensino à distância (EAD) e presencial aos militares estaduais e agentes públicos civis das instalações da Casa Militar, conforme Minuta de Termo de Cooperação Técnica acostada às fls. 51/65 e respectivo Plano de Trabalho às fls. 22/26;

II. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade. O exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade do titular da unidade solicitante;

III. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE ao Centro de Licitações para diligências necessárias.

Curitiba-Paraná, 08 de dezembro de 2025.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

169612/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo n.º 24.931.778-0

Homologação: Integral do processo

I – ADJUDICO, nos termos dos artigos 13, inciso VII e 107, inciso IV, do Decreto Estadual nº 10.086/2022, o objeto deste procedimento licitatório, realizado na modalidade Pregão, forma Eletrônica, tipo Menor Preço, autuado sob n° PE nº 1836/2025 – GMS/SESP, visando à Aquisição de gêneros alimentícios para atender a demanda dos quarteis da 2ª Companhia Independente de Bombeiro militar, no município de Umuarama/PR, Cruzeiro do Oeste/PR e e Altônia/PR, conforme descrição abaixo:

Empresa 1 - Lote(s): 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, a empresa - T RONQUI ATACADISTA DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA - CNPJ 31.651.344/0001-94, apresentou proposta no valor total de R$ 197.883,30 (cento e noventa e sete mil e oitocentos e oitenta e três reais e trinta centavos).

II – HOMOLOGO, com base nos artigos 13, inciso VIII e 107, inciso IV, do Decreto Estadual nº 10.086/2022, c/c artigo 1º, §§ 3º e 5º, do Decreto Estadual nº 4.189/2016, e nos termos dos atos que declararam a empresa vencedora, o resultado do procedimento licitatório realizado na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, tipo Menor Preço, autuado sob n° PE nº 1836/2025 – GMS/SESP, visando à Aquisição de gêneros alimentícios para atender a demanda dos quarteis da 2ª Companhia Independente de Bombeiro militar, no município de Umuarama/PR, Cruzeiro do Oeste/PR e e Altônia/PR, conforme descrição abaixo:

Empresa 1 - Lote(s): 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, a empresa - T RONQUI ATACADISTA DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA - CNPJ 31.651.344/0001-94, apresentou proposta no valor total de R$ 197.883,30 (cento e noventa e sete mil e oitocentos e oitenta e três reais e trinta centavos.

Lotes Fracassados: Não houve.

Lotes Desertos: Não houve.

III - Totalizando o valor da homologação Integral do processo em R$ 197.883,30 (cento e noventa e sete mil e oitocentos e oitenta e três reais e trinta centavos).

IV – Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade. O exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade da unidade solicitante.

V – PUBLIQUE-SE e encaminhe-se ao Centro de Licitações para as providências legais e posterior remessa ao órgão demandante para convocar(em) a(s) licitante(s) vencedora(s) para assinatura do contrato.

Curitiba-Paraná, 08 de dezembro de 2025.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

169598/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo n.º 25.100.042-5

I. AUTORIZO nos termos do artigo 1º, §§ 1º e 5º e do artigo 2º, § 3º, do Decreto Estadual nº 1.675/2023 e conforme certificado pela respectiva Assessoria Policial Civil, o uso de placas particulares por veículos oficiais, para serviço policial de natureza reservada, conforme justificativa e elementos da solicitação apresentados às fls. 177-179;

II. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade. O exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade dos titulares dos setores responsáveis pelas informações.

III. PUBLIQUE-SE;

IV. ENCAMINHE-SE ao Exmo. Sr. Diretor-Geral do DETRAN/PR para as medidas administrativas decorrentes, inclusive o prazo de vencimento da respectiva placa, nos termos do § 4º, do artigo 2º, do Decreto Estadual nº 1.675/2023.

Curitiba-Paraná, 08 de dezembro de 2025.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

169600/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO
Protocolo nº 24.588.068-5

I. AUTORIZO, com fulcro no art. 4º da Lei Estadual nº 21.352/2023, no art. 1º, §3º, do Decreto Estadual nº 4.189/2016, e no art. 13, inciso IX, do Decreto Estadual nº 10.086/2022, e com base na Informação nº 3726/2025-AT/SESP, contratação direta – mediante inexigibilidade de licitação – nos termos do art. 74, inciso V, da Lei Federal nº 14.133/2021, entre o Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de Estado da Segurança Pública, e a empresa IDEAL REFRIGERAÇÃO COMERCIAL LTDA, inscrita no CNPJ nº 09.643.286/0001-06, sediada no município de Curitiba/PR, objetivando a locação de imóvel situado na Rua Enette Dubard, nº 1644, Tatuquara, para atender às necessidades do 13º Distrito Policial da Capital, no valor mensal de R$ 12.800,00 (doze mil e oitocentos reais), totalizando R$ 768.000,00 (setecentos e sessenta e oito mil reais) para o período de 60 (sessenta) meses, conforme Minuta de Contrato acostada às fls. 110/117;
II. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo de responsabilidade dos agentes públicos que exararam as justificativas a demonstração das circunstâncias da contratação;
III. PRELIMINARMENTE à formalização do ajuste, deve o setor responsável verificar se o contratado mantém todas as condições de habilitação, devendo, inclusive, atualizar as certidões de regularidade que porventura tenham vencido no decorrer da tramitação processual;
IV. PUBLIQUE-SE e **ENCAMINHE-SE** ao Centro de Contratos e Convênios para as providências legais.

Curitiba – Paraná, 08 de dezembro de 2025
Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira
Secretário de Estado da Segurança Pública

169693/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO
Protocolo nº 24.781.790-5

I – AUTORIZO, com fundamento no art. 103, II, e art. 112, § 1º, II, da Lei Estadual nº 15.608/2007, e com base na Informação nº 1266/2025 – PGE/PRC/AUT e no despacho de saneamento da unidade de origem (fl. 178), a celebração do **Sexto Termo Aditivo ao Contrato nº 1384/2022 – GMS nº 6777/2022**, firmado com a empresa **IGLI ALIMENTOS LTDA**, visando à prorrogação da vigência pelo período de 12 (doze) meses, de 16/12/2025 a 15/12/2026, e o reajuste do valor contratual, que passa a perfazer o montante anual de **R$ 848.820,00** (oitocentos e quarenta e oito mil, oitocentos e vinte reais), a partir de Novembro de 2025, para atender às necessidades do Batalhão de Polícia de Rondas Ostensivas de Natureza Especial (BPRONE), conforme minuta de fls. 139/140;
II – DECLARO que a presente autorização se fundamenta nas análises técnica e jurídica constantes dos autos, sendo a responsabilidade pela escorreita instrução processual e pelo conteúdo dos documentos juntados dos respectivos agentes públicos que os elaboraram e inseriram no feito;
III – DETERMINO que, antes da formalização do instrumento, o Centro de Contratos e Convênios verifique se a empresa contratada mantém hígidas as condições de habilitação, atualizando as certidões que porventura tenham expirado durante a tramitação processual;
IV – PUBLIQUE-SE e **ENCAMINHE-SE** ao Centro de Contratos e Convênios da SESP, para as providências decorrentes.

Curitiba, 08 de Dezembro de 2025.
Cel. PM RR Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

169626/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO
Protocolo nº 24.902.854-1

I. AUTORIZO, com fundamento no art. 13, IX, do Decreto Estadual nº 10.086/2022, combinado com os arts. 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, e com base na Informação nº 3699/2025-AT/SESP, a celebração do 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 0953/2024, firmado com a empresa **CASVIG CATARINENSE DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA.**, inscrita no CNPJ n° 83.719.963/0005-09, cuja o objeto refere-se a serviços de vigilância monitorada, através de monitoramento eletrônico 24 horas, de forma ininterrupta, com fornecimento de sistema de monitoramento (sensor de alarme e câmeras de filmagem) novos e serviços de apoio tático, bem como a instalação, configuração e gestão dos equipamentos, conjuntamente com a manutenção preventiva e corretiva, reposição de peças e de todo o material de consumo necessário ao perfeito funcionamento dos equipamentos, para atender a demanda do Batalhão de Operações Policiais Especiais – BOPE, visando, no presente momento, à prorrogação de sua vigência pelo período de 12 (doze) meses, com início em 14/01/2026 e término em 13/01/2027, mantendo-se o valor mensal do contrato de R$ 4.105,47 (quatro mil e cento e cinco reais e quarenta e sete centavos), conforme minuta acostada às **fls. 413/415;**
II. DECLARO que a presente autorização se restringe aos aspectos de conveniência e oportunidade, sendo a análise de viabilidade técnica, orçamentária e fiscal de responsabilidade dos setores que exararam as respectivas manifestações;
III. DETERMINO, preliminarmente à formalização do ajuste, que o setor responsável verifique se a contratada mantém todas as condições de habilitação;
IV. PUBLIQUE-SE e, após, **ENCAMINHE-SE** ao Centro de Contratos e Convênios para as providências decorrentes.

Curitiba, 08 de Dezembro de 2025.
Cel. PM RR Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

169685/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO
Protocolo nº 25.052.676-8

I. **AUTORIZO**, com fundamento no art. 1º, §3º do Decreto Estadual nº 4.189/2016, combinado com o art. 103, II, da Lei Estadual nº 15.608/2007, e com base na Informação nº 3772/2025-AT/SESP, a celebração do 4º Termo Aditivo ao Contrato nº 0014/2022, firmado com a empresa **CLÍNICA DE SAÚDE CIDADE INDUSTRIAL CFJ LTDA.,** inscrita no CNPJ n° 27.508.394/0001-40, tendo por objeto a prestação de serviços de enfermagem, para prestação de serviços assistenciais de enfermaria e Unidade de Terapia Intensiva do Hospital da Polícia Militar do Paraná (HPM), visando, no presente momento, à prorrogação de sua vigência pelo período de 12 (doze) meses, com início em 13/01/2026 e término em 12/01/2027, mantendo-se o valor mensal de **R$ 237.588,50 (duzentos e trinta e sete mil, quinhentos e oitenta e oito reais e cinquenta centavos)**, conforme minuta acostada às fls**. 138/140**;
II. DECLARO que a presente autorização se restringe aos aspectos de conveniência e oportunidade, sendo a análise de viabilidade técnica, orçamentária e fiscal de responsabilidade dos setores que exararam as respectivas manifestações;
III. DETERMINO, preliminarmente à formalização do ajuste, que o setor responsável verifique se a contratada mantém todas as condições de habilitação, atualizando as certidões de regularidade que porventura vencerem no decorrer do trâmite;
IV. PUBLIQUE-SE e, após, **ENCAMINHE-SE** ao Centro de Contratos e Convênios para as providências decorrentes.

Curitiba, 09 de Dezembro de 2025.
Cel. PM RR Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

169835/2025

GABINETE DO DIRETOR-GERAL
Protocolo nº 25.067.586-0

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

I. INDENIZO a dívida, com base no artigo 149, da Lei n° 14.133/2021 e no artigo 37, do Decreto Estadual n° 10.086/2022, e na Informação n° 3780/2025 AT/SESP, em favor da empresa **CLÍNICA DE MEDICINA FÍSICA E REABILITAÇÃO DE CURITIBA LTDA,** inscrita no CNPJ n° 77.070.217/0001-00, no valor de **R$ 119.040,00 (Cento e dezenove mil e quarenta reais)**, referente aos atendimentos prestados aos usuários do Sistema de Saúde do HPM/PMPR – Plantões Médicos na Unidade de Terapia Intensiva (UTI), durante o período de outubro de 2025, conforme nota fiscal juntada (fl. 06);

II. É de responsabilidade do OSP o acompanhamento da presente demanda quanto a sua regularização, por meio do novo processo de contratação em andamento;

III. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE, à unidade solicitante para as demais providências legais.

Curitiba, 08 de Dezembro de 2025.

Coronel PM Adilson Luiz Lucas Prüsse,

Diretor-Geral/SESP.

169564/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo nº 22.844.269-0

I. AUTORIZO, com fundamento no art. 1º, § 3º, do Decreto Estadual nº 4.189/2016, no art. 13, inciso IX do Decreto Estadual nº 10.086/2022, na Resolução PGE nº 212/2023 e ainda, nos termos da Informação nº 3787/2025-AT/SESP, a celebração de contrato a ser firmado entre o Estado do Paraná, por intermédio desta Secretaria de Estado da Segurança Pública, e a empresa **INTEGRASUL TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO LTDA.**, inscrita no CNPJ nº 07.196.724/0001-00, sediada na cidade de Palhoça/SC, em adesão à Ata de Registro de Preços nº 021/2024, oriunda do Pregão Eletrônico nº 31100/2024, cujo objeto é a aquisição de equipamentos de controle de acesso e CFTV, para atender as necessidades do Comando-Geral da Polícia Militar – CGPM/PMPR, no valor total de R$ 556.036,78 (quinhentos e cinquenta e seis mil, trinta e seis reais e setenta e oito centavos), conforme minuta contratual constante às fls. 529/536;

II. DECLARO, para os devidos fins, que a situação concreta se enquadra nos parâmetros do Parecer Referencial de regência, e que, para o consentimento acima, foram examinados os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo a responsabilidade técnica, financeira e fiscal daqueles que exararam as respectivas informações;

III. PRELIMINARMENTE à formalização do ajuste, o setor responsável deverá verificar se a empresa contratada mantém todas as condições de habilitação;

IV. PUBLIQUE-SE e **ENCAMINHE-SE** ao Centro de Contratos e Convênios.

Curitiba, 08 de dezembro de 2025

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira
Secretário de Estado da Segurança Pública

169692/2025

GABINETE DO DIRETOR-GERAL

Protocolo nº.23.587.102-5

I. AUTORIZO, nos termos do art. 72, da Lei Complementar Estadual nº 259/2023 e, ainda, com base na Informação nº 3762/2025-AT/SESP, a indenização em favor de **GUSTAVO CORTES OLIVEIRA**, CPF nº XXX.894.626-XX, não cobertos pelo Sistema de Assistência à Saúde do Estado do Paraná, imprescindíveis à sua plena recuperação, em decorrência de ferimento sofrido em serviço, durante ação de cumprimento de mandado de prisão, na data de 14 de junho de 2024, totalizando o valor de **R$ 832,00 (oitocentos e trinta e dois reais)**, conforme a nota fiscal (fls. 1411), cuja conformidade, de natureza e valores, foi atestada por auditoria realizada pela Comissão Permanente para Recebimento e Análise de Processos Referentes a Ressarcimento de Despesas Médicas Hospitalares da Polícia Civil do Paraná (fl.1400);

II. PUBLIQUE-SE e **ENCAMINHE-SE** à origem para providências.

Curitiba, 08 de dezembro de 2025

Coronel PM Adilson Luiz Lucas Prüsse,
Diretor-Geral da SESP

169688/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo nº 24.827.418-2

I. AUTORIZO, com fundamento no art. 13, inciso IX, do Decreto Estadual nº 10.086/2022 e nos termos da Informação nº 3776/2025-AT/SESP, a realização da despesa para a celebração de contrato, por intermédio desta Secretaria de Estado, entre o Estado do Paraná e a empresa **AMAZONAS COMÉRCIO DE ADESIVOS E BRINDES LTDA - ME**, inscrita no CNPJ nº 11.383.230/0001-01, sediada no Município de Belo Horizonte/MG, em utilização à Ata de Registro de Preços, oriunda do Pregão Eletrônico nº 334/2023, cujo objeto será a prestação de serviço de empresa especializada em confecção de crachás, porta crachás e cordão, para atender a demanda da Corregedoria Geral da Polícia Militar – COGER /PMPR, no valor total de **R$ 507,00 (quinhentos e sete reais)**, conforme a Minuta do Contrato acostada às **fls. 302/311**;

II. DECLARO que para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo que o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade daqueles que exararam as respectivas informações;

III. **PRELIMINARMENTE** à formalização do ajuste deve o setor responsável verificar se a empresa contratada mantém todas as condições de habilitação, devendo, inclusive, atualizar as certidões de regularidade que vencerem no decorrer dos trâmites administrativos;

IV. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE ao Centro de Contratos e Convênios da Pasta para as providências cabíveis.

Curitiba, 08 de dezembro de 2025

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira
Secretário de Estado da Segurança Pública

169689/2025

GABINETE DO SECRETARIO

Protocolo nº. 25.047.297-8

I. TORNO SEM EFEITO, com fundamento no Despacho do Centro de Contratos e Convênios (fl. 642) e no Despacho nº 520/2025 – AT/SESP, o Despacho de fl. 628, bem como a publicação de fl. 629, feita no DIOE n° 12.045 de 09/12/2025, o erro material de endereçamento do órgão beneficiário;

II. AUTORIZO, com fundamento no art. 1º, § 3º, do Decreto Estadual nº 4.189/2016, no art. 13, inciso IX do Decreto Estadual nº 10.086/2022, na Resolução PGE nº 212/2023 e ainda, nos termos da Informação nº 3727/2025-AT/SESP, a celebração de contrato a ser firmado entre o Estado do Paraná, por intermédio desta Secretaria de Estado da Segurança Pública, e a empresa RENAULT DO BRASIL LTDA., inscrita no CNPJ nº 00.913.443/0001-73, sediada na cidade de São José dos Pinhais/PR, em adesão à Ata de Registro de Preços nº 33/2025, oriunda do Pregão Eletrônico nº 90003/2025, cujo objeto é a aquisição de veículos especiais caracterizados, para atender as necessidades do Departamento de Polícia Civil do Paraná – DPC, no valor total de R$ 2.022.936,00 (dois milhões, vinte e dois mil, novecentos e trinta e seis reais), conforme minuta contratual (fls.630/641);

III. DECLARO que a situação concreta se enquadra nos parâmetros do Parecer Referencial de regência, e que, para o consentimento acima, foram examinados os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo a responsabilidade técnica, financeira e fiscal daqueles que exararam as respectivas informações;

IV. PRELIMINARMENTE à formalização do ajuste, o setor responsável deverá verificar se a empresa contratada mantém todas as condições de habilitação;

V. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE ao Centro de Contratos e

Convênios para as gestões pertinentes.

Curitiba, 09 de Dezembro de 2025.

Cel. QORR PM Hudson Leôncio Teixeira,

Secretário de Estado da Segurança Pública.

169783/2025

GABINETE DO DIRETOR-GERAL

Protocolo nº 25.107.576-0

I. INDENIZO a dívida, com base no artigo 149, da Lei n° 14.133/2021 e no artigo 37, do Decreto Estadual n° 10.086/2022, e na Informação n° 3792/2025 AT/SESP, em favor da empresa MARCHIORI MD SERVIÇOS MÉDICOS S/S, inscrita no CNPJ n° 19.558.305/0001-41, no valor de R$ 26.940,00 (vinte e seis mil e novecentos e quarenta reais), referente aos atendimentos prestados aos usuários do Sistema de Saúde do HPM/PMPR - na especialidade de Clínica Médica – Visitadores (Visitas Médicas), durante o período de novembro de 2025, conforme nota fiscal juntada (fl. 06);

II. É de responsabilidade do OSP o acompanhamento da presente demanda quanto a sua regularização, por meio do novo processo de contratação em andamento;

III. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE, à unidade solicitante para as demais providências legais.

Curitiba, 09 de dezembro de 2025

Coronel PM Adilson Luiz Lucas Prüsse,
Diretor-Geral da SESP

169891/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo n.º 24.623.287-3

I. AUTORIZO, com fundamento no art. 1º, §7º, do Decreto Estadual nº 4.189/2016 e no art. 679 do Decreto Estadual nº 10.086/2022, e nos termos da Informação nº 2887/2025-AT/SESP, a formalização de Termo de Cooperação Técnica entre o Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de Estado da Segurança Pública, com a interveniência do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná (CBMPR), e, de outro lado, o Município de Assis Chateaubriand, inscrito no CNPJ/MF nº 76.208.479/0001-18, visando a instalação de Posto da Brigada Comunitária e a viabilização das atividades de Defesa Civil, mediante diretrizes estipuladas pela COMPDEC, conforme Minuta de Termo de Cooperação Técnica acostada às fls. 97/118 e respectivo Plano de Trabalho às fls. 30/49;

II. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE ao Centro de Contratos e Convênios para diligências necessárias.

Curitiba-Paraná, 09 de dezembro de 2025.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

169981/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo n.º 25.039.619-8

I. NÃO CONHEÇO, com fulcro no art. 57, inciso II, c/c art. 58, inciso III, ambos da Lei Estadual nº 5.940/1969 e, com base na Informação nº 3740/2025 – AT/SESP, o recurso administrativo interposto pelos militares estaduais, 3º SGT. QPPM BRENDY GREYKI SCHULTZ, CPF n° XXX.923.879-XX, CB. QPPM RODRIGO ROSSI, CPF n° XXX.644.319-XX, CB. QPPM BRUNO CESAR BOZELLI, CPF n° XXX.868.749-XX, e SD. QPPM GUILHERME DORO MAIDANA, CPF n° XXX.597.291-XX, em razão da intempestividade;

II. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE ao Gabinete do Comando-Geral da Polícia Militar do Paraná para ciência do interessado e demais providências decorrentes.

Curitiba-Paraná, 09 de dezembro de 2025.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

169983/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo n.º 25.109.797-6

I. AUTORIZO, nos termos do artigo 1º, §§ 1º e 5º e do artigo 2º, § 3º, do Decreto Estadual nº 1.675/2023 e conforme certificado pela respectiva Assessoria Policial Civil, o uso de placas particulares por veículos oficiais, para serviço policial de natureza reservada, conforme justificativa e elementos da solicitação apresentados às fls. 67-68;

II. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade. O exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade dos titulares dos setores responsáveis pelas informações.

III. PUBLIQUE-SE;

IV. ENCAMINHE-SE ao Exmo. Sr. Diretor-Geral do DETRAN/PR para as medidas administrativas decorrentes, inclusive o prazo de vencimento da respectiva placa, nos termos do § 4º, do artigo 2º, do Decreto Estadual nº 1.675/2023.

Curitiba-Paraná, 09 de dezembro de 2025.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

169978/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo nº 25.008.699-7

I. AUTORIZO, com fundamento no art. 13, IX, do Decreto Estadual nº 10.086/2022, combinado com os arts. 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, e com base na Informação nº 3768/2025-AT/SESP, a celebração do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 0125/2025, firmado com a empresa **VITA COMÉRCIO DE FENO LTDA.,** inscrita no CNPJ n° 55.665.404/0001-96, tendo por objeto a aquisição de alimentação animal e serragem para atender às necessidades do 4º Comando Regional de Polícia Militar – 4°CRPM, visando, no presente momento, à prorrogação de sua vigência pelo período de 12 (doze) meses, com início em 17/03/2026 e término em 16/03/2027, mantendo-se o valor total do contrato de **R$ 11.592,00 (onze mil, quinhentos e noventa e dois reais)**, conforme minuta acostada às **fls. 171/172**;

II. DECLARO que a presente autorização se restringe aos aspectos de conveniência e oportunidade, sendo a análise de viabilidade técnica, orçamentária e fiscal de responsabilidade dos setores que exararam as respectivas manifestações;

III. DETERMINO, preliminarmente à formalização do ajuste, que o Centro de Contratos e Convênios (CCC) promova a retificação da Certificação de fl. 163, sanando a inconsistência material apontada pela Assessoria Técnica, e verifique se a contratada mantém todas as condições de habilitação, atualizando as certidões de regularidade que porventura vencerem no decorrer do trâmite;

IV. PUBLIQUE-SE e, após, **ENCAMINHE-SE** ao Centro de Contratos e Convênios para as providências decorrentes.

Curitiba, 09 de Dezembro de 2025.

Cel. PM RR Hudson Leôncio Teixeira,

Secretário de Estado da Segurança Pública.

170004/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO
Protocolo nº 24.056.753-9

I. AUTORIZO, com fundamento no art. 13, inciso IX, do Decreto Estadual nº 10.086/2022 e nos termos da Informação nº 3755/2025-AT/SESP, a realização da despesa para a celebração de contrato, por intermédio desta Secretaria de Estado, entre o Estado do Paraná e a empresa **FAGUNDEZ DISTRIBUIÇÃO LTDA**., inscrita no CNPJ nº **07.953.689/0001-18**, em utilização à Ata de Registro de Preços nº **78/2024** do Pregão Eletrônico nº **39/2024**, cujo objeto será a aquisição de equipamentos para armazenamento de dados, para atender a demanda do Departamento de Polícia Civil do Paraná – PCPR, no valor total de **R$ 446.615,00 (quatrocentos e quarenta e seis mil, seiscentos e quinze reais)**, conforme a Minuta do Contrato acostada às **fls. 603/612**;

II. DECLARO que para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo que o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade daqueles que exararam as respectivas informações;

III. **PRELIMINARMENTE** à formalização do ajuste, deve o setor responsável verificar se a empresa contratada mantém todas as condições de habilitação, devendo, inclusive, atualizar as certidões de regularidade que vencerem no decorrer dos trâmites administrativos;

IV. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE ao Centro de Contratos e Convênios da Pasta para as providências cabíveis.

Curitiba-Paraná, 09 de dezembro de 2025
Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira
Secretário de Estado da Segurança Pública

170046/2025

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo n.º 24.867.420-2

I. AUTORIZO, nos termos do art. 1º, §3º, do Decreto Estadual nº 4189/2016, do art. 111 e art. 124, inciso II, alínea "b", ambos da Lei Federal nº 14.133/2021, no art. 410 do Decreto Estadual nº 10.086/2022, tendo como base a Informação 1312 /2025-PRC/PGE/Autarquias (fls. 228/231), atendida conforme o Despacho do Centro de Contratos e Convênios – CCC/SESP (fls. 239), a celebração do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0499/2024, firmado entre o Estado do Paraná, por meio desta Secretaria de Estado e a empresa SANTIAGO & CINTRA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA., CNPJ n° 51.536.795/0006-00, sediada no Município de Ribeirão Preto/SP, cujo objeto é a aquisição de aeronave remotamente pilotada – ARP (DRONE) -- e acessórios para atender a demanda o Batalhão de Polícia Militar de Operações Aéreas – BPMOA – PMPR, visando a prorrogação de vigência contratual, pelo período adicional de 120 (cento e vinte) dias, e a prorrogação do prazo de entrega até 31/12/2025, mantendo-se o valor total do contrato, no importe de R$ 2.161.140,00 (dois milhões, cento e sessenta e um mil, cento e quarenta reais) e demais cláusulas contratuais, conforme Minuta do Termo Aditivo apresentada (fls. 219/221);

II. DECLARO, para os devidos fins, que a situação concreta se enquadra nos parâmetros legais de regência, e que, para o consentimento acima, foram examinados os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo a responsabilidade técnica, financeira e fiscal daqueles que exararam as respectivas informações;

III. PRELIMINARMENTE à formalização do ajuste, o setor responsável deverá verificar se a empresa contratada mantém todas as condições de habilitação;

IV. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE ao Centro de Contratos e Convênios.

Curitiba-Paraná, *datado e assinado digitalmente*.
Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

170258/2025

GABINETE DO DIRETOR-GERAL

Protocolo nº 24.954.262-8

I. AUTORIZO,com fulcro no art. 4º da Lei Estadual nº 21.352/2023, c/c o art. 1º, inciso II, da Resolução SESP nº 390/2023, segundo estabelece o inciso II, do art. 148, do Decreto Estadual nº 10.086/2022, e nos termos da Informação nº 3769/2025-AT/SESP, a realização da despesa decorrente de contratação direta, mediante dispensa de licitação em razão do valor, nos termos do artigo 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, entre o Estado do Paraná, por intermédio desta Secretaria de Estado, e a empresa Outlet Shopping Moveis Funcionais Ltda, inscrita no CNPJ nº 14.423.827/0001-12, cujo objeto é a aquisição de cadeiras giratórias, sofás e mesa de centro para atender as necessidades da SESP/SEDE, no valor total de R$ 47.332,00 (quarenta e sete mil, trezentos e trinta e dois reais), executada conforme Termo de Referência apresentado às fls. 56/63, sendo a contratação formalizada por meio de Nota de Empenho;

II. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade. O exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade do titular da unidade solicitante;

III. PRELIMINARMENTE à formalização do ajuste, deve o setor responsável verificar se a empresa contratada mantém todas as condições de habilitação, devendo, inclusive, atualizar as certidões de regularidade que vencerem no decorrer dos trâmites administrativos;

IV. PUBLIQUE-SE e, após, encaminhem-se os autos ao Centro de Planejamento de Compras e Contratações para as providências cabíveis.

Curitiba-Paraná, datado e assinado digitalmente.

Coronel PM Adilson Luiz Lucas Prüsse,

Diretor-Geral da SESP.

170257/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo nº 25.069.470-9

I. AUTORIZO, com fundamento no art. 13, inciso IX, do Decreto Estadual nº 10.086/2022 e nos termos da Informação nº 3786/2025-AT/SESP, a realização da despesa para a celebração de contrato, por intermédio desta Secretaria de Estado, entre o Estado do Paraná e a empresa **ODEBRECHT COMERCIO E INDUSTRIA DE CAFE LTDA.**, inscrita no CNPJ nº **78.597.150/0002-00**, sediada no Município de Londrina/PR, em utilização à Ata de Registro de Preços, oriunda do Pregão Eletrônico nº **501/2025**, cujo objeto será a aquisição de café superior e tradicional, para atender a demanda da Polícia Científica do Paraná – PCP, no valor total de **R$ 90.250,00 (noventa mil, duzentos e cinquenta reais)**, conforme a Minuta do Contrato acostada às **fls. 231/240**;

II. DECLARO que para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo que o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade daqueles que exararam as respectivas informações;

III. **PRELIMINARMENTE** à formalização do ajuste, deve o setor responsável verificar se a empresa contratada mantém todas as condições de habilitação, devendo, inclusive, atualizar as certidões de regularidade que vencerem no decorrer dos trâmites administrativos;

IV. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE ao Centro de Contratos e Convênios da Pasta para as providências cabíveis.

Curitiba-Paraná, *datado e assinado digitalmente*.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira

Secretário de Estado da Segurança Pública

170264/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo nº 25.035.030-9

I. AUTORIZO, com fundamento no art. 1º, §3º do Decreto nº 4.189/2016, combinado com o art. 103, § 1º, e art. 105 da Lei Estadual nº 15.608/2007, e com base na Informação nº 3801/2025-AT/SESP, a celebração do 5º Termo Aditivo ao Contrato nº 0090/2021, firmado com a empresa **QUALITERM AR CONDICIONADO LTDA**, CNPJ n° 20.557.304/0001-61, sediada no município de Colombo/PR, cujo objeto é a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em sistema de ar condicionado, atendendo às necessidades do Hospital da Polícia Militar (HPM), objetivando a prorrogação da vigência contratual por 12 (doze) meses, de 26/02/2026 a 25/02/2027, mantendo-se o valor total de R$ 313.460,29 (trezentos e treze mil, quatrocentos e sessenta reais e vinte e nove centavos), conforme minuta de fls. **91/92**;

II. DECLARO que a presente autorização se restringe aos aspectos de conveniência e oportunidade, sendo a análise de viabilidade técnica, orçamentária e fiscal de responsabilidade dos setores que exararam as respectivas manifestações;

III. DETERMINO, preliminarmente à formalização do ajuste, que o setor responsável verifique se a contratada mantém todas as condições de habilitação, atualizando as certidões de regularidade que porventura vencerem no decorrer do trâmite;

IV. PUBLIQUE-SE e, após, **ENCAMINHE-SE** ao Centro de Contratos e Convênios para as providências decorrentes.

Curitiba-Paraná, 09 de dezembro de 2025
Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira
Secretário de Estado da Segurança Pública

170281/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo nº 24.607.473-9

I. AUTORIZO, com fundamento no art. 13, inciso IX, do Decreto Estadual nº 10.086/2022 e nos termos da Informação nº 3791/2025-AT/SESP, a realização da despesa para a celebração de contrato, por intermédio desta Secretaria de Estado, entre o Estado do Paraná e a empresa **LBSX COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA.**, inscrita no CNPJ nº 04.252.693/0001-60, sediada no Município de Mandirituba/PR, em utilização à Ata de Registro de Preços, oriunda do Pregão Eletrônico nº 1089/2024, cujo objeto será a aquisição de água mineral, para atender a demanda do Departamento de Polícia Penal do Paraná – DEPPEN, no valor total de **R$ 11.100,00 (onze mil e cem reais)**, conforme a Minuta do Contrato acostada às **fls. 361/370**;

II. DECLARO que para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo que o

exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade daqueles que exararam as respectivas informações;

III. **PRELIMINARMENTE** à formalização do ajuste, deve o setor responsável verificar se a empresa contratada mantém todas as condições de habilitação, devendo, inclusive, atualizar as certidões de regularidade que vencerem no decorrer dos trâmites administrativos;

IV. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE ao Centro de Contratos e Convênios da Pasta para as providências cabíveis.

Curitiba-Paraná, *datado e assinado digitalmente*.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira

Secretário de Estado da Segurança Pública

170283/2025

GABINETE DO DIRETOR-GERAL

Protocolo nº. 25.071.379-7

I. INDENIZO, consoante o contido no presente protocolo, as despesas decorrentes de Atividade Extrajornada Voluntária – DEAEV, referentes ao mês de Novembro de 2025, no valor total de R$ 540,00 (quinhentos e quarenta reais), executadas pelos militares indicados às fls. 3-4, mov. 3, do presente processo, conforme motivação apresentada pela Polícia Militar do Paraná – PMPR;

II. Em razão do reconhecimento da despesa e da justificativa exarada pela origem, não há justa causa para apuração de responsabilidade funcional sobre a causa, não restando prejuízo ao erário;

III. Cabe ao órgão gestões de melhoria, visando mitigar a ocorrência de situações análogas;

IV. PUBLIQUE-SE, após encaminha-se à unidade solicitante, para as demais providências legais.

Curitiba-Paraná, datado e assinado digitalmente.

Coronel PM Adilson Luiz Lucas Prüsse,

Diretor-Geral da SESP.

170299/2025

GABINETE DO DIRETOR-GERAL

Protocolo nº. 25.090.458-4

I. INDENIZO, consoante o contido no presente protocolo, as despesas decorrentes de Atividade Extrajornada Voluntária – DEAEV, referentes ao mês de Fevereiro de 2025, no valor total de R$ 180,00 (cento e oitenta reais), em favor do Sd. QP PM WILLHAM VAGNER GARCZAL, conforme motivação da Polícia Militar do Paraná;

II. Em razão do reconhecimento da despesa e da justificativa exarada pela origem, não há justa causa para apuração de responsabilidade funcional sobre a causa, não restando prejuízo ao erário;

III. Cabe ao órgão gestões de melhoria, visando mitigar a ocorrência de situações análogas;

IV. PUBLIQUE-SE;

V. ENCAMINHE-SE à unidade solicitante, para as demais providências legais.

Curitiba-Paraná, datado e assinado digitalmente.

Coronel PM Adilson Luiz Lucas Prüsse,

Diretor-Geral da SESP.

170288/2025

GABINETE DO DIRETOR-GERAL

Protocolo nº 25.105.244-1

I. INDENIZO a dívida, com base no artigo 149, da Lei n° 14.133/2021 e no artigo 37, do Decreto Estadual n° 10.086/2022, e na Informação n° 3793/2025 AT/SESP, em favor da empresa UROCENTRO CLÍNICA DE UROLOGIA CURITIBA LTDA, inscrita no CNPJ n° 02.330.246/0001-57, no valor de R$ 2.577,54 (Dois mil, quinhentos e setenta e sete reais e cinquenta e quatro centavos), referente aos atendimentos prestados aos usuários do Sistema de Saúde do HPM/PMPR – Exames e Procedimentos Urológicos, durante o período de novembro de 2025, conforme nota fiscal juntada (fl. 07).

II. Considerando que fora formalizado contrato através do protocolo de nº 23.912.289-2;

III. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE, à unidade solicitante para as demais providências legais.

Curitiba-Paraná, 09 de dezembro de 2025

Cel. PM Adilson Luiz Lucas Prüsse

Diretor-Geral da SESP

170062/2025

GABINETE DO DIRETOR-GERAL

Protocolo n.º 25.092.092-0

I. INDENIZO, com fundamento no art. 149, da Lei Federal nº 14.133/21 e no art. 37, do Decreto Estadual nº 10.086/22 e, com base na Informação nº 3781/2025-AT/SESP, a dívida em favor da empresa **VERONA SERVIÇOS LTDA.,** inscrita no CNPJ n.º 30.431.915/0001-12, no valor de R$ 70.943,00 (setenta mil novecentos e quarenta e três reais), decorrente do fornecimento de refeições para a Cadeia Pública de Cascavel, durante o período de 01/11/2025 a 30/11/2025;

II. PUBLIQUE-SE e **ENCAMINHE-SE** à unidade solicitante para as demais providências legais.

Curitiba-Paraná, *datado eletronicamente*.

Coronel PM Adilson Luiz Lucas Prüsse,

Diretor-Geral da SESP/PR.

169528/2025

GABINETE DO DIRETOR-GERAL

Protocolo nº 25.107.861-0

I. INDENIZO a dívida, com base no artigo 149, da Lei n° 14.133/2021 e no artigo 37, do Decreto Estadual n° 10.086/2022, e na Informação n° 3790/2025 AT/SESP, em favor da empresa MARCHIORI MD SERVIÇOS MÉDICOS S/S, inscrita no CNPJ n° 19.558.305/0001-41, no valor de R$ 37.440,00 (trinta e sete mil e quatrocentos e quarenta reais), referente aos atendimentos prestados aos usuários do Sistema de Saúde do HPM/PMPR – na área de Anestesiologia, durante o período de novembro de 2025, conforme nota fiscal juntada (fl. 06);

II. É de responsabilidade do OSP o acompanhamento da presente demanda quanto a sua regularização, por meio do novo processo de contratação em andamento;

III. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE, à unidade solicitante para as demais providências legais.

Curitiba-Paraná, 09 de dezembro de 2025

Cel. PM Adilson Luiz Lucas Prüsse

Diretor-Geral da SESP

169959/2025

GABINETE DO DIRETOR-GERAL

Protocolo nº 25.067.937-8

I. INDENIZO a dívida, com base no artigo 149, da Lei n° 14.133/2021 e no artigo 37, do Decreto Estadual n° 10.086/2022, e na Informação n° 3782/2025 AT/SESP, em favor da empresa SALA – SERVIÇOS MÉDICOS S/S LTDA, inscrita no CNPJ n° 26.042.987/0001-09, no valor de R$ 54.652,49(cinquenta e quatro mil, seiscentos e cinquenta e dois reais e quarenta e nove centavos), referente aos atendimentos prestados aos usuários do Sistema de Saúde do HPM/PMPR – na especialidade de Urologia, durante o período de outubro de 2025, conforme nota fiscal juntada (fl. 06);

II. É de responsabilidade do OSP o acompanhamento da presente demanda quanto a sua regularização, por meio do novo processo de contratação em andamento;

III. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE, à unidade solicitante para as demais providências legais.

Curitiba-Paraná, 08 de dezembro de 2025

Cel. PM Adilson Luiz Lucas Prüsse

Diretor-Geral da SESP

169687/2025

GABINETE DO DIRETOR-GERAL

Protocolo nº 25.076.039-6

I. INDENIZO, com fundamento no art. 35 do Decreto Estadual nº 10.086/22 e com base na Informação nº 3784/2025-AT/SESP, a dívida em favor dos locatários JOSÉ DAVI PALUDO CPF n° XXX.457.219-XX e ELIZABETH PALUDO CPF n° XXX.157.469-XX, no valor de R$ 9.805,11 (nove mil reais, oitocentos e cinco reais e onze centavos), em razão do uso do imóvel localizado na Rua José Bonifácio, n.º 232, Cascavel/PR, que abriga o Núcleo Regional do DENARC, no período de 01/11/2025 a 30/11/2025;

II. É de responsabilidade do OSP o acompanhamento da presente demanda quanto a sua regularização, por meio do novo processo de contratação em andamento;

III. PUBLIQUE-SE e **ENCAMINHE-SE** à unidade solicitante para as demais providências legais

Curitiba-Paraná, 08 de dezembro de 2025

Cel. PM Adilson Luiz Lucas Prüsse

Diretor-Geral da SESP

169695/2025

GABINETE DO DIRETOR-GERAL

Protocolo nº. 25.077.007-3

I. INDENIZO, com fundamento no art. 35 do Decreto Estadual nº 10.086/22 e com base na Informação nº 3785/2025 AT/SESP, a dívida em favor da empresa MALUMAR EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, inscrito no CNPJ 28.573.429/0001-97, no valor de R$ 10.287,61 (Dez mil reais, duzentos e oitenta e sete reais e sessenta e um centavos), em razão do uso do imóvel localizado na Rua Cassimiro de Abreu, n.º 241/261, Colombo/PR, que abriga o Distrito Policial de Alto Maracanã, no período de 01/11/2025 a 30/11/2025;

II. É de responsabilidade do OSP o acompanhamento da presente demanda quanto a sua regularização, por meio do novo processo de contratação em andamento;

III. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE à unidade solicitante, para as demais providências legais.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Curitiba-Paraná, 08 de dezembro de 2025
Cel. PM Adilson Luiz Lucas Prüsse
Diretor-Geral da SESP

169700/2025

Secretaria do Trabalho, Qualificação e Renda

RESOLUÇÃO nº 588/2025 – RETIFICAÇÃO

O Conselho Estadual do Trabalho, Emprego e Renda – CETER, instituído pela Lei nº 19.847, de 29 de abril de 2019, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando a Lei 13667 de 17 de maio de 2018 que dispõe sobre o Sistema Nacional de Emprego (SINE)

Considerando a Portaria MTE Nº 4.197, de 19 de dezembro de 2022 que estabelece critérios para abertura, fechamento e mudança de endereço de unidades de atendimento do Sistema Nacional de Emprego – SINE;

Considerando o Protocolado nº 21.345.278-9 que encaminha a solicitação para a abertura da unidade de atendimento;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a abertura da unidade de atendimento da Rede Sine do **Município de Prado Ferreira** na Rua Brasil, 246, Centro, Prado Ferreira/PR – CEP – 86618-000 com as seguintes coordenadas geográficas: Latitude: -23.035698; e Longitude: -51.442883; com data prevista para o início das atividades em 12/05/2025

Art. 2º – Esta Resolução entrará em vigor na data da sua publicação.

Curitiba, 05 de maio de 2025.

Luiz Roberto Romano

Presidente do Conselho Estadual do Trabalho, Emprego e Renda

RESOLUÇÃO nº 588/2025

FACIAP	CSB
FAEP	CTB
FECOMÉRCIO	CUT
FEPASC	F.SINDICAL
FETRANSPAR	NCST
FIEP-PR	UGT
SEED	SESA
SEPL	SRT
SETR	FOMENTO

Curitiba 05 de maio de 2025.

Publique-se

170316/2025

TERCEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 2216/2023

PROTOCOLO Nº 23.654.257-2

Objeto: TERCEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 2216/2023, sob protocolado nº 23.654.257-2, em razão da **REPACTUAÇÃO DOS VALORES** no presente Contrato, o qual fora formalizado entre a **SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO QUALIFICAÇÃO E RENDA – SETR** e a empresa **COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO PARANÁ – CELEPAR,** cujo objeto é **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE DESENVOLVIMENTO, MANUTENÇÃO, SUPORTE E GARANTIA EM SOLUÇÕES CONTÍNUAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC)**, conforme descrito no Termo de Referência, consoante o disposto na Cláusula Quarta do contrato originário e seus aditivos, com aplicação de índice no percentual de **5,47%**, para o posto de serviço, com efeitos a partir de **20/04/2024** , referente ao **eferente a adoção do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA – IBGE, compreendendo o período de Abril/2024 a Março/2025.** Fica aplicado o reajuste no valor mensal de **R$ 268.934,96 (duzentos e sessenta e oito mil, novecentos etrinta e quatro reais e noventa e seis centavos) ao Contrato Administrativo, gerando acréscimo mensal de R$ 13.965,18 (treze mil, novecentos e sessenta e cinco reais e dezoito centavos).**

Tais despesas correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária: 630000.6302.11.122.36.8233 – Gestão Administrativa, Natureza da Despesa 3390.4000 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – Pessoa Jurídica, Subelemento 40.04 – Serviços e Processamento de Dados, Fonte 500.000000 – Recurso não Vinculados de Impostos .

Autorizado através de Despacho Secretarial nº 807/2025 em 29/10/2025.

Curitiba, 9 de dezembro de 2025.

Willian Porfírio Ribeiro
Diretor-Geral
Secretário de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda

169907/2025

DESPACHO Nº 1119/2025 – GS/SETR
Referente ao Protocolo nº 23.474.856-4

I. AUTORIZO, com fulcro no art. 5º da Lei Estadual nº 21.352/2023 e, art. 37, no caput do art. 585 e art. 598, ambos do Decreto nº 10.086/2022, com base na **Informação nº 816/2025-NFS/SETR (mov. 222), e na Informação Técnica nº 952/2025-AT/SETR (mov. 223), em atenção a extinção do Contrato Administrativo nº 065/2020 (GMS nº 171/2021)**, *bem como em analogia ao Acórdão 216/13-Tribunal Pleno, e nas Informações de n° 101/2018-ATJ/GAB-PGE, n° 1186/2023-PRC/PGE e no parecer 17/2018-PGE*, o pagamento por indenização pela utilização de imóvel destinado ao funcionamento da **Agência do Trabalhador de PATO BRANCO, referente ao período de 18.10.2025 a 17.11.2025, em benefício de TUPI COMERCIO DE FARÓIS E LANTERNAS LTDA., inscrita no CNPJ nº 04.203.795/0001-96, no valor de R$ 4.647,54 (quatro mil, seiscentos e quarenta e sete reais e cinquenta e quatro centavos),** desde que o presente protocolo esteja em acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Estadual nº 10.086/2022.

II. CONDICIONO ao cumprimento da legislação aplicável à matéria, sendo de inteira responsabilidade do SETR/NAS, a certificação da regularidade formal do expediente e dos documentos que o instruem. Além disso, na ocasião da formalização do Contrato, as habilitações fiscais e trabalhistas bem como as consultas aplicáveis à matéria (GMS, CADIN e CEIS), devem estar dentro do prazo de validade e sem pendências, com exceção das situações autorizadas por este Ordenador de Despesas.

III. DETERMINO, após a realização do pagamento, o encaminhamento do feito à Comissão de Processo Administrativo e, se for o caso, posteriormente a Comissão Disciplinar Permanente, para apurações de possíveis irregularidades.

IV. PUBLIQUE-SE, de acordo com a Lei nº 16.595/2010.

V. Ao SETR/NFS para providências.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente*.
Willian Porfirio Ribeiro
Diretor-Geral da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda
(Resolução nº 013/2025-SETR/GS)

169795/2025

DESPACHO Nº 1121/2025 – SETR
Referente ao Protocolo nº 23.454.304-0

I. AUTORIZO, com fulcro no art. 5º da Lei Estadual nº 21.352/2023 e, art. 37, no caput do art. 585 e art. 598, ambos do Decreto nº 10.086/2022, com base na I**nformação nº 813/2025-NFS/SETR (mov. 279), e na Informação Técnica nº 950/2025-AT/SETR (mov. 280)**, em atenção a extinção do **Contrato Administrativo formalizado em protocolo nº 14.249.981-9**, bem como em analogia ao Acórdão 216/13-Tribunal Pleno, e nas Informações de n° 101/2018-ATJ/GAB-PGE, n° 1186/2023-PRC/PGE e no parecer 17/2018-PGE, o pagamento por indenização pela utilização de imóvel destinado ao funcionamento do **Núcleo Regional de JACAREZINHO**, **referente ao período de 15.10.2025 a 14.11.2025, em benefício de PLINIO MARCONDES MADUREIRA, inscrito(a) no CNPJ/CPF nº ***.097.309-**, e SILVIANNE MARCONDES MADUREIRA, inscrito(a) no CNPJ/CPF nº ***.376.309-**,** no valor de TOTAL de **R$ 2.300,00 (dois mil e trezentos reais),** desde que o presente protocolo esteja em acordo com a Lei

Federal nº 14.133/2021 e Decreto Estadual nº 10.086/2022.
II. CONDICIONO ao cumprimento da legislação aplicável à matéria, sendo de inteira responsabilidade do SETR/NAS, a certificação da regularidade formal do expediente e dos documentos que o instruem. Além disso, na ocasião da formalização do Contrato, as habilitações fiscais e trabalhistas bem como as consultas aplicáveis à matéria (GMS, CADIN e CEIS), devem estar dentro do prazo de validade e sem pendências, com exceção das situações autorizadas por este Ordenador de Despesas.
III. DETERMINO, após a realização do pagamento, o encaminhamento do feito à Comissão de Processo Administrativo e, se for o caso, posteriormente a Comissão Disciplinar Permanente, para apurações de possíveis irregularidades.
IV. PUBLIQUE-SE, de acordo com a Lei nº 16.595/2010.
V. Ao SETR/NFS para providências.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente*.
Willian Porfirio Ribeiro
Diretor-Geral da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda
(Resolução 013/2025 - SETR/GS)

169787/2025

DESPACHO Nº 1122/2025 – GS/SETR
Referente ao Protocolo nº 23.474.927-7

I. AUTORIZO, com fulcro no art. 5º da Lei Estadual nº 21.352/2023 e, art. 37, no caput do art. 585 e art. 598, ambos do Decreto nº 10.086/2022, com base na **Informação nº 817/2025-NFS/SETR (mov. 231), e na Informação Técnica nº 953/2025-AT/SETR (mov. 232), em atenção a extinção do Contrato Administrativo nº 104/2017 (GMS nº 3082/2017 e 2192/2021)**, *bem como em analogia ao Acórdão 216/13-Tribunal Pleno, e nas Informações de n° 101/2018-ATJ/GAB-PGE, n° 1186/2023-PRC/PGE e no parecer 17/2018-PGE,* o pagamento por indenização pela utilização de imóvel destinado ao funcionamento da **Agência do Trabalhador de ANTONINA, referente ao período de 27.10.2025 a 26.11.2025, em benefício de EDSON CARLOS DE SOUZA, inscrito(a) no CPF/MF nº ***.485.379-**, MARILDA RODRIGUES DE SOUZA, inscrito(a) no CPF/MF nº ***.867.429-**, no valor de TOTAL de R$ 1.469,49 (um mil, quatrocentos e sessenta e nove reais e quarenta e nove centavos),** desde que o presente protocolo esteja em acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Estadual nº 10.086/2022.
II. CONDICIONO ao cumprimento da legislação aplicável à matéria, sendo de inteira responsabilidade do SETR/NAS, a certificação da regularidade formal do expediente e dos documentos que o instruem.
III. DETERMINO, após a realização do pagamento, o encaminhamento do feito à Comissão de Processo Administrativo e, se for o caso, posteriormente a Comissão Disciplinar Permanente, para apurações de possíveis irregularidades.
IV. PUBLIQUE-SE, de acordo com a Lei nº 16.595/2010.
V. Ao **SETR/NFS** para providências.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente*.
Willian Porfirio Ribeiro
Diretor-Geral da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda
(Resolução 013/2025 - SETR)

169799/2025

DESPACHO Nº 1123/2025 – GS/SETR
Referente ao Protocolo nº 23.474.903-0

I. AUTORIZO, com fulcro no art. 5º da Lei Estadual nº 21.352/2023 e, art. 37, no caput do art. 585 e art. 598, ambos do Decreto nº 10.086/2022, com base na **Informação nº 815/2025-NFS/SETR (mov. 208), e na Informação Técnica nº 951/2025-AT/SETR (mov. 209)**, *bem como em analogia ao Acórdão 216/13-Tribunal Pleno, e nas Informações de n° 101/2018-ATJ/GAB-PGE, n° 1186/2023-PRC/PGE e no parecer 17/2018-PGE,* em atenção a extinção do **Contrato Administrativo nº 036/2019**, o pagamento por indenização pela utilização de imóvel destinado ao funcionamento da **Agência do Trabalhador de QUEDAS DO IGUAÇU, referente ao período de 18.10.2025 a 17.11.2025, em benefício de PEDRO FERNANDO ALVES CARNEIRO, inscrito(a) no CPF/MF nº ***.850.579-**, no valor de TOTAL de R$ 2.357,70 (dois mil trezentos e cinquenta e sete reais e setenta centavos),** desde que o presente protocolo esteja em acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Estadual nº 10.086/2022.
II. CONDICIONO ao cumprimento da legislação aplicável à matéria, sendo de inteira responsabilidade do SETR/NAS, a certificação da regularidade formal do expediente e dos documentos que o instruem.
III. DETERMINO, após a realização do pagamento, o encaminhamento do feito à Comissão de Processo Administrativo e, se for o caso, posteriormente a Comissão Disciplinar Permanente, para apurações de possíveis irregularidades.
IV. PUBLIQUE-SE, de acordo com a Lei nº 16.595/2010.
V. Ao **SETR/NFS** para providências.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente*.
Willian Porfirio Ribeiro
Diretor-Geral da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda
(Resolução 013/2025 - SETR)

169790/2025

DESPACHO Nº 1124/2025 – SETR
Referente ao Protocolo nº 24.870.088-2

I. AUTORIZO, com fulcro no art. 5º da Lei Estadual nº 21.352/2023 e, art. 37, no caput do art. 585 e art. 598, ambos do Decreto nº 10.086/2022, com base na I**nformação nº 825/2025-NFS/SETR (mov. 40), e na Informação Técnica nº 954/2025-AT/SETR (mov. 43)**, em atenção a extinção do **Contrato Administrativo n° 052/2021 (GMS n° 4283/2021)**, bem como em analogia ao Acórdão 216/13-Tribunal Pleno, e nas Informações de n° 101/2018-ATJ/GAB-PGE, n° 1186/2023-PRC/PGE e no parecer 17/2018-PGE, o pagamento por indenização pela utilização de imóvel destinado ao funcionamento da **Agência do Trabalhador de PIRAÍ DO SUL**, **referente ao período de 15.09.2025 a 14.11.2025**, em benefício de **JOSÉ AVAIS NETTO**, devidamente inscrito no **CPF/MF n° 537.***.129-** e **CÁTIA ISABEL SIMEONI AVAIS**, devidamente inscrita no **CPF/MF n° 804.***.789-**,** no valor de TOTAL de **R$ 4.659,80 (quatro mil seiscentos e cinquenta e nove reais e oitenta centavos),** desde que o presente protocolo esteja em acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Estadual nº 10.086/2022.
II. CONDICIONO ao cumprimento da legislação aplicável à matéria, sendo de inteira responsabilidade do SETR/NAS, a certificação da regularidade formal do expediente e dos documentos que o instruem. Além disso, na ocasião da formalização do Contrato, as habilitações fiscais e trabalhistas bem como as consultas aplicáveis à matéria (GMS, CADIN e CEIS), devem estar dentro do prazo de validade e sem pendências, com exceção das situações autorizadas por este Ordenador de Despesas.
III. DETERMINO, após a realização do pagamento, o encaminhamento do feito à Comissão de Processo Administrativo e, se for o caso, posteriormente a Comissão Disciplinar Permanente, para apurações de possíveis irregularidades.
IV. PUBLIQUE-SE, de acordo com a Lei nº 16.595/2010.
V. Ao **SETR/NFS** para providências.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente*.
Willian Porfirio Ribeiro
Diretor-Geral da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda
(Resolução 013/2025 - SETR/GS)

169761/2025

DESPACHO Nº 1125/2025-SETR/GS
Referente ao Protocolo nº 25.020.893-6

I. AUTORIZO, com fulcro no artigo 5º, da Lei Estadual nº 21.352/2023 e no art. 8º, caput e § 5º da Lei Estadual nº 20.084/2019, com base na **Informação Técnica nº 134/2025-SETR/DIPEQ/CPP (mov. 43), na Informação nº 777/2025-NFS/SETR (mov. 34) e a Informação nº 907/2025-AT/SETR (mov. 44)**, o pagamento da subvenção econômica em benefício à empresa **SUPERMERCADO SUPERPAO LTDA, devidamente inscrita no CNPJ/MF nº 77.883.320/0029-62**, em razão da Adesão ao Programa Cartão Futuro, na **modalidade de padrão,** no **valor de R$ 300,00 (trezentos reais)**, em atendimento a **03(três) aprendizes, no total de R$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais)**, desde que cumpridas as exigências estabelecidas na Lei nº 20.084/019 e nas demais legislações vigentes pertinentes ao Programa Cartão Futuro.
II. CONDICIONO ao cumprimento da legislação aplicável à matéria, sendo de inteira responsabilidade dos setores técnicos competentes (SETR/DIPEQ e SETR/DIPEQ/CPP), a certificação da regularidade formal do expediente e dos documentos que o instruem. Além disso, na ocasião dos pagamentos, as áreas técnicas responsáveis (SETR/DIPEQ e SETR/DIPEQ/CPP) deverão atestar que toda a documentação de comprovação de regularidade da empresa cadastrada conste anexa ao processo.
III. PUBLIQUE-SE, de acordo com a Lei nº 16.595/2010.
IV. À **SETR/DIPEQ** para providências.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente*.
Willian Porfirio Ribeiro
Diretor-Geral da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda
(Resolução nº 013/2025-SETR/GS)

169769/2025

DESPACHO Nº 1129/2025 – GS/SETR
Referente ao Protocolo nº 25.060.516-1

I. AUTORIZO, com fulcro no artigo 5º, da Lei Estadual nº 21.352/2023 e no art. 586 do Decreto nº 10.086/2022, **com base na Informação de Disponibilidade Orçamentária nº 822/2025-NFS/SETR (mov. 12), e na Informação Técnica nº 956/2025-AT/SETR (mov. 24) a formalização de Termo de Apostilamento para reajuste ao Contrato GMS de n° 6977/2024 (fls. 03-13),** o qual tem por objeto a locação de imóvel destinado ao funcionamento da **Agência do Trabalhador de MATELÂNDIA,** formalizado junto à **CRISTINA BATISTEL**, devidamente inscrita no CPF/MF nº***.479.809-**, no valor total de **R$ 171,60 (cento e setenta e um reais e sessenta centavos)** para o período de **12 (doze)** meses, reajustando a partir da data de **13.11.2025**. O valor mensal do aluguel de **R$ 1.947,51 (mil e novecentos e quarenta e sete reais e cinquenta e um centavos)** passa para **R$ 1.961,81 (mil e novecentos e sessenta e um reais e oitenta e um centavos)**, desde que cumpridas as exigências estabelecidas na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto 10.086/2022.
II. CONDICIONO ao cumprimento da legislação aplicável à matéria, sendo de inteira responsabilidade do NAS/SETR a certificação da regularidade formal do expediente e dos documentos que o instruem. Além disso, na ocasião da formalização do apostilamento, as

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

habilitações fiscais e trabalhistas bem como as consultas aplicáveis à matéria (GMS, CADIN e CEIS), devem estar dentro do prazo de validade e sem pendências.
III. **PUBLIQUE-SE**, de acordo com a Lei nº 16.595/2010.
IV. Ao **NAS/SETR** para providências.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente*.
Willian Porfirio Ribeiro
Diretor-Geral da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda
(Resolução nº 013/2025-SETR/GS)

169803/2025

DESPACHO Nº 1130/2025 – GS/SETR
Referente ao Protocolo nº 25.059.457-7

I. **AUTORIZO**, com fulcro no artigo 5º, da Lei Estadual nº 21.352/2023 e no art. 586 do Decreto nº 10.086/2022, **com base na Informação de Disponibilidade Orçamentária nº 820/2025-NFS/SETR (mov. 12), e na Informação Técnica nº 958/2025-AT/SETR (mov. 33) a formalização de Termo de Apostilamento para reajuste ao Contrato GMS de n° 7044/2024 (fls. 03-12),** o qual tem por objeto a locação de imóvel destinado ao funcionamento da **Agência do Trabalhador de ALTO PIQUIRI,** formalizado junto à **MARIA NAZARÉ MARTINS COZIN**, devidamente inscrita no CPF/MF nº***.183.629-** e **ANSELMO COZIN**, inscrito no CPF sob o n.º ***.183.629-**, no valor total de **R$ 220,32 (duzentos e vinte reais e trinta e dois centavos)** para o período de **12 (doze)** meses, reajustando a partir da data de **11.11.2025**. O valor mensal do aluguel de **R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais)** passa para **R$ 2.518,36 (dois mil e quinhentos e dezoito reais e trinta e seis centavos)**, desde que cumpridas as exigências estabelecidas na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto 10.086/2022.
II. **CONDICIONO** ao cumprimento da legislação aplicável à matéria, sendo de inteira responsabilidade do NAS/SETR a certificação da regularidade formal do expediente e dos documentos que o instruem. Além disso, na ocasião da formalização do apostilamento, as habilitações fiscais e trabalhistas bem como as consultas aplicáveis à matéria (GMS, CADIN e CEIS), devem estar dentro do prazo de validade e sem pendências.
III. **PUBLIQUE-SE**, de acordo com a Lei nº 16.595/2010.
IV. Ao **NAS/SETR** para providências.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente*.
Willian Porfirio Ribeiro
Diretor-Geral da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda
(Resolução nº 013/2025-SETR/GS)

169805/2025

DESPACHO Nº 1131/2025 – GS/SETR
Referente ao Protocolo nº 25.059.312-0

I. **AUTORIZO**, com fulcro no artigo 5º, da Lei Estadual nº 21.352/2023 e no art. 586 do Decreto nº 10.086/2022, **com base na Informação de Disponibilidade Orçamentária nº 818/2025-NFS/SETR (mov. 17), e na Informação Técnica nº 960/2025-AT/SETR (mov. 29) a formalização de Termo de Apostilamento para reajuste ao Contrato GMS de n° 2642/2023 (fls. 03-11),** o qual tem por objeto a locação de imóvel destinado ao funcionamento da **Agência do Trabalhador de ALMIRANTE TAMANDARÉ,** formalizado junto à **LUISE CAROLINA WINHASKI**, devidamente inscrita no CPF/MF nº***.089.089-**, no valor total de **R$ 1.062,96 (mil e sessenta e dois reais e noventa e seis centavos)** para o período de **12 (doze)** meses, reajustando a partir da data de **28.11.2025**. O valor mensal do aluguel de **R$ 12.062,18 (doze mil e sessenta e dois reais e dezoito centavos)** passa para **R$ 12.150,76 (doze mil e cento e cinquenta reais e setenta e seis centavos)**, desde que cumpridas as exigências estabelecidas na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto 10.086/2022.
II. **CONDICIONO** ao cumprimento da legislação aplicável à matéria, sendo de inteira responsabilidade do NAS/SETR a certificação da regularidade formal do expediente e dos documentos que o instruem. Além disso, na ocasião da formalização do apostilamento, as habilitações fiscais e trabalhistas bem como as consultas aplicáveis à matéria (GMS, CADIN e CEIS), devem estar dentro do prazo de validade e sem pendências.
III. **PUBLIQUE-SE**, de acordo com a Lei nº 16.595/2010.
IV. Ao **NAS/SETR** para providências.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente*.
Willian Porfirio Ribeiro
Diretor-Geral da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda
(Resolução nº 013/2025-SETR/GS)

169808/2025

Autarquias

AGEPAR

PORTARIA Nº 66/2025 - AGEPAR

Designa servidores para compor Grupo de Trabalho Intersetorial sobre Política de gerenciamento de riscos no âmbito da Agepar.

O **Diretor Presidente da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados Do Paraná - Agepar**, no uso de suas atribuições legais, e **considerando** o disposto no art.29 § 2º, da Lei Complementar Estadual nº 222, de 05 de maio de 2020, e no art. 24, incisos II e III do Regulamento da Agepar (anexo do Decreto Estadual nº 6265/2020), os quais estabelecem que cabe ao Diretor-Presidente "o comando hierárquico sobre o pessoal, estrutura organizacional e funcionamento" da Agepar e **considerando:**

a) o contido no processo administrativo nº 22.071.704-6.

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados para compor o grupo de trabalho intersetorial para tratar da estruturação da POLÍTICA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS no âmbito da Agepar:

I- Marco Antonio Biscaia, RG nº 3.XXX.162-X;
II – Osmar Alves Baptista Junior, RG nº 4.XXX.199-X;
III- Ricardo Marcassa Ribeiro da Silva, RG nº 8.XXX.937-X
IV- Anna Beatriz Zettel Francisco, RG nº 14.XXX.425-X; e
V- Cauane Vagetti Silva, RG nº 12.XXX.749-X.

§ 1º O GTI instruído no artigo 1º será coordenado pelo servidor Osmar Alves Baptista Junior.

§ 2º O GTI terá até 05/10/2026 para concluir seus trabalhos.

Art. 2º O Grupo de Trabalho intersetorial terá as seguintes atribuições:

I- Realizar estudos sobre o tema do GTI;
II- Emitir informações técnicas;
III-Propor edição de atos normativos, consultas e demais, quando aplicável;
IV- Preservar e organizar os trabalhos realizados em arquivos digitais de forma a estarem sempre disponíveis;
V- Sugerir a criação de cartilhas, manuais, informativos, campanhas educacionais ou relacionados ao tema; e
VI – Emitir relatórios consolidados das atividades desenvolvidas pelo respectivo Grupo de Trabalho Intersetorial.

§ 1º O GTI deverá encaminhar, bimestralmente, ao Gabinete da Presidência, por meio de processo administrativo específico, o Relatório Sintético de Atividades com as principais ações naquele período, dando-se ciência ao Diretor ou Diretores relacionados ao tema em estudo.

§ 2º O relatório com os resultados dos trabalhos realizados pelo GTI, que comporão o processo administrativo específico, deverá ser apresentado à Diretoria da Presidência, que o disponibilizará aos demais Diretores da Agepar.

§ 3º A prorrogação do prazo estipulado se dará somente mediante justificativa fundamentada e aprovação do Diretor-Presidente

Art. 3º Revoga-se a Portaria 50 de 4 de setembro de 2025.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 9 de dezembro de 2025.

(assinado nos termos do Art. 38 do DE nº 7304/2021)
Rubens Bueno
Diretor-Presidente

169961/2025

IDR - PARANÁ

Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – Iapar-Emater

PORTARIA Nº 413/2025 – IDR-Paraná

O Diretor-Presidente do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná - IAPAR-EMATER (IDR-Paraná), no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 21 da Lei nº 20.121/2019 c/c inciso VII do artigo 16 do Decreto nº 9.177/2021 e considerando a conclusão exarada no Relatório Final da Comissão Sindicante, assim como demais documentos registrados no

protocolo nº 24.636.268-8,

D E T E R M I N A:

Art.1º - O **ENCERRAMENTO** do processo de Sindicância instaurada pela Portaria nº 312/2025, publicada no DIOE edição nº 11.995 de 26 de setembro 2025, conforme notificado no protocolo 24.636.268-8, com seu arquivamento, sem imputação de responsabilidade, nos termos da alínea "a", inciso IV do artigo 125 da Lei nº 20.656/2021.

Art.2º - A **COMUNICAÇÃO** competente, à Controladoria Geral do Estado, nos termos do artigo 1º do Decreto nº 1.195/2011.

ART.3º - A **CIÊNCIA** a todas as partes envolvidas no procedimento sindicante do seu arquivamento.

Registre-se e Publique-se
Curitiba, 08 de dezembro de 2025
Natalino Avance de Souza
Diretor-Presidente

169649/2025

Sociedades de Economia Mista

CEASA

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO PARANÁ S.A – CEASA/PR

RESOLUÇÃO DE DIRETORIA CEASA/PR Nº 1415/2025

A DIRETORIA DA CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO PARANÁ S.A. – CEASA/PR, AUTORIZA a cessão funcional da funcionária Elaine Salete Lauriano dos Santos Mizerkowski, para prestação de serviços no âmbito da Secretaria de Estado da Fazenda (SEFA), no período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2026.

Curitiba, 14 de novembro de 2025.

Eder Eduardo Bublitz
Diretor-Presidente

169871/2025

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO PARANÁ S.A – CEASA/PR

RESOLUÇÃO DE DIRETORIA CEASA/PR Nº 1417/2025

A DIRETORIA DA CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO PARANÁ S.A. – CEASA/PR, AUTORIZA a cessão funcional dos funcionários: João Maria dos Santos Neto, Luiza Satomi Maeda e Neide Cordeiro, para prestarem serviços no âmbito da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento – SEAB, no período compreendido entre 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2026.

Curitiba, 01 de dezembro de 2025.

Eder Eduardo Bublitz
Diretor-Presidente

169873/2025

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO PARANÁ S.A – CEASA/PR

RESOLUÇÃO DE DIRETORIA CEASA/PR Nº 1418/2025

A DIRETORIA DA CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO PARANÁ S.A. – CEASA/PR, AUTORIZA a cessão funcional dos funcionários Abelardo Luiz Siqueira Mendes, Clarice Santos Maciel, Ivanildo Rodrigues das Neves, Jane Cristina Kalinowski Augustinho, Joelma Gomes Martins Alves, Maria Cristina Smaniotto Daher e Nézia Conceição de Souza Rovaris, para prestação de serviços no âmbito da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (ADAPAR), no período compreendido entre 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2026.

Curitiba, 01 de dezembro de 2025.

Eder Eduardo Bublitz - Diretor-Presidente

169875/2025

